

# OS ORÇAMENTOS DO ESTADO PORTUGUÊS

propostas governamentais, orçamentos aprovados  
e rectificados e contas de execução

1837-2001

Trabalho preparado no Gabinete de História Económica e Social do  
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa por

Nuno Valério (coordenador)

Ana Bela Nunes

Carlos Bastien

Maria Eugénia Mata

Sandra Costa

Com o apoio:



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
PORTUGAL

# **OS ORÇAMENTOS DO ESTADO PORTUGUÊS**

## **PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS, ORÇAMENTOS APROVADOS E RECTIFICADOS E CONTAS DE EXECUÇÃO**

Trabalho preparado no Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa por

ANA BELA NUNES

CARLOS BASTIEN

MARIA EUGÉNIA MATA

NUNO VALÉRIO (coordenador)

SANDRA DOMINGOS COSTA



## ÍNDICE

Índice .....	1
Apresentação.....	6
Ano económico de 1837-1838 .....	10
Ano económico de 1838-1839 .....	12
Ano económico de 1839-1840 .....	14
Ano económico de 1840-1841 .....	16
Ano económico de 1841-1842 .....	18
Ano económico de 1842-1843 .....	20
Ano económico de 1843-1844 .....	22
Ano económico de 1844-1845 .....	24
Ano económico de 1845-1846 .....	27
Ano económico de 1846-1847 .....	29
Ano económico de 1847-1848 .....	32
Ano económico de 1848-1849 .....	35
Ano económico de 1849-1850 .....	38
Ano económico de 1850-1851 .....	41
Ano económico de 1851-1852 .....	44
Ano económico de 1852-1853 .....	47
Ano económico de 1853-1854 .....	50
Ano económico de 1854-1855 .....	53
Ano económico de 1855-1856 .....	56
Ano económico de 1856-1857 .....	59
Ano económico de 1857-1858 .....	62
Ano económico de 1858-1859 .....	64
Ano económico de 1859-1860 .....	67
Ano económico de 1860-1861 .....	69
Ano económico de 1861-1862 .....	71
Ano económico de 1862-1863 .....	73
Ano económico de 1863-1864 .....	75
Ano económico de 1864-1865 .....	77
Ano económico de 1865-1866 .....	79
Ano económico de 1866-1867 .....	81
Ano económico de 1867-1868 .....	83
Ano económico de 1868-1869 .....	85

## Os orçamentos do Estado português

Ano económico de 1869-1870 .....	87
Ano económico de 1870-1871 .....	90
Ano económico de 1871-1872 .....	93
Ano económico de 1872-1873 .....	96
Ano económico de 1873-1874 .....	98
Ano económico de 1874-1875 .....	100
Ano económico de 1875-1876 .....	102
Ano económico de 1876-1877 .....	104
Ano económico de 1877-1878 .....	106
Ano económico de 1878-1879 .....	108
Ano económico de 1879-1880 .....	110
Ano económico de 1880-1881 .....	112
Ano económico de 1881-1882 .....	114
Ano económico de 1882-1883 .....	117
Ano económico de 1883-1884 .....	119
Ano económico de 1884-1885 .....	122
Ano económico de 1885-1886 .....	125
Ano económico de 1886-1887 .....	128
Ano económico de 1887-1888 .....	131
Ano económico de 1888-1889 .....	134
Ano económico de 1889-1890 .....	137
Ano económico de 1890-1891 .....	140
Ano económico de 1891-1892 .....	143
Ano económico de 1892-1893 .....	146
Ano económico de 1893-1894 .....	148
Ano económico de 1894-1895 .....	150
Ano económico de 1895-1896 .....	152
Ano económico de 1896-1897 .....	154
Ano económico de 1897-1898 .....	157
Ano económico de 1898-1899 .....	159
Ano económico de 1899-1900 .....	162
Ano económico de 1900-1901 .....	165
Ano económico de 1901-1902 .....	168
Ano económico de 1902-1903 .....	170
Ano económico de 1903-1904 .....	173
Ano económico de 1904-1905 .....	176
Ano económico de 1905-1906 .....	179

## Os orçamentos do Estado português

Ano económico de 1906-1907 .....	182
Ano económico de 1907-1908 .....	185
Ano económico de 1908-1909 .....	187
Ano económico de 1909-1910 .....	190
Ano económico de 1910-1911 .....	193
Ano económico de 1911-1912 .....	196
Ano económico de 1912-1913 .....	199
Ano económico de 1913-1914 .....	202
Ano económico de 1914-1915 .....	205
Ano económico de 1915-1916 .....	208
Ano económico de 1916-1917 .....	211
Ano económico de 1917-1918 .....	214
Ano económico de 1918-1919 .....	218
Ano económico de 1919-1920 .....	222
Ano económico de 1920-1921 .....	226
Ano económico de 1921-1922 .....	230
Ano económico de 1922-1923 .....	234
Ano económico de 1923-1924 .....	237
Ano económico de 1924-1925 .....	240
Ano económico de 1925-1926 .....	244
Ano económico de 1926-1927 .....	248
Ano económico de 1927-1928 .....	252
Ano económico de 1928-1929 .....	256
Ano económico de 1929-1930 .....	259
Ano económico de 1930-1931 .....	262
Ano económico de 1931-1932 .....	265
Ano económico de 1932-1933 .....	268
Ano económico de 1933-1934 .....	271
Ano económico de 1934-1935 .....	274
Ano económico de 1936 .....	277
Ano económico de 1937 .....	280
Ano económico de 1938 .....	283
Ano económico de 1939 .....	286
Ano económico de 1940 .....	289
Ano económico de 1941 .....	292
Ano económico de 1942 .....	295
Ano económico de 1943 .....	298

## Os orçamentos do Estado português

Ano económico de 1944 .....	301
Ano económico de 1945 .....	304
Ano económico de 1946 .....	306
Ano económico de 1947 .....	309
Ano económico de 1948 .....	312
Ano económico de 1949 .....	315
Ano económico de 1950 .....	318
Ano económico de 1951 .....	321
Ano económico de 1952 .....	324
Ano económico de 1953 .....	327
Ano económico de 1954 .....	330
Ano económico de 1955 .....	333
Ano económico de 1956 .....	336
Ano económico de 1957 .....	339
Ano económico de 1958 .....	342
Ano económico de 1959 .....	345
Ano económico de 1960 .....	348
Ano económico de 1961 .....	351
Ano económico de 1962 .....	354
Ano económico de 1963 .....	357
Ano económico de 1964 .....	360
Ano económico de 1965 .....	363
Ano económico de 1966 .....	366
Ano económico de 1967 .....	369
Ano económico de 1968 .....	372
Ano económico de 1969 .....	375
Ano económico de 1970 .....	378
Ano económico de 1971 .....	381
Ano económico de 1972 .....	384
Ano económico de 1973 .....	388
Ano económico de 1974 .....	392
Ano económico de 1975 .....	397
Ano económico de 1976 .....	403
Ano económico de 1977 .....	408
Ano económico de 1978 .....	412
Ano económico de 1979 .....	417
Ano económico de 1980 .....	422

## Os orçamentos do Estado português

Ano económico de 1981 .....	426
Ano económico de 1982 .....	431
Ano económico de 1983 .....	435
Ano económico de 1984 .....	440
Ano económico de 1985 .....	444
Ano económico de 1986 .....	448
Ano económico de 1987 .....	452
Ano económico de 1988 .....	456
Ano económico de 1989 .....	460
Ano económico de 1990 .....	463
Ano económico de 1991 .....	467
Ano económico de 1992 .....	471
Ano económico de 1993 .....	475
Ano económico de 1994 .....	479
Ano económico de 1995 .....	483
Ano económico de 1996 .....	487
Ano económico de 1997 .....	491
Ano económico de 1998 .....	495
Ano económico de 1999 .....	499
Ano económico de 2000 .....	503
Ano económico de 2001 .....	507

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi preparado no âmbito de um projecto de investigação sobre orçamentos e impostos no parlamento português, contratado entre a Assembleia da República e o Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa<sup>1</sup>.

Para cada ano económico são apresentados elementos sobre a preparação do orçamento, a aprovação do orçamento e a execução do orçamento e ainda uma síntese do ano económico. A sucessão inicia-se com o ano de 1837-1838, o primeiro para o qual foi publicada legislação orçamental, e termina com o ano de 2001, o último em que a contabilidade pública foi organizada na unidade monetária portuguesa. O âmbito abrangido é o da administração central, excluindo, portanto, os fundos e serviços autónomos<sup>2</sup>, as regiões autónomas, autarquias locais e províncias ultramarinas ou colónias e a segurança social.

### A preparação do orçamento

Em relação à preparação do orçamento, são indicados os governos que fizeram as propostas de orçamento, a data de apresentação de tais propostas no parlamento e os valores dessas propostas. As fontes para estes elementos são os diários dos debates parlamentares (Diário da Câmara dos Deputados, Diário da Assembleia Nacional, ou Diário da Assembleia da República, conforme as épocas), ou as respectivas separatas<sup>3</sup>.

### A aprovação do orçamento

Em relação à aprovação do orçamento, são indicados a legislação orçamental publicada e os valores constantes dessa legislação. As fontes para estes elementos são os diários de publicação oficial da legislação portuguesa (Diário do Governo, Diário de Lisboa, ou Diário da República, conforme as épocas), ou a respectiva colecção.

---

<sup>1</sup> Um resumo dos dados aqui publicados foi inserido como anexo no volume Os orçamentos no parlamento português, um dos três resultantes desse projecto, publicado pela Assembleia da República e pela Dom Quixote.

<sup>2</sup> Inclui, contudo, os serviços autónomos explicitamente englobados numa conta específica do Orçamento e da Conta do Estado nos anos económicos de 1917-1918 a 1928-1929.

<sup>3</sup> A indicação da base política de cada governo baseou-se na sistematização preparada para capítulo 12 dos volumes Estatísticas Históricas Portuguesas (Lisboa: INE, 2001).

## **A execução do orçamento**

Em relação à execução do orçamento, são indicados os governos que realizaram a execução orçamental e os valores constantes da conta de exercício ou da conta do ano económico. As fontes para estes elementos são:

a) Em relação aos governos, os diários de publicação oficial da legislação portuguesa (Diário do Governo, Diário de Lisboa, ou Diário da República, conforme as épocas), ou a respectiva colecção.

b) Em relação aos valores constantes da conta de exercício ou da conta do ano económico, a Conta da Receita e Despesa do Tesouro Público, as contas dos ministérios, a Conta Geral da Administração Financeira do Estado, contas provisórias publicadas no Diário do Governo, ou a Conta Geral do Estado, conforme as épocas.

## **A classificação das rubricas**

A classificação das rubricas apresentada é de natureza administrativa até 1971 e de natureza administrativa e económica – e ainda funcional para as despesas – a partir de 1972. Estas classificações reproduzem as que foram adoptadas nos documentos oficiais.

## **Os quadros**

Para clareza dos quadros em que são apresentados os valores das propostas do governo, dos orçamentos aprovados, dos orçamentos rectificadas e da execução dos orçamentos, os totais (das receitas, das despesas e dos saldos) são apresentados em tipo itálico carregado, os sub-totais (conforme as épocas, contas ordinária, extraordinária, dos serviços autónomos e excepcional resultante da guerra, ou contas corrente e de capital, quer das receitas, quer das despesas<sup>4</sup>) são apresentados em tipo redondo carregado e as parcelas (capítulos, serviços autónomos, empréstimos e saldos de anos económicos findos no que respeita às receitas; Ministérios e rubricas do mesmo nível e rubricas das classificações económica e funcional no que respeita às despesas; e contas no que respeita ao saldo) são apresentados em tipo redondo normal<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> E ainda rubricas do mesmo nível, a saber recursos próprios comunitários, reposições não abatidas aos pagamentos e contas de ordem das receitas e contas de ordem das despesas.

<sup>5</sup> Nos anos de 1972 a 1976, existe ainda um nível intermédio entre os sub-totais e as parcelas nas receitas (decomposição das receitas ordinárias e das receitas extraordinárias em receitas correntes e de capital e rubricas de nível equivalente), nível que é apresentado em tipo itálico normal.

Em observações relativas a diversos anos económicos assinalam-se as vicissitudes mais relevantes relativas à obtenção dos dados apresentados.

## **A síntese do ano económico**

Acrescentou-se como síntese do ano económico o cálculo das três rubricas seguintes<sup>6</sup>:

receitas efectivas = receitas totais – empréstimos – receitas por saldos de anos económicos findos

despesas totais = despesas orçamentais + despesas por saldos de anos económicos findos

capacidade (se positiva) ou necessidade (se negativa) de financiamento = receitas efectivas – despesas totais

A partir de 1972, acrescentou-se ainda o cálculo de mais duas rubricas de síntese:

despesas efectivas = despesas totais – amortizações da dívida pública

saldo efectivo = receitas efectivas – despesas efectivas

## **Duração dos anos económicos**

O decreto com força de lei 22 de 16 de Maio de 1832 da regência constitucional mandou que os anos económicos se iniciassem em 1 de Julho de cada ano civil e terminassem em 30 de Junho do ano civil seguinte.

O decreto-lei 25299 de 6 de Maio de 1935 mandou que os anos económicos de 1936 em diante coincidissem com os anos civis. Para transição, o ano económico de 1934-1935 iniciou-se em 1 de Julho de 1934 e terminou em 31 de Dezembro de 1935, nos termos do mesmo decreto-lei, tendo, portanto, durado dezoito meses, ao contrário de todos os outros, que duraram doze meses.

---

<sup>6</sup> Estas rubricas de síntese e as rubricas necessárias para o seu cálculo foram inseridas no anexo ao citado volume Os orçamentos no parlamento português.

## **Orgânica ministerial e denominações dos ministérios**

Em observações relativas a diversos anos económicos assinalam-se as alterações mais importantes da orgânica ministerial. Uma enumeração exaustiva das alterações da orgânica ministerial e das denominações dos ministérios pode encontrar-se no capítulo 9 dos volumes Estatísticas Históricas Portuguesas (Lisboa: INE, 2001).

## ANO ECONÓMICO DE 1837-1838

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 24 de Abril de 1837 por um governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, visconde de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: Manuel Silva Passos).

Lei de autorização de cobrança de receitas e realização de despesas aprovada pelas Cortes Constituintes – lei de 7 de Julho de 1837.

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes Constituintes – lei de 7 de Abril de 1838.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 10 de Agosto de 1837, governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: António Dias Oliveira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira).

De 10 de Agosto de 1837 a 30 de Junho de 1838, governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, visconde de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: de 10 de Agosto de 1837 a 17 de Abril de 1838, João Gualberto Oliveira; de 17 de Abril a 30 de Junho de 1838, Manuel António Carvalho).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>9 294</b>	<b>10 041</b>	<b>?</b>
Impostos directos	2 710	3 210	?
Impostos indirectos	4 094	3 996	?
Bens próprios nacionais	514	514	?
Rendimentos diversos	1 966	1 607	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	—	713	?
<b>DESPEAS</b>	<b>11 218</b>	<b>10 440</b>	<b>?</b>
Encargos gerais	4 556	4 817	?
Ministério da Fazenda	700	743	?
Ministério do Reino	1 349	1 403	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	454	393	?

Ano económico de 1837-1838

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Guerra	2 963	2 000	?
Ministério da Marinha e Ultramar	990	930	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	204	155	?
<b>SALDO</b>	<b>- 1 924</b>	<b>- 399</b>	<b>?</b>

síntese do ano económico 1837-1838	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	9 294	10 041	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	9 294	10 041	?
despesas totais	11 218	10 440	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 924	- 399	?

## Observações

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, ou de qualquer ministério para este ano económico.

## ANO ECONÓMICO DE 1838-1839

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada por um governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, visconde de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: Manuel António Carvalho).

Lei de meios e duodécimos para o primeiro semestre de 1838-1839 aprovada pelas Cortes Constituintes – lei de 7 de Abril de 1838 (repôs em vigor a lei da mesma data para o ano económico anterior).

Decreto de meios e duodécimos para o segundo semestre de 1838-1839 aprovado por um governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, visconde de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: Manuel António Carvalho) – decreto de 28 de Dezembro de 1838 (prorrogou a vigência da lei de 7 de Abril de 1838).

Lei de meios e duodécimos provisória para o conjunto do ano de 1838-1839 aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Março de 1839 (prorrogou a vigência da lei de 7 de Abril de 1838).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1838 a 18 de Abril de 1839, governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, visconde de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: Manuel António Carvalho).

De 18 de Abril a 30 de Junho de 1839, governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Rodrigo Pinto Pizarro, barão da Ribeira de Sabrosa; Ministro da Fazenda: Manuel António Carvalho).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>9 693</b>	<b>10 041</b>	<b>?</b>
Impostos directos	2 561	3 210	?
Impostos indirectos	4 199	3 996	?
Bens próprios nacionais	432	514	?

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Rendimentos diversos	1 471	1 607	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	1 029	713	?
<b>DESPEAS</b>	<b>11 845</b>	<b>10 440</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	906	enc. gerais	?
Encargos gerais	3 491	4 817	?
Ministério da Fazenda	792	743	?
Ministério do Reino	1 460	1 403	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	406	393	?
Ministério da Guerra	3 398	2 000	?
Ministério da Marinha e Ultramar	1 190	930	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	202	155	?
<b>SALDO</b>	<b>- 1 152</b>	<b>- 399</b>	<b>?</b>

síntese do ano económico 1838-1839	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	9 693	10 041	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	9 693	10 041	?
despesas totais	11 845	10 440	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 152	- 399	?

## Observações

Orçamento aprovado segundo a lei de 7 de Abril de 1838 para o ano económico de 1837-1838.

No orçamento aprovado pela lei de 7 de Abril de 1838, as despesas da Junta do Crédito Público estão englobadas nos encargos gerais.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, ou de qualquer ministério.

## ANO ECONÓMICO DE 1839-1840

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Janeiro de 1839 por um governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, visconde de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: Manuel António Carvalho).

Lei de meios e duodécimos provisória aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Junho de 1839 (repôs em vigor a lei de 7 de Abril de 1838).

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 31 de Julho de 1839.

Não houve orçamento das receitas definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 26 de Novembro de 1839, governo progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Rodrigo Pinto Pizarro, barão da Ribeira de Sabrosa; Ministro da Fazenda: Manuel António Carvalho).

De 26 de Novembro de 1839 a 30 de Junho de 1840, governo conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: José Travassos Valdez, conde do Bonfim; Ministro da Fazenda: Florido Pereira Ferraz).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>9 693</b>	<b>10 041</b>	?
Impostos directos	2 561	3 210	?
Impostos indirectos	4 199	3 996	?
Bens próprios nacionais	432	514	?
Rendimentos diversos	1 471	1 607	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	1 029	713	?
<b>DESPESAS</b>	<b>11 845</b>	<b>11 128</b>	?
Junta do Crédito Público	906	938	?
Encargos gerais	3 491	3 378	?
Ministério da Fazenda	792	688	?

Ano económico de 1839-1840

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Reino	1 460	1 484	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	406	407	?
Ministério da Guerra	3 398	2 900	?
Ministério da Marinha e Ultramar	1 190	1 152	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	202	180	?
<b>SALDO</b>	<b>- 2 152</b>	<b>- 1 087</b>	<b>?</b>

síntese do ano económico 1839-1840 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	9 693	10 041	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	9 693	10 041	?
despesas totais	11 845	11 128	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 152	- 1 087	?

## Observações

A proposta do governo não foi publicada no Diário das Sessões de qualquer das câmaras e não foi possível encontrá-la em publicação autónoma. Da intervenção de apresentação da proposta na Câmara dos Deputados pelo Ministro da Fazenda pode deduzir-se que a proposta é idêntica à apresentada no ano económico anterior.

No orçamento aprovado, receitas segundo a lei de 7 de Abril de 1838.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, ou de qualquer ministério.

## **ANO ECONÓMICO DE 1840-1841**

### **Preparação do orçamento**

Proposta de orçamento apresentada em 17 de Fevereiro de 1840 por um governo conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: José Travassos Valdez, conde do Bonfim; Ministro da Fazenda: Florido Pereira Ferraz).

Lei de meios e duodécimos para os meses de Julho, Agosto e Setembro aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1840 (repôs em vigor as leis de 7 de Abril de 1838 e de 31 de Julho de 1839).

Lei de meios e duodécimos para os meses de Outubro, Novembro, Dezembro e Janeiro aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Setembro de 1840 (prorrogou a vigência das leis de 7 de Abril de 1838 e de 31 de Julho de 1839).

Lei de meios e duodécimos para os meses de Fevereiro e Março aprovada pelas Cortes – lei de 5 de Fevereiro de 1841 (prorrogou a vigência das leis de 7 de Abril de 1838 e de 31 de Julho de 1839).

Lei de meios e duodécimos para os meses de Abril, Maio e Junho aprovada pelas Cortes – lei de 20 de Março de 1841 (prorrogou a vigência das leis de 7 de Abril de 1838 e de 31 de Julho de 1839).

Não houve orçamento definitivo.

### **Execução do orçamento**

De 1 de Julho de 1840 a 9 de Junho de 1841, governo conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: José Travassos Valdez, conde do Bonfim; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho de 1840 a 28 de Janeiro de 1841, Florido Pereira Ferraz; de 28 de Janeiro a 12 de Março de 1841, Manuel Gonçalves Miranda; de 12 de Março a 9 de Junho de 1841, João Gualberto Oliveira, barão do Tojal).

De 9 a 30 de Junho de 1841, governo conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>9 917</b>	<b>10 041</b>	<b>?</b>
Impostos directos	2 567	3 210	?
Impostos indirectos	4 264	3 996	?
Bens próprios nacionais	423	514	?
Rendimentos diversos	1 480	1 607	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	1 183	713	?
<b>DESPEAS</b>	<b>12 056</b>	<b>11 128</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	1 160	938	?
Encargos gerais	3 457	3 378	?
Ministério da Fazenda	739	688	?
Ministério do Reino	1 495	1 484	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	433	407	?
Ministério da Guerra	3 377	2 900	?
Ministério da Marinha e Ultramar	1 169	1 152	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	227	180	?
<b>SALDO</b>	<b>- 2 139</b>	<b>- 1 087</b>	<b>?</b>

síntese do ano económico 1840-1841	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	9 917	10 041	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	9 917	10 041	?
despesas totais	12 056	11 128	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 139	- 1 087	?

## Observações

No orçamento aprovado, receitas segundo a lei de 7 de Abril de 1838, despesas segundo a lei de 31 de Julho de 1839.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, ou de qualquer ministério.

## ANO ECONÓMICO DE 1841-1842

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 14 de Janeiro de 1841 por um governo conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: José Travassos Valdez, conde do Bonfim; Ministro da Fazenda: Florido Pereira Ferraz).

Lei de meios e duodécimos para os meses de Julho, Agosto e Setembro aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Junho de 1841 (repôs em vigor as leis de 7 de Abril de 1838 e de 31 de Julho de 1839).

Lei de meios e duodécimos provisória aprovada pelas Cortes – lei de 23 de Setembro de 1841 (prorrogou a vigência das leis de 7 de Abril de 1838 e de 31 de Julho de 1839).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 16 de Novembro de 1841.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1841 a 7 de Fevereiro de 1842, governo conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

De 7 a 9 de Fevereiro de 1842, governo conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: Pedro Sousa Holstein, duque de Palmela; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

De 9 de Fevereiro a 30 de Junho de 1842, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: de 9 a 24 de Fevereiro de 1842, José Jorge Loureiro; de 24 de Fevereiro a 30 de Junho de 1842, João Gualberto Oliveira, barão do Tojal).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 883</b>	<b>10 333</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 502</b>	<b>10 093</b>	?
Impostos directos	2 763	1 736	?
Impostos indirectos	4 484	4 399	?
Bens próprios nacionais	693	208	?
Rendimentos diversos	1 411	1 427	?

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Donativos da Família Real	0	98	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	1 152	2 225	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>381</b>	<b>240</b>	<b>?</b>
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPEAS</b>	<b>10 892</b>	<b>10 983</b>	<b>?</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>10 512</b>	<b>10 290</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	1 141	2 215	?
Encargos gerais	2 352	1 428	?
Ministério da Fazenda	724	668	676
Ministério do Reino	1 294	1 323	1 203
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	493	468	?
Ministério da Guerra	3 186	2 955	?
Ministério da Marinha e Ultramar	1 113	1 000	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	210	232	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>381</b>	<b>693</b>	<b>?</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 9</b>	<b>- 650</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 9	- 197	?
Saldo extraordinário	0	- 453	?

síntese do ano económico 1841-1842	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	10 883	10 333	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	10 883	10 333	?
despesas totais	10 892	10 983	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 9	- 650	?

## Observações

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A conta de exercício do Ministério da Fazenda não abrange os encargos gerais.

## ANO ECONÓMICO DE 1842-1843

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 25 de Agosto de 1842 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, barão do Tojal).

Lei de meios e duodécimos provisória – lei de 14 de Setembro de 1842 (repôs em vigor a lei de 16 de Novembro de 1841).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1842 a 30 de Junho de 1843, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, barão do Tojal).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 258</b>	<b>10 333</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 258</b>	<b>10 093</b>	?
Impostos directos	2 146	1 736	?
Impostos indirectos	4 108	4 399	?
Bens próprios nacionais	348	208	?
Rendimentos diversos	1 178	1 427	?
Donativos da Família Real	0	98	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	2 478	2 225	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>240</b>	?
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPESAS</b>	<b>11 775</b>	<b>10 983</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>11 123</b>	<b>10 290</b>	?
Junta do Crédito Público	2 677	2 215	?
Encargos gerais	2 187	1 428	?

Ano económico de 1842-1843

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	723	668	690
Ministério do Reino	1 323	1 323	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	424	468	?
Ministério da Guerra	2 683	2 955	?
Ministério da Marinha e Ultramar	890	1 000	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	216	232	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>652</b>	<b>693</b>	<b>?</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 1 517</b>	<b>- 650</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 865	- 197	?
Saldo extraordinário	- 652	- 453	?

síntese do ano económico 1842-1843	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	10 258	10 333	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	10 258	10 333	?
despesas totais	11 775	10 983	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 517	- 650	?

## Observações

Orçamento aprovado segundo a lei de 16 de Novembro de 1841.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A conta de exercício do Ministério da Fazenda não abrange os encargos gerais.

## ANO ECONÓMICO DE 1843-1844

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Janeiro de 1843 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, barão do Tojal).

Lei de meios e duodécimos provisória – lei de 28 de Junho de 1843 (repôs em vigor a lei de 16 de Novembro de 1841).

Lei de receita e despesa da Junta do Crédito Público – lei de 10 de Julho de 1843.

Não houve orçamento definitivo excepto para a Junta do Crédito Público.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1843 a 30 de Junho de 1844, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, barão do Tojal).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>9 841</b>	<b>10 699</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>9 841</b>	<b>10 459</b>	?
Impostos directos	2 188	1 736	?
Impostos indirectos	3 625	4 399	?
Bens próprios nacionais	334	208	?
Rendimentos diversos	1 180	1 427	?
Donativos da Família Real	0	98	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	2 514	2 591	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>240</b>	?
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPESAS</b>	<b>11 156</b>	<b>11 342</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>10 897</b>	<b>10 649</b>	?
Junta do Crédito Público	2 683	2 574	?

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	2 188	1 428	?
Ministério da Fazenda	696	668	827
Ministério do Reino	1 276	1 323	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	420	468	?
Ministério da Guerra	2 559	2 955	?
Ministério da Marinha e Ultramar	855	1 000	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	220	232	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>259</b>	<b>693</b>	<b>?</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 1 315</b>	<b>- 643</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 1 056	- 190	?
Saldo extraordinário	- 259	- 453	?

síntese do ano económico 1843-1844	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	9 841	10 699	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	9 841	10 699	?
despesas totais	11 156	11 342	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 315	- 643	?

## Observações

Orçamento aprovado segundo a lei de 10 de Julho de 1843 para a Junta do Crédito Público e segundo a lei de 16 de Novembro de 1841 para as restantes rubricas parciais. Totais calculados em conformidade.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A conta de exercício do Ministério da Fazenda não abrange os encargos gerais.

## ANO ECONÓMICO DE 1844-1845

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 17 de Janeiro de 1844 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, barão do Tojal).

Decreto de meios e duodécimos provisório aprovado por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, barão do Tojal) – decreto de 15 de Junho de 1844 (repôs em vigor as leis de 16 de Novembro de 1841 e de 10 de Julho de 1843).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1844 a 30 de Junho de 1845, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, barão depois conde do Tojal).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 445</b>	<b>10 699</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>9 934</b>	<b>10 459</b>	?
Impostos directos	2 123	1 736	?
Impostos indirectos	3 610	4 399	?
Bens próprios nacionais	254	208	?
Rendimentos diversos	1 353	1 427	?
Donativos da Família Real	0	98	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	2 594	2 591	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>511</b>	<b>240</b>	?
das quais empréstimos	511	0	?
<b>DESPEAS</b>	<b>11 541</b>	<b>11 342</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>11 030</b>	<b>10 649</b>	?

Ano económico de 1844-1845

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	2 887	2 574	?
Encargos gerais	1 908	1 428	?
Ministério da Fazenda	798	668	885
Ministério do Reino	1 187	1 323	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	479	468	?
Ministério da Guerra	2 626	2 955	?
Ministério da Marinha e Ultramar	907	1 000	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	237	232	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>511</b>	<b>693</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	0
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	?
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
<b>SALDO</b>	<b>- 1 096</b>	<b>- 643</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 1 096	- 190	?
Saldo extraordinário	0	- 453	?

síntese do ano económico 1844-1845	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	10 445	10 699	?
empréstimos	511	0	?
receitas efectivas	9 934	10 699	?
despesas totais	11 541	11 342	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 607	- 643	?

## Observações

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Ano económico de 1844-1845

Orçamento aprovado segundo a lei de 10 de Julho de 1843 para a Junta do Crédito Público e segundo a lei de 16 de Novembro de 1841 para as restantes rubricas parciais. Totais calculados em conformidade.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A conta de exercício do Ministério da Fazenda não abrange os encargos gerais.

## ANO ECONÓMICO DE 1845-1846

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento ordinário apresentada em 17 de Janeiro de 1845 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, conde do Tojal).

Proposta de orçamento extraordinário apresentada em 11 de Março de 1845 pelo mesmo governo.

Lei de receita e despesa extraordinária aprovada pelas Cortes – lei de 19 de Abril de 1845.

Lei de receita e despesa ordinária aprovada pelas Cortes – lei de 23 de Abril de 1845.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1845 a 20 de Maio de 1846, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, conde do Tojal).

De 20 de Maio a 30 de Junho de 1845, governo progressista e conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Pedro Sousa Holstein, duque de Palmela).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 368</b>	<b>11 501</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 757</b>	<b>10 890</b>	?
Impostos directos	3 265	3 324	?
Impostos indirectos	4 205	4 205	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	418	484	?
Dotação da Junta do Crédito Público	2 869	2 878	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>611</b>	<b>611</b>	?
das quais empréstimos	611	611	?
<b>DESPEAS</b>	<b>11 329</b>	<b>11 408</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>10 718</b>	<b>10 797</b>	?

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	2 868	2 878	?
Encargos gerais	2 065	2 164	?
Ministério da Fazenda	676	669	?
Ministério do Reino	1 098	1 071	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	423	423	?
Ministério da Guerra	2 495	2 488	?
Ministério da Marinha e Ultramar	868	857	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	223	248	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>611</b>	<b>611</b>	<b>?</b>
<b>SALDO</b>	<b>+ 39</b>	<b>+ 93</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	+ 39	+ 93	?
Saldo extraordinário	0	0	?

síntese do ano económico 1845-1846	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 368	11 501	?
empréstimos	611	611	?
receitas efectivas	10 757	10 890	?
despesas totais	11 329	11 408	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 572	- 518	?

## Observações

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, ou de qualquer ministério.

## ANO ECONÓMICO DE 1846-1847

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Fevereiro de 1846 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, conde do Tojal).

Proposta de lei de despesa extraordinária apresentada em 20 de Março de 1846 pelo mesmo governo.

Decreto de meios e duodécimos aprovado por um governo progressista e conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Pedro Sousa Holstein, duque de Palmela) – decreto de 8 de Junho de 1846 (repôs em vigor as leis de 19 e 23 de Abril de 1845).

Orçamento aprovado por um governo progressista e conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: Pedro Sousa Holstein, duque de Palmela; Ministro da Fazenda: Júlio Silva Sanches) – decreto de 21 de Agosto de 1846.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 6 de Outubro de 1846, governo progressista e conservador moderado (Presidente do Conselho de Ministros: Pedro Sousa Holstein, duque de Palmela; Ministro da Fazenda: de 1 a 19 de Julho de 1846, Pedro Sousa Holstein, duque de Palmela; de 19 de Julho a 6 de Outubro de 1846, Júlio Silva Sanches)

De 6 de Outubro de 1846 a 28 de Abril de 1847, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: João Oliveira Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: de 6 a 13 de Outubro de 1846, Marcelino Azevedo Melo, visconde de Oliveira; de 13 de Outubro de 1846 a 20 de Fevereiro de 1847, José Sousa Azevedo, visconde de Algés; de 20 de Fevereiro a 28 de Abril de 1847, João Gualberto Oliveira, conde do Tojal).

De 28 de Abril a 30 de Junho de 1847, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: não foi nomeado; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, conde do Tojal).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 625</b>	<b>12 924</b>	<b>?</b>

Ano económico de 1846-1847

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 625</b>	<b>12 924</b>	<b>?</b>
Impostos directos	2 924	?	?
Impostos indirectos	4 210	?	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	533	?	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	3 958	3 958	?
Impostos adicionais	0	849	?
Donativo da Família Real	0	118	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>?</b>
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPESAS</b>	<b>11 832</b>	<b>10 721</b>	<b>?</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>11 661</b>	<b>10 721</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	3 952	3 338	?
Encargos gerais	2 040	1 977	?
Ministério da Fazenda	708	696	?
Ministério do Reino	1 043	1 033	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	383	396	?
Ministério da Guerra	2 436	2 326	?
Ministério da Marinha e Ultramar	866	720	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	233	241	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>171</b>	<b>0</b>	<b>?</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 207</b>	<b>+ 2 203</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 36	+ 2 203	?
Saldo extraordinário	- 171	0	?

síntese do ano económico 1846-1847	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 625	12 924	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	11 625	12 924	?
despesas totais	11 832	10 721	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 207	+ 2 203	?

## Observações

O decreto de 21 de Agosto de 1846 pôs em vigor a lei de receita e despesa ordinária aprovada pelas Cortes, mas que não fora ainda promulgada, com alterações (impostos adicionais, donativo da Família Real e reduções de despesas). Os quadros anexos ao decreto apenas indicam essas alterações, pelo que: o total definitivo das receitas foi calculado adicionando aos 11 957 contos previstos na lei de receita e despesa ordinária aprovada pelas Cortes os impostos adicionais e o donativo da Família Real; e os valores definitivos do orçamento das despesas foram calculados a partir dos quantitativos aprovados pelas Cortes e das reduções, conforme especificado no quadro seguinte. Não foi publicada, nem no Diário das Sessões de qualquer das câmaras, nem no Diário do Governo, a decomposição das receitas previstas na lei de receita e despesa ordinária aprovada pelas Cortes. Não foi posta em vigor a lei de despesa extraordinária também aprovada pelas Cortes e não promulgada, que autorizava despesas de 171 contos.

valores em contos	aprovado pelas Cortes	reduções do Governo
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>11 963</b>	<b>1 242</b>
Junta do Crédito Público	3 952	614
Encargos gerais	2 057	80
Ministério da Fazenda	782	86
Ministério do Reino	1 093	63
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	420	26
Ministério da Guerra	2 526	200
Ministério da Marinha e Ultramar	885	165
Ministério dos Negócios Estrangeiros	249	8

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, ou de qualquer ministério.

## ANO ECONÓMICO DE 1847-1848

### Preparação do orçamento

Não foi apresentada proposta de orçamento pelo governo.

Decreto de meios e duodécimos aprovado por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: não foi nomeado; Ministro da Fazenda: João Gualberto Oliveira, conde do Tojal) – decreto de 30 de Junho de 1847 (repôs em vigor o decreto de 21 de Agosto de 1846).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 24 de Fevereiro de 1847.

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 18 de Dezembro de 1847, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: não foi nomeado; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho a 22 de Agosto de 1847, João Gualberto Oliveira, conde do Tojal; de 22 de Agosto a 18 de Dezembro de 1847, Marino Miguel Franzini).

De 18 de Dezembro de 1847 a 30 de Junho de 1848, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: João Oliveira Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Joaquim José Falcão).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 501</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 890</b>	?
Impostos directos	3 324	?
Impostos indirectos	4 205	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	484	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	2 878	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>611</b>	?
das quais empréstimos	611	?
<b>DESPEAS</b>	<b>11 408</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>10 797</b>	?

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	2 878	3 276
Encargos gerais	2 164	2 111
Ministério da Fazenda	669	595
Ministério do Reino	1 071	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	423	?
Ministério da Guerra	2 488	?
Ministério da Marinha e Ultramar	857	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	248	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>611</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	0
Ministério do Reino	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?
Ministério da Guerra	?	?
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?
<b>SALDO</b>	<b>+ 93</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	+ 93	?
Saldo extraordinário	0	?

síntese do ano económico 1847-1848	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos		
receitas totais	11 501	?
empréstimos	611	?
receitas efectivas	10 890	?
despesas totais	11 408	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 518	?

## Observações

A lei de 24 de Fevereiro de 1847 não repôs formalmente em vigor qualquer orçamento. Supõe-se em vigor o orçamento para o ano económico de 1845-1846, aprovado pela lei de 23 de Abril de 1845, conforme menção expressa na conta de exercício do Ministério da Fazenda.

No orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Ano económico de 1847-1848

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1848-1849

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 13 de Março de 1848 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: João Oliveira Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Joaquim José Falcão).

Lei de meios e duodécimos para Julho, Agosto e Setembro aprovada pelas Cortes – lei de 13 de Julho de 1848.

Lei de despesa ordinária aprovada pelas Cortes – lei de 22 de Agosto de 1848.

Lei de receita e de despesa adicional da Junta do Crédito Público e extraordinária aprovada pelas Cortes – lei de 26 de Agosto de 1848.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1848 a 18 de Junho de 1849, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: João Oliveira Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho de 1848 a 29 de Janeiro de 1849, Joaquim José Falcão; de 29 de Janeiro a 18 de Junho de 1849, António Lopes Branco).

De 18 a 30 de Junho de 1849, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Costa Cabral, conde de Tomar; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 118</b>	<b>12 797</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 118</b>	<b>11 887</b>	?
Impostos directos	2 828	2 415	?
Impostos indirectos	4 171	5 074	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	878	101	?
Rendimentos do Fundo de Amortização	0	727	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	3 241	3 570	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>910</b>	?
das quais empréstimos	0	0	?

Ano económico de 1848-1849

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>DESPEAS</b>	<b>11 629</b>	<b>11 955</b>	<b>?</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>11 629</b>	<b>11 100</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	3 475	3 572	3 461
Encargos gerais	2 013	1 795	1 998
Ministério da Fazenda	702	686	804
Ministério do Reino	1 111	1 069	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	419	415	?
Ministério da Guerra	2 831	2 584	?
Ministério da Marinha e Ultramar	836	767	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	242	212	?
Fundo Especial de Amortização	0	727	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>855</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	0
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	?
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
Saldo	- 511	+ 842	?
Saldo ordinário	- 511	+ 787	?
Saldo extraordinário	0	+ 55	?

síntese do ano económico 1848-1849	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 118	12 797	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	11 118	12 797	?
despesas totais	11 629	11 955	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 511	+ 842	?

## **Observações**

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

No orçamento aprovado, encontram-se os totais das leis de 22 de Agosto de 1848 e de 26 de Agosto de 1848.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1849-1850

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 13 de Janeiro de 1849 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: João Oliveira Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Joaquim José Falcão).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1849.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 9 de Julho de 1849.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1849 a 30 de Junho de 1850, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Costa Cabral, conde de Tomar; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 261</b>	<b>11 079</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 261</b>	<b>10 972</b>	?
Impostos directos	2 106	2 451	?
Impostos indirectos	4 847	4 425	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	89	89	?
Rendimentos do Fundo de Amortização	727	327	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	2 491	3 680	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>106</b>	?
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPEASAS</b>	<b>12 522</b>	<b>12 567</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>12 522</b>	<b>12 198</b>	?
Junta do Crédito Público	3 680	3 680	3 442
Encargos gerais	2 113	1 907	1 532
Ministério da Fazenda	689	757	794

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Reino	1 139	1 225	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	438	429	?
Ministério da Guerra	2 730	2 886	?
Ministério da Marinha e Ultramar	792	775	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	214	213	?
Fundo Especial de Amortização	727	327	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>369</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	18
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	?
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
<b>SALDO</b>	<b>- 2 261</b>	<b>- 1 488</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 2 261	- 1 225	?
Saldo extraordinário	0	- 263	?

síntese do ano económico 1849-1850	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	10 261	11 079	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	10 261	11 079	?
despesas totais	12 522	12 567	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 261	- 1 488	?

## Observações

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Segundo a lei de 30 de Junho de 1849, o total de impostos indirectos relativo a este ano económico era de 4 616 contos, mas 191 contos tinham já sido recebidos antecipadamente no ano económico de 1848-1849.

Ano económico de 1849-1850

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As despesas extraordinárias do Ministério da Fazenda foram classificadas como encargos gerais.

## ANO ECONÓMICO DE 1850-1851

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 11 de Maio de 1850 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Costa Cabral, conde de Tomar; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 26 de Junho de 1850 (repôs em vigor as leis de 30 de Junho e 9 de Julho de 1849).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 23 de Julho de 1850.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 23 de Julho de 1850.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1850 a 26 de Abril de 1851, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Costa Cabral, conde de Tomar; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

De 26 de Abril a 1 de Maio de 1851, governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

De 1 de Maio a 30 de Junho de 1851, governo conservador moderado e progressista moderado, futuro Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Marino Miguel Franzini).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>12 597</b>	<b>12 597</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 397</b>	<b>11 397</b>	?
Impostos directos	2 530	2 530	?
Impostos indirectos	4 708	4 708	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	123	123	?
Rendimentos do Fundo de Amortização	493	493	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	3 541	3 541	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 200</b>	<b>1 200</b>	?

Ano económico de 1850-1851

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPEASAS</b>	<b>13 061</b>	<b>12 524</b>	<b>?</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>12 719</b>	<b>12 138</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	3 653	3 541	?
Encargos gerais	1 912	1 705	2 089
Ministério da Fazenda	815	815	805
Ministério do Reino	1 420	1 222	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	436	438	?
Ministério da Guerra	2 807	2 761	2 662
Ministério da Marinha e Ultramar	949	924	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	231	237	?
Fundo Especial de Amortização	495	495	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>342</b>	<b>386</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	50
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	0
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
<b>SALDO</b>	<b>- 464</b>	<b>+ 73</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 1 322	- 741	?
Saldo extraordinário	+ 858	+ 814	?

síntese do ano económico 1850-1851	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	12 597	12 597	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	12 597	12 597	?
despesas totais	13 061	12 524	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 464	+ 73	?

## **Observações**

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

As despesas extraordinárias do Ministério da Fazenda foram classificadas como encargos gerais.

## ANO ECONÓMICO DE 1851-1852

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 7 de Janeiro de 1851 por um governo conservador radical (Presidente do Conselho de Ministros: António Costa Cabral, conde de Tomar; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

Decreto de meios e duodécimos aprovado por um governo conservador moderado e progressista moderado, futuro Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Marino Miguel Franzini) – decreto de 21 de Junho de 1851 (repôs em vigor as leis de 23 de Julho de 1850).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1851 a 30 de Junho de 1852, governo conservador moderado e progressista moderado, futuro Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho a 5 de Agosto de 1851, Marino Miguel Franzini; de 5 a 21 de Agosto de 1851, Francisco Silva Ferrão; de 21 de Agosto de 1851 a 30 de Junho de 1852, Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 683</b>	<b>12 597</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 683</b>	<b>11 397</b>	?
Impostos directos	2 771	2 530	?
Impostos indirectos	4 648	4 708	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	179	123	?
Rendimentos do Fundo de Amortização	520	493	?
Receitas consignadas à Junta do Crédito Público	3 565	3 541	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>1 200</b>	?
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPEAS</b>	<b>12 637</b>	<b>12 524</b>	?

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>12 398</b>	<b>12 138</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	3 565	3 541	?
Encargos gerais	1 693	1 705	1 676
Ministério da Fazenda	805	815	748
Ministério do Reino	1 446	1 222	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	444	438	?
Ministério da Guerra	2 761	2 761	2 829
Ministério da Marinha e Ultramar	924	924	826
Ministério dos Negócios Estrangeiros	240	237	?
Fundo Especial de Amortização	520	495	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>239</b>	<b>386</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	22
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	0
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	4
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
<b>SALDO</b>	<b>- 954</b>	<b>+ 73</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 715	- 741	?
Saldo extraordinário	- 239	+ 814	?

síntese do ano económico 1851-1852	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 683	12 597	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	11 683	12 597	?
despesas totais	12 637	12 524	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 954	+ 73	?

## Observações

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Ano económico de 1851-1852

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, da Junta do Crédito Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1852-1853

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Março de 1852 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1852 (repôs em vigor as leis de 23 de Julho de 1850).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo) – decreto de 26 de Julho de 1852.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1852 a 30 de Junho de 1853, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 793</b>	<b>12 492</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 793</b>	<b>12 492</b>	?
Impostos directos	2 590	2 590	?
Impostos indirectos	6 641	6 640	?
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	591	591	?
Imposto de estradas	204	204	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	680	680	?
Rendimentos do Fundo de Amortização	88	88	?
Deduções de despesa	0	1 698	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	?
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPEAS</b>	<b>12 879</b>	<b>12 889</b>	?

Ano económico de 1852-1853

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>12 725</b>	<b>12 734</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	3 873	3 874	3 005
Encargos gerais	1 632	1 631	1 283
Ministério da Fazenda	808	808	748
Ministério do Reino	1 425	1 425	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	444	444	?
Ministério da Guerra	2 724	2 735	2 889
Ministério da Marinha e Ultramar	862	862	730
Ministério dos Negócios Estrangeiros	245	245	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	—	—	365
Amortização das notas do Banco de Lisboa	216	216	?
Fundo Especial de Amortização	495	495	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>154</b>	<b>154</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	143
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	0
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	—	—	0
<b>SALDO</b>	<b>- 2 086</b>	<b>- 397</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 1 932	- 242	?
Saldo extraordinário	- 154	- 154	?

síntese do ano económico 1852-1853	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	10 793	12 492	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	10 793	12 492	?
despesas totais	12 879	12 889	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 086	- 397	?

## **Observações**

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Durante este ano económico, foi criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Reino.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1853-1854

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 12 de Fevereiro de 1853 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Junho de 1853 (repôs em vigor o decreto de 26 de Julho de 1852).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 12 de Agosto de 1853.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 18 de Agosto de 1853.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1853 a 30 de Junho de 1854, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 807</b>	<b>11 837</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 807</b>	<b>11 837</b>	?
Impostos directos	2 741	2 741	?
Impostos indirectos	6 492	6 493	?
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	591	591	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	392	392	?
Rendimentos do Fundo de Amortização	591	591	?
Deduções de despesa	0	671	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	?
das quais empréstimos	0	0	?
<b>DESPEASAS</b>	<b>11 784</b>	<b>12 039</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>11 679</b>	<b>11 922</b>	?
Junta do Crédito Público	2 686	2 745	2 654

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	1 558	1 737	1 472
Ministério da Fazenda	753	756	727
Ministério do Reino	1 123	1 130	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	447	438	?
Ministério da Guerra	2 855	2 855	2 833
Ministério da Marinha e Ultramar	827	826	718
Ministério dos Negócios Estrangeiros	155	148	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 166	1 179	1 113
Amortização das notas do Banco de Lisboa	108	108	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>105</b>	<b>117</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	607
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	0
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	?	?	10
<b>SALDO</b>	<b>- 977</b>	<b>- 202</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 872	- 85	?
Saldo extraordinário	- 105	- 117	?

síntese do ano económico 1853-1854	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	10 807	11 837	?
empréstimos	0	0	?
receitas efectivas	10 807	11 837	?
despesas totais	11 784	12 039	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 977	- 202	?

## Observações

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Ano económico de 1853-1854

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1854-1855

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 20 de Janeiro de 1854 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1854 (repôs em vigor as leis de 12 e 18 de Agosto de 1853).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 5 de Agosto de 1854.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 5 de Agosto de 1854.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1854 a 30 de Junho de 1855, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 744</b>	<b>12 353</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 744</b>	<b>11 772</b>	?
Impostos directos	2 868	2 868	?
Impostos indirectos	6 493	6 456	?
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	584	584	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	451	515	?
Rendim, com aplicação decreto de 30 Agosto 1852	546	442	?
Deduções de despesa	803	797	?
Juros de títulos da dívida fundada	0	110	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>582</b>	?
das quais empréstimos	0	582	?
<b>DESPESAS</b>	<b>11 642</b>	<b>12 663</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>11 523</b>	<b>12 544</b>	?

Ano económico de 1854-1855

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	2 715	2 981	2 911
Encargos gerais	1 366	1 693	1 776
Ministério da Fazenda	752	733	735
Ministério do Reino	1 156	1 156	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	436	443	?
Ministério da Guerra	2 866	2 854	2 898
Ministério da Marinha e Ultramar	826	823	697
Ministério dos Negócios Estrangeiros	148	150	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 150	1 603	?
Amortização das notas do Banco de Lisboa	108	108	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>119</b>	<b>119</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	519
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	0
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	?	?	?
<b>SALDO</b>	<b>+ 102</b>	<b>- 310</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	+ 221	- 772	?
Saldo extraordinário	- 119	+ 463	?

síntese do ano económico 1854-1855	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 744	12 353	?
empréstimos	0	582	?
receitas efectivas	11 744	11 771	?
despesas totais	11 642	12 663	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	+ 102	- 892	?

## **Observações**

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

## ANO ECONÓMICO DE 1855-1856

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 3 de Janeiro de 1855 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Junho de 1855 (repôs em vigor as leis de 5 de Agosto de 1854).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 17 de Julho de 1855.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 17 de Julho de 1855.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1855 a 6 de Junho de 1856, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

De 6 a 30 de Junho de 1856, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: José Jorge Loureiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 001</b>	<b>12 224</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 801</b>	<b>11 624</b>	?
Impostos directos	2 914	2 914	?
Impostos indirectos	6 263	6 222	?
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	582	582	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	457	574	?
Rendim, com aplicação decreto de 30 Agosto 1852	585	535	?
Deduções de despesa	0	797	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>200</b>	<b>600</b>	?
das quais empréstimos	200	600	?

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>DESPEAS</b>	<b>12 697</b>	<b>12 721</b>	<b>?</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>12 697</b>	<b>12 602</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	3 075	3 020	2 933
Encargos gerais	1 714	1 828	1 733
Ministério da Fazenda	732	725	727
Ministério do Reino	1 149	1 148	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	443	438	?
Ministério da Guerra	2 852	2 832	?
Ministério da Marinha e Ultramar	821	822	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	150	151	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 248	1 529	1 921
Amortização das notas do Banco de Lisboa	512	108	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>119</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	1 329
Ministério do Reino	?	?	?
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	?
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	?
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	?	?	112
<b>SALDO</b>	<b>- 1 696</b>	<b>- 497</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 1 896	- 978	?
Saldo extraordinário	+ 200	+ 481	?

síntese do ano económico 1855-1856	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 001	12 224	?
empréstimos	200	600	?
receitas efectivas	10 801	11 624	?
despesas totais	12 697	12 721	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 896	- 1 097	?

## **Observações**

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, do Ministério do Reino, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha e Ultramar e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1856-1857

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 1 de Fevereiro de 1856 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Junho de 1856 (repôs em vigor as leis de 17 de Julho de 1855).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1856 a 30 de Junho de 1857, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho de 1856 a 23 de Janeiro de 1857, José Jorge Loureiro; de 23 de Janeiro a 14 de Março de 1857, Júlio Silva Sanches; de 14 de Março a 30 de Junho de 1857, António José Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 939</b>	<b>12 224</b>	<b>11 247</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 839</b>	<b>11 624</b>	<b>11 247</b>
Impostos directos	2 930	2 914	2 799
Impostos indirectos	6 230	6 222	6 570
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	586	582	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	562	574	1 245
Rendim, com aplicação decreto de 30 Agosto 1852	531	535	633
Deduções de despesa	0	797	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>100</b>	<b>600</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	100	600	0
<b>DESPEASAS</b>	<b>12 584</b>	<b>12 721</b>	<b>?</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>12 584</b>	<b>12 602</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	3 087	3 020	3 047

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	1 837	1 828	1 698
Ministério da Fazenda	723	725	695
Ministério do Reino	1 177	1 149	1 094
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	442	438	?
Ministério da Guerra	2 889	2 832	3 093
Ministério da Marinha e Ultramar	837	822	719
Ministério dos Negócios Estrangeiros	149	151	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 041	1 529	2 592
Amortização das notas do Banco de Lisboa	403	108	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>119</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	?	?	81
Ministério do Reino	?	?	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	?	?	?
Ministério da Guerra	?	?	0
Ministério da Marinha e Ultramar	?	?	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	?	?	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	?	?	1 992
<b>SALDO</b>	<b>- 1 645</b>	<b>- 497</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 1 745	- 978	?
Saldo extraordinário	+ 100	+ 481	?

síntese do ano económico 1856-1857	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	10 939	12 224	11 247
empréstimos	100	600	0
receitas efectivas	10 839	11 624	11 247
despesas totais	12 584	12 721	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 745	- 1 097	?

## Observações

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as despesas extraordinárias não estão decompostas por ministérios.

Ano económico de 1856-1857

Não foram publicadas contas de exercício do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1857-1858

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 5 de Fevereiro de 1857 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: Júlio Silva Sanches).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 27 de Junho de 1857 (repôs em vigor as leis de 17 de Julho de 1855).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 15 de Julho de 1857.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 15 de Julho de 1857.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1857 a 30 de Junho de 1858, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 095</b>	<b>12 624</b>	?
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 095</b>	<b>12 024</b>	?
Impostos directos	3 010	3 014	?
Impostos indirectos	6 218	6 220	?
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	590	810	?
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	771	752	?
Rendim, com aplicação decreto de 30 Agosto 1852	505	505	?
Deduções de despesa	0	723	?
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>600</b>	?
das quais empréstimos	0	600	?
<b>DESPESAS</b>	<b>13 258</b>	<b>13 537</b>	?
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>13 152</b>	<b>13 432</b>	?
Junta do Crédito Público	3 214	3 120	3 293

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	1 836	2 022	?
Ministério da Fazenda	744	744	?
Ministério do Reino	1 200	1 218	1 199
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	451	453	?
Ministério da Guerra	2 982	2 978	2 883
Ministério da Marinha e Ultramar	841	841	763
Ministério dos Negócios Estrangeiros	147	147	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 442	1 801	3 701
Amortização das notas do Banco de Lisboa	295	108	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>106</b>	<b>106</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	55	55	?
Ministério do Reino	6	6	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	6	6	?
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	39	39	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	8
<b>SALDO</b>	<b>- 2 163</b>	<b>- 913</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 2 057	- 1 408	?
Saldo extraordinário	- 106	+ 494	?

síntese do ano económico 1857-1858	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 095	12 624	?
empréstimos	0	600	?
receitas efectivas	11 095	12 024	?
despesas totais	13 258	13 537	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 163	- 1 513	?

## Observações

Não foram publicadas contas de exercício do Tesouro Público, do Ministério da Fazenda, do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1858-1859

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 5 de Novembro de 1857 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 26 de Junho de 1858 (repôs em vigor as leis de 15 de Julho de 1857).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1858 a 16 de Março de 1859, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

De 16 de Março a 30 de Junho de 1859, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: José Casal Ribeiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 489</b>	<b>12 624</b>	<b>11 761</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 489</b>	<b>12 024</b>	<b>11 761</b>
Impostos directos	3 087	3 014	2 983
Impostos indirectos	6 261	6 220	7 162
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	837	810	650
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	786	752	966
Rendim. com aplicação decreto de 30 Agosto 1852	518	505	0
Deduções de despesa	0	723	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>600</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	600	0
<b>DESPEAS</b>	<b>13 026</b>	<b>13 537</b>	<b>?</b>

Ano económico de 1858-1859

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>12 944</b>	<b>13 432</b>	<b>?</b>
Junta do Crédito Público	3 382	3 120	3 633
Encargos gerais	2 002	2 022	?
Ministério da Fazenda	751	744	?
Ministério do Reino	1 232	1 218	1 136
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	453	453	409
Ministério da Guerra	2 977	2 978	2 850
Ministério da Marinha e Ultramar	841	841	842
Ministério dos Negócios Estrangeiros	147	147	165
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	973	1 801	3 064
Amortização das notas do Banco de Lisboa	187	108	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>82</b>	<b>106</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	38	55	?
Ministério do Reino	0	6	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	6	6	5
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	39	39	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>- 1 537</b>	<b>- 913</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 1 455	- 1 408	?
Saldo extraordinário	- 82	+ 494	?

síntese do ano económico 1858-1859	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 489	12 624	11 761
empréstimos	0	600	0
receitas efectivas	11 489	12 024	11 761
despesas totais	13 026	13 537	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 537	- 1 513	?

Ano económico de 1858-1859

## **Observações**

Não foram publicadas contas de exercício do Ministério da Fazenda.

## ANO ECONÓMICO DE 1859-1860

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 5 de Novembro de 1858 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 16 de Abril de 1859 (repôs em vigor as leis de 15 de Julho de 1857).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1859 a 30 de Junho de 1860, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: de 1 de Julho de 1859 a 1 de Maio de 1860, António Severim Noronha, duque da Terceira; de 1 de Maio a 30 de Junho de 1860, Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: José Casal Ribeiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 867</b>	<b>12 624</b>	<b>11 654</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 867</b>	<b>12 024</b>	<b>11 654</b>
Impostos directos	3 112	3 014	3 011
Impostos indirectos	6 269	6 220	7 087
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	823	810	516
Imposto por lei de 14 de Agosto de 1858	172	0	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 490	752	1 040
Rendim. com aplicação decreto de 30 Agosto 1852	0	505	0
Deduções de despesa	0	723	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>600</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	600	0
<b>DESPEAS</b>	<b>13 312</b>	<b>13 537</b>	<b>?</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>13 232</b>	<b>13 432</b>	<b>?</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	3 616	3 120	3 887
Encargos gerais	2 147	2 022	6 440
Ministério da Fazenda	782	744	808
Ministério do Reino	1 246	1 218	1 207
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	458	453	434
Ministério da Guerra	2 948	2 978	3 250
Ministério da Marinha e Ultramar	883	841	815
Ministério dos Negócios Estrangeiros	145	147	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	927	1 801	3 132
Amortização das notas do Banco de Lisboa	79	108	?
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>80</b>	<b>106</b>	<b>?</b>
Ministério da Fazenda	32	55	52
Ministério do Reino	0	6	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	6	6	4
Ministério da Guerra	3	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	39	39	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	?
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>- 1 445</b>	<b>- 913</b>	<b>?</b>
Saldo ordinário	- 1 365	- 1 408	?
Saldo extraordinário	- 80	+ 494	?

síntese do ano económico 1859-1860	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 867	12 624	11 654
empréstimos	0	600	0
receitas efectivas	11 867	12 024	11 654
despesas totais	13 312	13 537	?
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 445	- 1 513	?

## Observações

Não foram publicadas contas de exercício do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

## ANO ECONÓMICO DE 1860-1861

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Fevereiro de 1860 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Severim Noronha, duque da Terceira; Ministro da Fazenda: José Casal Ribeiro).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Junho de 1860 (repôs em vigor as leis de 15 de Julho de 1857).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Julho de 1860.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Julho de 1860.

### Execução do orçamento

De 1 a 4 de Julho de 1860, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: José Casal Ribeiro).

De 4 de Julho de 1860 a 30 de Junho de 1861, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 983</b>	<b>12 768</b>	<b>12 300</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 983</b>	<b>12 748</b>	<b>12 173</b>
Impostos directos	3 151	3 151	3 001
Impostos indirectos	6 313	6 313	7 926
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	889	889	0
Imposto por lei de 14 de Agosto de 1858	175	175	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 455	1 581	1 246
Deduções de despesa	0	639	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>127</b>
das quais empréstimos	0	20	127
<b>DESPESAS</b>	<b>14 097</b>	<b>13 988</b>	<b>19 627</b>

Ano económico de 1860-1861

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>14 022</b>	<b>13 866</b>	<b>19 514</b>
Junta do Crédito Público	4 091	3 924	4 073
Encargos gerais	2 204	2 212	5 970
Ministério da Fazenda	787	785	1 007
Ministério do Reino	1 319	1 375	1 294
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	460	491	478
Ministério da Guerra	3 054	2 976	2 888
Ministério da Marinha e Ultramar	1 011	937	815
Ministério dos Negócios Estrangeiros	155	160	193
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	940	1 005	2 796
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>75</b>	<b>122</b>	<b>113</b>
Ministério da Fazenda	37	43	109
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	6	6	3
Ministério da Guerra	3	3	0
Ministério da Marinha e Ultramar	28	70	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>- 2 114</b>	<b>- 1 220</b>	<b>- 7 327</b>
Saldo ordinário	- 2 039	- 1 118	- 7 341
Saldo extraordinário	- 75	- 102	+ 14

síntese do ano económico 1860-1861	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	11 983	12 768	12 300
empréstimos	0	20	127
receitas efectivas	11 983	12 748	12 173
despesas totais	14 097	13 988	19 627
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 114	- 1 240	- 7 454

## ANO ECONÓMICO DE 1861-1862

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 7 de Janeiro de 1861 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, duque de Loulé; Ministro da Fazenda: António José Ávila).

Lei de meios e duodécimos para Julho aprovada pelas Cortes – lei de 27 de Junho de 1861 (repôs em vigor as leis de 28 de Julho de 1860).

Lei de meios e duodécimos até 20 de Agosto aprovada pelas Cortes – lei de 27 de Julho de 1861 (prorrogou a vigência das leis de 28 de Julho de 1860).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 17 de Agosto de 1861 (prorrogou a vigência das leis de 28 de Julho de 1860).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1861 a 30 de Junho de 1862, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, duque de Loulé; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho de 1861 a 21 de Fevereiro de 1862, António José Ávila; de 21 de Fevereiro a 30 de Junho de 1862, Joaquim Lobo de Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>12 732</b>	<b>12 768</b>	<b>13 635</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>12 732</b>	<b>12 748</b>	<b>13 635</b>
Impostos directos	3 998	3 151	4 101
Impostos indirectos	7 182	6 313	8 054
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	0	889	0
Imposto por lei de 14 de Agosto de 1858	0	175	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 551	1 581	1 480
Deduções de despesa	0	639	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>0</b>

Ano económico de 1861-1862

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
das quais empréstimos	0	20	0
<b>DESPEASAS</b>	<b>14 413</b>	<b>13 988</b>	<b>20 824</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>14 339</b>	<b>13 866</b>	<b>20 648</b>
Junta do Crédito Público	4 174	3 924	4 765
Encargos gerais	2 221	2 212	2 042
Ministério da Fazenda	865	785	1 035
Ministério do Reino	1 423	1 375	1 368
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	492	491	479
Ministério da Guerra	2 952	2 976	2 890
Ministério da Marinha e Ultramar	978	937	891
Ministério dos Negócios Estrangeiros	184	160	292
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 050	1 005	6 887
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>74</b>	<b>122</b>	<b>176</b>
Ministério da Fazenda	24	43	143
Ministério do Reino	18	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	2	6	3
Ministério da Guerra	3	3	0
Ministério da Marinha e Ultramar	27	70	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	30
<b>SALDO</b>	<b>- 1 681</b>	<b>- 1 220</b>	<b>- 7 189</b>
Saldo ordinário	- 1 607	- 1 118	- 7 013
Saldo extraordinário	- 74	- 102	- 176

síntese do ano económico 1861-1862	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	12 732	12 768	13 635
empréstimos	0	20	0
receitas efectivas	12 732	12 748	13 635
despesas totais	14 413	13 988	20 824
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 681	- 1 240	- 7 189

## ANO ECONÓMICO DE 1862-1863

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 2 de Janeiro de 1862 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: Joaquim Lobo de Ávila).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1862 (repôs em vigor as leis de 28 de Julho de 1860).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1862 a 30 de Junho de 1863, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: Joaquim Lobo de Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>14 349</b>	<b>12 768</b>	<b>14 530</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>14 349</b>	<b>12 748</b>	<b>14 530</b>
Impostos directos	4 489	3 151	4 419
Impostos indirectos	7 838	6 313	8 473
Imposto para amortização das notas do B. Lisboa	0	889	0
Imposto por lei de 14 de Agosto de 1858	0	175	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 022	1 581	1 638
Deduções de despesa	0	639	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>20</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	20	0
<b>DESPESAS</b>	<b>15 361</b>	<b>13 988</b>	<b>22 417</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>15 304</b>	<b>13 866</b>	<b>22 261</b>
Junta do Crédito Público	4 653	3 924	5 757
Encargos gerais	2 096	2 212	1 997

Ano económico de 1862-1863

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	972	785	1 273
Ministério do Reino	1 459	1 375	1 428
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	491	491	494
Ministério da Guerra	3 113	2 976	3 067
Ministério da Marinha e Ultramar	1 010	937	960
Ministério dos Negócios Estrangeiros	185	160	273
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 326	1 005	7 011
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>57</b>	<b>122</b>	<b>156</b>
Ministério da Fazenda	18	43	122
Ministério do Reino	6	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	3	6	13
Ministério da Guerra	3	3	0
Ministério da Marinha e Ultramar	27	70	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	21
<b>SALDO</b>	<b>- 1 012</b>	<b>- 1 220</b>	<b>- 7 887</b>
Saldo ordinário	- 955	- 1 118	- 7 731
Saldo extraordinário	- 57	- 102	- 156

síntese do ano económico 1862-1863	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	14 349	12 768	14 530
empréstimos	0	20	0
receitas efectivas	14 349	12 748	14 530
despesas totais	15 361	13 988	22 417
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 012	- 1 240	- 7 887

## ANO ECONÓMICO DE 1863-1864

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 2 de Janeiro de 1863 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: Joaquim Lobo de Ávila).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 23 de Junho de 1863 (repôs em vigor as leis de 28 de Julho de 1860).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 13 de Julho de 1863.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 13 de Julho de 1863.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1863 a 30 de Junho de 1864, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: Joaquim Lobo de Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>14 867</b>	<b>15 371</b>	<b>14 840</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>14 867</b>	<b>15 371</b>	<b>14 840</b>
Impostos directos	4 792	4 792	4 272
Impostos indirectos	8 076	8 076	8 699
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 999	2 069	1 869
Deduções de despesa	0	435	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>16 879</b>	<b>16 910</b>	<b>21 372</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>16 829</b>	<b>16 850</b>	<b>20 572</b>
Junta do Crédito Público	5 518	5 409	5 982
Encargos gerais	2 612	2 652	2 209
Ministério da Fazenda	1 020	1 077	1 520

Ano económico de 1863-1864

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Reino	1 490	1 497	1 459
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	497	497	510
Ministério da Guerra	3 085	3 107	3 119
Ministério da Marinha e Ultramar	1 088	1 090	957
Ministério dos Negócios Estrangeiros	189	189	192
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 329	1 333	4 621
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>50</b>	<b>60</b>	<b>800</b>
Ministério da Fazenda	18	28	86
Ministério do Reino	2	2	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	19
Ministério da Guerra	3	3	0
Ministério da Marinha e Ultramar	27	27	482
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	+0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	213
<b>SALDO</b>	<b>- 2 012</b>	<b>- 1 539</b>	<b>- 6 532</b>
Saldo ordinário	- 1 962	- 1 479	- 5 732
Saldo extraordinário	- 50	- 60	- 800

síntese do ano económico 1863-1864	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	14 867	15 371	14 840
empréstimos	0	0	0
receitas efectivas	14 867	15 371	14 840
despesas totais	16 879	16 910	21 372
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 012	- 1 539	- 6 532

## ANO ECONÓMICO DE 1864-1865

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 4 de Janeiro de 1864 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: Joaquim Lobo de Ávila).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 25 de Junho de 1864.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 25 de Junho de 1864.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1864 a 17 de Abril de 1865, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, marquês de Loulé; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho de 1864 a 5 de Março de 1865, Joaquim Lobo de Ávila; de 5 de Março a 17 de Abril de 1865, Matias Carvalho Vasconcelos).

De 17 de Abril a 30 de Junho de 1865, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, marquês de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: António José Ávila, conde de Ávila).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>16 500</b>	<b>20 104</b>	<b>17 014</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>16 500</b>	<b>16 805</b>	<b>17 014</b>
Impostos directos	4 938	4 938	4 381
Impostos indirectos	9 633	9 633	8 582
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 929	2 017	4 051
Deduções de despesa	0	217	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>3 299</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	3 179	0
<b>DESPEAS</b>	<b>19 481</b>	<b>20 104</b>	<b>21 665</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>17 149</b>	<b>17 338</b>	<b>19 352</b>
Junta do Crédito Público	5 551	5 755	6 103

Ano económico de 1864-1865

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	2 615	2 495	2 446
Ministério da Fazenda	1 103	1 105	1 394
Ministério do Reino	1 522	1 559	1 546
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	510	531	557
Ministério da Guerra	3 107	3 128	3 295
Ministério da Marinha e Ultramar	1 249	1 249	1 205
Ministério dos Negócios Estrangeiros	190	190	215
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 302	1 325	2 591
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 332</b>	<b>2 766</b>	<b>2 313</b>
Ministério da Fazenda	367	368	115
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	3	3	8
Ministério da Guerra	3	3	0
Ministério da Marinha e Ultramar	499	432	681
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 460	1 960	1 509
<b>SALDO</b>	<b>- 2 981</b>	<b>0</b>	<b>- 4 651</b>
Saldo ordinário	- 649	- 533	- 2 338
Saldo extraordinário	- 2 332	+ 533	- 2 313

síntese do ano económico 1864-1865	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	16 500	20 104	17 014
empréstimos	0	3 179	0
receitas efectivas	16 500	16 925	17 014
despesas totais	19 481	20 104	21 665
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 981	- 3 179	- 4 651

## ANO ECONÓMICO DE 1865-1866

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 2 de Janeiro de 1865 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, duque de Ávila; Ministro da Fazenda: Joaquim Lobo de Ávila).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 18 de Maio de 1865 (repôs em vigor as leis de 25 de Junho de 1864).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 4 de Setembro de 1865, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, marquês de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: António José Ávila, conde de Ávila).

De 4 de Setembro de 1865 a 30 de Junho de 1866, governo do Partido Regenerador e do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>21 021</b>	<b>20 104</b>	<b>14 869</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>17 644</b>	<b>16 805</b>	<b>14 869</b>
Impostos directos	4 979	4 938	4 534
Impostos indirectos	10 200	9 633	6 880
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 116	2 017	3 455
Deduções de despesa	60	217	0
Receitas por cobrar em exercícios anteriores	289	0	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>3 377</b>	<b>3 299</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos		3 179	0
<b>DESPEAS</b>	<b>21 245</b>	<b>20 104</b>	<b>21 632</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>17 868</b>	<b>17 338</b>	<b>19 117</b>

Ano económico de 1865-1866

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	5 865	5 755	6 045
Encargos gerais	2 455	2 495	2 799
Ministério da Fazenda	1 268	1 105	1 492
Ministério do Reino	1 586	1 559	1 623
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	552	531	587
Ministério da Guerra	3 276	3 128	3 349
Ministério da Marinha e Ultramar	1 284	1 249	1 187
Ministério dos Negócios Estrangeiros	212	190	235
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 370	1 325	1 800
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>3 377</b>	<b>2 766</b>	<b>2 515</b>
Ministério da Fazenda	335	368	55
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	3	3	7
Ministério da Guerra	3	3	0
Ministério da Marinha e Ultramar	442	432	616
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	+0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	2 594	1 960	1 838
<b>SALDO</b>	<b>- 224</b>	<b>0</b>	<b>- 6 763</b>
Saldo ordinário	- 224	- 533	- 4 248
Saldo extraordinário	0	+ 533	- 2 515

síntese do ano económico 1865-1866	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	21 021	20 104	14 869
empréstimos	0	3 179	0
receitas efectivas	21 021	16 925	14 869
despesas totais	21 245	20 104	21 632
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 224	- 3 179	- 6 763

## ANO ECONÓMICO DE 1866-1867

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Janeiro de 1866 por um governo do Partido Regenerador e do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 19 de Junho de 1866.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 19 de Junho de 1866.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1866 a 30 de Junho de 1867, governo do Partido Regenerador e do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>15 881</b>	<b>15 989</b>	<b>14 704</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>15 881</b>	<b>15 989</b>	<b>14 704</b>
Impostos directos	4 904	4 904	4 580
Impostos indirectos	9 085	9 085	8 322
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 891	1 960	1 802
Deduções de despesa	0	40	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPEASAS</b>	<b>21 127</b>	<b>21 107</b>	<b>23 034</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>19 376</b>	<b>19 356</b>	<b>21 152</b>
Junta do Crédito Público	6 130	6 021	6 493
Encargos gerais	2 790	2 760	3 163
Ministério da Fazenda	1 481	1 499	1 578
Ministério do Reino	1 644	1 659	1 678

Ano económico de 1866-1867

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	606	611	610
Ministério da Guerra	3 524	3 539	4 375
Ministério da Marinha e Ultramar	1 319	1 354	1 511
Ministério dos Negócios Estrangeiros	219	219	251
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 665	1 695	1 493
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 751</b>	<b>1 751</b>	<b>1 882</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	3	3	5
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	382	382	424
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	+0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 366	1 366	1 453
<b>SALDO</b>	<b>- 5 246</b>	<b>- 5 118</b>	<b>- 8 330</b>
Saldo ordinário	- 3 495	- 3 367	- 6 448
Saldo extraordinário	- 1 751	- 1 751	- 1 882

síntese do ano económico 1866-1867	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	15 881	15 989	14 704
empréstimos	0	0	0
receitas efectivas	15 881	15 989	14 704
despesas totais	21 127	21 107	23 034
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 246	- 5 118	- 8 330

## ANO ECONÓMICO DE 1867-1868

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1866 por um governo do Partido Regenerador e do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 26 de Junho de 1867.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 26 de Junho de 1867.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1867 a 4 de Janeiro de 1868, governo do Partido Regenerador e do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Joaquim António Aguiar; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

De 4 de Janeiro a 30 de Junho de 1868, governo do Partido Conservador e do Partido Reformista (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, conde de Ávila; Ministro da Fazenda: José Dias Ferreira).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>16 758</b>	<b>16 884</b>	<b>15 752</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>16 758</b>	<b>16 884</b>	<b>15 752</b>
Impostos directos	4 882	5 553	5 218
Impostos indirectos	8 854	8 854	8 543
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 174	2 438	1 992
Deduções de despesa	40	40	0
Aumento provável de rendimento	400	0	0
Vacaturas	409	0	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>22 537</b>	<b>22 696</b>	<b>28 405</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>20 454</b>	<b>20 638</b>	<b>20 135</b>

Ano económico de 1867-1868

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	6 672	6 827	7 225
Encargos gerais	2 858	2 867	2 790
Ministério da Fazenda	1 546	1 544	1 620
Ministério do Reino	1 801	1 808	1 005
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	626	642	688
Ministério da Guerra	3 707	3 708	3 643
Ministério da Marinha e Ultramar	1 567	1 567	1 357
Ministério dos Negócios Estrangeiros	231	231	247
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 443	1 443	1 560
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 083</b>	<b>2 058</b>	<b>8 270</b>
Ministério da Fazenda	0	0	6 263
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	3	3	5
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	337	312	298
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	+0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 743	1 743	1 704
<b>SALDO</b>	<b>- 5 779</b>	<b>- 5 812</b>	<b>- 12 653</b>
Saldo ordinário	- 3 696	- 3 754	- 4 383
Saldo extraordinário	- 2 083	- 2 058	- 8 270

síntese do ano económico 1867-1868	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	16 758	16 884	15 752
empréstimos	0	0	0
receitas efectivas	16 758	16 884	15 752
despesas totais	22 537	22 696	28 405
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 779	- 5 812	- 12 653

## ANO ECONÓMICO DE 1868-1869

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 21 de Abril de 1868 por um governo do Partido Conservador e do Partido Reformista (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, conde de Ávila; Ministro da Fazenda: José Dias Ferreira).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 29 de Junho de 1868 (repôs em vigor as leis de 26 de Junho de 1867).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 a 22 de Julho de 1868, governo do Partido Conservador e do Partido Reformista (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, conde de Ávila; Ministro da Fazenda: José Dias Ferreira).

De 22 de Julho de 1868 a 30 de Junho de 1869, governo do Partido Reformista com apoio parlamentar do Partido Conservador (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, marquês de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: de 22 de Julho a 17 de Dezembro de 1868, Carlos Bento da Silva; de 17 a 27 de Dezembro de 1868, Sebastião Calheiros Menezes; de 27 de Dezembro de 1868 a 30 de Junho de 1869, Francisco Aguiar Azevedo, conde de Samodães).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>16 108</b>	<b>16 884</b>	<b>15 952</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>16 108</b>	<b>16 884</b>	<b>15 952</b>
Impostos directos	5 407	5 553	5 280
Impostos indirectos	8 441	8 854	8 537
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 260	2 438	2 135
Deduções de despesa	0	40	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPEAS</b>	<b>23 156</b>	<b>22 696</b>	<b>22 011</b>

Ano económico de 1868-1869

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>20 929</b>	<b>20 638</b>	<b>20 592</b>
Junta do Crédito Público	8 073	6 827	7 846
Encargos gerais	2 214	2 867	2 363
Ministério da Fazenda	1 505	1 544	1 520
Ministério do Reino	1 899	1 808	1 715
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	643	642	521
Ministério da Guerra	3 693	3 708	3 566
Ministério da Marinha e Ultramar	1 562	1 567	1 379
Ministério dos Negócios Estrangeiros	226	231	209
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 114	1 443	1 473
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 227</b>	<b>2 058</b>	<b>1 419</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	5	3	4
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	302	312	310
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 920	1 743	1 105
<b>SALDO</b>	<b>- 7 048</b>	<b>- 5 812</b>	<b>- 6 059</b>
Saldo ordinário	- 4 821	- 3 754	- 4 640
Saldo extraordinário	- 2 227	- 2 058	- 1 419

síntese do ano económico 1868-1869	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	16 108	16 884	15 952
empréstimos	0	0	0
receitas efectivas	16 108	16 884	15 952
despesas totais	23 156	22 696	22 011
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 7 048	- 5 812	- 6 059

## ANO ECONÓMICO DE 1869-1870

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 20 de Maio de 1869 por um governo do Partido Reformista com apoio parlamentar do Partido Conservador (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, marquês de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: Francisco Aguiar Azevedo, conde de Samodães).

Lei de meios e duodécimos até ao final da sessão legislativa aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1869 (repôs em vigor as leis de 26 de Junho de 1867).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 23 de Agosto de 1869 (prorrogou a vigência das leis de 26 de Junho de 1867).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 2 de Agosto de 1869, governo do Partido Reformista com apoio parlamentar do Partido Conservador (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, marquês de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: Francisco Aguiar Azevedo, conde de Samodães).

De 2 de Agosto de 1869 a 20 de Maio de 1870, governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, duque de Loulé; Ministro da Fazenda: de 2 a 11 de Agosto de 1869, Augusto Saraiva Carvalho; de 11 de Agosto de 1869 a 20 de Maio de 1870, Anselmo José Braancamp).

De 20 de Maio a 30 de Junho de 1870, governo militar, depois apoiado pelo futuro Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: de 20 a 26 de Maio de 1870, João Saldanha Daun, duque de Saldanha; de 26 de Maio a 30 de Junho de 1870, José Dias Ferreira).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>15 616</b>	<b>16 884</b>	<b>17 449</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>15 616</b>	<b>16 884</b>	<b>17 449</b>
Impostos directos	5 848	5 553	5 990

Ano económico de 1869-1870

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Impostos indirectos	8 515	8 854	8 627
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 253	2 438	2 832
Deduções de despesa	0	40	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPEAS</b>	<b>21 315</b>	<b>22 696</b>	<b>32 516</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>19 850</b>	<b>20 638</b>	<b>22 342</b>
Junta do Crédito Público	6 854	6 827	9 803
Encargos gerais	2 347	2 867	2 564
Ministério da Fazenda	1 494	1 544	1 401
Ministério do Reino	1 837	1 808	1 649
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	661	642	550
Ministério da Guerra	3 677	3 708	3 447
Ministério da Marinha e Ultramar	1 360	1 567	1 240
Ministério dos Negócios Estrangeiros	246	231	271
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 374	1 443	1 417
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 465</b>	<b>2 058</b>	<b>10 174</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	5	3	2
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	240	312	542
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 220	1 743	9 630
<b>SALDO</b>	<b>- 5 699</b>	<b>- 5 812</b>	<b>- 15 067</b>
Saldo ordinário	- 4 234	- 3 754	- 4 893
Saldo extraordinário	- 1 465	- 2 058	- 10 174

Ano económico de 1869-1870

síntese do ano económico 1869-1870 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	15 616	16 884	17 449
empréstimos	0	0	0
receitas efectivas	15 616	16 884	17 449
despesas totais	21 315	22 696	32 516
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 699	- 5 812	- 15 067

## **ANO ECONÓMICO DE 1870-1871**

### **Preparação do orçamento**

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1869 por um governo do Partido Progressista Histórico (Presidente do Conselho de Ministros: Nuno Moura Barreto, duque de Loulé; Ministro da Fazenda: Anselmo José Braancamp).

Decreto de meios e duodécimos aprovado por um governo militar (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: José Dias Ferreira) – decreto de 7 de Junho de 1870 (repôs em vigor as leis de 26 de Junho de 1867).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 19 de Novembro de 1870 (prorrogou a vigência das leis de 26 de Junho de 1867).

Não houve orçamento definitivo.

### **Execução do orçamento**

De 1 de Julho a 29 de Agosto de 1870, governo militar, depois apoiado pelo futuro Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: João Saldanha Daun, duque de Saldanha; Ministro da Fazenda: de 1 a 4 de Julho de 1871, José Dias Ferreira; de 4 de Julho a 29 de Agosto de 1870, José Maria Magalhães, conde de Magalhães).

De 29 de Agosto a 29 de Outubro de 1870, governo do Partido Reformista, do Partido Regenerador, do Partido Progressista Histórico e do Partido Conservador (Presidente do Conselho de Ministros: Bernardo Sá Nogueira, marquês de Sá da Bandeira; Ministro da Fazenda: de 29 de Agosto a 12 de Setembro de 1870, António José Ávila, marquês de Ávila; de 12 de Setembro a 29 de Outubro de 1870, Carlos Bento da Silva).

De 29 de Outubro de 1870 a 30 de Junho de 1871, governo do Partido Conservador e do Partido Reformista, depois do Partido Conservador com apoio parlamentar do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, marquês de Ávila; Ministro da Fazenda: Carlos Bento da Silva).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>17 961</b>	<b>16 884</b>	<b>17 146</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>17 961</b>	<b>16 884</b>	<b>17 146</b>
Impostos directos	6 122	5 553	6 029
Impostos indirectos	8 761	8 854	8 523
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	3 078	2 438	2 594
Juros da dívida fictícia	0	0	0
Reposições	0	0	0
Deduções de despesa	0	40	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPEAS</b>	<b>23 634</b>	<b>22 696</b>	<b>23 966</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>22 194</b>	<b>20 638</b>	<b>22 511</b>
Junta do Crédito Público	9 042	6 827	10 076
Encargos gerais	2 688	2 867	2 472
Ministério da Fazenda	1 472	1 544	1 442
Ministério do Reino	1 817	1 808	1 275
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	606	642	523
Ministério da Guerra	3 641	3 708	3 531
Ministério da Marinha e Ultramar	1 391	1 567	1 236
Ministério dos Negócios Estrangeiros	219	231	256
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 318	1 443	1 333
Ministério da Instrução Pública	—	—	367
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 440</b>	<b>2 058</b>	<b>1 455</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	1
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	3	2
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	240	312	289
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 200	1 743	1 161
Ministério da Instrução Pública	—	—	2
<b>SALDO</b>	<b>- 5 673</b>	<b>- 5 812</b>	<b>- 6 820</b>
Saldo ordinário	- 4 233	- 3 754	- 5 365

## Ano económico de 1870-1871

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Saldo extraordinário	- 1 440	- 2 058	- 1 455

síntese do ano económico 1870-1871 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	17 961	16 884	17 146
empréstimos	0	0	0
receitas efectivas	17 961	16 884	17 146
despesas totais	23 634	22 696	23 966
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 673	- 5 812	- 6 820

## Observações

Durante este ano económico, foi criado o Ministério da Instrução Pública, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Reino.

## ANO ECONÓMICO DE 1871-1872

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 20 de Dezembro de 1870 por um governo do Partido Conservador e do Partido Reformista (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, marquês de Ávila; Ministro da Fazenda: Carlos Bento da Silva).

Lei de meios e duodécimos para Julho no Continente e Ilhas Adjacentes e para Agosto nas Ilhas Adjacentes aprovada pelas Cortes – lei de 7 de Junho de 1871 (repôs em vigor as leis de 26 de Junho de 1867).

Lei de meios e duodécimos para Agosto no Continente e para Setembro nas Ilhas Adjacentes aprovada pelas Cortes – lei de 29 de Julho de 1871 (prorrogou a vigência das leis de 26 de Junho de 1867).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 26 de Setembro de 1871 (prorrogou a vigência das leis de 26 de Junho de 1867).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 13 de Setembro de 1871, governo do Partido Conservador com apoio parlamentar do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, marquês de Ávila; Ministro da Fazenda: Carlos Bento da Silva).

De 13 de Setembro de 1871 a 30 de Junho de 1872, governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>17 134</b>	<b>16 884</b>	<b>18 560</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>17 134</b>	<b>16 884</b>	<b>18 560</b>
Impostos directos	5 288	5 553	5 038
Selo e registo	1 587	0	1 473
Impostos indirectos	8 884	8 854	9 449

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 376	2 438	1 324
Juros da dívida fictícia	0	0	1 276
Reposições	0	0	0
Deduções de despesa	0	40	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>22 118</b>	<b>22 696</b>	<b>24 507</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>20 883</b>	<b>20 638</b>	<b>22 971</b>
Junta do Crédito Público	8 544	6 827	10 328
Encargos gerais	2 160	2 867	2 422
Ministério da Fazenda	1 425	1 544	1 452
Ministério do Reino	765	1 808	1 664
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	579	642	523
Ministério da Guerra	3 505	3 708	3 621
Ministério da Marinha e Ultramar	1 358	1 567	994
Ministério dos Negócios Estrangeiros	247	231	263
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 007	1 443	1 704
Ministério da Instrução Pública	1 293	—	—
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 235</b>	<b>2 058</b>	<b>1 536</b>
Ministério da Fazenda	0	0	16
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	3	2
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	90	312	454
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 145	1 743	1 064
Ministério da Instrução Pública	0	—	—
<b>SALDO</b>	<b>- 4 984</b>	<b>- 5 812</b>	<b>- 5 947</b>
Saldo ordinário	- 3 749	- 3 754	- 4 411
Saldo extraordinário	- 1 235	- 2 058	- 1 536

## Ano económico de 1871-1872

síntese do ano económico 1871-1872 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	17 134	16 884	18 560
empréstimos	0	0	0
receitas efectivas	17 134	16 884	18 560
despesas totais	22 118	22 696	24 507
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 4 984	- 5 812	- 5 947

### Observações

Durante este ano económico, foi extinto o Ministério da Instrução Pública, tendo os respectivos serviços sido integrados de novo no Ministério do Reino.

## ANO ECONÓMICO DE 1872-1873

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 4 de Janeiro de 1872 por um governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 14 de Maio de 1872.

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 14 de Maio de 1872.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1872 a 30 de Junho de 1873, governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho a 11 de Outubro de 1872, Fontes Pereira de Melo; de 11 de Outubro de 1872 a 30 de Junho de 1873, António Serpa Pimentel).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>19 754</b>	<b>20 330</b>	<b>22 538</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>19 754</b>	<b>20 330</b>	<b>21 853</b>
Impostos directos	5 370	5 370	5 388
Selo e registo	1 506	1 506	1 555
Impostos indirectos	9 572	9 572	10 661
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 484	1 973	2 854
Juros da dívida fictícia	1 822	1 822	1 395
Reposições	0	0	0
Deduções de despesa	0	87	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>685</b>
das quais empréstimos	0	0	685
<b>DESPEASAS</b>	<b>23 627</b>	<b>23 665</b>	<b>25 717</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>22 431</b>	<b>22 467</b>	<b>23 612</b>
Junta do Crédito Público	10 573	10 573	10 429

Ano económico de 1872-1873

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	2 076	2 076	2 527
Ministério da Fazenda	1 425	1 421	1 497
Ministério do Reino	1 819	1 847	1 697
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	570	571	508
Ministério da Guerra	3 409	3 407	4 200
Ministério da Marinha e Ultramar	1 046	1 061	1 084
Ministério dos Negócios Estrangeiros	250	250	255
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 262	1 261	1 415
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 196</b>	<b>1 196</b>	<b>2 105</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	2	2	1
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	90	90	90
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 104	1 104	2 014
<b>SALDO</b>	<b>- 3 873</b>	<b>- 3 335</b>	<b>- 3 179</b>
Saldo ordinário	- 2 677	- 2 139	- 1 759
Saldo extraordinário	- 1 196	- 1 196	- 1 420

síntese do ano económico 1872-1873	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	19 754	20 330	22 538
empréstimos	0	0	685
receitas efectivas	19 754	20 330	21 853
despesas totais	23 627	23 665	25 717
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 873	- 3 335	- 3 864

## ANO ECONÓMICO DE 1873-1874

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 4 de Janeiro de 1873 por um governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 19 de Abril de 1873.

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 19 de Abril de 1873.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1873 a 30 de Junho de 1874, governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>22 351</b>	<b>23 164</b>	<b>24 034</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>22 351</b>	<b>23 164</b>	<b>22 367</b>
Impostos directos	5 667	5 667	5 517
Selo e registo	1 988	1 988	1 760
Impostos indirectos	10 881	11 201	11 694
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 235	2 200	2 452
Juros da dívida fictícia	1 580	1 580	944
Reposições	0	0	0
Deduções de despesa	0	528	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 668</b>
das quais empréstimos	0	0	1 668
<b>DESPESAS</b>	<b>23 934</b>	<b>23 907</b>	<b>26 625</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>22 609</b>	<b>22 582</b>	<b>23 318</b>
Junta do Crédito Público	10 571	10 571	10 495

Ano económico de 1873-1874

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	2 214	2 194	1 675
Ministério da Fazenda	1 456	1 451	1 596
Ministério do Reino	1 844	1 852	1 793
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	524	523	501
Ministério da Guerra	3 406	3 406	4 521
Ministério da Marinha e Ultramar	1 095	1 085	1 169
Ministério dos Negócios Estrangeiros	248	248	247
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 250	1 252	1 321
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 325</b>	<b>1 325</b>	<b>3 307</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	1
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	90	90	70
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 235	1 235	3 236
<b>SALDO</b>	<b>- 1 583</b>	<b>- 743</b>	<b>- 2 591</b>
Saldo ordinário	- 258	+ 582	- 951
Saldo extraordinário	- 1 325	- 1 325	- 1 639

síntese do ano económico 1873-1874	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	22 351	23 164	24 034
empréstimos	0	0	1 668
receitas efectivas	22 351	23 164	22 366
despesas totais	23 934	23 907	26 625
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 583	- 743	- 4 259

## ANO ECONÓMICO DE 1874-1875

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 30 de Novembro de 1873 por um governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 22 de Abril de 1874.

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 22 de Abril de 1874.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1874 a 30 de Junho de 1875, governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>21 816</b>	<b>22 278</b>	<b>25 765</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>21 816</b>	<b>22 278</b>	<b>22 964</b>
Impostos directos	6 030	5 652	5 607
Selo e registo	1 932	2 305	1 943
Impostos indirectos	11 028	11 213	12 613
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 384	2 384	2 347
Juros da dívida fictícia	442	442	454
Reposições	0	0	0
Deduções de despesa	0	282	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 802</b>
das quais empréstimos	0	0	2 802
<b>DESPESAS</b>	<b>23 263</b>	<b>24 653</b>	<b>30 599</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>21 925</b>	<b>23 315</b>	<b>24 485</b>
Junta do Crédito Público	10 570	10 570	10 479

Ano económico de 1874-1875

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	1 368	1 375	1 596
Ministério da Fazenda	1 512	2 881	1 924
Ministério do Reino	1 905	1 905	1 893
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	535	536	531
Ministério da Guerra	3 406	3 407	5 208
Ministério da Marinha e Ultramar	1 085	1 104	1 242
Ministério dos Negócios Estrangeiros	248	248	282
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 296	1 292	1 329
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 338</b>	<b>1 338</b>	<b>6 114</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	2	2	1
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	90	90	1 788
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 246	1 246	4 325
<b>SALDO</b>	<b>- 1 447</b>	<b>- 2 375</b>	<b>- 4 834</b>
Saldo ordinário	- 109	- 1 037	- 1 521
Saldo extraordinário	- 1 338	- 1 338	- 3 312

síntese do ano económico 1874-1875	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	21 816	22 278	25 765
empréstimos	0	0	2 802
receitas efectivas	21 816	22 278	22 963
despesas totais	23 263	24 653	30 599
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 447	- 2 375	- 7 636

## ANO ECONÓMICO DE 1875-1876

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 10 de Dezembro de 1874 por um governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 13 de Abril de 1875.

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 13 de Abril de 1875.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1875 a 30 de Junho de 1876, governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>23 152</b>	<b>23 152</b>	<b>27 705</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>23 152</b>	<b>23 152</b>	<b>24 774</b>
Impostos directos	6 102	5 645	5 788
Selo e registo	2 147	2 598	1 987
Impostos indirectos	11 826	11 831	13 863
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 634	2 634	2 724
Juros da dívida fictícia	444	444	413
Reposições	0	0	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 931</b>
das quais empréstimos	0	0	2 931
<b>DESPESAS</b>	<b>24 129</b>	<b>24 139</b>	<b>31 367</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>22 694</b>	<b>22 703</b>	<b>25 604</b>
Junta do Crédito Público	10 570	10 570	10 453
Encargos gerais	1 894	1 894	2 256

Ano económico de 1875-1876

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	1 561	1 560	2 014
Ministério do Reino	1 929	1 932	1 968
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	520	522	556
Ministério da Guerra	3 422	3 425	5 243
Ministério da Marinha e Ultramar	1 224	1 224	1 247
Ministério dos Negócios Estrangeiros	252	252	274
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 322	1 324	1 593
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 436</b>	<b>1 436</b>	<b>5 763</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	2	2	2
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	45	45	45
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 388	1 388	5 716
<b>SALDO</b>	<b>- 977</b>	<b>- 987</b>	<b>- 3 662</b>
Saldo ordinário	+ 459	+ 449	- 830
Saldo extraordinário	- 1 436	- 1 436	- 2 832

síntese do ano económico 1875-1876	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	23 152	23 152	27 705
empréstimos	0	0	2 931
receitas efectivas	23 152	23 152	24 774
despesas totais	24 129	24 139	31 367
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 977	- 987	- 6 593

## ANO ECONÓMICO DE 1876-1877

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1875 por um governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 25 de Abril de 1876.

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 25 de Abril de 1876.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1876 a 5 de Março de 1877, governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

De 5 de Março a 30 de Junho de 1877, governo do Partido Conservador com apoio parlamentar do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, duque de Ávila; Ministro da Fazenda: Carlos Bento da Silva).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>24 060</b>	<b>24 060</b>	<b>28 810</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>24 060</b>	<b>24 060</b>	<b>25 018</b>
Impostos directos	6 208	5 748	5 792
Selo e registo	2 111	2 564	2 018
Impostos indirectos	12 610	12 616	13 217
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 690	2 690	3 761
Juros da dívida fictícia	442	442	230
Reposições	0	0	0
Deduções de despesas	0	0	0
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 793</b>
das quais empréstimos	0	0	3 793
<b>DESPEAS</b>	<b>24 796</b>	<b>25 062</b>	<b>35 826</b>

Ano económico de 1876-1877

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>23 317</b>	<b>23 464</b>	<b>28 657</b>
Junta do Crédito Público	10 571	10 571	10 449
Encargos gerais	2 132	2 132	3 010
Ministério da Fazenda	1 673	1 695	5 091
Ministério do Reino	1 969	2 018	2 054
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	525	528	599
Ministério da Guerra	3 527	3 548	4 372
Ministério da Marinha e Ultramar	1 295	1 295	1 184
Ministério dos Negócios Estrangeiros	253	254	294
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 372	1 424	1 604
Amortização das notas do Banco de Lisboa	0	0	0
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 478</b>	<b>1 598</b>	<b>7169</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	2	2	2
Ministério da Guerra	0	0	0
Ministério da Marinha e Ultramar	90	90	1 260
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 386	1 506	5 907
<b>SALDO</b>	<b>- 736</b>	<b>- 1 002</b>	<b>- 7 016</b>
Saldo ordinário	+ 742	+ 596	- 3 639
Saldo extraordinário	- 1 478	- 1 598	- 3 376

síntese do ano económico 1876-1877	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	24 060	24 060	28 810
empréstimos	0	0	3 793
receitas efectivas	24 060	24 060	25 018
despesas totais	24 796	25 062	35 826
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 736	- 1 002	- 10 808

## ANO ECONÓMICO DE 1877-1878

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Dezembro de 1876 por um governo do Partido Regenerador com apoio parlamentar do Partido Conservador e do Partido Constituinte (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 17 de Abril de 1877.

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 17 de Abril de 1877.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1877 a 29 de Janeiro de 1878, governo do Partido Conservador com apoio parlamentar do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, duque de Ávila; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho a 10 de Setembro de 1877, Carlos Bento da Silva; de 10 de Setembro de 1877 a 29 de Janeiro de 1878, José Melo Gouveia).

De 29 de Janeiro a 30 de Junho de 1878, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>25 262</b>	<b>25 262</b>	<b>34 333</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>25 262</b>	<b>25 262</b>	<b>25 514</b>
Impostos directos	6 191	5 701	6 069
Selo e registo	2 221	2 705	2 181
Impostos indirectos	13 631	13 638	13 920
Impostos adicionais	2 113	2 113	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 106	1 106	1 955
Compensações de despesa	0	0	1 389
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 819</b>
das quais empréstimos	0	0	8 804
<b>DESPESAS</b>	<b>26 418</b>	<b>26 425</b>	<b>34 332</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>26 418</b>	<b>26 425</b>	<b>27 367</b>

Ano económico de 1877-1878

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	10 581	10 581	11 147
Encargos gerais	2 801	2 801	3 163
Ministério da Fazenda	1 754	1 758	2 028
Ministério do Reino	2 100	2 103	2 025
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	554	562	609
Ministério da Guerra	3 711	3 698	4 489
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	1 566	1 566	1 461
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	254	254	276
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	3 098	3 102	2 169
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 966</b>
Ministério da Fazenda	0	0	132
Ministério do Reino	0	0	33
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	0	0	181
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	0	0	0
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	759
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	5 861
<b>SALDO</b>	<b>- 1 156</b>	<b>- 1 163</b>	<b>+ 1</b>
Saldo ordinário	- 1 156	- 1 163	- 1 853
Saldo extraordinário	0	0	+ 1 854

síntese do ano económico 1877-1878	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	25 262	25 262	34 333
empréstimos	0	0	8 804
receitas efectivas	25 262	25 262	25 529
despesas totais	26 418	26 425	34 332
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 156	- 1 163	- 8 803

## ANO ECONÓMICO DE 1878-1879

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 1 de Dezembro de 1877 por um governo do Partido Conservador com apoio parlamentar do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António José Ávila, duque de Ávila; Ministro da Fazenda: José Melo Gouveia).

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 8 de Maio de 1878.

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 8 de Maio de 1878.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1878 a 1 de Junho de 1879, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

De 1 a 30 de Junho de 1879, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Anselmo José Braancamp; Ministro da Fazenda: Henrique Barros Gomes).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>25 358</b>	<b>25 403</b>	<b>34 398</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>25 358</b>	<b>25 403</b>	<b>27 607</b>
Impostos directos	6 148	5 645	6 177
Selo e registo	2 222	2 718	2 284
Impostos indirectos	13 483	13 489	16 674
Impostos adicionais	2 306	2 351	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	0	0	1 902
Compensações de despesa	1 199	1 199	591
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6 790</b>
das quais empréstimos	0	0	6 783
<b>DESPESAS</b>	<b>28 162</b>	<b>28 321</b>	<b>34 398</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>28 162</b>	<b>28 321</b>	<b>28 492</b>
Junta do Crédito Público	11 376	11 376	11 546
Encargos gerais	2 898	2 898	3 314

Ano económico de 1878-1879

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	1 864	1 861	2 081
Ministério do Reino	2 122	2 124	2 137
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	594	594	606
Ministério da Guerra	3 997	4 140	4 558
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	1 564	1 564	1 451
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	276	288	289
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	3 471	3 477	2 509
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 906</b>
Ministério da Fazenda	0	0	33
Ministério do Reino	0	0	36
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	0	0	696
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	0	0	200
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	330
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	23
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	0	4 587
<b>SALDO</b>	<b>- 2 804</b>	<b>- 2 919</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 2 804	- 2 919	- 885
Saldo extraordinário	0	0	+ 885

síntese do ano económico 1878-1879	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	25 358	25 403	34 398
empréstimos	0	0	6 783
receitas efectivas	25 358	25 403	27 615
despesas totais	28 162	28 321	34 398
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 804	- 2 919	- 6 783

## ANO ECONÓMICO DE 1879-1880

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 1 de Dezembro de 1878 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: António Serpa Pimentel).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 19 de Junho de 1879 (repôs em vigor as leis de 8 de Maio de 1878).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1879 a 30 de Junho de 1880, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Anselmo José Braancamp; Ministro da Fazenda: Henrique Barros Gomes).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>26 330</b>	<b>28 675</b>	<b>34 045</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>26 330</b>	<b>25 402</b>	<b>23 888</b>
Impostos directos	6 101	5 645	6 127
Selo e registo	2 256	2 718	2 456
Impostos indirectos	14 284	13 489	12 114
Impostos adicionais	2 426	2 351	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	0	0	2 289
Compensações de despesa	1 263	1 199	901
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>3 273</b>	<b>10 158</b>
das quais empréstimos	0	3 273	10 147
<b>DESPESAS</b>	<b>29 413</b>	<b>34 800</b>	<b>34 045</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>29 413</b>	<b>31 062</b>	<b>29 804</b>
Junta do Crédito Público	11 712	11 544	11 955
Encargos gerais	3 195	3 269	3 314

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	1 924	2 118	2 045
Ministério do Reino	2 211	2 187	2 116
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	596	598	614
Ministério da Guerra	4 305	4 481	4 357
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	1 627	1 602	1 692
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	357
Ministério dos Negócios Estrangeiros	288	310	271
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	3 555	4 953	2 451
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>3 738</b>	<b>4 241</b>
Ministério da Fazenda	0	222	80
Ministério do Reino	0	0	9
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	0	913	263
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	0	0	0
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	1 200	1 188
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	1 403	2 702
<b>SALDO</b>	<b>- 3 083</b>	<b>- 6 125</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 3 083	- 5 660	- 5 916
Saldo extraordinário	0	- 465	+ 5 916

síntese do ano económico 1879-1880	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	26 330	28 675	34 045
empréstimos	0	3 273	10 147
receitas efectivas	26 330	25 402	23 898
despesas totais	29 413	34 800	34 045
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 083	- 9 398	- 10 147

## Observações

Os valores do orçamento aprovado são os das leis de 8 de Maio de 1878 com as alterações explicitamente introduzidas pela lei de 19 de Junho de 1879.

## ANO ECONÓMICO DE 1880-1881

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1879 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Anselmo José Braancamp; Ministro da Fazenda: Henrique Barros Gomes).

Lei de receita aprovada pelas Cortes – lei de 31 de Maio de 1880.

Lei de despesa aprovada pelas Cortes – lei de 31 de Maio de 1880.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1880 a 25 de Março de 1881, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Anselmo José Braancamp; Ministro da Fazenda: Henrique Barros Gomes).

De 25 de Março a 30 de Junho de 1881, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Rodrigues Sampaio; Ministro da Fazenda: Lopo Sampaio e Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>28 650</b>	<b>28 989</b>	<b>34 415</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>26 212</b>	<b>26 551</b>	<b>25 998</b>
Impostos directos	6 122	5 624	6 152
Selo e registo	2 260	2 750	3 087
Impostos indirectos	14 220	14 222	13 714
Impostos adicionais	2 324	2 802	0
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	0	0	2 374
Compensações de despesa	1 286	1 153	670
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>2 438</b>	<b>2 438</b>	<b>8 418</b>
das quais empréstimos	2 438	2 438	8 360
<b>DESPESAS</b>	<b>33 800</b>	<b>33 828</b>	<b>34 415</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>29 637</b>	<b>29 715</b>	<b>29 880</b>
Junta do Crédito Público	11 798	11 920	12 517
Encargos gerais	4 210	4 210	3 678

Ano económico de 1880-1881

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	2 118	2 114	2 046
Ministério do Reino	2 203	2 195	2 153
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	631	631	606
Ministério da Guerra	4 336	4 330	4 350
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	1 616	1 601	1 829
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	145
Ministério dos Negócios Estrangeiros	281	278	268
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	2 444	2 435	2 287
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>4 163</b>	<b>4 113</b>	<b>4 535</b>
Ministério da Fazenda	0	0	189
Ministério do Reino	0	0	+ 0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	0	0	203
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	0	0	0
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	49
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	4 163	4 113	4 093
<b>SALDO</b>	<b>- 5 150</b>	<b>- 4 839</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 3 425	- 3 164	- 3 882
Saldo extraordinário	- 1 725	- 1 675	+ 3 882

síntese do ano económico 1880-1881	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	28 650	28 989	34 415
empréstimos	2 438	2 438	8 360
receitas efectivas	26 212	26 551	26 055
despesas totais	33 800	33 828	34 415
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 7 588	- 7 277	- 8 360

## ANO ECONÓMICO DE 1881-1882

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1880 por um governo do Partido Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: Anselmo José Braancamp; Ministro da Fazenda: Henrique Barros Gomes).

Decreto de meios e duodécimos aprovado por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Rodrigues Sampaio; Ministro da Fazenda: Lopo Sampaio e Melo) – decreto de 15 de Junho de 1881 (repôs em vigor as leis de 31 de Maio de 1880).

Orçamento rectificativo aprovado pelas Cortes – lei de 25 de Julho de 1882.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 14 de Novembro de 1881, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Rodrigues Sampaio; Ministro da Fazenda: Lopo Sampaio e Melo).

De 14 de Novembro de 1881 a 30 de Junho de 1882, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>30 786</b>	<b>28 989</b>	<b>29 654</b>	<b>35 469</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>28 568</b>	<b>26 551</b>	<b>28 036</b>	<b>28 586</b>
Impostos directos	6 607	5 624	6 067	6 263
Selo e registo	3 076	2 750	3 076	3 259
Impostos indirectos	15 249	14 222	15 211	15 854
Impostos adicionais	0	0	0	80
Bens próprios nacionais e rendim. div.	2 531	2 802	2 578	2 506
Compensações de despesa	1 105	1 153	1 105	623
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>2 218</b>	<b>2 438</b>	<b>1 618</b>	<b>6 883</b>
das quais empréstimos	2 218	2 438	1 618	6 876
<b>DESPESAS</b>	<b>34 263</b>	<b>34 378</b>	<b>35 276</b>	<b>35 469</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>30 360</b>	<b>30 485</b>	<b>30 941</b>	<b>31 457</b>

Ano económico de 1881-1882

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	13 089	13 089	13 089	13 097
Encargos gerais	3 386	3 575	3 568	4 064
Ministério da Fazenda	2 231	2 215	2 196	2 198
Ministério do Reino	2 282	2 291	2 161	1 935
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	636	627	627	607
Ministério da Guerra	4 373	4 374	4 600	4 608
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 650	1 607	1 615	1 640
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	49	270
Ministério dos Negócios Estrangeiros	278	268	308	295
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	2 435	2 439	2 727	2 740
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>3 902</b>	<b>3 893</b>	<b>4 335</b>	<b>4 012</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0	89
Ministério do Reino	0	0	0	21
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0	0
Ministério da Guerra	0	0	150	131
MMU – Direcção-Geral da Marinha	0	0	0	25
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	393	62
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0	1
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	3 902	3 893	3 792	3 684
<b>SALDO</b>	<b>- 3 476</b>	<b>- 5 389</b>	<b>- 5 622</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 1 792	- 3 934	- 2 905	- 2 871
Saldo extraordinário	- 1 684	- 1 455	- 2 717	+ 2 871

síntese do ano económico 1881-1882	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	30 786	28 989	29 654	35 469
empréstimos	2 218	2 438	1 618	6 876
receitas efectivas	28 568	26 551	28 036	28 593
despesas totais	34 263	34 378	35 276	35 469
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 695	- 7 827	- 7 240	- 6 876

## **Observações**

Os valores do orçamento das receitas são os da lei de 31 de Maio de 1880. Os valores do orçamento das despesas são os dos decretos publicados com as despesas autorizadas para a Junta do Crédito Público e para cada ministério nas seguintes datas:

Junta do Crédito Público – decreto de 30 de Junho de 1881

Ministério da Fazenda – decreto de 30 de Junho de 1881

Ministério do Reino – decreto de 30 de Junho de 1881

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça – decreto de 9 de Julho de 1881

Ministério da Guerra – decreto de 1 de Julho de 1881

Ministério da Marinha e Ultramar – decreto de 30 de Junho de 1881

Ministério dos Negócios Estrangeiros – decreto de 28 de Junho de 1881

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – decreto de 30 de Junho de 1881

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1882-1883

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1881 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 27 de Junho de 1882.

Orçamento rectificativo aprovado pelas Cortes – lei de 8 de Junho de 1883.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1882 a 30 de Junho de 1883, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>31 080</b>	<b>31 084</b>	<b>32 391</b>	<b>33 556</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>28 530</b>	<b>28 534</b>	<b>29 551</b>	<b>28 127</b>
Impostos directos	6 481	6 485	6 191	6 003
Selo e registo	3 099	3 099	3 099	3 093
Impostos indirectos	15 079	15 079	15 228	14 393
Impostos adicionais	0	0	909	846
Bens próprios nacionais e rendim. div.	2 785	2 785	3 038	2 501
Compensações de despesa	1 086	1 086	1 086	1 291
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>2 550</b>	<b>2 550</b>	<b>2 840</b>	<b>5 430</b>
das quais empréstimos	2 550	2 550	2 840	2 496
<b>DESPEASAS</b>	<b>33 599</b>	<b>33 477</b>	<b>35 019</b>	<b>33 556</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>30 857</b>	<b>30 907</b>	<b>31 629</b>	<b>30 715</b>
Junta do Crédito Público	13 060	13 060	13 068	12 750
Encargos gerais	3 740	3 741	3 945	3 934
Ministério da Fazenda	2 195	2 193	2 260	2 204
Ministério do Reino	2 148	2 148	2 246	2 020

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	626	626	638	608
Ministério da Guerra	4 613	4 533	4 583	4 520
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 608	1 608	1 652	1 633
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	79	79	51
Ministério dos Negócios Estrangeiros	297	283	315	292
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	2 569	2 636	2 842	2 703
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 742</b>	<b>2 570</b>	<b>3 390</b>	<b>2 842</b>
Ministério da Fazenda	0	0	30	14
Ministério do Reino	0	2	4	32
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0	0
Ministério da Guerra	150	0	200	84
MMU – Direcção-Geral da Marinha	79	0	2	1
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	660	628
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0	0
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	2 513	2 568	2 493	2 082
<b>SALDO</b>	<b>- 2 519</b>	<b>- 2 393</b>	<b>- 2 628</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 2 327	- 2 373	- 2 078	- 2 588
Saldo extraordinário	- 192	- 20	- 550	+ 2 588

síntese do ano económico 1882-1883	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	31 080	31 084	32 391	33 556
empréstimos	2 550	2 550	2 840	2 496
receitas efectivas	28 530	28 534	29 551	31 060
despesas totais	33 599	33 477	35 019	33 556
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 069	- 4 943	- 5 468	- 2 496

## Observações

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1883-1884

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 30 de Dezembro de 1882 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 21 de Junho de 1883.

Orçamento rectificativo aprovado pelas Cortes – lei de 2 de Maio de 1884.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 24 de Outubro de 1883, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Fontes Pereira de Melo).

De 24 de Outubro de 1883 a 30 de Junho de 1884, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>31 227</b>	<b>31 230</b>	<b>36 279</b>	<b>36 268</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>31 227</b>	<b>31 230</b>	<b>30 990</b>	<b>29 789</b>
Impostos directos	6 242	6 245	6 245	6 409
Selo e registo	3 437	3 437	3 437	3 161
Impostos indirectos	16 397	16 397	16 106	15 464
Impostos adicionais	1 084	1 084	1 084	940
Bens próprios nacionais e rendim. div.	2 995	2 995	3 040	2 602
Compensações de despesa	1 071	1 071	1 078	1 212
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 289</b>	<b>6 479</b>
das quais empréstimos	0	0	5 289	6 425
<b>DESPESAS</b>	<b>31 486</b>	<b>35 605</b>	<b>36 484</b>	<b>36 268</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>31 486</b>	<b>31 516</b>	<b>32 044</b>	<b>31 703</b>
Junta do Crédito Público	13 058	13 058	13 058	12 935
Encargos gerais	4 015	4 027	4 105	4 078

Ano económico de 1883-1884

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
CGDEP	0	0	0	35
Ministério da Fazenda	2 222	2 224	2 279	2 301
Ministério do Reino	2 170	2 172	2 149	2 006
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	634	641	652	627
Ministério da Guerra	4 585	4 589	4 592	4 605
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 640	1 624	1 681	1 760
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	82	82	72	82
Ministério dos Negócios Estrangeiros	312	315	358	347
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	2 767	2 783	3 085	2 027
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>4 089</b>	<b>4 440</b>	<b>4 565</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0	211
Ministério do Reino	0	50	37	50
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0	0
Ministério da Guerra	0	300	300	386
MMU – Direcção-Geral da Marinha	0	342	342	342
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	234	387	427
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0	0
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	0	3 163	3 373	3 148
<b>SALDO</b>	<b>- 259</b>	<b>- 4 375</b>	<b>- 205</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 259	- 286	- 1 054	- 1 914
Saldo extraordinário	0	- 4 089	+ 849	+ 1 914

síntese do ano económico 1883-1884	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	31 227	31 230	36 279	36 268
empréstimos	0	0	5 289	6 425
receitas efectivas	31 227	31 230	30 990	29 843
despesas totais	31 486	35 605	36 484	36 268
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 259	- 4 375	- 5 494	- 6 425

Ano económico de 1883-1884

## **Observações**

CGDEP = Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1884-1885

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1883 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 23 de Maio de 1884 (repôs em vigor a lei de 21 de Junho de 1883).

Orçamento rectificativo aprovado pelas Cortes – lei de 17 de Junho de 1885.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1884 a 30 de Junho de 1885, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>31 195</b>	<b>31 230</b>	<b>39 995</b>	<b>39 579</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>31 195</b>	<b>31 230</b>	<b>31 729</b>	<b>31 114</b>
Impostos directos	6 281	6 245	6 308	6 232
Selo e registo	3 249	3 437	3 249	2 961
Impostos indirectos	16 171	16 397	16 451	16 589
Impostos adicionais	1 057	1 084	1 057	976
Bens próprios nacionais e rendim. div.	3 337	2 995	3 592	3 086
Compensações de despesa	1 101	1 071	1 073	1 270
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 267</b>	<b>8 465</b>
das quais empréstimos	0	0	8 157	8 262
<b>DESPESAS</b>	<b>31 967</b>	<b>36 754</b>	<b>39 995</b>	<b>39 579</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>31 967</b>	<b>31 516</b>	<b>33 039</b>	<b>33 309</b>
Junta do Crédito Público	13 055	13 058	13 793	14 316
Encargos gerais	4 299	4 027	3 932	3 914

Ano económico de 1884-1885

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
CGDEP	39	0	40	36
Ministério da Fazenda	2 206	2 224	2 421	2 447
Ministério do Reino	2 202	2 172	2 124	2 036
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	640	641	699	617
Ministério da Guerra	4 589	4 589	4 873	4 780
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 695	1 624	1 788	1 947
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	82	82	96	94
Ministério dos Negócios Estrangeiros	330	315	351	340
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	2 832	2 783	2 920	2 783
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>5 238</b>	<b>6 956</b>	<b>6 270</b>
Ministério da Fazenda	0	0	239	103
Ministério do Reino	0	50	171	147
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0	0
Ministério da Guerra	0	300	1 541	1 490
MMU – Direcção-Geral da Marinha	0	460	409	406
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	335	640	640
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0	0
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	0	4 093	3 957	3 484
<b>SALDO</b>	<b>- 772</b>	<b>- 5 524</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 772	- 286	- 1 310	- 2 195
Saldo extraordinário	0	- 5 238	+ 1 310	+ 2 195

síntese do ano económico 1884-1885	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	31 195	31 230	39 995	39 579
empréstimos	0	0	8 157	8 262
receitas efectivas	31 195	31 230	31 838	31 317
despesas totais	31 967	36 754	39 995	39 579
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 772	- 5 524	- 8 157	- 8 262

## **Observações**

Os valores do orçamento aprovado são os da lei de 21 de Junho de 1883 com as alterações explicitamente introduzidas pela lei de 23 de Maio de 1884.

CGDEP = Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1885-1886

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1884 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 25 de Junho de 1885 (repôs em vigor a lei de 21 de Junho de 1883).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro) – decreto de 25 de Junho de 1885.

Orçamento rectificado aprovado pelas Cortes – lei de 22 de Março de 1886.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1885 a 20 de Fevereiro de 1886, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

De 20 de Fevereiro a 30 de Junho de 1886, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>31 378</b>	<b>31 964</b>	<b>42 118</b>	<b>41 609</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>31 378</b>	<b>31 964</b>	<b>32 425</b>	<b>31 761</b>
Impostos directos	6 293	6 293	6 348	6 311
Selo e registo	3 271	3 326	3 268	3 188
Impostos indirectos	16 055	16 606	17 032	17 339
Impostos adicionais	1 063	1 063	1 064	972
Bens próprios nacionais e rendim. div.	3 611	3 592	3 692	2 996
Compensações de despesa	1 085	1 085	1 022	954
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9 693</b>	<b>9 849</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificad	execução do orçamento
das quais empréstimos	0	0	9 693	9 713
<b>DESPEAS</b>	<b>33 266</b>	<b>38 257</b>	<b>42 118</b>	<b>41 609</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>33 266</b>	<b>33 316</b>	<b>34 303</b>	<b>34 041</b>
Junta do Crédito Público	14 433	14 433	14 438	14 486
Encargos gerais	3 531	3 533	3 953	3 879
CGDEP	39	39	39	39
Ministério da Fazenda	2 261	2 338	2 593	2 644
Ministério do Reino	2 213	2 218	2 245	2 079
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	681	708	725	645
Ministério da Guerra	4 874	4 874	4 932	5 018
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 775	1 775	1 890	1 852
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	106	106	106	106
Ministério dos Negócios Estrangeiros	331	331	374	345
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	3 022	2 961	3 008	2 946
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>4 941</b>	<b>7 815</b>	<b>7 569</b>
Ministério da Fazenda	0	116	302	196
Ministério do Reino	0	50	285	289
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0	+ 0
Ministério da Guerra	0	300	1 775	1 527
MMU – Direcção-Geral da Marinha	0	165	253	246
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	296	1 157	1 494
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0	0
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	0	4 014	4 044	3 816
<b>SALDO</b>	<b>- 1 888</b>	<b>- 6 293</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 1 888	- 1 352	- 1 878	- 2 280
Saldo extraordinário	0	- 4 941	+ 1 878	+ 2 280

Ano económico de 1885-1886

síntese do ano económico 1885-1886 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
receitas totais	31 378	31 964	42 118	41 609
empréstimos	0	0	9 693	9 713
receitas efectivas	31 378	31 964	32 425	31 896
despesas totais	33 266	38 257	42 118	41 609
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 888	- 6 293	- 9 693	- 9 713

## Observações

CGDEP = Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1886-1887

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Dezembro de 1885 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Fontes Pereira de Melo; Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro)

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 15 de Abril de 1886 (repôs em vigor as leis de 21 de Junho de 1883 e de 22 de Março de 1886).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho) – decreto de 15 de Abril de 1886.

Orçamento rectificado aprovado pelas Cortes – lei de 23 de Junho de 1887.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1886 a 30 de Junho de 1887, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>32 271</b>	<b>36 161</b>	<b>44 055</b>	<b>43 584</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>32 271</b>	<b>32 271</b>	<b>34 370</b>	<b>34 701</b>
Impostos directos	6 253	6 253	6 346	6 430
Selo e registo	3 341	3 341	3 382	3 529
Impostos indirectos	16 884	16 884	18 769	19 180
Impostos adicionais	1 087	1 087	1 087	1 017
Bens próprios nacionais e rendim. div.	3 616	3 616	3 378	3 132
Compensações de despesa	1 090	1 090	1 407	1 412
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>3 890</b>	<b>9 685</b>	<b>8 883</b>
das quais empréstimos	0	3 890	9 566	8 712
<b>DESPESAS</b>	<b>34 019</b>	<b>38 020</b>	<b>44 055</b>	<b>43 584</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>34 019</b>	<b>34 131</b>	<b>35 857</b>	<b>36 303</b>

Ano económico de 1886-1887

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	14 437	14 437	14 862	14 900
Encargos gerais	3 781	3 875	4 655	4 678
CGDEP	39	39	35	44
Ministério da Fazenda	2 558	2 558	3 199	3 188
Ministério do Reino	2 268	2 268	2 002	1 901
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	707	720	713	665
Ministério da Guerra	4 890	4 890	4 988	4 930
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 916	1 916	1 939	1 909
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	106	106	106	87
Ministério dos Negócios Estrangeiros	349	355	351	344
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	2 967	2 967	2 998	3 658
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>3 890</b>	<b>8 198</b>	<b>7 280</b>
Junta do Crédito Público	0	0	7	0
Ministério da Fazenda	0	0	145	89
Ministério do Reino	0	0	28	30
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0	0
Ministério da Guerra	0	160	804	1 056
MMU – Direcção-Geral da Marinha	0	165	300	166
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	475	1 232	1 277
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	20	20
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	0	3 090	5 663	4 642
<b>SALDO</b>	<b>- 1 748</b>	<b>- 1 860</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 1 748	- 1 860	- 1 487	- 1 602
Saldo extraordinário	0	0	+ 1 487	+ 1 602

síntese do ano económico 1886-1887	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	32 271	36 161	44 055	43 584
empréstimos	0	3 890	9 566	8 712
receitas efectivas	32 271	32 271	34 489	34 872
despesas totais	34 019	38 020	44 055	43 584
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 748	- 5 749	- 9 566	- 8 712

## **Observações**

CGDEP = Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1887-1888

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 9 de Março de 1887 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1887 (repôs em vigor as leis de 21 de Junho de 1883 e de 15 de Abril de 1886).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho) – decreto de 30 de Junho de 1887.

Orçamento rectificado aprovado pelas Cortes – lei de 23 de Junho de 1888.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1887 a 30 de Junho de 1888, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>34 410</b>	<b>34 410</b>	<b>37 614</b>	<b>42 473</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>34 410</b>	<b>34 410</b>	<b>37 529</b>	<b>38 257</b>
Impostos directos	6 290	6 290	6 711	6 684
Selo e registo	3 342	3342	3 704	4 170
Impostos indirectos	18 173	18 173	21 050	21 781
Impostos adicionais	1 138	1 138	706	580
Bens próprios nacionais e rend. div.	3 529	3 529	3 385	3 131
Compensações de despesa	1 938	1 938	1 972	1 911
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>85</b>	<b>4 215</b>
das quais empréstimos	0	0	0	4 146
<b>DESPESAS</b>	<b>37 127</b>	<b>39 327</b>	<b>41 026</b>	<b>42 473</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>37 127</b>	<b>37 127</b>	<b>38 057</b>	<b>37 165</b>

Ano económico de 1887-1888

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Junta do Crédito Público	14 846	14 846	14 424	14 055
Encargos gerais	5 177	5 177	6 086	5 975
CGDEP	41	41	49	47
Ministério da Fazenda	2 911	2 911	3 315	3 479
Ministério do Reino	2 021	2 021	2 107	1 957
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	728	728	686	660
Ministério da Guerra	4 964	4 964	4 699	4 632
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 908	1 908	1 826	1 807
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	106	106	106	88
Ministério dos Negócios Estrangeiros	353	353	395	388
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	4 075	4 075	4 366	4 083
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>2 200</b>	<b>2 969</b>	<b>5 307</b>
Ministério da Fazenda	0	0	60	93
Ministério do Reino	0	0	12	12
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0	0
Ministério da Guerra	0	149	234	243
MMU – Direcção-Geral da Marinha	0		235	337
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	1086	1 211	1 212
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	20	20
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	0	965	1 198	3 390
<b>SALDO</b>	<b>- 2 717</b>	<b>- 4 917</b>	<b>- 3 412</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 2 717	- 2 717	- 528	+ 1 092
Saldo extraordinário	0	- 2 200	- 2 884	- 1 092

síntese do ano económico 1887-1888	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	34 410	34 410	37 614	42 473
empréstimos	0	0	0	4 146
receitas efectivas	34 410	34 410	37 614	38 327
despesas totais	37 127	39 327	41 026	42 473
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 717	- 4 917	- 3 412	- 4 146

Ano económico de 1887-1888

## **Observações**

CGDEP = Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1888-1889

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 4 de Janeiro de 1888 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 23 de Junho de 1888 (repôs em vigor as leis de 21 de Junho de 1883, de 15 de Abril de 1886 e de 30 de Junho de 1887).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho) – decreto de 23 de Junho de 1888.

Orçamento rectificado aprovado pelas Cortes – lei de 22 de Junho de 1889.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1888 a 30 de Junho de 1889, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho de 1888 a 23 de Fevereiro de 1889, Mariano Cirilo Carvalho; de 23 de Fevereiro a 30 de Junho de 1889, Henrique Barros Gomes).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>38 274</b>	<b>37 558</b>	<b>40 238</b>	<b>52 897</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>38 274</b>	<b>37 558</b>	<b>39 190</b>	<b>37 934</b>
Impostos directos	6 717	6 717	6 786	6 909
Selo e registo	3 543	3 781	4 028	3 908
Impostos indirectos	21 859	21 859	22 159	21 534
Impostos adicionais	514	514	584	508
Bens próprios nacionais e rendim. div.	3 420	3 280	3 412	3 211
Compensações de despesa	2 221	1 407	2 221	1 865
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 048</b>	<b>14 963</b>
das quais empréstimos	0	0	802	14 137

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
<b>DESPESAS</b>	<b>38 425</b>	<b>40 336</b>	<b>42 931</b>	<b>52 897</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>38 425</b>	<b>38 488</b>	<b>40 192</b>	<b>39 690</b>
Dívida pública	17 078	17 252	17 475	17 278
Encargos gerais	3 675	3 512	3 670	3 683
CGDEP	49	49	63	52
Ministério da Fazenda	3 334	3 354	3 646	3 886
Ministério do Reino	2 115	2 133	2 205	2 107
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	694	694	699	676
Ministério da Guerra	4 759	4 759	4 969	4 911
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 847	1 861	1 983	1 915
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	153	125	128	122
Ministério dos Negócios Estrangeiros	383	383	391	383
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	4 339	4 367	4 964	4 678
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>1 848</b>	<b>2 739</b>	<b>13 206</b>
Ministério da Fazenda	0	40	138	6 114
Ministério do Reino	0	0	37	38
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0	0
Ministério da Guerra	0	238	420	519
MMU – Direcção-Geral da Marinha	0	140	318	278
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	0	1 260	1 658	2 129
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	22	22
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	0	170	463	4 106
<b>SALDO</b>	<b>- 151</b>	<b>- 2 778</b>	<b>- 2 693</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 151	- 930	- 1 002	- 1 756
Saldo extraordinário	0	- 1 848	- 1 691	+ 1 756

síntese do ano económico 1888-1889	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	38 274	37 558	40 238	52 897
empréstimos	0	0	802	14 137
receitas efectivas	38 274	37 558	39 436	38 760
despesas totais	38 425	40 336	42 931	52 897
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 151	- 2 778	- 3 495	- 14 137

## **Observações**

Até ao ano de 1887-1888, todos encargos da dívida a cargo do Tesouro estavam englobados na rubrica 'Encargos gerais'. A partir de 1888-1889, parte dos encargos da dívida a cargo do Tesouro passaram a estar englobados na rubrica 'Dívida pública'.

CGDEP = Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1889-1890

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 7 de Janeiro de 1889 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 18 de Junho de 1889 (repôs em vigor as leis de 21 de Junho de 1883, de 15 de Abril de 1886, de 30 de Junho de 1887 e de 23 de Junho de 1888).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Henrique Barros Gomes) – decreto de 18 de Junho de 1889.

Orçamento rectificativo aprovado pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1890.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1889 a 14 de Janeiro de 1890, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho a 9 de Novembro de 1889, Henrique Barros Gomes; de 9 de Novembro de 1889 a 14 de Janeiro de 1890, Augusto José da Cunha).

De 14 de Janeiro a 30 de Junho de 1890, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Serpa Pimentel; Ministro da Fazenda: João Franco).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>40 150</b>	<b>40 693</b>	<b>50 860</b>	<b>52 741</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>40 150</b>	<b>40 693</b>	<b>40 430</b>	<b>39 292</b>
Impostos directos	6 786	6 786	7 050	6 757
Selo e registo	3 742	3 992	3 853	3 952
Impostos indirectos	23 022	23 305	23 127	22 497
Impostos adicionais	584	584	584	500
Bens próprios nacionais e rendim. div.	3 618	3 618	3 820	3 415

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Compensações de despesa	2 399	2 407	1 996	2 171
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10 430</b>	<b>13 449</b>
das quais empréstimos	0	0	10 300	13 248
<b>DESPESAS</b>	<b>41 517</b>	<b>44 140</b>	<b>51 341</b>	<b>52 741</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>40 219</b>	<b>40 737</b>	<b>43 365</b>	<b>42 773</b>
Dívida pública	17 701	17 701	17 939	18 128
Encargos gerais	3 934	3 935	4 205	4 192
CGDEP	63	63	63	56
Fundo Permanente de Defesa Nacional	—	—	26	0
Ministério da Fazenda	3 610	3 713	3 860	3 931
Ministério do Reino	2 166	2 177	2 038	1 985
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	695	698	778	716
Ministério da Guerra	4 895	5 005	5 195	5 137
MMU – Direcção-Geral da Marinha	1 976	1 982	2 094	2 031
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	154	162	200	66
Ministério dos Negócios Estrangeiros	382	385	476	463
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	4 642	4 918	5 984	5 615
M. Instrução Pública e Belas-Artes	—	—	384	318
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 298</b>	<b>3 403</b>	<b>7 976</b>	<b>9 969</b>
Ministério da Fazenda	40	88	249	1 118
Ministério do Reino	0	0	83	83
M. Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	17	17	17
Ministério da Guerra	238	188	520	656
MMU – Direcção-Geral da Marinha	155	1 855	305	335
MMU – Direcção-Geral do Ultramar	730	730	2 254	3 281
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	45	45
M. Obras Públicas Comércio e Indústria	135	525	4 503	4 433
M. Instrução Pública e Belas-Artes	—	—	0	+0
<b>SALDO</b>	<b>- 1 367</b>	<b>- 3 447</b>	<b>- 481</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 69	- 44	- 2 935	- 3 481
Saldo extraordinário	- 1 298	- 3 403	+ 2 454	+ 3 481

## Ano económico de 1889-1890

síntese do ano económico 1889-1890 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
receitas totais	40 150	40 693	50 860	52 741
empréstimos	0	0	10 300	13 248
receitas efectivas	40 150	40 693	40 560	39 493
despesas totais	41 517	44 140	51 341	52 741
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 367	- 3 447	- 10 781	- 13 248

### Observações

Durante este ano económico, foi criado o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Reino.

CGDEP = Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

## ANO ECONÓMICO DE 1890-1891

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 11 de Janeiro de 1890 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Augusto José da Cunha).

Nova proposta de orçamento apresentada em 5 de Maio de 1890 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Serpa Pimentel; Ministro da Fazenda: João Franco).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 28 de Junho de 1890 (repôs em vigor as leis de 21 de Junho de 1883, de 15 de Abril de 1886, de 30 de Junho de 1887, de 23 de Junho de 1888 e de 19 de Junho de 1889).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Serpa Pimentel; Ministro da Fazenda: João Franco) – decreto de 28 de Junho de 1890.

Orçamento rectificativo aprovado pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1891.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 13 de Outubro de 1890, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Serpa Pimentel; Ministro da Fazenda: João Franco).

De 13 de Outubro de 1890 a 21 de Maio de 1891, governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros: João Crisóstomo Sousa; Ministro da Fazenda: de 13 de Outubro a 24 de Novembro de 1890, José Melo Gouveia; de 24 de Novembro de 1890 a 21 de Maio de 1891, Augusto José da Cunha).

De 21 de Maio a 30 de Junho de 1891, governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros: João Crisóstomo Sousa; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>41 327</b>	<b>39 677</b>	<b>40 973</b>	<b>56 908</b>	<b>54 542</b>

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>41 327</b>	<b>39 677</b>	<b>40 973</b>	<b>42 343</b>	<b>40 825</b>
Impostos directos	7 036	7 210	7 210	7 210	6 885
Selo e registo	3 853	3 853	3 853	4 006	3 892
Impostos indirectos	24 179	22 355	23 390	23 359	22 790
Impostos adicionais	512	512	512	1 712	1 710
Bens pr. nac. e rend. div.	3 745	3 745	3 915	3 928	3 453
Compens. de despesa	2 002	2 002	2 093	2 128	2 096
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14 565</b>	<b>13 716</b>
das quais empréstimos	0	0	0	14 398	13 619
<b>DESPESAS</b>	<b>42 167</b>	<b>43 083</b>	<b>45 468</b>	<b>56 908</b>	<b>54 542</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>42 167</b>	<b>43 083</b>	<b>42 961</b>	<b>45 808</b>	<b>43 556</b>
Dívida pública	18 053	18 053	18 053	18 571	18 575
Encargos gerais	4 298	4 298	4 278	4 771	3 732
CGDEP	63	63	63	63	59
FPDN	0	535	535	313	0
Ministério da Fazenda	3 795	3 795	3 749	4 001	3 911
Ministério do Reino	2 248	1 283	1 283	1 371	1 277
M. Neg. Ecl. e Justiça	701	893	932	991	926
Ministério da Guerra	5 153	5 153	5 126	5 656	5 532
MMU – D-G Marinha	2 085	2 085	2 075	2 206	2 115
MMU – D-G Ultramar	196	196	196	325	315
M. Negócios Estrangeiros	421	432	427	561	553
MOPCI	5 156	5 156	5 129	5 828	5 528
MIPBA	0	1 144	1 117	1 153	1 034
<b>Desp. extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 507</b>	<b>11 100</b>	<b>10 985</b>
Ministério da Fazenda	0	0	77	506	363
Ministério do Reino	0	0	0	198	197
M. Neg. Ecl. e Justiça	0	0	0	0	0
Ministério da Guerra	0	0	333	956	1 016
MMU – D-G Marinha	0	0	150	350	322
MMU – D-G Ultramar	0	0	1 342	4 125	3 989
M. Negócios Estrangeiros	0	0	0	35	34
MOPCI	0	0	605	4 910	5 065

Ano económico de 1890-1891

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
MIPBA	0	0	0	20	+0
<b>SALDO</b>	<b>- 840</b>	<b>- 3 406</b>	<b>- 4 495</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 840	- 3 406	- 1 988	- 3 465	- 2 731
Saldo extraordinário	0	0	- 2 507	+ 3 465	+ 2 731

síntese do ano económico 1890-1891 valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
receitas totais	41 327	39 677	40 973	56 908	54 542
empréstimos	0	0	0	14 398	13 619
receitas efectivas	41 327	39 677	40 973	42 510	40 923
despesas totais	42 167	43 083	45 468	56 908	54 542
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 840	- 3 406	- 4 495	- 14 398	- 13 619

## Observações

CGDEP = Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa

FPDN = Fundo Permanente de Defesa Nacional

MMU = Ministério da Marinha e Ultramar

MOPCI = Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria

MIPBA = Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes

## ANO ECONÓMICO DE 1891-1892

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 30 de Maio de 1891 por um governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros: João Crisóstomo de Sousa; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

Proposta de lei de despesa extraordinária apresentada em 17 de Junho de 1891 pelo mesmo governo.

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1891 (repôs em vigor as leis de 21 de Junho de 1883, de 15 de Abril de 1886, de 30 de Junho de 1887, de 23 de Junho de 1888 e de 19 de Junho de 1889).

Orçamento aprovado por um governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros: João Crisóstomo de Sousa; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho) – decreto de 30 de Junho de 1891.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1891 a 17 de Janeiro de 1892, governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros: João Crisóstomo de Sousa; Ministro da Fazenda: Mariano Cirilo Carvalho).

De 17 de Janeiro a 30 de Junho de 1892, governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros: José Dias Ferreira; Ministro da Fazenda: de 17 de Janeiro a 27 de Maio de 1892, Joaquim Oliveira Martins; de 27 de Maio a 30 de Junho 1892, José Dias Ferreira).

valores em contos	proposta do Governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>42 917</b>	<b>42 967</b>	<b>52 431</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>42 917</b>	<b>42 967</b>	<b>37 609</b>
Impostos directos	7 157	7 157	8 338
Imposto de selo e contribuição de registo	3 957	3 957	3 711
Impostos indirectos	23 506	23 506	19 036
Imposto adicional	2 156	2 156	1 637
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 072	4 072	3 262

valores em contos	proposta do Governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Compensação de despesa	2 070	2 120	1 626
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14 822</b>
das quais empréstimos	0	0	14 653
<b>DESPESAS</b>	<b>47 095</b>	<b>46 822</b>	<b>52 431</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>44 857</b>	<b>44 544</b>	<b>45 540</b>
Dívida pública	18 528	18 528	19 020
Diferenças de câmbios	0	0	2 200
Encargos gerais	5 317	5 317	4 885
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	62	62	50
Fundo permanente de defesa nacional	313	0	0
Ministério da Fazenda	3 897	3 897	3 610
Ministério do Reino	1 285	1 285	2 314
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 008	1 008	962
Ministério da Guerra	5 294	5 294	5 123
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	2 068	2 068	2 152
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	470	470	444
Ministério dos Negócios Estrangeiros	485	485	448
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	4 711	4 711	4 332
Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes	1 418	1 418	—
Despesas extraordinárias	2 238	2 278	6 891
Ministério da Fazenda	127	127	82
Ministério do Reino	0	0	0
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	183	133	213
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	225	225	271
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 159	1 199	2 561
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	0
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	594	594	3 764
Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes	0	0	—
<b>SALDO</b>	<b>- 4 178</b>	<b>- 3 855</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 1 940	- 1 577	- 7 931
Saldo extraordinário	- 2 238	- 2 278	+ 7 931

## Ano económico de 1891-1892

síntese do ano económico 1891-1892 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	42 917	42 967	52 431
empréstimos	0	0	14 653
receitas efectivas	42 917	42 967	37 778
despesas totais	47 095	46 822	52 431
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 4 178	- 3 855	- 14 653

### Observações

Durante este ano económico, foi extinto o Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes, tendo os respectivos serviços sido integrados de novo no Ministério do Reino.

## ANO ECONÓMICO DE 1892-1893

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 30 de Janeiro de 1892 por um governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros: José Dias Ferreira; Ministro da Fazenda: Joaquim Oliveira Martins).

Lei de meios e duodécimos e de despesa extraordinária aprovada pelas Cortes – lei de 19 de Abril de 1892 (repõe em vigor as leis de 21 de Junho de 1883, 15 de Abril de 1886, 30 de Junho de 1887, 23 de Junho de 1888 e 19 de Junho de 1889).

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1892 a 22 de Fevereiro de 1893, governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: José Dias Ferreira).

De 22 de Fevereiro a 30 de Junho de 1893, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: Augusto Fuschini).

valores em contos	proposta do Governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>43 874</b>	<b>46 724</b>	<b>48 374</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>43 874</b>	<b>46 724</b>	<b>42 617</b>
Impostos directos	6 917	10 291	10 693
Imposto de selo e contribuição de registo	4 181	4 209	3 776
Impostos indirectos	23 724	23 343	21 181
Imposto adicional	2 165	1 994	1 233
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	3 848	3 848	3 376
Compensação de despesa	3 039	3 039	2 357
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 757</b>
das quais empréstimos	0	0	5 625
<b>DESPEAS</b>	<b>46 107</b>	<b>52 609</b>	<b>48 374</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>46 107</b>	<b>48 019</b>	<b>43 569</b>

Ano económico de 1892-1893

valores em contos	proposta do Governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	21 097	21 097	16 593
Diferenças de câmbios	0	1 500	2 591
Encargos gerais	5 146	5 275	4 254
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	63	62	41
Ministério da Fazenda	3 473	3 363	3 183
Ministério do Reino	1 367	2 316	2 208
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	998	1 058	1 004
Ministério da Guerra	5 267	5 703	5 771
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	2 312	2 382	2 473
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	466	473	243
Ministério dos Negócios Estrangeiros	452	459	441
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	4 317	4 331	4 496
Ministério da Instrução Pública	1 150	—	—
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>4 590</b>	<b>4 805</b>
Ministério da Fazenda	0	98	60
Ministério do Reino	0	140	380
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	0	200	200
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	0	200	212
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	1 768	1 837
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	86	84
Min. das Obras Públicas, Comércio e Indústria	0	2 098	2 032
Ministério da Instrução Pública	0	—	—
<b>SALDO</b>	<b>- 2 233</b>	<b>- 5 885</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 2 233	- 1 295	- 952
Saldo extraordinário	0	- 4 590	+ 952

síntese do ano económico 1892-1893	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	43 874	46 724	48 374
empréstimos	0	0	5 625
receitas efectivas	43 874	46 724	42 749
despesas totais	46 107	52 609	48 374
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 233	- 5 885	- 5 625

## ANO ECONÓMICO DE 1893-1894

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Janeiro de 1893 por um governo extra-partidário (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: José Dias Ferreira).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 30 de Junho de 1893.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1893 a 30 de Junho de 1894: governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho a 20 de Dezembro de 1893, Augusto Fuschini; de 20 de Dezembro de 1893 a 30 de Junho de 1894, Ernesto Hintze Ribeiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>41 160</b>	<b>43 839</b>	<b>45 971</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>41 160</b>	<b>43 839</b>	<b>45 851</b>
Impostos directos	10 319	11 065	10 862
Imposto de selo e contribuição de registo	3 967	3 786	4 153
Impostos indirectos	19 239	20 507	23 632
Imposto adicional	1 786	1 726	1 558
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	3 541	3 730	3 514
Compensação de despesa	2 309	3 025	2 127
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>120</b>
das quais empréstimos	0	0	119
<b>DESPESAS</b>	<b>46 222</b>	<b>44 830</b>	<b>45 971</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>42 337</b>	<b>42 963</b>	<b>43 593</b>
Dívida pública	16 448	18 063	14 424
Diferenças de câmbios	400	400	1 282
Encargos gerais	8 540	4 178	7 253

Ano económico de 1893-1894

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	62	43	40
Ministério da Fazenda	3 274	3 174	3 103
Ministério do Reino	2 289	2 279	2 207
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 039	1 029	1 007
Ministério da Guerra	5 579	5 123	5 358
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	2 655	2 471	2 816
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	448	1 052	872
Ministério dos Negócios Estrangeiros	452	390	376
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	4 267	4 742	4 856
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>3 886</b>	<b>1 867</b>	<b>2 378</b>
Ministério da Fazenda	58	20	12
Ministério do Reino	38	0	78
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	190	40	60
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	0	0	96
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 524	530	525
Ministério dos Negócios Estrangeiros	76	42	42
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	2 000	1 235	1 565
<b>SALDO</b>	<b>- 5 062</b>	<b>- 991</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	- 5 062	+ 876	+ 2 258
Saldo extraordinário	0	- 1 867	- 2 258

síntese do ano económico 1893-1894	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	41 160	43 839	45 971
empréstimos	0	0	119
receitas efectivas	41 160	43 839	45 852
despesas totais	46 222	44 830	45 971
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 062	- 991	- 119

## ANO ECONÓMICO DE 1894-1895

### Preparação do orçamento

Decreto de meios e duodécimos aprovado por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro) – decreto de 28 de Junho de 1894 (repôs em vigor a lei de 30 de Junho de 1893).

Proposta de orçamento apresentada em 29 de Outubro de 1894 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro) – decreto de 31 de Janeiro de 1895.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1894 a 30 de Junho de 1895: governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>48 684</b>	<b>48 684</b>	<b>49 895</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>47 509</b>	<b>47 509</b>	<b>47 611</b>
Impostos directos	12 303	12 303	11 596
Imposto de selo e contribuição de registo	4 405	4 405	4 639
Impostos indirectos	22 602	22 602	23 027
Impostos adicionais	1 141	1 141	1 200
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 193	4 193	4 327
Compensação de despesa	2 866	2 866	2 821
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 175</b>	<b>1 175</b>	<b>2 284</b>
das quais empréstimos	1 175	1 175	1 175
<b>DESPESAS</b>	<b>47 324</b>	<b>47 324</b>	<b>49 895</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>45 139</b>	<b>45 139</b>	<b>46 025</b>
Dívida pública	15 991	15 991	15 485
Diferenças de câmbios	400	400	1 080

Ano económico de 1894-1895

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	7 579	7 579	7 888
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	60	60	49
Ministério da Fazenda	3 257	3 257	3 099
Ministério do Reino	2 312	2 312	2 345
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 022	1 022	1 002
Ministério da Guerra	5 168	5 168	5 514
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	2 775	2 775	2 733
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 081	1 081	867
Ministério dos Negócios Estrangeiros	386	386	383
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	5 107	5 107	5 581
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 185</b>	<b>2 185</b>	<b>3 869</b>
Ministério da Fazenda	20	20	36
Ministério do Reino	0	0	34
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	53	53	62
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	150	150	76
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	530	530	1 319
Ministério dos Negócios Estrangeiros	27	27	78
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 405	1 405	2 265
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 360</b>	<b>+ 1 360</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	+ 2 370	+ 2 370	+ 1 586
Saldo extraordinário	- 1 010	- 1 010	- 1 586

síntese do ano económico 1894-1895	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	48 684	48 684	49 895
empréstimos	1 175	1 175	1 175
receitas efectivas	47 509	47 509	48 720
despesas totais	47 324	47 324	49 895
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	+ 185	+ 185	- 1 175

## ANO ECONÓMICO DE 1895-1896

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 29 de Outubro de 1894 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

Decreto de meios e duodécimos aprovado por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro) – decreto com força de lei de 28 de Junho de 1895 (repôs em vigor o decreto de 31 de Janeiro de 1895).

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1895 a 30 de Junho de 1896, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

valores em contos	proposta do Governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>49 699</b>	<b>48 684</b>	<b>53 408</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>49 699</b>	<b>47 509</b>	<b>51 916</b>
Impostos directos	11 952	12 303	11 771
Imposto de selo e contribuição de registo	5 210	4 405	4 904
Impostos indirectos	24 689	22 602	26 400
Impostos adicionais	717	1 141	1 080
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 450	4 193	4 725
Compensação de despesa	2 682	2 866	3 036
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>1 175</b>	<b>1 492</b>
das quais empréstimos	0	1 175	1 492
<b>DESPEASAS</b>	<b>49 376</b>	<b>47 324</b>	<b>53 408</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>46 869</b>	<b>45 139</b>	<b>48 149</b>
Dívida pública	16 472	15 991	17 119
Diferenças de câmbios	400	400	394
Encargos gerais	8 131	7 579	8 059
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	60	60	52

Ano económico de 1895-1896

valores em contos	proposta do Governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	3 593	3 257	3 164
Ministério do Reino	2 493	2 312	2 524
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 010	1 022	1 012
Ministério da Guerra	5 220	5 168	5 754
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	2 785	2 775	2 822
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 000	1 081	840
Ministério dos Negócios Estrangeiros	386	386	382
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	5 317	5 107	6 026
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 507</b>	<b>2 185</b>	<b>5 260</b>
Ministério da Fazenda	20	20	23
Ministério do Reino	0	0	60
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	241	53	101
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	150	150	225
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	545	530	2 677
Ministério dos Negócios Estrangeiros	76	27	27
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 475	1 405	2 147
<b>SALDO</b>	<b>+ 323</b>	<b>+ 1 360</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	+ 2 830	+ 2 370	+ 3 767
Saldo extraordinário	- 2 507	- 1 010	- 3 767

síntese do ano económico 1895-1896	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	49 699	48 684	53 408
empréstimos	0	1 175	1 492
receitas efectivas	49 699	47 509	51 916
despesas totais	49 376	47 324	53 408
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	+ 323	+ 185	- 1 492

## ANO ECONÓMICO DE 1896-1897

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 18 de Janeiro de 1896 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 13 de Maio de 1896.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1896 a 7 de Fevereiro de 1897, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda: Ernesto Hintze Ribeiro).

De 7 de Fevereiro a 30 de Junho de 1897: governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Frederico Ressano Garcia).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>49 699</b>	<b>49 701</b>	<b>49 415</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>49 699</b>	<b>49 701</b>	<b>48 547</b>
Impostos directos	11 952	11 953	11 548
Selo e registo	5 210	5 210	4 485
Impostos indirectos	24 689	24 689	23 300
Impostos adicionais	717	717	1 085
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 450	4 450	5 004
Compensações de despesa	2 682	2 682	3 128
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>868</b>
das quais empréstimos	0	0	868
<b>DESPEASAS</b>	<b>49 376</b>	<b>49 431</b>	<b>59 004</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>46 869</b>	<b>46 914</b>	<b>51 860</b>
Dívida pública	16 472	16 472	17 839
Diferença de câmbios	400	400	0
Encargos gerais	8 131	8 144	8 714
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	60	60	52

Ano económico de 1896-1897

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	3 593	3 593	3 677
Ministério do Reino	2 493	2 564	2 606
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 010	1 010	975
Ministério da Guerra	5 220	5 222	5 844
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	2 785	2 739	3 140
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 000	1 000	871
Ministério dos Negócios Estrangeiros	386	386	379
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	5 317	5 322	7 763
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 507</b>	<b>2 517</b>	<b>7 144</b>
Ministério da Fazenda	20	20	376
Ministério do Reino	0	0	4
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	241	251	1 697
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	150	2 271	1 342
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	545	695	1 191
Ministério dos Negócios Estrangeiros	76	76	86
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 475	1 475	2 449
<b>SALDO</b>	<b>+ 323</b>	<b>+ 270</b>	<b>- 9 589</b>
Saldo ordinário	+ 2 830	+ 2 787	- 3 313
Saldo extraordinário	- 2 507	- 2 517	- 6 276

síntese do ano económico 1896-1897	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	49 699	49 701	49 415
empréstimos	0	0	868
receitas efectivas	49 699	49 701	48 547
despesas totais	49 376	49 431	59 004
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	+ 323	+ 270	- 10 457

## Observações

Não foi publicada a conta de exercício, sequer provisória, do ano económico de 1896-1897. Os valores da execução do orçamento foram obtidos por adição dos valores relativos ao exercício de

Ano económico de 1896-1897

1896-1897 inseridos nas contas de gerência provisórias de 1896-1897 e 1897-1898, publicadas no Diário do Governo, respectivamente em 30 de Outubro de 1897 e 5 de Novembro de 1898.

## ANO ECONÓMICO DE 1897-1898

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 31 de Maio de 1897 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Frederico Ressano Garcia).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 3 de Setembro de 1897.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1897 a 30 de Junho de 1898: governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Frederico Ressano Garcia).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>52 865</b>	<b>55 106</b>	<b>51 849</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>52 865</b>	<b>52 276</b>	<b>47 828</b>
Impostos directos	12 428	12 428	11 376
Selo e registo	5 287	5 287	4 671
Impostos indirectos	25 713	25 137	22 173
Impostos adicionais	1 086	1 086	1 093
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 814	4 813	5 270
Compensações de despesa	3 539	3 525	3 245
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>0</b>	<b>2 830</b>	<b>4 021</b>
das quais empréstimos	0	2 685	4 021
<b>DESPEASAS</b>	<b>55 563</b>	<b>55 035</b>	<b>56 203</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>52 032</b>	<b>51 270</b>	<b>51 284</b>
Dívida pública	18 476	17 834	17 859
Diferença de câmbios	500	500	0
Encargos gerais	9 567	9 467	9 591
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	59	69	51
Ministério da Fazenda	3 751	3 137	3 922

Ano económico de 1897-1898

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Reino	2 592	2 598	2 560
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 034	1 034	1 013
Ministério da Guerra	5 854	5 854	6 153
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 051	3 051	3 053
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	976	976	946
Ministério dos Negócios Estrangeiros	382	380	372
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	5 781	5 779	5 763
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>3 531</b>	<b>3 765</b>	<b>4 918</b>
Ministério da Fazenda	108	128	67
Ministério do Reino	0	6	18
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	160	160	494
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	144	144	759
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	748	938	916
Ministério dos Negócios Estrangeiros	76	70	62
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	2 295	2 319	2 601
<b>SALDO</b>	<b>- 2 698</b>	<b>+ 71</b>	<b>- 4 354</b>
Saldo ordinário	+ 833	+ 1 006	- 3 456
Saldo extraordinário	- 3 531	- 935	- 897

síntese do ano económico 1897-1898	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	52 865	55 106	51 849
empréstimos	0	2 685	4 021
receitas efectivas	52 865	52 421	47 828
despesas totais	55 563	55 035	56 203
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 698	- 2 614	- 8 375

## Observações

Não foi publicada a conta de exercício, sequer provisória, do ano económico de 1897-1898. Os valores da execução do orçamento foram obtidos por adição dos valores relativos ao exercício de 1897-1898 inseridos nas contas de gerência provisórias de 1897-1898 e 1898-1899, publicadas no Diário do Governo, respectivamente em 5 de Novembro de 1898 e 6 de Outubro de 1899.

## ANO ECONÓMICO DE 1898-1899

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 24 de Dezembro de 1897 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Frederico Ressano Garcia).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 25 de Junho de 1898.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 18 de Agosto de 1898, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Frederico Ressano Garcia).

De 18 de Agosto de 1898 a 30 de Junho de 1899: governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>52 806</b>	<b>53 603</b>	<b>51 782</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>51 356</b>	<b>51 453</b>	<b>49 664</b>
Impostos directos	12 069	12 042	11 500
Selo e registo	5 373	5 373	4 919
Impostos indirectos	24 749	24 749	23 614
Impostos adicionais	1 088	1 088	1 073
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 783	4 783	5 216
Compensações de despesa	3 924	3 418	3 340
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 450</b>	<b>2 150</b>	<b>2 118</b>
das quais empréstimos	1 350	1 350	2 035
<b>DESPEASAS</b>	<b>52 655</b>	<b>51 577</b>	<b>55 213</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>51 519</b>	<b>50 927</b>	<b>51 672</b>
Dívida pública	18 207	17 924	17 986
Diferença de câmbios	500	500	494
Encargos gerais	9 563	9 540	10 023

Ano económico de 1898-1899

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	69	69	51
Ministério da Fazenda	3 738	3 666	3 432
Ministério do Reino	2 426	2 406	2 409
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 024	1 012	1 016
Ministério da Guerra	5 619	5 612	6 189
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 051	2 999	2 997
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 127	1 127	1 102
Ministério dos Negócios Estrangeiros	380	348	352
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	5 815	5 723	5 624
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 136</b>	<b>650</b>	<b>3 542</b>
Ministério da Fazenda	20	20	70
Ministério do Reino	0	2	12
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	90	80	515
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	38	29	955
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	0	0	707
Ministério dos Negócios Estrangeiros	70	64	63
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	919	457	1 219
<b>SALDO</b>	<b>+ 151</b>	<b>+ 2 026</b>	<b>- 3 432</b>
Saldo ordinário	- 163	+ 526	- 2 008
Saldo extraordinário	+ 314	+ 1 500	- 1 424

síntese do ano económico 1898-1899	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	52 806	53 603	51 782
empréstimos	1 350	1 350	2 035
receitas efectivas	51 456	52 253	49 747
despesas totais	52 655	51 577	55 213
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 199	+ 676	- 5 466

## Observações

Não foi publicada a conta de exercício, sequer provisória, do ano económico de 1898-1899. Os valores da execução do orçamento foram obtidos por adição dos valores relativos ao exercício de

Ano económico de 1898-1899

1898-1899 inseridos nas contas de gerência provisórias de 1898-1899 e 1899-1900, publicadas no Diário do Governo, respectivamente em 6 de Outubro de 1899 e 21 de Janeiro de 1901.

## ANO ECONÓMICO DE 1899-1900

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 11 de Janeiro de 1899 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 26 de Julho de 1899.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1899 a 25 de Junho de 1900, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

De 25 a 30 de Junho de 1900: governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: António Anselmo de Andrade).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>52 374</b>	<b>52 475</b>	<b>53 140</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>50 774</b>	<b>50 875</b>	<b>51 530</b>
Impostos directos	11 892	11 949	12 158
Selo e registo	5 278	5 278	5 165
Impostos indirectos	24 302	24 302	25 165
Impostos adicionais	1 122	1 123	1 094
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 675	4 676	3 734
Compensações de despesa	3 506	3 548	4 216
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 600</b>	<b>1 600</b>	<b>1 609</b>
das quais empréstimos	900	900	904
<b>DESPEASAS</b>	<b>53 919</b>	<b>54 419</b>	<b>55 140</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>51 607</b>	<b>51 995</b>	<b>52 260</b>
Dívida pública	18 124	18 316	19 956
Diferença de câmbios	500	500	500
Encargos gerais	9 756	9 756	9 531

Ano económico de 1899-1900

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	69	69	51
Ministério da Fazenda	3 702	3 702	3 465
Ministério do Reino	2 401	2 395	2 452
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 003	1 024	1 050
Ministério da Guerra	5 973	5 973	6 364
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 106	3 107	3 198
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 166	1 167	1 075
Ministério dos Negócios Estrangeiros	346	348	361
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	5 461	5 638	4 259
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 312</b>	<b>2 424</b>	<b>2 881</b>
Ministério da Fazenda	22	22	68
Ministério do Reino	0	2	3
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	80	80	447
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	265	278	263
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	745	744	718
Ministério dos Negócios Estrangeiros	58	57	49
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 142	1 242	1 332
<b>SALDO</b>	<b>- 1 545</b>	<b>- 1 944</b>	<b>- 2 000</b>
Saldo ordinário	- 833	- 1 120	- 730
Saldo extraordinário	- 712	- 824	- 1 272

síntese do ano económico 1899-1900	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	52 374	52 475	53 140
empréstimos	900	900	904
receitas efectivas	51 474	51 575	52 236
despesas totais	53 919	54 419	55 140
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 445	- 2 844	- 2 904

## Observações

Não foi publicada a conta de exercício, sequer provisória, do ano económico de 1899-1900. Os valores da execução do orçamento foram obtidos por adição dos valores relativos ao exercício de

Ano económico de 1899-1900

1899-1900 inseridos nas contas de gerência provisórias de 1899-1900 e 1900-1901, publicadas no Diário do Governo, respectivamente em 21 de Janeiro de 1901 e 30 de Novembro de 1901.

## ANO ECONÓMICO DE 1900-1901

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 26 de Janeiro de 1900 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 5 de Julho de 1900.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1900 a 30 de Junho de 1901: governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho a 30 de Novembro de 1900, António Anselmo de Andrade: de 30 de Novembro de 1900 a 30 de Junho de 1901, Fernando Matoso dos Santos).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>52 188</b>	<b>52 188</b>	<b>54 491</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>51 038</b>	<b>51 038</b>	<b>52 823</b>
Impostos directos	12 249	12 249	12 701
Selo e registo	5 506	5 506	5 342
Impostos indirectos	24 294	24 294	25 286
Impostos adicionais	1 099	1 099	1 046
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	3 507	3 507	3 976
Compensações de despesa	4 383	4 383	4 378
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 150</b>	<b>1 150</b>	<b>1 668</b>
das quais empréstimos	450	450	882
<b>DESPEAS</b>	<b>54 849</b>	<b>54 925</b>	<b>58 473</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>52 737</b>	<b>52 742</b>	<b>54 075</b>
Dívida pública	19 954	19 954	20 870
Diferença de câmbios	500	500	484
Encargos gerais	9 775	9 780	9 812

Ano económico de 1900-1901

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	69	69	55
Ministério da Fazenda	3 691	3 686	3 590
Ministério do Reino	2 411	2 435	2 443
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 057	1 060	1 079
Ministério da Guerra	5 951	5 949	6 556
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 212	3 193	3 105
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 166	1 166	976
Ministério dos Negócios Estrangeiros	354	353	359
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	4 598	4 598	4 745
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 112</b>	<b>2 183</b>	<b>4 398</b>
Ministério da Fazenda	20	20	84
Ministério do Reino	0	1	29
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	72	82	297
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	170	170	702
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	740	800	2 205
Ministério dos Negócios Estrangeiros	50	50	52
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 060	1 060	1 028
<b>SALDO</b>	<b>- 2 661</b>	<b>- 2 737</b>	<b>- 3 982</b>
Saldo ordinário	- 1 699	- 1 704	- 1 252
Saldo extraordinário	- 962	- 1 033	- 2 730

síntese do ano económico 1900-1901	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	52 188	52 188	54 491
empréstimos	450	450	882
receitas efectivas	51 738	51 738	53 609
despesas totais	54 849	54 925	58 473
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 111	- 3 187	- 4 864

Ano económico de 1900-1901

## **Observações**

Para o ano económico do 1900-1901, apenas foi publicada uma conta de exercício provisória, no Diário do Governo de 8 de Agosto de 1902, e de novo, com correcções, no Diário do Governo de 25 de Julho de 1903.

## ANO ECONÓMICO DE 1901-1902

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 8 de Janeiro de 1901 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: Fernando Matoso dos Santos).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 12 de Junho de 1901.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1901 a 30 de Junho de 1902: governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: Fernando Matoso dos Santos).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>53 270</b>	<b>53 270</b>	<b>52 163</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>52 479</b>	<b>52 479</b>	<b>51 352</b>
Impostos directos	12 802	12 802	13 205
Selo e registo	6 010	6 010	4 896
Impostos indirectos	24 880	24 880	23 215
Impostos adicionais	1 107	1 107	1 038
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	2 283	3 283	4 100
Compensações de despesa	4 397	4 397	4 238
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>791</b>	<b>791</b>	<b>811</b>
das quais empréstimos	50	50	63
<b>DESPEASAS</b>	<b>55 240</b>	<b>55 406</b>	<b>58 643</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>53 773</b>	<b>53 841</b>	<b>55 614</b>
Dívida pública	20 439	20 439	21 320
Encargos gerais	9 993	9 995	10 286
Diferença de câmbios	400	400	202
Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa	69	69	55

Ano económico de 1901-1902

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Fazenda	3 841	3 845	3 690
Ministério do Reino	2 467	2 516	2 726
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 076	1 077	1 139
Ministério da Guerra	6 132	6 132	6 914
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 214	3 226	3 237
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	962	962	903
Ministério dos Negócios Estrangeiros	350	350	360
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	4 829	4 829	4 783
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 467</b>	<b>1 565</b>	<b>3 028</b>
Ministério da Fazenda	30	30	357
Ministério do Reino	0	98	164
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	132	132	410
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	54	54	135
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	440	440	878
Ministério dos Negócios Estrangeiros	50	50	50
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	760	760	1 034
<b>SALDO</b>	<b>- 1 970</b>	<b>- 2 136</b>	<b>- 6 480</b>
Saldo ordinário	- 1 294	- 1 362	- 4 262
Saldo extraordinário	- 676	- 774	- 2 217

síntese do ano económico 1901-1902	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	53 270	53 270	52 163
empréstimos	50	50	63
receitas efectivas	53 220	53 220	52 100
despesas totais	55 240	55 406	58 643
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 020	- 2 186	- 6 543

## Observações

Para o ano económico do 1901-1902, apenas foi publicada uma conta de exercício provisória, no Diário do Governo de 25 de Julho de 1903, e de novo, com correcções, no Diário do Governo de 4 de Outubro de 1904.

## ANO ECONÓMICO DE 1902-1903

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 14 de Janeiro de 1902 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: Fernando Matoso dos Santos).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 14 de Maio de 1902.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1902 a 28 de Fevereiro de 1903, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: Fernando Matoso dos Santos).

De 28 de Fevereiro a 30 de Junho de 1903: governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: António Teixeira de Sousa).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>54 913</b>	<b>55 057</b>	<b>57 572</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>53 991</b>	<b>54 136</b>	<b>54 148</b>
Impostos directos	13 181	13 231	13 791
Selo e registo	6 323	6 323	4 467
Impostos indirectos	25 172	25 308	25 272
Impostos adicionais	1 108	1 108	1 030
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	3 609	3 567	4 454
Compensações de despesa	4 598	4 598	4 855
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>922</b>	<b>922</b>	<b>3 424</b>
das quais empréstimos	40	40	2 705
<b>DESPESAS</b>	<b>55 862</b>	<b>55 960</b>	<b>60 619</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>54 417</b>	<b>54 476</b>	<b>56 153</b>
Dívida pública	20 739	20 739	21 507
Diferença de câmbios	400	400	400

Ano económico de 1902-1903

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	9 716	9 724	9 878
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	69	69	52
Ministério da Fazenda	3 840	3 856	3 758
Ministério do Reino	2 851	2 851	3 033
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 076	1 078	1 209
Ministério da Guerra	6 404	6 431	6 978
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 273	3 272	3 278
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	916	916	886
Ministério dos Negócios Estrangeiros	351	351	358
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	4 782	4 788	4 815
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 445</b>	<b>1 484</b>	<b>4 465</b>
Ministério da Fazenda	108	147	1 686
Ministério do Reino	0	0	185
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	136	136	660
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	236	236	262
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	465	701	555
Ministério dos Negócios Estrangeiros	50	50	54
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	450	450	1 063
<b>SALDO</b>	<b>- 949</b>	<b>- 903</b>	<b>- 3 047</b>
Saldo ordinário	- 426	- 340	- 2 005
Saldo extraordinário	- 523	- 562	- 1 041

síntese do ano económico 1902-1903	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	54 913	55 057	57 572
empréstimos	40	40	2 705
receitas efectivas	54 873	55 017	54 867
despesas totais	55 862	55 960	60 619
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 989	- 943	- 5 752

Ano económico de 1902-1903

## **Observações**

Para o ano económico do 1902-1903, apenas foi publicada uma conta de exercício provisória, no Diário do Governo de 4 de Outubro de 1904, e de novo, com correcções, no Diário do Governo de 12 de Julho de 1905.

## ANO ECONÓMICO DE 1903-1904

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 7 de Janeiro de 1903 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: Fernando Matoso Santos).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 27 de Junho de 1903.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1903 a 30 de Junho de 1904, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: de 1 de Julho de 1903 a 26 de Março de 1904, António Teixeira de Sousa; de 26 de Março a 30 de Junho de 1904, Rodrigo Afonso Pequito).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>54 925</b>	<b>56 556</b>	<b>60 939</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>54 140</b>	<b>54 171</b>	<b>55 938</b>
Impostos directos	14 189	14 188	13 102
Selo e registo	5 432	5 471	5 606
Impostos indirectos	25 128	25 093	26 357
Impostos adicionais	1 067	1 068	1 035
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	3 704	3 777	4 524
Compensações de despesa	4 619	4 574	5 251
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>785</b>	<b>2 385</b>	<b>4 998</b>
das quais empréstimos	0	1 600	2 653
<b>DESPEASAS</b>	<b>56 725</b>	<b>57 358</b>	<b>62 199</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>55 343</b>	<b>55 082</b>	<b>57 934</b>
Dívida pública	21 272	21 272	22 405
Diferença de câmbios	400	260	260
Encargos gerais	9 489	9 484	9 917

Ano económico de 1903-1904

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	68	64	57
Ministério da Fazenda	3 987	3 810	3 804
Ministério do Reino	3 120	3 003	3 049
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 092	1 094	1 118
Ministério da Guerra	6 441	6 441	7 316
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 272	3 289	3 451
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	916	916	1 022
Ministério dos Negócios Estrangeiros	363	360	358
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	4 921	5 119	5 150
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 382</b>	<b>2 276</b>	<b>4 265</b>
Ministério da Fazenda	52	36	634
Ministério do Reino	21	32	141
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	136	116	1 217
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	123	122	188
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	465	465	454
Ministério dos Negócios Estrangeiros	50	40	40
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	535	1 465	1 574
<b>SALDO</b>	<b>- 1 800</b>	<b>- 802</b>	<b>- 1 260</b>
Saldo ordinário	- 1 203	- 911	- 1 996
Saldo extraordinário	- 597	+ 109	+ 733

síntese do ano económico 1903-1904	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	54 925	56 556	60 939
empréstimos	0	1 600	2 653
receitas efectivas	54 925	54 956	58 286
despesas totais	56 725	57 358	62 199
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 800	- 2 402	- 3 913

Ano económico de 1903-1904

## **Observações**

Para o ano económico do 1903-1904, apenas foi publicada uma conta de exercício provisória, no Diário do Governo de 12 de Julho de 1905, e de novo, com correcções, em apêndice ao Diário do Governo de 25 de Julho de 1906.

## ANO ECONÓMICO DE 1904-1905

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 4 de Janeiro de 1904 por um governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: António Teixeira de Sousa).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 24 de Novembro de 1904.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 20 de Outubro de 1904, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: Rodrigo Afonso Pequito).

De 20 de Outubro de 1904 a 30 de Junho 1905, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>57 551</b>	<b>58 879</b>	<b>63 430</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>56 807</b>	<b>58 114</b>	<b>58 426</b>
Impostos directos	13 778	13 718	13 103
Selo e registo	6 450	6 482	5 640
Impostos indirectos	26 185	27 159	27 793
Impostos adicionais	1 021	1 059	1 040
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 073	4 433	4 754
Compensações de despesa	5 300	5 264	5 934
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>744</b>	<b>766</b>	<b>5 003</b>
das quais empréstimos	0	0	4 262
<b>DESPEASAS</b>	<b>59 082</b>	<b>59 020</b>	<b>62 566</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>57 909</b>	<b>57 794</b>	<b>59 070</b>
Dívida pública	22 310	22 172	22 679
Diferenças de câmbios	260	220	220
Encargos gerais	9 698	9 734	10 582

Ano económico de 1904-1905

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	64	64	63
Ministério da Fazenda	4 111	4 141	3 983
Ministério do Reino	3 075	3 089	3 100
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 175	1 175	1 229
Ministério da Guerra	6 974	6 794	7 239
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 404	3 399	3 371
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 130	1 130	973
Ministério dos Negócios Estrangeiros	406	406	406
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	5 301	5 291	5 225
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 173</b>	<b>1 226</b>	<b>3 496</b>
Ministério da Fazenda	10	29	157
Ministério do Reino	95	125	122
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	136	136	1 985
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	115	120	140
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	490	490	772
Ministério dos Negócios Estrangeiros	40	40	40
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	1 173	287	280
<b>SALDO</b>	<b>- 1 531</b>	<b>- 141</b>	<b>+ 864</b>
Saldo ordinário	- 1 102	+ 320	- 644
Saldo extraordinário	- 429	- 460	+ 1 507

síntese do ano económico 1904-1905	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	57 551	58 879	63 430
empréstimos	0	0	4 262
receitas efectivas	57 551	58 879	59 168
despesas totais	59 082	59 020	62 566
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 531	- 141	- 3 398

Ano económico de 1904-1905

## **Observações**

Para o ano económico do 1904-1905, apenas foi publicada uma conta de exercício provisória, em apêndice ao Diário do Governo de 25 de Julho de 1906, e de novo, com correcções, em apêndice ao Diário do Governo de 20 de Agosto de 1907.

## ANO ECONÓMICO DE 1905-1906

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 12 de Abril de 1905 por um governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 27 de Dezembro de 1905, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

De 27 de Dezembro de 1905 a 19 de Março de 1906, governo do Partido Progressista (Presidente do Conselho de Ministros: José Luciano Castro; Ministro da Fazenda: José Franco Frazão, conde de Penha Garcia).

De 20 de Março a 18 de Maio de 1906, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Ernesto Hintze Ribeiro; Ministro da Fazenda: António Teixeira de Sousa).

De 19 de Maio a 30 de Junho de 1906, governo do Partido Regenerador-Liberal (Presidente do Conselho de Ministros: João Franco; Ministro da Fazenda: Ernesto Diesel Schröter).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>61 341</b>	<b>58 879</b>	<b>61 973</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>59 376</b>	<b>58 114</b>	<b>59 614</b>
Impostos directos	13 891	13 718	13 136
Selo e registo	6 450	6 482	5 879
Impostos indirectos	26 847	27 159	28 371
Impostos adicionais	1 084	1 059	1 035
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 626	4 433	5 040
Compensações de despesa	6 514	5 264	5 735
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 966</b>	<b>766</b>	<b>3 359</b>
das quais empréstimos	1 200	0	1 604
<b>DESPEAS</b>	<b>60 990</b>	<b>59 020</b>	<b>63 572</b>

Ano económico de 1905-1906

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>58 569</b>	<b>57 794</b>	<b>58 908</b>
Dívida pública	22 093	22 172	22 088
Diferença de câmbios	220	220	152
Encargos gerais	9 974	9 734	10 118
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	64	64	60
Ministério da Fazenda	4 191	4 141	4 120
Ministério do Reino	3 156	3 089	3 149
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 251	1 175	1 242
Ministério da Guerra	7 069	6 794	7 557
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 496	3 399	3 588
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 065	1 130	979
Ministério dos Negócios Estrangeiros	406	406	421
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	5 584	5 291	5 434
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 421</b>	<b>1 226</b>	<b>4 664</b>
Ministério da Fazenda	36	29	151
Ministério do Reino	370	125	109
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	1 042	136	1 339
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	120	120	117
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	490	490	2 610
Ministério dos Negócios Estrangeiros	40	40	52
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	323	287	286
<b>SALDO</b>	<b>+ 351</b>	<b>- 141</b>	<b>- 1 599</b>
Saldo ordinário	+ 807	+ 320	+ 706
Saldo extraordinário	+ 455	- 460	- 2 305

síntese do ano económico 1905-1906	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	61 341	58 879	61 973
empréstimos	1 200	0	1 604
receitas efectivas	60 141	58 879	60 369
despesas totais	60 990	59 020	63 572
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 849	- 141	- 3 203

Ano económico de 1905-1906

## **Observações**

Orçamento aprovado segundo a lei de 24 de Novembro de 1904.

Para o ano económico do 1905-1906, apenas foi publicada uma conta de exercício provisória, em apêndice ao Diário do Governo de 20 de Agosto de 1907, e de novo, com correcções, em apêndice ao Diário do Governo de 22 de Setembro de 1908.

## ANO ECONÓMICO DE 1906-1907

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 17 de Outubro de 1906 por um governo do Partido Regenerador-Liberal (Presidente do Conselho de Ministros: João Franco; Ministro da Fazenda: Ernesto Diesel Schröter).

Lei de meios e duodécimos aprovada pelas Cortes – lei de 7 de Fevereiro de 1907.

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1906 a 2 de Maio de 1907, governo do Partido Regenerador-Liberal (Presidente do Conselho de Ministros: João Franco; Ministro da Fazenda: Ernesto Diesel Schröter).

De 2 de Maio a 30 de Junho de 1907, governo do Partido Regenerador-Liberal (Presidente do Conselho de Ministros: João Franco; Ministro da Fazenda: Fernando Martins Carvalho).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>66 723</b>	<b>67 027</b>	<b>65 512</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>65 622</b>	<b>65 926</b>	<b>62 273</b>
Impostos directos	13 595	13 596	13 143
Selo e registo	6 351	6 351	6 025
Impostos indirectos	27 172	27 446	26 918
Impostos adicionais	1 054	1 054	1 037
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 661	4 852	5 443
Compensações de despesa	12 788	12 627	9 706
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 102</b>	<b>1 102</b>	<b>3 239</b>
das quais empréstimos	323	323	2 476
<b>DESPESAS</b>	<b>69 570</b>	<b>69 533</b>	<b>67 630</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>67 294</b>	<b>67 239</b>	<b>63 425</b>
Dívida pública	21 825	21 838	21 516
Diferença de câmbios	80	80	80

Ano económico de 1906-1907

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	719	719	57
Encargos gerais	10 636	10 626	9 752
Ministério da Fazenda	4 604	4 665	4 214
Ministério do Reino	5 446	5 436	4 110
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 350	1 361	1 266
Ministério da Guerra	7 400	7 437	7 661
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 726	3 667	3 698
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 151	1 151	1 064
Ministério dos Negócios Estrangeiros	467	451	442
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	9 889	9 808	9 513
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 276</b>	<b>2 294</b>	<b>4 205</b>
Ministério da Fazenda	84	0	90
Ministério do Reino	66	66	66
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	933	891	1 410
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	198	315	317
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	884	884	2 258
Ministério dos Negócios Estrangeiros	40	31	33
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	71	107	31
<b>SALDO</b>	<b>- 2 846</b>	<b>- 2 505</b>	<b>- 2 118</b>
Saldo ordinário	- 1 672	- 1 313	- 1 152
Saldo extraordinário	- 1 174	- 1 192	- 966

síntese do ano económico 1906-1907	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	66 723	67 027	65 512
empréstimos	323	323	2 476
receitas efectivas	66 400	66 704	63 036
despesas totais	69 570	69 533	67 630
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 170	- 2 829	- 4 594

## **Observações**

A lei de 7 de Fevereiro de 1907 mandou adoptar como orçamento provisório o projecto apresentado em 7 de Dezembro de 1906 pela Comissão de Fazenda da Câmara dos Deputados, não tendo, todavia, publicado os seus valores. São os valores desse projecto que se reproduzem como orçamento aprovado.

Para o ano económico do 1906-1907, apenas foi publicada uma conta de exercício provisória, em apêndice ao Diário do Governo de 22 de Setembro de 1908.

## ANO ECONÓMICO DE 1907-1908

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 19 de Janeiro de 1907 por um governo do Partido Regenerador-Liberal (Presidente do Conselho de Ministros: João Franco; Ministro da Fazenda: Ernesto Diesel Schröter).

Orçamento aprovado por um governo do Partido Regenerador-Liberal (Presidente do Conselho de Ministros: João Franco; Ministro da Fazenda: Fernando Martins Carvalho) – decreto com força de lei de 29 de Junho de 1907.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1907 a 4 de Fevereiro de 1908, governo do Partido Regenerador-Liberal (Presidente do Conselho de Ministros: João Franco; Ministro da Fazenda: Fernando Martins Carvalho).

De 4 de Fevereiro a 30 de Junho de 1908, governo do Partido Progressista e do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Francisco Ferreira do Amaral; Ministro dos Negócios da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>68 291</b>	<b>68 547</b>	<b>71 091</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>67 084</b>	<b>67 339</b>	<b>66 282</b>
Impostos directos	13 454	13 020	13 231
Selo e registo	6 536	6 536	6 491
Impostos indirectos	29 585	29 832	29 422
Impostos adicionais	1 059	1 059	1 017
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 712	4 742	4 178
Compensações de despesa	11 736	12 150	11 943
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 208</b>	<b>1 208</b>	<b>4 809</b>
das quais empréstimos	417	417	3 806
<b>DESPESAS</b>	<b>69 251</b>	<b>70 168</b>	<b>71 403</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>67 089</b>	<b>68 042</b>	<b>66 303</b>

Ano económico de 1907-1908

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	28 516	29 741	29 752
Diferença de câmbios	80	80	200
Encargos gerais	3 790	2 573	2 377
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	719	719	709
Ministério da Fazenda	4 635	4 620	4 234
Ministério do Reino	5 284	5 427	5 097
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 371	1 385	1 291
Ministério da Guerra	7 721	7 726	7 888
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 708	3 910	3 645
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 139	1 116	1 033
Ministério dos Negócios Estrangeiros	452	463	420
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	9 674	10 282	9 658
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 075</b>	<b>2 126</b>	<b>5 100</b>
Ministério da Fazenda	0	0	83
Ministério do Reino	40	40	234
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	+0
Ministério da Guerra	746	746	1 922
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	349	190	218
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	879	1 029	2 387
Ministério dos Negócios Estrangeiros	31	31	35
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	116	89	221
<b>SALDO</b>	<b>- 960</b>	<b>- 1 621</b>	<b>- 312</b>
Saldo ordinário	- 5	- 703	- 21
Saldo extraordinário	- 954	- 918	- 291

síntese do ano económico 1907-1908	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	68 291	68 547	71 091
empréstimos	417	417	3 806
receitas efectivas	67 874	68 130	67 285
despesas totais	69 251	70 168	71 402
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 377	- 2 038	- 4 117

## ANO ECONÓMICO DE 1908-1909

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Maio de 1908 por um governo do Partido Progressista e do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Francisco Ferreira do Amaral; Ministro dos Negócios da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 9 de Setembro de 1908.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 25 de Dezembro de 1908, governo do Partido Progressista e do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: Francisco Ferreira do Amaral; Ministro dos Negócios da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

De 25 de Dezembro de 1908 a 11 de Abril de 1909, governo do Partido Progressista e de dissidentes regeneradores (Presidente do Conselho de Ministros: António Campos Henriques; Ministro dos Negócios da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

De 11 de Abril a 14 de Maio de 1909, governo do Partido Progressista e de dissidentes regeneradores (Presidente do Conselho de Ministros: Sebastião Sousa Teles; Ministro dos Negócios da Fazenda: João Soares Branco).

De 14 de Maio a 30 de Junho de 1909, governo do Partido Progressista e de dissidentes regeneradores (Presidente do Conselho de Ministros: Venceslau Lima; Ministro dos Negócios da Fazenda: Francisco Azevedo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>70 458</b>	<b>70 530</b>	<b>70 018</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>68 660</b>	<b>68 583</b>	<b>67 433</b>
Impostos directos	13 583	13 523	13 917
Selo e registo	6 583	6 583	6 753
Impostos indirectos	29 784	29 755	28 954
Impostos adicionais	1 063	1 062	980
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 543	4 547	4 455
Compensações de despesa	13 106	13 112	12 374

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 798</b>	<b>1 948</b>	<b>2 584</b>
das quais empréstimos	991	1 141	990
<b>DESPEASAS</b>	<b>71 809</b>	<b>72 703</b>	<b>72 990</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>68 881</b>	<b>69 579</b>	<b>68 473</b>
Dívida pública	29 995	30 320	31 683
Diferença de câmbios	120	200	198
Encargos gerais	2 363	2 750	2 442
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	777	777	767
Ministério da Fazenda	4 569	4 575	4 200
Ministério do Reino	5 654	5 516	5 406
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 385	1 383	1 305
Ministério da Guerra	7 786	7 812	8 051
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	3 999	3 973	3 653
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 128	1 128	1 144
Ministério dos Negócios Estrangeiros	455	468	431
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	10 650	10 678	9 459
Ministério da Instrução Pública	—	—	7
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 928</b>	<b>3 123</b>	<b>4 518</b>
Ministério da Fazenda	0	0	0
Ministério do Reino	145	331	498
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	720	740	916
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	88	71	62
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 898	1 899	2 952
Ministério dos Negócios Estrangeiros	31	31	29
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	46	52	62
Ministério da Instrução Pública	—	—	0
<b>SALDO</b>	<b>- 1 351</b>	<b>- 2 173</b>	<b>- 2 972</b>
Saldo ordinário	- 221	- 996	- 1 040
Saldo extraordinário	- 1 130	- 1 175	- 1 934

## Ano económico de 1908-1909

síntese do ano económico 1908-1909 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	70 458	70 530	70 018
empréstimos	991	1 141	990
receitas efectivas	69 467	69 389	69 028
despesas totais	71 809	72 703	72 990
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 342	- 3 314	- 3 962

### Observações

Embora o Ministério da Instrução Pública só tenha sido criado no ano económico de 1913-1914, algumas despesas da conta deste ano económico vieram a ser já escrituradas sob a sua epígrafe.

## ANO ECONÓMICO DE 1909-1910

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 6 de Março de 1909 por um governo do Partido Progressista e de dissidentes regeneradores (Presidente do Conselho de Ministros: Artur Campos Henriques; Ministro dos Negócios da Fazenda: Manuel Afonso Espregueira).

Lei de receita e despesa aprovada pelas Cortes – lei de 27 de Setembro de 1909.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 22 de Dezembro de 1909, governo do Partido Progressista e de dissidentes regeneradores (Presidente do Conselho de Ministros: Venceslau Lima; Ministro dos Negócios da Fazenda: Francisco Azevedo).

De 22 de Dezembro de 1909 a 26 de Junho de 1910, governo do Partido Progressista e de dissidentes regeneradores (Presidente do Conselho de Ministros: Francisco Veiga Beirão; Ministro dos Negócios da Fazenda: João Soares Branco).

De 26 a 30 de Junho de 1910, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Teixeira de Sousa; Ministro dos Negócios da Fazenda: Anselmo de Andrade).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>69 568</b>	<b>69 262</b>	<b>75 483</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>68 265</b>	<b>67 637</b>	<b>70 607</b>
Impostos directos	13 687	13 625	14 125
Selo e registo	6 700	6 698	6 718
Impostos indirectos	29 617	29 147	29 149
Impostos adicionais	960	960	982
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 532	4 495	4 927
Compensações de despesa	12 768	12 712	14 705
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 303</b>	<b>1 625</b>	<b>4 877</b>
das quais empréstimos	530	790	3 532
<b>DESPESAS</b>	<b>72 933</b>	<b>74 606</b>	<b>77 132</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>70 860</b>	<b>70 259</b>	<b>71 470</b>

Ano económico de 1909-1910

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	31 686	31 277	32 387
Diferença de câmbios	200	200	84
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	786	786	2 731
Encargos gerais	2 901	2 896	2 555
Ministério da Fazenda	4 607	4 590	4 267
Ministério do Reino	5 603	5 594	5 299
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	1 585	1 415	1 331
Ministério da Guerra	7 385	7 969	8 339
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	5 911	5 975	3 714
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 126	1 126	1 024
Ministério dos Negócios Estrangeiros	455	457	400
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	10 339	10 215	9 328
Ministério da Instrução Pública	—	—	10
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 073</b>	<b>4 347</b>	<b>5 662</b>
Ministério da Fazenda	0	0	1 177
Ministério do Reino	70	515	389
Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça	0	2	2
Ministério da Guerra	714	756	791
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral da Marinha	64	85	96
M. Marinha e Ultramar – Direcção-Geral do Ultramar	1 079	2 858	2 769
Ministério dos Negócios Estrangeiros	44	119	107
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria	102	235	323
Ministério da Instrução Pública	—	—	9
<b>SALDO</b>	<b>- 3 365</b>	<b>- 5 344</b>	<b>- 1 649</b>
Saldo ordinário	- 2 595	- 2 622	- 863
Saldo extraordinário	- 770	- 2 722	- 785

síntese do ano económico 1909-1910	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	69 568	69 262	75 483
empréstimos	530	790	3 532
receitas efectivas	69 038	68 472	71 951
despesas totais	72 933	74 606	77 132
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 895	- 6 134	- 5 181

Ano económico de 1909-1910

## **Observações**

Embora o Ministério da Instrução Pública só tenha sido criado no ano económico de 1913-1914, algumas despesas da conta deste ano económico vieram a ser já escrituradas sob a sua epígrafe.

## ANO ECONÓMICO DE 1910-1911

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Março de 1910 por um governo do Partido Progressista e de dissidentes regeneradores (Presidente do Conselho de Ministros: Francisco Veiga Beirão; Ministro das Finanças: João Soares Branco).

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 5 de Outubro de 1910, governo do Partido Regenerador (Presidente do Conselho de Ministros: António Teixeira de Sousa; Ministro da Fazenda: Anselmo de Andrade).

De 5 de Outubro de 1910 a 30 de Junho de 1911, Governo Provisório da República do Partido Republicano (Presidente do Ministério: Teófilo Braga; Ministro das Finanças: de 5 a 8 de Outubro de 1910, lugar vago; de 8 de Outubro de 1910 a 30 de Junho de 1911, José Relvas).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>70 804</b>	<b>69 262</b>	<b>70 169</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>69 735</b>	<b>67 637</b>	<b>69 478</b>
Contribuições e impostos directos	14 207	13 625	14 946
Contribuição de registo e imposto do selo	6 815	6 698	7 109
Impostos indirectos	38 902	29 147	28 494
Impostos adicionais	1 037	960	654
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	5 184	4 495	5 538
Compensações de despesa	13 590	12 712	12 737
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 069</b>	<b>1 625</b>	<b>691</b>
das quais empréstimos	46	790	76
<b>DESPESAS</b>	<b>73 500</b>	<b>74 606</b>	<b>71 950</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>72 767</b>	<b>70 259</b>	<b>69 586</b>
Dívida pública	31 925	31 277	31 772
Diferenças de câmbios	200	200	0

Ano económico de 1910-1911

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	2 646	786	2 143
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	1 110	2 896	773
Ministério das Finanças	4 494	4 590	4 053
Ministério do Interior	8 984	5 594	5 625
Ministério da Justiça	1 384	1 415	1 247
Ministério da Guerra	8 892	7 969	8 980
M. Marinha e Colónias – Direcção-Geral da Marinha	3 997	5 975	3 748
M. Marinha e Colónias – D-G das Colónias	1 180	1 126	973
Ministério dos Negócios Estrangeiros	487	457	427
Ministério do Fomento	10 597	10 215	9 832
Ministério da Instrução Pública	—	—	10
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>732</b>	<b>4 347</b>	<b>2 364</b>
Ministério das Finanças	0	0	0
Ministério do Interior	157	515	441
Ministério da Justiça	399	2	3
Ministério da Guerra	0	756	802
M. Marinha e Colónias – Direcção-Geral da Marinha	49	85	111
M. Marinha e Colónias – D-G das Colónias	0	2 858	884
Ministério dos Negócios Estrangeiros	22	119	22
Ministério do Fomento	105	235	77
Ministério da Instrução Pública	—	—	25
<b>SALDO</b>	<b>- 2 696</b>	<b>- 5 344</b>	<b>- 1 781</b>
Saldo ordinário	- 3 032	- 2 622	- 108
Saldo extraordinário	+ 336	- 2 722	- 1 673

síntese do ano económico 1910-1911	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	70 804	69 262	70 169
empréstimos	46	790	76
receitas efectivas	70 758	68 472	70 093
despesas totais	73 500	74 606	71 950
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 742	- 6 134	- 1 857

## **Observações**

Orçamento aprovado segundo a lei de 27 de Setembro de 1909.

Durante este ano económico, na seqüência do estabelecimento do regime republicano, foi modificada a nomenclatura dos ministérios, sem que tenham sido modificados o seu número ou serviços.

Embora o Ministério da Instrução Pública só tenha sido criado no ano económico de 1913-1914, algumas despesas da conta deste ano económico vieram a ser já escrituradas sob a sua epígrafe.

## ANO ECONÓMICO DE 1911-1912

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 18 de Dezembro de 1911 por um governo do Partido Democrático, do Partido Evolucionista e do Partido Unionista (Presidente do Ministério: Augusto Vasconcelos; Ministro das Finanças: Sidónio Pais).

Lei de meios e duodécimos para Julho, Agosto e Setembro aprovada pela Assembleia Constituinte – lei de 30 de Junho de 1911.

Lei de meios e duodécimos para Outubro, Novembro e Dezembro aprovada pelo Congresso – lei de 12 de Setembro de 1911

Lei de receita e despesa aprovada pelo Congresso – lei de 30 de Dezembro de 1911.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 3 de Setembro de 1911, Governo Provisório da República (Presidente do Ministério: Teófilo Braga; Ministro das Finanças: José Relvas).

De 3 de Setembro a 12 de Novembro de 1911, governo do Partido Democrático, do Partido Evolucionista e do Partido Unionista (Presidente do Ministério: João Chagas; Ministro das Finanças: Duarte Leite).

De 12 de Novembro de 1911 a 16 de Junho de 1912, governo do Partido Democrático, do Partido Evolucionista e do Partido Unionista (Presidente do Ministério: Augusto Vasconcelos; Ministro das Finanças: Sidónio Pais).

De 16 a 30 de Junho de 1912, governo do Partido Democrático, do Partido Evolucionista e do Partido Unionista (Presidente do Ministério: Duarte Leite; Ministro das Finanças: António Vicente Ferreira).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>76 094</b>	<b>76 482</b>	<b>72 221</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>72 167</b>	<b>72 555</b>	<b>72 213</b>
Contribuições e impostos directos	17 302	17 407	16 342
Contribuição de registo e imposto do selo	7 961	7 961	7 616
Impostos indirectos	21 686	21 686	21 732

Ano económico de 1911-1912

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	38	38	46
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	7 997	7 997	7 822
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	477	477	756
Juros e dividendos	5 171	5 171	5 077
Reembolsos e reposições	429	429	589
Serviços com rendimentos próprios	1 314	1 314	1 134
Explorações por conta do Estado	9 793	10 076	11 099
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>3 927</b>	<b>3 927</b>	<b>9</b>
das quais empréstimos	243	243	0
<b>DESPESAS</b>	<b>78 061</b>	<b>78 433</b>	<b>79 316</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>75 393</b>	<b>75 481</b>	<b>74 488</b>
Dívida pública	32 058	32 058	32 203
Encargos gerais	2 445	2 563	2 185
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	657	657	633
Ministério das Finanças	4 870	4 960	4 503
Ministério do Interior	6 141	6 141	6 545
Ministério da Justiça	1 291	1 291	1 122
Ministério da Guerra	10 125	10 125	10 190
Ministério da Marinha	4 378	4 378	4 179
Ministério dos Negócios Estrangeiros	566	566	493
Ministério do Fomento	11 285	11 554	11 237
Ministério das Colónias	1 188	1 188	1 148
Ministério da Instrução Pública	—	—	49
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 668</b>	<b>2 952</b>	<b>4 828</b>
Ministério das Finanças	1 293	1 293	1 023
Ministério do Interior	367	367	312
Ministério da Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	124	124	1 624
Ministério da Marinha	36	36	149
Ministério dos Negócios Estrangeiros	64	64	76
Ministério do Fomento	243	218	282
Ministério das Colónias	850	850	1 250
Ministério da Instrução Pública	—	—	112
<b>SALDO</b>	<b>- 1 967</b>	<b>- 1 951</b>	<b>- 7 095</b>
Saldo ordinário	- 3 226	- 2 926	- 2 275

## Ano económico de 1911-1912

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Saldo extraordinário	+ 1 259	+ 975	- 4 819

síntese do ano económico 1911-1912	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	76 094	76 482	72 221
empréstimos	243	243	0
receitas efectivas	75 851	76 239	72 221
despesas totais	78 061	78 433	79 316
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 210	- 2 194	- 7 095

## Observações

Durante este ano económico, foram criados o Ministério da Marinha e o Ministério das Colónias por divisão do Ministério da Marinha e Colónias.

Embora o Ministério da Instrução Pública só tenha sido criado no ano económico de 1913-1914, algumas despesas da conta deste ano económico vieram a ser já escrituradas sob a sua epígrafe.

## ANO ECONÓMICO DE 1912-1913

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Janeiro de 1912 por um governo do Partido Democrático, do Partido Evolucionista e do Partido Unionista (Presidente do Ministério: Augusto Vasconcelos; Ministro das Finanças: Sidónio Pais).

Lei de receita e despesa aprovada pelo Congresso – lei de 28 de Junho de 1912.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1912 a 9 de Janeiro de 1913, governo do Partido Democrático, do Partido Evolucionista e do Partido Unionista (Presidente do Ministério: Duarte Leite; Ministro das Finanças: António Vicente Ferreira).

De 9 de Janeiro a 30 de Junho de 1913, governo do Partido Democrático com apoio parlamentar do Partido Unionista (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Afonso Costa).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>75 023</b>	<b>75 614</b>	<b>80 911</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>71 838</b>	<b>72 429</b>	<b>78 356</b>
Contribuições e impostos directos	17 125	17 125	18 158
Contribuição de registo e imposto do selo	8 153	8 153	8 522
Impostos indirectos	22 280	22 280	25 690
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	40	40	48
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	7 952	8 428	7 966
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	623	623	548
Juros e dividendos	5 230	5 345	5 510
Reembolsos e reposições	429	429	485
Serviços com rendimentos próprios	1 374	1 374	1 069
Explorações por conta do Estado	8 632	8 632	10 360
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>3 185</b>	<b>3 185</b>	<b>2 555</b>
das quais empréstimos	2 440	2 440	2 456

Ano económico de 1912-1913

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>DESPEASAS</b>	<b>78 523</b>	<b>79 449</b>	<b>77 727</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>73 836</b>	<b>74 227</b>	<b>73 511</b>
Dívida pública	32 043	32 659	32 975
Encargos gerais	2 464	2 525	2 015
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	691	691	685
Ministério das Finanças	4 965	4 899	4 644
Ministério do Interior	5 981	5 972	6 597
Ministério da Justiça	1 295	1 253	1 153
Ministério da Guerra	10 390	10 252	10 143
Ministério da Marinha	4 374	4 427	3 503
Ministério dos Negócios Estrangeiros	577	552	492
Ministério do Fomento	10 773	10 638	10 341
Ministério das Colónias	283	359	359
Ministério da Instrução Pública	—	—	606
Despesas extraordinárias	4 687	5 222	4 215
Ministério das Finanças	227	217	21
Ministério do Interior	108	121	168
Ministério da Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	28	123	453
Ministério da Marinha	36	36	112
Ministério dos Negócios Estrangeiros	46	33	31
Ministério do Fomento	2 440	2 440	1 169
Ministério das Colónias	1 802	2 253	2 263
Ministério da Instrução Pública	—	—	1
<b>SALDO</b>	<b>- 3 500</b>	<b>- 3 835</b>	<b>+ 3 184</b>
Saldo ordinário	- 1 998	- 1 798	+ 4 845
Saldo extraordinário	- 1 502	- 2 037	- 1 660

síntese do ano económico 1912-1913	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	75 023	75 614	80 911
empréstimos	2 440	2 440	2 456
receitas efectivas	72 583	73 174	78 455
despesas totais	78 523	79 449	77 727
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 940	- 6 275	+ 728

## **Observações**

Embora o Ministério da Instrução Pública só tenha sido criado no ano económico de 1913-1914, algumas despesas da conta deste ano económico vieram a ser já escrituradas sob a sua epígrafe.

## ANO ECONÓMICO DE 1913-1914

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Janeiro de 1913 por um governo do Partido Democrático com apoio parlamentar do Partido Unionista (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Afonso Costa).

Lei de receita e despesa aprovada pelo Congresso – lei de 30 de Junho de 1913.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1913 a 8 de Fevereiro de 1914, governo do Partido Democrático com apoio parlamentar do Partido Unionista (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Afonso Costa).

De 8 de Fevereiro a 23 de Junho de 1914, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Bernardino Machado; Ministro das Finanças: Tomás Cabreira).

De 23 de Junho a 30 de Junho de 1914, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Bernardino Machado; Ministro das Finanças: António Santos Lucas).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>75 747</b>	<b>76 089</b>	<b>75 906</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>72 043</b>	<b>72 314</b>	<b>74 142</b>
Contribuições e impostos directos	16 869	12 479	12 585
Contribuição de registo e imposto do selo	7 523	9 998	8 947
Impostos indirectos	22 938	23 848	26 377
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	46	46	45
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	8 459	8 509	8 554
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	548	612	673
Juros e dividendos	5 351	5 738	5 657
Reembolsos e reposições	421	576	608
Serviços com rendimentos próprios	985	1 232	1 264
Explorações por conta do Estado	8 904	9 278	9 432
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>3 704</b>	<b>3 774</b>	<b>1 764</b>
das quais empréstimos	3 696	3 633	1 709

Ano económico de 1913-1914

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>DESPEASAS</b>	<b>79 183</b>	<b>75 035</b>	<b>73 361</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>73 014</b>	<b>68 964</b>	<b>68 883</b>
Dívida pública	32 872	27 912	28 733
Encargos gerais	2 087	2 480	2 405
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	698	732	721
Ministério das Finanças	4 792	5 147	4 877
Ministério do Interior	5 639	3 538	3 523
Ministério da Justiça	1 252	1 264	1 139
Ministério da Guerra	9 661	9 656	10 324
Ministério da Marinha	4 320	3 713	3 344
Ministério dos Negócios Estrangeiros	553	539	513
Ministério do Fomento	10 838	10 446	10 435
Ministério das Colónias	504	366	349
Ministério da Instrução Pública	0	3 173	2 518
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>6 169</b>	<b>6 071</b>	<b>4 479</b>
Ministério das Finanças	87	62	68
Ministério do Interior	0	6	6
Ministério da Justiça	0	0	0
Ministério da Guerra	195	200	236
Ministério da Marinha	68	109	401
Ministério dos Negócios Estrangeiros	23	23	41
Ministério do Fomento	3 671	3 671	1 639
Ministério das Colónias	2 125	1 979	1 979
Ministério da Instrução Pública	0	21	109
<b>SALDO</b>	<b>- 3 436</b>	<b>+ 1 054</b>	<b>+ 2 545</b>
Saldo ordinário	-971	+ 3 350	+ 5 259
Saldo extraordinário	- 2 465	- 2 297	- 2 715

síntese do ano económico 1913-1914	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	75 747	76 089	75 906
empréstimos	3 696	3 633	1 709
receitas efectivas	72 051	72 456	74 197
despesas totais	79 183	75 035	73 361
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 7 132	- 2 579	+ 836

## **Observações**

Durante este ano económico foi criado o Ministério da Instrução Pública, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Interior (instrução primária, secundária, superior e belas-artes), do Ministério do Fomento (instrução técnica) e do Ministério das Colónias (instrução colonial).

## ANO ECONÓMICO DE 1914-1915

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Janeiro de 1914 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Afonso Costa).

Lei de receita e despesa aprovada pelo congresso – lei 217 de 30 de Junho de 1914.

Orçamento de guerra – lei 275 de 8 de Agosto de 1914 e lei 283 de 25 de Novembro de 1914.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 12 de Dezembro de 1914, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Bernardino Machado; Ministro das Finanças: António Santos Lucas).

De 12 de Dezembro de 1914 a 25 de Janeiro de 1915, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Vítor Azevedo Coutinho; Ministro das Finanças: Álvaro Castro).

De 25 de Janeiro a 15 de Maio de 1915, governo militar (Presidente do Ministério: Joaquim Pimenta de Castro; Ministro das Finanças: de 25 a 28 de Janeiro de 1915, Joaquim Pimenta de Castro; de 28 de Janeiro a 6 de Março de 1915, Herculano Galhardo; de 6 de Março a 15 de Maio de 1915, Rodrigues Monteiro).

De 15 de Maio a 19 de Junho de 1915, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: José Castro; Ministro das Finanças: Tomé Barros Queirós).

De 19 a 30 de Junho de 1915, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: José Castro; Ministro das Finanças: Vitorino Guimarães).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>81 463</b>	<b>86 095</b>	<b>82 623</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>75 992</b>	<b>77 720</b>	<b>66 138</b>
Contribuições e impostos directos	13 074	13 079	12 700
Contribuição de registo e imposto do selo	10 456	10 615	8 111
Impostos indirectos	25 588	25 680	18 604
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	48	92	57
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	8 795	8 978	8 901
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	644	644	628

Ano económico de 1914-1915

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Juros e dividendos	5 709	5 708	5 640
Reembolsos e reposições	601	1 470	644
Serviços com rendimentos próprios	1 401	1 437	1 266
Explorações por conta do Estado	9 677	10 017	9 587
<b>Receitas extrardinárias</b>	<b>5 470</b>	<b>8 375</b>	<b>8 155</b>
das quais empréstimos	5 353	7 217	7 622
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 330</b>
das quais empréstimos	0	0	975
<b>DESPEAS</b>	<b>78 070</b>	<b>79 665</b>	<b>112 273</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>70 403</b>	<b>71 435</b>	<b>69 488</b>
Dívida pública	27 905	28 436	27 999
Encargos gerais	2 629	2 690	2 133
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	854	871	863
Ministério das Finanças	5 169	5 238	4 872
Ministério do Interior	3 612	3 742	3 741
Ministério da Justiça e Cultos	1 259	1 270	1 163
Ministério da Guerra	10 620	10 344	10 152
Ministério da Marinha	3 611	3 612	3 815
Ministério dos Negócios Estrangeiros	533	591	570
Ministério do Fomento	10 605	10 556	10 238
Ministério das Colónias	370	431	380
Ministério da Instrução Pública	3 236	3 653	3 560
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>7 667</b>	<b>8 190</b>	<b>8 515</b>
Ministério das Finanças	62	62	56
Ministério do Interior	5	15	1 690
Ministério da Justiça e Cultos	0	0	0
Ministério da Guerra	95	490	505
Ministério da Marinha	153	175	144
Ministério dos Negócios Estrangeiros	32	43	22
Ministério do Fomento	5 441	5 503	1 764
Ministério das Colónias	1 879	1 882	4 072
Ministério da Instrução Pública	0	23	263
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>34 272</b>
Ministério das Finanças	0	40	2 880
Ministério do Interior	0	0	25

Ano económico de 1914-1915

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Justiça e Cultos	0	0	0
Ministério da Guerra	0	0	6 899
Ministério da Marinha	0	0	78
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0	141
Ministério do Fomento	0	0	11 068
Ministério das Colónias	0	0	13 175
Ministério da Instrução Pública	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 3 393</b>	<b>+ 6 430</b>	<b>- 29 650</b>
Saldo ordinário	+ 5 589	+ 6 285	- 3 350
Saldo extraordinário	- 2 197	+ 185	- 360
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	0	- 40	- 25 942

síntese do ano económico 1914-1915 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	81 463	86 095	82 623
empréstimos	5 353	7 217	8 597
receitas efectivas	76 110	78 878	74 026
despesas totais	78 070	79 665	112 273
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 960	- 787	- 38 247

## Observações

A partir do ano económico de 1914-1915, passou a existir uma conta excepcional resultante da guerra, englobando as despesas provocadas pelo primeiro conflito mundial e as receitas obtidas para lhes fazer face.

## ANO ECONÓMICO DE 1915-1916

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 11 de Janeiro de 1915 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Vítor Azevedo Coutinho; Ministro das Finanças: Álvaro Castro).

Lei de meios e duodécimos para o mês de Julho aprovada pelo Congresso – lei 322 de 30 de Junho de 1915.

Lei de meios e duodécimos para o mês de Agosto aprovada pelo Congresso – lei 335 de 30 de Julho de 1915.

Lei de receita e despesa e orçamento de guerra aprovada pelo Congresso – lei 372 de 31 de Agosto de 1915.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 29 de Novembro de 1915, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: José Castro; Ministro das Finanças: Vitorino Guimarães).

De 29 de Novembro de 1915 a 15 de Março de 1916, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Afonso Costa).

De 15 de Março a 30 de Junho de 1916, governo do Partido Evolucionista e do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António José Almeida; Ministro das Finanças: Afonso Costa).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>81 156</b>	<b>79 736</b>	<b>89 235</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>76 924</b>	<b>74 241</b>	<b>68 280</b>
Contribuições e impostos directos	13 146	13 403	11 624
Contribuição de registo e imposto do selo	10 160	9 464	7 570
Impostos indirectos	24 927	20 419	18 711
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	89	89	69
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	9 023	10 091	9 773
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	591	791	660
Juros e dividendos	5 895	5 931	5 479

Ano económico de 1915-1916

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Reembolsos e reposições	1 347	1 377	702
Serviços com rendimentos próprios	1 322	1 403	1 367
Explorações por conta do Estado	10 424	11 273	12 324
<b>Receitas extrardinárias</b>	<b>4 233</b>	<b>5 494</b>	<b>1 398</b>
das quais empréstimos	4 228	5 198	1 079
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19 555</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>110 943</b>	<b>118 646</b>	<b>138 366</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>75 313</b>	<b>76 141</b>	<b>74 763</b>
Dívida pública	30 966	28 885	28 077
Encargos gerais	2 535	2 539	3 287
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	1 070	1 404	1 380
Ministério das Finanças	5 174	5 223	4 934
Ministério do Interior	3 773	3 929	4 113
Ministério da Justiça e Cultos	1 223	1 326	1 245
Ministério da Guerra	11 435	11 722	11 449
Ministério da Marinha	3 768	4 064	3 926
Ministério dos Negócios Estrangeiros	586	617	577
Ministério do Fomento	10 761	7 107	6 822
Ministério das Colónias	395	410	381
Ministério da Instrução Pública	3 626	3 878	3 604
Ministério do Trabalho e Previdência Social	—	5 038	4 966
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>5 629</b>	<b>7 102</b>	<b>5 252</b>
Ministério das Finanças	50	52	34
Ministério do Interior	5	10	616
Ministério da Justiça e Cultos	0	0	0
Ministério da Guerra	3	3	3
Ministério da Marinha	70	65	59
Ministério dos Negócios Estrangeiros	18	21	20
Ministério do Fomento	4 299	928	928
Ministério das Colónias	1 185	2 391	2 423
Ministério da Instrução Pública	0	0	100
Ministério do Trabalho e Previdência Social	—	3 631	1 070
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>30 000</b>	<b>35 403</b>	<b>58 350</b>
Ministério das Finanças	0	4 156	6 490

Ano económico de 1915-1916

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Interior	0	0	0
Ministério da Justiça e Cultos	0	0	0
Ministério da Guerra	20 000	15 817	13 742
Ministério da Marinha	3 100	3 984	4 355
Ministério dos Negócios Estrangeiros	100	100	19
Ministério do Fomento	800	1 607	16 143
Ministério das Colónias	6 000	9 199	8 653
Ministério da Instrução Pública	0	0	0
Ministério do Trabalho e Previdência Social	—	540	8 949
<b>SALDO</b>	<b>- 29 785</b>	<b>- 38 910</b>	<b>- 49 131</b>
Saldo ordinário	+ 1 611	- 1 900	- 6 483
Saldo extraordinário	- 1 396	- 1 608	- 3 854
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	- 30 000	- 35 403	- 38 795

síntese do ano económico 1915-1916 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	81 156	79 736	89 235
empréstimos	4 228	5 198	1 079
receitas efectivas	76 928	74 538	88 156
despesas totais	110 943	118 646	138 366
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 34 015	- 44 108	- 50 210

## Observações

Durante este ano económico foi criado o Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Fomento.

## ANO ECONÓMICO DE 1916-1917

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 12 de Janeiro de 1916 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Afonso Costa).

Lei de receita e despesa e orçamento de guerra aprovados pelo Congresso – lei 550 de 26 de Maio de 1916.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1916 a 25 de Abril de 1917, governo do Partido Evolucionista e do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António José Almeida; Ministro das Finanças: Afonso Costa).

De 25 de Abril a 30 de Junho de 1917, governo do Partido Democrático com apoio parlamentar do Partido Evolucionista (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Afonso Costa).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>84 885</b>	<b>89 197</b>	<b>96 829</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>76 525</b>	<b>79 529</b>	<b>76 630</b>
Contribuições e impostos directos	13 376	13 553	12 997
Contribuição de registo e imposto do selo	9 497	9 600	9 556
Impostos indirectos	22 940	23 845	20 828
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	72	81	40
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	9 899	10 728	10 686
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	470	780	757
Juros e dividendos	5 936	5 936	5 392
Reembolsos e reposições	1 411	1 544	1 425
Serviços com rendimentos próprios	1 322	1 440	1 551
Explorações por conta do Estado	11 602	12 022	13 400
<b>Receitas extrardinárias</b>	<b>8 361</b>	<b>9 668</b>	<b>3 155</b>
das quais empréstimos	8 200	9 612	3 080
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17 043</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>118 051</b>	<b>163 117</b>	<b>146 818</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>77 732</b>	<b>75 047</b>	<b>75 465</b>
Dívida pública	30 642	27 926	27 797
Encargos gerais	3 172	3 167	3 758
Caixa Geral de Depós. e Instituições de Previdência	1 350	1 350	1 343
Ministério das Finanças	5 125	5 145	4 945
Ministério do Interior	4 244	4 246	4 529
Ministério da Justiça e Cultos	1 339	1 342	1 333
Ministério da Guerra	11 441	11 330	11 046
Ministério da Marinha	3 990	4 031	3 980
Ministério dos Negócios Estrangeiros	609	610	526
Ministério do Fomento	11 677	3 819	4 338
Ministério das Colónias	360	344	328
Ministério da Instrução Pública	3 782	3 756	3 420
Ministério do Trabalho e Previdência Social	—	7 982	8 121
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>10 319</b>	<b>10 355</b>	<b>5 322</b>
Ministério das Finanças	26	26	29
Ministério do Interior	55	56	1 013
Ministério da Justiça e Cultos	0	0	0
Ministério da Guerra	23	23	22
Ministério da Marinha	28	45	44
Ministério dos Negócios Estrangeiros	12	22	21
Ministério do Fomento	8 350	40	5
Ministério das Colónias	1 827	1 827	1 894
Ministério da Instrução Pública	0	0	298
Ministério do Trabalho e Previdência Social	—	8 317	1 996
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>30 000</b>	<b>77 716</b>	<b>66 031</b>
Ministério das Finanças	3 000	10 216	8 997
Ministério do Interior	50	500	259
Ministério da Justiça e Cultos	0	0	0
Ministério da Guerra	17 000	37 500	27 812
Ministério da Marinha	4 400	9 000	3 384
Ministério dos Negócios Estrangeiros	50	500	54
Ministério do Fomento	1 900	2 000	0

Ano económico de 1916-1917

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério das Colónias	3 600	13 000	10 946
Ministério da Instrução Pública	0	0	0
Ministério do Trabalho e Previdência Social	—	5 000	14 579
<b>SALDO</b>	<b>- 33 166</b>	<b>- 73 920</b>	<b>- 49 990</b>
Saldo ordinário	- 1 207	+ 4 482	+ 1 165
Saldo extraordinário	- 1 959	- 687	- 2 167
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	- 30 000	- 77 716	- 48 988

síntese do ano económico 1916-1917 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	84 885	89 197	96 829
empréstimos	8 200	9 612	3 080
receitas efectivas	76 685	79 585	93 749
despesas totais	118 051	163 117	146 818
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 41 366	- 83 532	- 53 069

## Observações

Aquando da apresentação da proposta de orçamento ainda não fora criado o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

## ANO ECONÓMICO DE 1917-1918

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 11 de Janeiro de 1917 por um governo do Partido Evolucionista e do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António José Almeida; Ministro das Finanças: Afonso Costa).

Lei de meios e duodécimos para o mês de Julho aprovada pelo Congresso – lei 717 de 30 de Junho de 1917.

Lei de meios e duodécimos sem limite temporal aprovada pelo Congresso – lei 752 de 31 de Julho de 1917.

Lei de receita e despesa e orçamento de guerra aprovados pelo Congresso – lei 817 de 6 de Setembro de 1917.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 11 de Dezembro de 1917: governo do Partido Democrático com apoio parlamentar do Partido Evolucionista (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Afonso Costa).

De 11 de Dezembro de 1917 a 9 de Maio de 1918: governo militar inicialmente com apoio do Partido Unionista (Presidente do Ministério: Sidónio Pais; Ministro das Finanças: de 11 de Dezembro de 1917 a 7 de Março de 1918, António Santos Viegas; de 7 de Março a 9 de Maio de 1918, Francisco Xavier Esteves).

De 9 de Maio a 30 de Junho de 1918, governo do Partido Nacional-Republicano (Presidente da República e do Ministério: Sidónio Pais; Secretário de Estado das Finanças: de 9 de Maio a 1 de Junho de 1918, Francisco Xavier Esteves; de 1 a 30 de Junho de 1918, Joaquim Mendes Amaral).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>241 069</b>	<b>246 913</b>	<b>104 824</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>69 549</b>	<b>72 699</b>	<b>68 424</b>
Contribuições e impostos directos	13 455	13 751	13 950
Contribuição de registo e imposto do selo	10 393	10 393	11 895
Impostos indirectos	22 128	22 326	18 697

Ano económico de 1917-1918

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	74	74	26
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	13 177	14 661	12 383
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	555	1 359	1 295
Juros e dividendos	5 784	5 784	6 452
Reembolsos e reposições	2 139	2 448	1 288
Serviços com rendimentos próprios	1 845	1 903	2 438
<b>Receitas extrardinárias</b>	<b>51</b>	<b>425</b>	<b>133</b>
das quais empréstimos	0	374	110
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>21 469</b>	<b>23 789</b>	<b>15 891</b>
Caixa Geral de Depósitos	2 231	4 062	3 710
Serviços Florestais e Aquícolas	223	223	203
Caminhos-de-Ferro do Estado	11 922	11 922	6 512
Porto de Lisboa	3 531	3 820	1 791
Correios e Telégrafos	3 563	3 763	3 675
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>150 000</b>	<b>150 000</b>	<b>20 376</b>
das quais empréstimos	133 000	133 000	0
<b>DESPEAS</b>	<b>241 007</b>	<b>241 321</b>	<b>195 588</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>67 411</b>	<b>67 681</b>	<b>71 223</b>
Dívida pública	27 768	28 068	28 798
Encargos gerais	4 140	3 857	3 461
Ministério das Finanças	5 229	5 270	4 998
Ministério do Interior	4 421	4 433	5 152
Ministério da Justiça e Cultos	1 261	1 324	1 631
Ministério da Guerra	11 350	11 364	11 640
Ministério da Marinha	4 041	3 948	4 267
Ministério dos Negócios Estrangeiros	610	607	562
Ministério do Comércio e Comunicações	3 596	3 205	5 442
Ministério das Colónias	324	405	379
Ministério da Instrução Pública	3 787	3 881	3 697
Ministério do Trabalho	884	413	384
Ministério da Agricultura	—	276	330
Ministério das Subsistências e Transportes	—	632	482
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 127</b>	<b>2 170</b>	<b>5 153</b>
Ministério das Finanças	28	28	43
Ministério do Interior	118	118	2 017

Ano económico de 1917-1918

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Justiça e Cultos	50	0	0
Ministério da Guerra	23	9	44
Ministério da Marinha	45	139	39
Ministério dos Negócios Estrangeiros	17	20	23
Ministério do Comércio e Comunicações	0	0	656
Ministério das Colónias	1 831	1 844	1 980
Ministério da Instrução Pública	2	4	314
Ministério do Trabalho	15	9	7
Ministério da Agricultura	—	0	30
Ministério das Subsistências e Transportes	—	0	0
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>21 469</b>	<b>21 469</b>	<b>15 891</b>
Caixa Geral de Depósitos	2 231	2 231	3 710
Serviços Florestais e Aqüícolas	223	223	203
Caminhos-de-Ferro do Estado	11 922	11 922	6 512
Porto de Lisboa	3 531	3 531	1 791
Correios e Telégrafos	3 563	3 563	3 675
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>150 000</b>	<b>150 000</b>	<b>103 320</b>
Ministério das Finanças	20 591	20 391	15 744
Ministério do Interior	60	2 710	2 680
Ministério da Justiça e Cultos	0	50	34
Ministério da Guerra	100 000	87 260	43 060
Ministério da Marinha	8 000	10 000	7 698
Ministério dos Negócios Estrangeiros	60	500	186
Ministério do Comércio e Comunicações	0	1 250	703
Ministério das Colónias	20 000	25 000	22 760
Ministério da Instrução Pública	0	650	591
Ministério do Trabalho	1 289	1 534	5 720
Ministério da Agricultura	—	100	37
Ministério das Subsistências e Transportes	—	556	4 107
<b>SALDO</b>	<b>+ 62</b>	<b>+ 5 593</b>	<b>- 90 764</b>
Saldo ordinário	+ 2 138	+ 5 018	- 2 798
Saldo extraordinário	- 2 076	- 1 745	- 5 021
Saldo dos serviços autónomos	0	+ 2 320	0
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	0	0	- 82 945

## Ano económico de 1917-1918

síntese do ano económico 1917-1918 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	241 069	246 913	104 824
empréstimos	133 000	133 374	110
receitas efectivas	108 069	113 539	104 714
despesas totais	241 007	241 321	195 588
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 132 938	- 127 782	- 90 874

### Observações

Nem na proposta do governo, nem no orçamento aprovado, foi feita discriminação entre impostos e empréstimos nas receitas da conta excepcional resultante da guerra. Em ambos os casos, registou-se como empréstimos a totalidade da rubrica.

Durante este ano económico foram criados o Ministério da Agricultura e o Ministério das Subsistências e Transportes, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Fomento, que passou a designar-se Ministério do Comércio e Comunicações, e do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que passou a designar-se Ministério do Trabalho.

A partir do ano económico de 1917-1918, passou a existir uma conta dos serviços autónomos, englobando algumas explorações por conta do Estado, cujo âmbito não conseguiu estabilizar.

## **ANO ECONÓMICO DE 1918-1919**

### **Preparação do orçamento**

Decreto de meios e duodécimos sem limite temporal aprovado por um governo do Partido Nacional-Republicano (Presidente da República e do Ministério: Sidónio Pais; Secretário de Estado das Finanças: Joaquim Mendes Amaral) – decreto 4 500 de 28 de Junho de 1918.

Orçamento aprovado por um governo do Partido Nacional-Republicano (Presidente da República e do Ministério: Sidónio Pais; Secretário de Estado das Finanças: Joaquim Mendes Amaral) – decreto 4 661 de 11 de Julho de 1918.

### **Execução do orçamento**

De 1 de Julho a 16 de Dezembro de 1918, governo do Partido Nacional-Republicano (Presidente da República e do Ministério: de 1 de Julho a 14 de Dezembro de 1918, Sidónio Pais; de 14 a 16 de Dezembro de 1918, João Canto e Castro; Secretário de Estado das Finanças: de 1 de Julho a 8 de Outubro de 1918, Joaquim Mendes Amaral; de 8 de Outubro a 16 de Dezembro de 1918, João Tamagnini Barbosa).

De 16 de Dezembro de 1918 a 27 de Janeiro de 1919, governo do Partido Nacional-Republicano (Presidente do Ministério: João Tamagnini Barbosa; Ministro das Finanças: de 16 a 23 de Dezembro de 1918, João Tamagnini Barbosa; de 23 de Dezembro de 1918 a 27 de Janeiro de 1919, Ventura Malheiro Romão).

De 27 de Janeiro a 30 de Março de 1919: governo de coligação dos partidos republicanos incluindo o Partido Nacional-Republicano (Presidente do Ministério: José Relvas; Ministro das Finanças: António Paiva Gomes).

De 30 de Março a 29 de Junho de 1919: governo de coligação dos partidos republicanos excluindo o Partido Nacional-Republicano (Presidente do Ministério: Domingos Pereira; Ministro das Finanças: Amílcar Ramada Curto).

De 29 a 30 de Junho de 1919: governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Alfredo Sá Cardoso; Ministro das Finanças: Francisco Rego Chaves).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>206 074</b>	<b>133 372</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>78 518</b>	<b>91 475</b>
Contribuições e impostos directos	13 611	16 666
Contribuição de registo e imposto do selo	15 035	17 212
Impostos indirectos	24 860	23 160
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	55	36
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	11 160	12 479
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	669	1 232
Juros e dividendos	7 843	12 811
Reembolsos e reposições	2 798	1 786
Serviços com rendimentos próprios	2 288	6 094
<b>Receitas extrardinárias</b>	<b>3 672</b>	<b>2 328</b>
das quais empréstimos	2 620	670
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>24 085</b>	<b>11 646</b>
Caixa Geral de Depósitos	3 226	3 718
Serviços Florestais e Aquícolas	317	357
Caminhos-de-Ferro do Estado	11 922	0
Porto de Lisboa	3 440	1 398
Correios e Telégrafos	5 180	6 173
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>100 000</b>	<b>27 923</b>
das quais empréstimos	86 820	0
<b>DESPEASAS</b>	<b>209 360</b>	<b>284 068</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>79 256</b>	<b>89 634</b>
Dívida pública	31 594	36 311
Encargos gerais	2 593	2 166
Ministério das Finanças	5 442	5 237
Ministério do Interior	5 382	6 846
Ministério da Justiça e Cultos	1 556	1 571
Ministério da Guerra	13 659	12 887
Ministério da Marinha	5 200	5 121
Ministério dos Negócios Estrangeiros	659	601
Ministério do Comércio e Comunicações	5 489	8 526
Ministério das Colónias	502	523
Ministério da Instrução Pública	3 511	6 548
Ministério do Trabalho	1 273	1 538

Ano económico de 1918-1919

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Agricultura	1 780	1 441
Ministério dos Abastecimentos e Transportes	618	319
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>5 997</b>	<b>17 905</b>
Ministério das Finanças	53	68
Ministério do Interior	494	1 553
Ministério da Justiça e Cultos	0	0
Ministério da Guerra	208	8 007
Ministério da Marinha	2 065	975
Ministério dos Negócios Estrangeiros	18	16
Ministério do Comércio e Comunicações	81	1 446
Ministério das Colónias	2 031	1 878
Ministério da Instrução Pública	620	536
Ministério do Trabalho	310	3 120
Ministério da Agricultura	118	307
Ministério dos Abastecimentos e Transportes	0	0
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>24 085</b>	<b>11 646</b>
Caixa Geral de Depósitos	3 226	3 718
Serviços Florestais e Aqüícolas	317	357
Caminhos-de-Ferro do Estado	11 922	0
Porto de Lisboa	3 440	1 398
Correios e Telégrafos	5 180	6 173
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>100 000</b>	<b>164 884</b>
Ministério das Finanças	8 300	17 550
Ministério do Interior	2 600	7 036
Ministério da Justiça e Cultos	1 000	891
Ministério da Guerra	47 750	58 475
Ministério da Marinha	9 600	11 408
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 100	878
Ministério do Comércio e Comunicações	1 998	4 213
Ministério das Colónias	20 000	32 514
Ministério da Instrução Pública	2 100	1 830
Ministério do Trabalho	2 500	3 073
Ministério da Agricultura	350	9 106
Ministério dos Abastecimentos e Transportes	4 702	17 910
<b>SALDO</b>	<b>- 3 286</b>	<b>- 150 696</b>

Ano económico de 1918-1919

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Saldo ordinário	- 938	+ 1 841
Saldo extraordinário	- 2 235	- 15 577
Saldo dos serviços autónomos	0	0
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	0	- 136 961

síntese do ano económico 1918-1919 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	206 074	133 372
empréstimos	89 440	670
receitas efectivas	116 634	132 702
despesas totais	209 360	284 068
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 92 726	- 151 366

## **ANO ECONÓMICO DE 1919-1920**

### **Preparação do orçamento**

Proposta de orçamento apresentada em 17 de Janeiro de 1919 por um governo do Partido Nacional-Republicano (Presidente do Ministério: João Tamagnini Barbosa; Ministro das Finanças: Ventura Malheiro Reimão).

Nova proposta de orçamento apresentada em 31 de Julho de 1919 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Alfredo Sá Cardoso; Ministro das Finanças: Francisco Rego Chaves).

Lei de meios e duodécimos para os meses de Julho e Agosto aprovada pelo Congresso – lei 837 de 30 de Junho de 1919.

Orçamentos de guerra aprovados pelo Congresso – lei 848 de 30 de Julho de 1919 e lei 856 de 21 de Agosto de 1919.

Lei de meios e duodécimos provisória aprovada pelo Congresso – lei 865 de 30 de Agosto de 1919.

Não houve orçamento ordinário, extraordinário e dos serviços autónomos definitivo.

### **Execução do orçamento**

De 1 de Julho de 1919 a 21 de Janeiro de 1920, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Alfredo Sá Cardoso; Ministro das Finanças: de 1 de Julho de 1919 a 3 de Janeiro de 1920, Francisco Rego Chaves; de 3 a 21 de Janeiro de 1920, António Maria da Silva).

De 21 de Janeiro a 8 de Março de 1920, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Domingos Pereira; Ministro das Finanças: António Ferreira Fonseca).

De 8 de Março a 26 de Junho de 1920, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: de 8 de Março a 6 de Junho de 1920, António Maria Baptista; de 6 a 26 de Junho de 1920, José Ramos Preto; Ministro das Finanças: Francisco Esteves Lopes).

De 26 a 30 de Junho de 1920: governo do Partido Democrático e do Partido Popular (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: António Maria Silva).

Ano económico de 1919-1920

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	?	<b>153 083</b>	<b>153 083</b>	<b>216 090</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	?	<b>99 944</b>	<b>99 944</b>	<b>127 779</b>
Contribuições e impostos directos	?	15 618	15 618	20 392
Contrib. de registo e imp. do selo	?	17 550	17 550	26 150
Impostos indirectos	?	26 447	26 447	37 419
Imp. para barras, etc.	?	45	45	73
Exclusivos	?	16 132	16 132	12 745
Bens próprios nacionais e rend. div.	?	730	730	2 084
Juros e dividendos	?	13 311	13 311	16 014
Reembolsos e reposições	?	2 656	2 656	3 500
Serviços com rendimentos próprios	?	7 455	7 455	9 403
<b>Receitas extrardinárias</b>	?	<b>13 351</b>	<b>13 351</b>	<b>59 814</b>
das quais empréstimos	?	2 500	2 500	14 708
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	?	<b>39 787</b>	<b>39 787</b>	<b>20 237</b>
Caixa Geral de Depósitos	?	5 284	5 284	5 172
Serviços Florestais e Aquícolas	?	483	483	484
Caminhos-de-Ferro do Estado	?	22 608	22 608	0
Porto de Lisboa	?	5 232	5 232	5 479
Correios e Telégrafos	?	6 180	6 180	9 103
<b>Rec. da conta excepc. da guerra</b>	?	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 260</b>
das quais empréstimos	?	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	?	<b>235 207</b>	<b>264 528</b>	<b>315 785</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	?	<b>154 982</b>	<b>157 252</b>	<b>161 460</b>
Dívida pública	?	43 853	43 853	47 364
Encargos gerais	?	2 805	2 789	3 139
Ministério das Finanças	?	10 106	10 155	11 131
Ministério do Interior	?	19 203	18 305	16 545
Ministério da Justiça e Cultos	?	1 758	1 758	1 721
Ministério da Guerra	?	39 009	42 409	40 141
Ministério da Marinha	?	12 804	12 804	12 352
M. Negócios Estrangeiros	?	1 359	1 343	1 353
M. Comércio e Comunicações	?	8 292	10 282	12 205
Ministério das Colónias	?	923	923	1 008
Ministério da Instrução Pública	?	8 134	7 934	10 706

Ano económico de 1919-1920

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Trabalho	?	1 450	1 439	1 386
Ministério da Agricultura	?	2 020	3 082	2 290
M. Abastecimentos e Transportes	?	3 267	126	119
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>?</b>	<b>40 438</b>	<b>38 169</b>	<b>111 840</b>
Ministério das Finanças	?	1 091	53	68
Ministério do Interior	?	1 432	494	1 553
Ministério da Justiça e Cultos	?	888	888	1 213
Ministério da Guerra	?	5 220	1 820	10 264
Ministério da Marinha	?	3 354	3 354	11 998
M. Negócios Estrangeiros	?	159	175	163
M. Comércio e Comunicações	?	3 357	5 212	10 067
Ministério das Colónias	?	2 083	2 083	4 359
Ministério da Instrução Pública	?	1 680	1 880	4 719
Ministério do Trabalho	?	3 735	3 735	10 444
Ministério da Agricultura	?	382	15 042	49 278
M. Abastecimentos e Transportes	?	17 058	519	510
<b>Desp. dos serviços autónomos</b>	<b>?</b>	<b>39 787</b>	<b>39 787</b>	<b>20 237</b>
Caixa Geral de Depósitos	?	5 284	5 284	5 172
Serviços Florestais e Aqüícolas	?	483	483	484
Caminhos-de-Ferro do Estado	?	22 608	22 608	0
Porto de Lisboa	?	5 232	5 232	5 479
Correios e Telégrafos	?	6 180	6 180	9 103
<b>Desp. excepc. result. da guerra</b>	<b>?</b>	<b>0</b>	<b>29 320</b>	<b>22 249</b>
Ministério das Finanças	?	0	10 600	9 225
Ministério do Interior	?	0	0	0
Ministério da Justiça e Cultos	?	0	0	0
Ministério da Guerra	?	0	5 220	992
Ministério da Marinha	?	0	0	0
M. Negócios Estrangeiros	?	0	1 000	737
M. Comércio e Comunicações	?	0	0	0
Ministério das Colónias	?	0	12 200	11 295
Ministério da Instrução Pública	?	0	0	0
Ministério do Trabalho	?	0	0	0
Ministério da Agricultura	?	0	0	0

Ano económico de 1919-1920

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
M. Abastecimentos e Transportes	?	0	0	0
<b>SALDO</b>	?	<b>- 82 124</b>	<b>- 111 446</b>	<b>- 99 695</b>
Saldo ordinário	?	- 55 038	- 57 308	- 33 681
Saldo extraordinário	?	- 27 087	- 24 818	- 52 026
Saldo dos serviços autónomos	?	0	0	0
Saldo da conta excepç. da guerra	?	0	- 29 320	- 13 989

síntese do ano económico 1919-1920 valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	?	153 083	153 083	216 090
empréstimos	?	2 500	2 500	14 708
receitas efectivas	?	150 583	150 583	201 382
despesas totais	?	235 207	264 528	315 785
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	?	- 84 624	- 113 945	- 114 403

## Observações

A proposta de orçamento apresentada pelo governo em Janeiro de 1919 não foi publicada no Diário das Sessões de qualquer das câmaras do Congresso e não foi possível encontrá-la em publicação separada.

Os valores do orçamento aprovado para as contas ordinária, extraordinária e dos serviços autónomos correspondem à soma das leis de meios e duodécimos, segundo a conta do ano económico.

Durante este ano económico foi extinto o Ministério dos Abastecimentos e Transportes, tendo os respectivos serviços sido integrados no Ministério do Comércio.

## **ANO ECONÓMICO DE 1920-1921**

### **Preparação do orçamento**

Proposta de orçamento apresentada em 3 de Fevereiro de 1920 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Domingos Pereira; Ministro das Finanças: António Ferreira Fonseca).

Lei de meios e duodécimos para o mês de Julho aprovada pelo Congresso – lei 997 de 30 de Junho de 1920.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Agosto, Setembro e Outubro aprovada pelo Congresso – lei 1 004 de 31 de Julho de 1920.

Lei de meios e duodécimos para o mês de Novembro aprovada pelo Congresso – lei 1 060 de 31 de Outubro de 1920.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro aprovada pelo Congresso – lei 1 078 de 30 de Novembro de 1920.

Lei de meios e duodécimos para o mês de Março aprovada pelo Congresso – lei 1 122 de 27 de Fevereiro de 1921.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Abril, Maio e Junho aprovada pelo Congresso – lei 1 133 de 30 de Março de 1921.

Não houve orçamento definitivo.

### **Execução do orçamento**

De 1 de Julho a 19 de Julho de 1920, governo do Partido Democrático e do Partido Popular (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: António Maria da Silva).

De 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920: governo do Partido Liberal e do Partido Reconstituente (Presidente do Ministério: António Granjo; Ministro das Finanças: Inocêncio Camacho Rodrigues).

De 20 a 30 de Novembro de 1920, governo do Partido Reconstituente e do Partido Popular (Presidente do Ministério: Álvaro Castro; Ministro das Finanças: Francisco Cunha Leal).

De 30 de Novembro de 1920 a 2 de Março de 1921, governo do Partido Democrático, do Partido Reconstituente e do Partido Popular (Presidente do Ministério: Liberato Pinto; Ministro das Finanças: de 30 de Novembro de 1920 a 22 de Fevereiro de 1921, Francisco Cunha Leal; de 22 de Fevereiro de 1921 a 2 de Março de 1921, Liberato Pinto).

Ano económico de 1920-1921

De 2 de Março a 23 de Maio de 1921: governo do Partido Democrático e do Partido Reconstituente (Presidente do Ministério: Bernardino Machado; Ministro das Finanças: António Maria da Silva).

De 23 de Maio a 30 de Junho de 1921, governo do Partido Liberal (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Tomé Barros Queirós).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>119 615</b>	<b>187 121</b>	<b>286 004</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>105 024</b>	<b>105 024</b>	<b>206 743</b>
Contribuições e impostos directos	15 961	15 961	51 664
Contribuição de registo e imposto do selo	18 560	18 560	34 271
Impostos indirectos	25 915	25 915	61 223
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	44	44	85
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	16 193	16 193	16 666
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	847	847	3 922
Juros e dividendos	16 611	16 611	20 446
Reembolsos e reposições	2 736	2 736	5 381
Serviços com rendimentos próprios	8 156	8 156	13 086
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>14 591</b>	<b>14 591</b>	<b>57 506</b>
das quais empréstimos	2 500	2 500	4 582
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>45 582</b>	<b>67 505</b>	<b>17 078</b>
Caixa Geral de Depósitos	5 284	6 160	6 547
Serviços Florestais e Aqüícolas	549	816	1 514
Caminhos-de-Ferro do Estado	22 608	44 739	0
Porto de Lisboa	7 950	9 600	9 018
Correios e Telégrafos	6 190	6 190	0
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 260</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>234 679</b>	<b>277 747</b>	<b>570 247</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>185 809</b>	<b>170 582</b>	<b>244 963</b>
Dívida pública	63 984	63 984	90 134
Encargos gerais	3 763	3 630	4 111
Ministério das Finanças	10 463	10 561	14 167
Ministério do Interior	21 931	18 073	28 832
Ministério da Justiça e Cultos	1 908	1 908	2 589
Ministério da Guerra	39 894	32 680	49 581

Ano económico de 1920-1921

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Marinha	17 347	14 906	22 390
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 917	1 819	4 960
Ministério do Comércio e Comunicações	10 762	10 155	11 063
Ministério das Colónias	1 203	1 098	1 170
Ministério da Instrução Pública	8 511	7 761	12 103
Ministério do Trabalho	1 476	1 458	1 501
Ministério da Agricultura	2 649	2 547	2 360
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>48 869</b>	<b>14 591</b>	<b>57 506</b>
Ministério das Finanças	1 438	1 368	14 463
Ministério do Interior	950	950	14 448
Ministério da Justiça e Cultos	888	888	2 955
Ministério da Guerra	2 008	2 101	18 674
Ministério da Marinha	9 535	1 850	6 944
Ministério dos Negócios Estrangeiros	71	66	263
Ministério do Comércio e Comunicações	7 059	5 027	22 130
Ministério das Colónias	2 080	2 080	4 435
Ministério da Instrução Pública	1 680	1 680	20 832
Ministério do Trabalho	3 702	3 702	15 888
Ministério da Agricultura	15 456	15 424	174 507
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>45 582</b>	<b>67 505</b>	<b>17 078</b>
Caixa Geral de Depósitos	5 284	6 160	6 547
Serviços Florestais e Aqüícolas	549	816	1 514
Caminhos-de-Ferro do Estado	22 608	44 739	0
Porto de Lisboa	7 950	9 600	9 018
Correios e Telégrafos	6 190	6 190	0
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>0</b>	<b>3 996</b>	<b>12 665</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 115 064</b>	<b>- 90 626</b>	<b>- 284 243</b>
Saldo ordinário	- 80 786	- 65 558	- 38 220
Saldo extraordinário	- 34 378	- 20 586	- 238 035
Saldo dos serviços autónomos	0	0	0
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	0	- 3 996	- 7 989

Ano económico de 1920-1921

síntese do ano económico 1920-1921 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	119 615	187 121	286 004
empréstimos	2 500	2 500	4 582
receitas efectivas	117 115	184 621	281 422
despesas totais	234 679	277 747	570 247
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 117 564	- 93 126	- 288 825

## Observações

Os valores do orçamento aprovado correspondem à soma das leis de meios e duodécimos, segundo a conta do ano económico.

## **ANO ECONÓMICO DE 1921-1922**

### **Preparação do orçamento**

Proposta de orçamento apresentada em 12 de Janeiro de 1921 por um governo do Partido Democrático, do Partido Reconstituente e do Partido Popular (Presidente do Ministério: Liberato Pinto; Ministro das Finanças: Francisco Cunha Leal).

Decreto de meios e duodécimos para os meses de Julho e Agosto aprovado por um governo do Partido Liberal (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Tomé Barros Queirós) – decreto 7 587 de 1 de Julho de 1921.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Setembro, Outubro e Novembro aprovada pelo Congresso – lei 1 193 de 31 de Agosto de 1921.

Decreto de meios e duodécimos para os meses de Dezembro e Janeiro aprovado por um governo do Partido Radical (Presidente do Ministério: Carlos Maia Pinto; Ministro das Finanças: Peres Trancoso) – decreto 7 855 de 30 de Novembro de 1921.

Decreto de meios e duodécimos para o mês de Fevereiro aprovado por um governo do Partido Liberal, do Partido Democrático e do Partido Reconstituente (Presidente do Ministério: Cunha Leal; Ministro das Finanças: Vitorino Guimarães) – decreto 8 004 de 1 de Fevereiro de 1922.

Lei de meios e duodécimos para o mês de Março aprovada pelo Congresso – lei 1 240 de 1 de Março de 1922.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Abril, Maio e Junho aprovada pelo Congresso – lei 1 248 de 1 de Abril de 1922.

Não houve orçamento definitivo.

### **Execução do orçamento**

De 1 de Julho a 30 de Agosto de 1921, governo do Partido Liberal (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Tomé Barros Queirós).

De 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921, governo do Partido Liberal (Presidente do Ministério: António Granjo; Ministro das Finanças: António Vicente Ferreira).

De 19 de Outubro a 5 de Novembro de 1921, governo do Partido Radical (Presidente do Ministério: Manuel Maria Coelho; Ministro das Finanças: Francisco António Correia).

De 5 de Novembro a 16 de Dezembro 1921, governo do Partido Radical (Presidente do Ministério: Carlos Maia Pinto; Ministro das Finanças: Francisco Peres Trancoso).

Ano económico de 1921-1922

De 16 de Dezembro de 1921 a 6 de Fevereiro de 1922, governo do Partido Liberal, do Partido Democrático e do Partido Reconstituente (Presidente do Ministério: Francisco Cunha Leal; Ministro das Finanças: Vitorino Guimarães).

De 6 de Fevereiro a 30 de Junho de 1922, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António Maria Silva; Ministro das Finanças: Albano Portugal Durão).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>299 313</b>	<b>304 265</b>	<b>433 324</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>165 878</b>	<b>165 878</b>	<b>287 075</b>
Contribuições e impostos directos	42 201	42 201	90 194
Contribuição de registo e imposto do selo	27 900	27 900	44 170
Impostos indirectos	42 384	42 384	62 131
Impostos para barras, portos artificiais e farolagem	39	39	70
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	15 131	15 131	21 100
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	1 700	1 700	6 131
Juros e dividendos	20 979	20 979	33 115
Reembolsos e reposições	3 232	3 232	4 612
Serviços com rendimentos próprios	12 312	12 312	25 552
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>48 533</b>	<b>138 387</b>	<b>110 600</b>
das quais empréstimos	1 500	1 500	3 933
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>84 902</b>	<b>89 854</b>	<b>25 990</b>
Caixa Geral de Depósitos	9 618	13 877	13 609
Serviços Florestais e Aqüícolas	1 428	2 121	2 121
Caminhos-de-Ferro do Estado	54 298	54 298	0
Porto de Lisboa	13 367	13 367	10 260
Correios e Telégrafos	6 190	6 190	0
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9 659</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPEAS</b>	<b>564 650</b>	<b>610 434</b>	<b>660 402</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>266 494</b>	<b>298 038</b>	<b>323 263</b>
Dívida pública	98 069	113 451	144 976
Encargos gerais	4 456	4 566	3 971
Ministério das Finanças	14 448	15 806	16 295
Ministério do Interior	33 613	35 220	30 328
Ministério da Justiça e Cultos	3 022	3 030	2 790
Ministério da Guerra	59 145	62 154	57 749

Ano económico de 1921-1922

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Marinha	23 159	24 067	24 653
Ministério dos Negócios Estrangeiros	4 965	7 370	7 356
Ministério do Comércio e Comunicações	10 237	13 020	14 891
Ministério das Colónias	1 519	2 839	2 328
Ministério da Instrução Pública	8 615	10 921	13 121
Ministério do Trabalho	1 711	1 732	1 592
Ministério da Agricultura	3 536	3 862	3 213
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>211 254</b>	<b>220 542</b>	<b>309 637</b>
Ministério das Finanças	18 238	18 352	23 964
Ministério do Interior	12 019	14 120	16 374
Ministério da Justiça e Cultos	2 223	2 883	4 333
Ministério da Guerra	23 419	25 516	25 621
Ministério da Marinha	25 854	25 954	18 997
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 295	1 628	1 278
Ministério do Comércio e Comunicações	28 933	27 828	43 657
Ministério das Colónias	3 015	4 259	13 770
Ministério da Instrução Pública	24 069	24 166	27 922
Ministério do Trabalho	18 370	21 817	25 903
Ministério da Agricultura	53 820	54 019	107 819
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>84 902</b>	<b>89 854</b>	<b>25 990</b>
Caixa Geral de Depósitos	9 618	13 877	13 609
Serviços Florestais e Aqüícolas	1 428	2 121	2 121
Caminhos-de-Ferro do Estado	54 298	54 298	0
Porto de Lisboa	13 367	13 367	10 260
Correios e Telégrafos	6 190	6 190	0
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>2 000</b>	<b>2 000</b>	<b>1 512</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 265 337</b>	<b>- 306 169</b>	<b>- 227 078</b>
Saldo ordinário	- 100 616	- 132 160	- 36 188
Saldo extraordinário	- 162 721	- 172 009	- 199 037
Saldo dos serviços autónomos	0	0	0
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	- 2 000	- 2 000	+ 8 147

## Ano económico de 1921-1922

síntese do ano económico 1921-1922 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	299 313	304 265	433 324
empréstimos	1 500	1 500	3 933
receitas efectivas	297 813	302 765	429 391
despesas totais	564 650	610 434	660 402
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 266 837	- 307 669	- 231 011

### Observações

Os valores do orçamento aprovado correspondem à soma das leis e decretos de meios e duodécimos, segundo a conta do ano económico.

## ANO ECONÓMICO DE 1922-1923

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Março de 1922 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António Maria Silva; Ministro das Finanças: Albano Portugal Durão).

Lei de receita e despesa aprovada pelo Congresso – lei 1 278 de 30 de Junho de 1922.

Lei de rectificação orçamental aprovada pelo Congresso – lei 1 329 de 26 de Agosto de 1922.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1922 a 30 Junho de 1923, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António Maria Silva; Ministro das Finanças: de 1 de Julho a 14 de Setembro de 1922, Albano Portugal Durão; de 14 de Setembro de 1922 a 30 Junho de 1923, Vitorino Guimarães).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>369 682</b>	<b>401 887</b>	<b>405 787</b>	<b>636 374</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>226 501</b>	<b>246 737</b>	<b>251 087</b>	<b>436 891</b>
Contribuições e impostos directos	54 074	51 124	51 124	87 214
Contrib. de registo e imposto do selo	39 780	43 930	43 930	64 637
Impostos indirectos	62 242	58 144	62 494	145 916
Exclus. – Rendas fixas e part. de lucros	22 760	24 060	24 060	27 198
Bens próprios nac. e rendimentos div.	3 292	3 292	3 292	9 220
Juros e dividendos	23 282	45 563	45 563	44 197
Reembolsos e reposições	3 478	3 267	3 257	4 366
Serviços com rendimentos próprios	17 594	17 367	17 367	54 143
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>35 051</b>	<b>32 551</b>	<b>32 551</b>	<b>156 481</b>
das quais empréstimos	1 500	1 500	1 500	490
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>108 130</b>	<b>122 599</b>	<b>122 149</b>	<b>42 986</b>
Caixa Geral de Depósitos	14 998	15 213	15 213	22 955
Serviços Florestais e Aqüícolas	1 250	1 310	1 310	3 480
Caminhos-de-Ferro do Estado	46 875	50 631	50 631	0

Ano económico de 1922-1923

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificad	execução do orçamento
Porto de Lisboa	19 287	29 276	29 276	16 551
Correios e Telégrafos	25 719	25 719	25 719	0
<b>Rec. da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>
das quais empréstimos	0	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>697 038</b>	<b>695 078</b>	<b>695 475</b>	<b>1 119 833</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>353 421</b>	<b>355 683</b>	<b>356 530</b>	<b>414 723</b>
Dívida pública	153 001	171 182	171 182	208 265
Encargos gerais	4 635	5 066	5 066	5 570
Ministério das Finanças	17 212	17 472	17 472	22 101
Ministério do Interior	29 794	28 761	28 761	29 751
Ministério da Justiça e Cultos	2 962	2 967	2 967	2 790
Ministério da Guerra	68 792	58 080	58 927	68 194
Ministério da Marinha	27 130	23 320	23 320	23 939
Ministério dos Negócios Estrangeiros	14 634	14 732	14 732	14 596
M. Comércio e Comunicações	17 360	17 013	17 013	19 608
Ministério das Colónias	1 932	2 021	2 021	1 776
Ministério da Instrução Pública	10 408	9 781	9 781	13 142
Ministério do Trabalho	1 774	1 762	1 762	1 701
Ministério da Agricultura	3 787	3 528	3 528	3 289
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>233 487</b>	<b>214 796</b>	<b>214 796</b>	<b>661 763</b>
Ministério das Finanças	27 412	27 407	27 407	63 677
Ministério do Interior	18 196	16 550	16 550	40 922
Ministério da Justiça e Cultos	5 135	5 135	5 135	10 315
Ministério da Guerra	34 849	28 569	28 569	77 035
Ministério da Marinha	13 880	14 058	14 058	33 011
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3 275	3 295	3 295	5 125
M. Comércio e Comunicações	38 978	37 195	37 195	147 758
Ministério das Colónias	7 345	5 439	5 439	9 955
Ministério da Instrução Pública	31 197	31 077	31 077	74 977
Ministério do Trabalho	28 037	31 189	31 189	41 155
Ministério da Agricultura	108 130	14 881	14 881	157 833
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>14 998</b>	<b>122 599</b>	<b>122 149</b>	<b>42 986</b>
Caixa Geral de Depósitos		15 213	15 213	22 955
Serviços Florestais e Aquícolas	1 250	1 310	1 310	3 480
Caminhos-de-Ferro do Estado	46 875	50 631	50 631	0

Ano económico de 1922-1923

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificad	execução do orçamento
Porto de Lisboa	19 287	29 276	29 276	16 551
Correios e Telégrafos	25 719	25 719	25 719	0
<b>Despesas excepcionais da guerra</b>	<b>2 000</b>	<b>2 000</b>	<b>2 000</b>	<b>361</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 327 356</b>	<b>- 293 191</b>	<b>- 289 688</b>	<b>- 483 459</b>
Saldo ordinário	- 126 919	- 108 946	- 105 443	+ 22 108
Saldo extraordinário	- 198 436	- 182 245	- 182 245	- 505 282
Saldo dos serviços autónomos	0	0	0	0
Saldo da conta excepcional da guerra	- 2 000	- 2 000	- 2 000	-344

síntese do ano económico 1922-1923	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificad	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	369 682	401 887	405 787	636 374
empréstimos	1 500	1 500	1 500	490
receitas efectivas	368 182	400 387	404 287	635 884
despesas totais	697 038	695 078	695 475	1 119 833
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 328 856	- 294 691	- 291 188	- 483 949

## Observações

Há um erro de 450 contos na soma das receitas e das despesas dos serviços autónomos no orçamento aprovado, erro que foi corrigido no orçamento rectificad.

## ANO ECONÓMICO DE 1923-1924

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Janeiro de 1923 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António Maria Silva; Ministro das Finanças: Vitorino Guimarães).

Lei de receita e despesa e lei de indemnidade aprovada pelo Congresso – lei 1 449 de 13 de Julho de 1923.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho a 15 de Novembro de 1923, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António Maria Silva; Ministro das Finanças: de 1 de Julho a 13 de Agosto de 1923, Vitorino Guimarães; de 13 de Agosto a 24 de Outubro de 1923, Francisco Velhinho Correia; de 24 de Outubro de 1923 a 15 de Novembro de 1923, João Vaz Guedes).

De 15 de Novembro a 18 de Dezembro de 1923, governo do Partido Nacionalista (Presidente do Ministério: António Ginestal Machado; Ministro das Finanças: Francisco Cunha Leal).

De 18 de Dezembro de 1923 a 30 Junho de 1924, governo do Partido Reconstituente e do Partido Democrático (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Álvaro Castro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>884 681</b>	<b>918 423</b>	<b>1 099 348</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>540 525</b>	<b>579 066</b>	<b>763 787</b>
Contribuições e impostos directos	140 146	165 213	177 057
Contribuição de registo e imposto do selo	58 730	59 000	88 270
Impostos indirectos	209 951	213 641	296 320
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	25 078	25 678	41 293
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	4 593	5 767	17 467
Juros e dividendos	47 629	47 629	50 697
Reembolsos e reposições	3 650	3 650	7 675
Serviços com rendimentos próprios	50 748	58 088	85 008
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>133 551</b>	<b>128 551</b>	<b>297 527</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
das quais empréstimos	1 500	1 500	167 079
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>210 605</b>	<b>210 806</b>	<b>37 772</b>
Caixa Geral de Depósitos	22 599	22 599	32 209
Serviços Florestais e Aqüícolas	2 947	3 147	5 562
Caminhos-de-Ferro do Estado	109 559	109 559	0
Porto de Lisboa	32 800	32 800	0
Correios e Telégrafos	42 700	42 701	0
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>262</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>1 023 021</b>	<b>1 076 385</b>	<b>1 096 638</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>452 970</b>	<b>509 663</b>	<b>510 797</b>
Dívida pública	216 138	253 578	218 364
Encargos gerais	5 196	5 926	17 086
Ministério das Finanças	18 558	22 300	28 130
Ministério do Interior	29 119	32 171	32 693
Ministério da Justiça e Cultos	3 028	3 054	3 379
Ministério da Guerra	80 546	80 806	92 027
Ministério da Marinha	31 870	34 627	40 167
Ministério dos Negócios Estrangeiros	22 596	22 641	21 331
Ministério do Comércio e Comunicações	20 113	20 081	30 020
Ministério das Colónias	3 090	6 930	6 689
Ministério da Instrução Pública	17 107	20 503	13 796
Ministério do Trabalho	1 888	1 959	1 839
Ministério da Agricultura	3 723	4 988	5 276
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>359 446</b>	<b>354 916</b>	<b>547 320</b>
Ministério das Finanças	60 804	61 124	78 683
Ministério do Interior	34 724	36 199	54 217
Ministério da Justiça e Cultos	8 035	8 111	13 581
Ministério da Guerra	58 742	59 211	103 549
Ministério da Marinha	35 776	35 726	53 153
Ministério dos Negócios Estrangeiros	5 059	5 009	3 902
Ministério do Comércio e Comunicações	21 477	21 580	27 638
Ministério das Colónias	7 928	8 109	12 763
Ministério da Instrução Pública	72 634	72 365	84 888
Ministério do Trabalho	32 223	34 016	38 530

Ano económico de 1923-1924

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Agricultura	22 045	13 465	76 418
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>210 605</b>	<b>210 806</b>	<b>37 772</b>
Caixa Geral de Depósitos	22 599	22 599	32 209
Serviços Florestais e Aqüícolas	2 947	3 147	5 562
Caminhos-de-Ferro do Estado	109 559	109 559	0
Porto de Lisboa	32 800	32 800	0
Correios e Telégrafos	42 700	42 701	0
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>1 000</b>	<b>1 000</b>	<b>750</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 138 340</b>	<b>- 157 962</b>	<b>+ 2 710</b>
Saldo ordinário	+ 87 555	+ 69 403	+ 252 990
Saldo extraordinário	- 225 895	- 226 365	- 249 793
Saldo dos serviços autónomos	0	0	0
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	- 1 000	- 1 000	- 488

síntese do ano económico 1923-1924	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	884 681	918 423	1 099 348
empréstimos	1 500	1 500	167 079
receitas efectivas	883 181	916 923	932 269
despesas totais	1 023 021	1 076 385	1 096 638
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 139 840	- 159 462	- 164 369

## ANO ECONÓMICO DE 1924-1925

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Janeiro de 1924 por um governo do Partido Reconstituente e do Partido Democrático (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Álvaro Castro).

Lei de meios e duodécimos para os meses de Julho e Agosto aprovada pelo Congresso – lei 1 611 de 30 de Junho de 1924.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Setembro, Outubro e Novembro aprovada pelo Congresso – lei 1 663 de 30 de Agosto de 1924.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março aprovada pelo Congresso – lei 1 676 de 29 de Novembro de 1924.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Abril, Maio e Junho aprovada pelo Congresso – lei 1 763 de 30 de Março de 1925.

Não houve orçamento definitivo.

### Execução do orçamento

De 1 a 6 de Julho de 1924, governo do Partido Reconstituente e do Partido Democrático (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Álvaro Castro).

De 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Alfredo Rodrigues Gaspar; Ministro das Finanças: Daniel Rodrigues).

De 22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: José Domingos dos Santos; Ministro das Finanças: Manuel Pestana Junior).

De 15 de Fevereiro a 30 de Junho de 1925, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Vitorino Guimarães).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>1 101 779</b>	<b>1 193 710</b>	<b>1 415 583</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>739 414</b>	<b>739 414</b>	<b>1 015 861</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Contribuições e impostos directos	177 503	177 503	251 982
Contribuição de registo e imposto do selo	72 850	72 850	154 554
Impostos indirectos	294 988	294 988	297 007
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	31 747	31 747	83 498
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	12 507	12 507	24 084
Juros e dividendos	48 99	48 999	90 976
Reembolsos e reposições	4 127	4 127	6 272
Serviços com rendimentos próprios	96 694	96 694	107 487
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>120 802</b>	<b>120 802</b>	<b>349 776</b>
das quais empréstimos	0	0	24 717
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>241 563</b>	<b>333 493</b>	<b>49 946</b>
Caixa Geral de Depósitos	28 637	39 207	40 039
Serviços Florestais e Aquícolas	5 063	5 063	9 907
Caminhos-de-Ferro do Estado	109 559	171 110	0
Porto de Lisboa	34 745	42 060	0
Correios e Telégrafos	63 560	76 053	0
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>DESPEAS</b>	<b>1 434 803</b>	<b>1 663 332</b>	<b>1 445 819</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>724 337</b>	<b>712 779</b>	<b>679 817</b>
Dívida pública	369 889	312 247	290 797
Encargos gerais	12 388	20 784	23 015
Ministério das Finanças	26 945	36 404	34 726
Ministério do Interior	38 529	44 290	43 335
Ministério da Justiça e Cultos	3 074	3 264	2 960
Ministério da Guerra	113 907	135 325	126 578
Ministério da Marinha	40 940	45 971	49 689
Ministério dos Negócios Estrangeiros	37 009	30 978	19 125
Ministério do Comércio e Comunicações	49 486	50 165	47 227
Ministério das Colónias	4 287	4 518	4 284
Ministério da Instrução Pública	20 735	21 177	15 260
Ministério do Trabalho	2 036	2 179	2 017
Ministério da Agricultura	5 113	5 477	20 830
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>468 903</b>	<b>617 070</b>	<b>716 056</b>
Ministério das Finanças	60 789	112 681	121 716

Ano económico de 1924-1925

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Interior	66 415	85 536	91 530
Ministério da Justiça e Cultos	11 050	23 352	22 179
Ministério da Guerra	111 124	135 464	135 965
Ministério da Marinha	50 908	64 908	70 208
Ministério dos Negócios Estrangeiros	9 057	8 205	2 706
Ministério do Comércio e Comunicações	19 277	19 877	35 613
Ministério das Colónias	8 880	11 580	76 505
Ministério da Instrução Pública	75 025	94 921	99 371
Ministério do Trabalho	43 673	47 883	53 697
Ministério da Agricultura	12 706	12 654	13 548
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>241 563</b>	<b>333 493</b>	<b>49 946</b>
Caixa Geral de Depósitos	28 637	39 207	40 039
Serviços Florestais e Aquícolas	5 063	5 063	9 907
Caminhos-de-Ferro do Estado	109 559	171 110	0
Porto de Lisboa	34 745	42 060	0
Correios e Telégrafos	63 560	76 053	0
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 333 024</b>	<b>- 469 622</b>	<b>- 30 236</b>
Saldo ordinário	+ 15 077	+ 26 635	+ 336 044
Saldo extraordinário	- 348 101	- 496 268	- 366 280
Saldo dos serviços autónomos	0	0	0
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	0	0	0

síntese do ano económico 1924-1925	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	1 101 779	1 193 710	1 415 583
empréstimos	0	0	24 717
receitas efectivas	1 101 779	1 193 710	1 390 866
despesas totais	1 434 803	1 663 332	1 445 819
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 333 024	- 469 622	- 54 953

## **Observações**

Os valores do orçamento aprovado correspondem à soma das leis de meios e duodécimos, segundo a conta do ano económico.

## **ANO ECONÓMICO DE 1925-1926**

### **Preparação do orçamento**

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Janeiro de 1925 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: José Domingues dos Santos; Ministro das Finanças: Manuel Pestana Junior).

Lei de meios e duodécimos para o mês de Julho aprovada pelo Congresso – lei 1 794 de 30 de Junho de 1925.

Lei de meios e duodécimos para o mês de Agosto aprovada pelo Congresso – lei 1 812 de 8 de Agosto de 1925.

Decreto de meios e duodécimos para os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro aprovada por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: Vitorino Guimarães) – decreto 11 054 de 1 de Setembro de 1925.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Janeiro e Fevereiro aprovada pelo Congresso – lei 1 824 de 1 de Janeiro de 1926.

Lei de meios e duodécimos para os meses de Março, Abril, Maio e Junho aprovada pelo Congresso – lei 1 839 de 13 de Fevereiro de 1926.

Não houve orçamento definitivo.

### **Execução do orçamento**

De 1 de Julho a 1 de Agosto de 1925, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António Maria da Silva; Ministro das Finanças: Lima Bastos).

De 1 de Agosto a 17 de Dezembro de 1925, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: Domingos Pereira; Ministro das Finanças: Torres Garcia).

De 17 de Dezembro de 1925 a 30 de Maio de 1926, governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António Maria da Silva; Ministro das Finanças: Armando Marques Guedes).

De 30 de Maio a 19 de Junho de 1926, governo militar (Presidente do Ministério: José Mendes Cabeçadas; Ministro das Finanças: de 30 de Maio a 3 de Junho de 1926, José Mendes Cabeçadas; de 3 a 19 de Junho de 1926, António Oliveira Salazar).

De 19 a 30 de Junho de 1926, governo militar (Presidente do Ministério: Manuel Gomes da Costa; Ministro das Finanças: Filomeno da Câmara).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>1 588 387</b>	<b>1 691 630</b>	<b>1 210 868</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 078 839</b>	<b>1 078 839</b>	<b>1 010 743</b>
Contribuições e impostos directos	238 765	238 765	240 973
Contribuição de registo e imposto do selo	191 800	191 800	146 013
Impostos indirectos	306 015	306 015	316 164
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	98 040	98 040	72 351
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	15 672	15 672	37 945
Juros e dividendos	89 888	89 888	93 599
Reembolsos e reposições	7 176	7 176	8 067
Serviços com rendimentos próprios	131 484	131 484	95 630
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>227 355</b>	<b>227 355</b>	<b>152 340</b>
das quais empréstimos	0	0	3 679
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>282 193</b>	<b>385 436</b>	<b>47 739</b>
Caixa Geral de Depósitos	37 239	37 239	43 263
Serviços Florestais e Aqüícolas	5 000	5 000	4 476
Caminhos-de-Ferro do Estado	109 559	176 468	0
Porto de Lisboa	45 130	45 130	0
Correios e Telégrafos	63 560	92 860	0
ISSOPG	21 705	21 705	0
Fundo de Fomento Agrícola	—	6 414	0
Caixa Geral de Crédito Agrícola	—	620	0
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>46</b>
das quais empréstimos	0	0	0
<b>DESPESAS</b>	<b>1 651 951</b>	<b>1 766 260</b>	<b>1 670 414</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>737 218</b>	<b>748 812</b>	<b>798 594</b>
Dívida pública	311 589	311 589	386 573
Encargos gerais	20 447	20 152	17 471
Ministério das Finanças	36 843	50 577	40 790
Ministério do Interior	43 906	42 121	45 548
Ministério da Justiça e Cultos	3 332	3 289	3 823
Ministério da Guerra	136 834	135 755	131 462
Ministério da Marinha	45 650	47 918	47 986
Ministério dos Negócios Estrangeiros	32 475	30 978	19 125

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Comércio e Comunicações	71 690	64 832	68 536
Ministério das Colónias	5 157	7 308	8 354
Ministério da Instrução Pública	21 556	24 635	19 093
Ministério do Trabalho	2 201	1 962	1 781
Ministério da Agricultura	5 538	5 658	5 235
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>632 540</b>	<b>632 012</b>	<b>824 081</b>
Ministério das Finanças	102 590	103 037	124 043
Ministério do Interior	84 903	84 955	94 752
Ministério da Justiça e Cultos	22 052	22 159	22 081
Ministério da Guerra	142 968	142 694	158 351
Ministério da Marinha	71 090	69 381	71 634
Ministério dos Negócios Estrangeiros	7 381	7 635	3 115
Ministério do Comércio e Comunicações	26 746	26 016	35 541
Ministério das Colónias	9 906	9 951	136 867
Ministério da Instrução Pública	105 000	106 332	111 863
Ministério do Trabalho	46 219	46 716	52 802
Ministério da Agricultura	13 685	13 086	13 032
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>282 193</b>	<b>385 436</b>	<b>47 739</b>
Caixa Geral de Depósitos	37 239	37 239	43 263
Serviços Florestais e Aqüícolas	5 000	5 000	4 476
Caminhos-de-Ferro do Estado	109 559	176 468	0
Porto de Lisboa	45 130	45 130	0
Correios e Telégrafos	63 560	92 860	0
ISSOPG	21 705	21 705	0
Fundo de Fomento Agrícola	—	6 414	0
Caixa Geral de Crédito Agrícola	—	620	0
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 63 564</b>	<b>- 74 630</b>	<b>- 459 546</b>
Saldo ordinário	+ 341 621	+ 330 027	+ 212 149
Saldo extraordinário	- 405 185	- 404 657	- 671 741
Saldo dos serviços autónomos	0	0	0
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	0	0	46

síntese do ano económico 1925-1926 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	1 588 387	1 691 630	1 210 868
empréstimos	0	0	3 679
receitas efectivas	1 588 387	1 691 630	1 207 189
despesas totais	1 651 951	1 766 260	1 670 414
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 63 564	- 74 630	- 463 225

## Observações

Os valores do orçamento aprovado correspondem à soma das leis de meios e duodécimos, segundo a conta do ano económico.

Durante este ano económico, foi extinto o Ministério do Trabalho, tendo os seus serviços sido integrados em vários ministérios. Porém, as respectivas despesas ainda foram escrituradas sob a sua epígrafe.

ISSOPG = Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral

## ANO ECONÓMICO DE 1926-1927

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Janeiro de 1926 por um governo do Partido Democrático (Presidente do Ministério: António Maria da Silva; Ministro das Finanças: Armando Marques Guedes).

Orçamento aprovado por um governo militar (Presidente do Ministério: Manuel Gomes da Costa; Ministro das Finanças: Filomeno da Câmara) — decreto com força de lei 11 807 de 30 de Junho de 1926.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1926 a 9 de Julho de 1926, governo militar (Presidente do Ministério: Manuel Gomes da Costa; Ministro das Finanças: Filomeno da Câmara).

De 9 de Julho de 1926 a 30 de Junho de 1927, governo militar (Presidente do Ministério: António Óscar Carmona; Ministro das Finanças: João Sinel de Cordes).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>1 711 358</b>	<b>1 697 136</b>	<b>1 548 866</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 111 823</b>	<b>1 123 978</b>	—
Contribuições e impostos directos	272 978	259 834	—
Contribuição de registo e imposto do selo	192 150	157 500	—
Impostos indirectos	308 341	295 331	—
Exclusivos – Rendas fixas e participação de lucros	103 320	171 500	—
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	24 526	26 932	—
Juros e dividendos	91 336	93 134	—
Reembolsos e reposições	9 363	5 853	—
Serviços com rendimentos próprios	109 811	113 895	—
<b>Receitas ordinárias</b>	—	<b>1 204 232</b>	<b>1 277 276</b>
Impostos directos gerais	—	300 600	273 874
Impostos indirectos	—	458 856	523 073

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Indústrias em regime tributário especial	—	24 712	30 386
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	—	119 679	106 898
Domínio priv., indústrias do Est. e part. de lucros	—	183 559	175 401
Juros e dividendos	—	4 949	5 437
Reembolsos e reposições	—	5 873	29 136
Consignação de receitas	—	105 944	133 071
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>202 555</b>	<b>165 055</b>	<b>—</b>
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>—</b>	<b>84 800</b>	<b>115 066</b>
das quais empréstimos	0	0	34 030
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>396 980</b>	<b>408 104</b>	<b>65 923</b>
Caixa Geral de Depósitos	56 783	56 783	65 923
Serviços Florestais e Aqüícolas	4 800	4 800	0
Caminhos-de-Ferro do Estado	175 066	173 676	0
Porto de Lisboa	47 330	47 330	0
Correios e Telégrafos	85 965	85 965	0
ISSOPG	21 705	31 311	0
Fundo de Fomento Agrícola	4 792	6 070	0
Caixa Geral de Crédito Agrícola	540	660	0
Bolsa Agrícola	—	1 510	0
<b>Receitas da conta excepcional da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>90 601</b>
das quais empréstimos	0	0	90 601
<b>DESPEAS</b>	<b>1 794 515</b>	<b>1 972 824</b>	<b>2 160 105</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>710 863</b>	<b>866 546</b>	<b>979 923</b>
Dívida pública	297 670	339 633	411 616
Encargos gerais	19 376	24 147	36 747
Ministério das Finanças	38 332	62 713	75 897
Ministério do Interior	50 909	54 986	59 740
Ministério da Justiça e Cultos	3 373	3 422	5 280
Ministério da Guerra	149 115	153 562	167 163
Ministério da Marinha	51 609	51 101	55 519
Ministério dos Negócios Estrangeiros	28 601	28 650	22 668
Ministério do Comércio e Comunicações	37 457	110 534	110 730
Ministério das Colónias	5 932	5 791	7 282
Ministério da Instrução Pública	21 266	25 957	20 353

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Trabalho	1 140	—	—
Ministério da Agricultura	6 081	6 051	6 917
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>686 672</b>	<b>698 174</b>	<b>1 023 658</b>
Ministério das Finanças	123 330	137 661	171 068
Ministério do Interior	87 790	89 632	94 598
Ministério da Justiça e Cultos	21 297	22 160	22 677
Ministério da Guerra	143 046	166 752	178 234
Ministério da Marinha	82 197	83 578	96 579
Ministério dos Negócios Estrangeiros	6 321	6 347	2 090
Ministério do Comércio e Comunicações	29 162	33 778	69 011
Ministério das Colónias	9 366	10 010	237 981
Ministério da Instrução Pública	123 208	135 073	138 237
Ministério do Trabalho	46 789	—	—
Ministério da Agricultura	14 167	13 184	13 184
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>396 980</b>	<b>408 104</b>	<b>65 923</b>
Caixa Geral de Depósitos	56 783	56 783	65 923
Serviços Florestais e Aqüícolas	4 800	4 800	0
Caminhos-de-Ferro do Estado	175 066	173 676	0
Porto de Lisboa	47 330	47 330	0
Correios e Telégrafos	85 965	85 965	0
ISSOPG	21 705	31 311	0
Fundo de Fomento Agrícola	4 792	6 070	0
Caixa Geral de Crédito Agrícola	540	660	0
Bolsa Agrícola	—	1 510	0
<b>Despesas excepcionais resultantes da guerra</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>90 601</b>
<b>SALDO</b>	<b>- 83 157</b>	<b>- 275 688</b>	<b>- 611 239</b>
Saldo ordinário	+ 400 960	+ 257 431	—
Saldo extraordinário	- 484 117	- 533 119	—
Saldo ordinário	—	+ 337 686	+ 297 353
Saldo extraordinário	—	- 613 374	- 908 592
Saldo dos serviços autónomos	0	0	0
Saldo da conta excepcional resultante da guerra	0	0	0

síntese do ano económico 1926-1927 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	1 711 358	1 697 136	1 548 866
empréstimos	0	0	124 631
receitas efectivas	1 711 358	1 697 136	1 424 235
despesas totais	1 794 515	1 972 824	2 160 105
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 83 157	- 275 688	- 735 870

## Observações

A classificação das receitas ordinárias e extraordinárias utilizada na conta do ano económico publicada em 28 de Agosto de 1929 não coincide com a utilizada no decreto com força de lei 11 807 de 30 de Junho de 1926 e na proposta governamental de 15 de Janeiro de 1926. Por isso, foram incluídas no quadro linhas de comparação entre a proposta governamental (de 15 de Janeiro de 1926) e o orçamento aprovado (pelo decreto com força de lei 11 807 de 30 de Junho de 1926) e linhas de comparação entre o orçamento aprovado e a execução orçamental (revelada pela conta) com as rubricas do orçamento reclassificadas de acordo com a classificação utilizada na conta. Esta duplicação de linhas é necessária para as receitas ordinárias (com a respectiva desagregação) e extraordinárias e para os saldos ordinário e extraordinário e não é necessária para as receitas totais, dos serviços autónomos e da guerra, para as despesas e para os saldos total, dos serviços autónomos e da guerra.

Durante o ano económico de 1925-1926 foi extinto o Ministério do Trabalho, cujos serviços foram integrados em vários ministérios e que ainda constava da proposta governamental de orçamento para 1926-1927.

No ano económico de 1926-1927, foi encerrada a conta excepcional resultante da guerra, através do registo das despesas com o Corpo Expedicionário Português na frente ocidental europeia e do empréstimo contraído junto do Banco de Inglaterra para as financiar.

ISSOPG = Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral

## ANO ECONÓMICO DE 1927-1928

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado por um governo militar (Presidente do Ministério: António Óscar Carmona; Ministro das Finanças: João Sinel de Cordes) – decreto com força de lei 13 872 de 1 de Julho de 1927.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1927 a 18 de Abril de 1928, governo militar (Presidente do Ministério: António Óscar Carmona; Ministro das Finanças: João Sinel de Cordes).

De 18 de Abril a 30 de Junho de 1928, governo militar (Presidente do Ministério: José Vicente de Freitas; Ministro das Finanças: de 18 a 26 de Abril de 1928, José Vicente de Freitas; de 26 de Abril a 30 de Junho de 1928, António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>1 734 228</b>	<b>1 791 358</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 421 993</b>	—
Contribuições e impostos directos	312 038	—
Contribuição de registo e imposto do selo	179 600	—
Impostos indirectos	535 047	—
Exclusivos – Rendas fixas e participações de lucros	39 691	—
Bens próprios nacionais e rendimentos diversos	70 059	—
Juros e dividendos	132 847	—
Reembolsos e reposições	24 851	—
Serviços com rendimentos próprios	127 861	—
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 433 503</b>	<b>1 695 243</b>
Impostos directos gerais	380 301	466 104
Impostos indirectos	617 374	601 765
Indústrias em regime tributário especial	60 508	58 415

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	122 272	135 256
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	62 442	142 975
Juros e dividendos	9 571	3 571
Reembolsos e reposições	33 873	44 528
Consignação de receitas	146 162	244 629
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>37 385</b>	—
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>25 875</b>	<b>15 601</b>
das quais empréstimos	3 000	4 585
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>274 850</b>	<b>80 515</b>
Caixa Geral de Depósitos	76 288	75 386
Serviços Florestais e Aqüícolas	5 600	5 129
Caminhos-de-Ferro do Estado	0	0
Porto de Lisboa	74 761	0
Correios e Telégrafos	103 181	0
Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral	4 438	0
Fundo de Fomento Agrícola	6 060	0
Caixa Geral de Crédito Agrícola	519	0
Bolsa Agrícola	4 002	0
<b>DESPESAS</b>	<b>2 119 891</b>	—
<b>DESPESAS</b>	<b>2 119 666</b>	<b>2 009 195</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 622 272</b>	—
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 624 828</b>	<b>1 604 621</b>
Dívida pública	401 668	449 330
Encargos gerais	69 396	62 807
Ministério das Finanças	135 886	134 440
Ministério do Interior	192 609	—
Ministério do Interior	195 389	174 953
Ministério da Justiça e Cultos	28 964	29 405
Ministério da Guerra	337 354	296 587
Ministério da Marinha	146 167	131 719
Ministério dos Negócios Estrangeiros	33 010	21 131
Ministério do Comércio e Comunicações	86 057	128 061
Ministério das Colónias	11 387	11 205
Ministério da Instrução Pública	158 600	—

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Instrução Pública	158 375	138 979
Ministério da Agricultura	21 175	25 945
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>219 988</b>	—
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>222 768</b>	<b>324 060</b>
Ministério das Finanças	3 703	21 606
Ministério do Interior	23 040	—
Ministério do Interior	25 820	22 430
Ministério da Justiça e Cultos	38	40
Ministério da Guerra	6 219	12 486
Ministério da Marinha	28 580	19 607
Ministério dos Negócios Estrangeiros	2 484	427
Ministério do Comércio e Comunicações	137 394	189 906
Ministério das Colónias	7 091	54 895
Ministério da Instrução Pública	10 690	2 400
Ministério da Agricultura	749	263
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>274 850</b>	<b>80 515</b>
Caixa Geral de Depósitos	76 288	75 386
Serviços Florestais e Aquícolas	5 600	5 129
Caminhos-de-Ferro do Estado	0	0
Porto de Lisboa	74 761	0
Correios e Telégrafos	103 181	0
Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral	4 438	0
Fundo de Fomento Agrícola	6 060	0
Caixa Geral de Crédito Agrícola	519	0
Bolsa Agrícola	4 002	0
<b>SALDO</b>	<b>- 385 663</b>	—
Saldo ordinário	- 200 279	—
Saldo extraordinário	- 185 384	—
<b>SALDO</b>	<b>- 385 439</b>	<b>- 217 837</b>
Saldo ordinário	- 191 325	+ 90 622
Saldo extraordinário	- 194 113	- 308 459
Saldo dos serviços autónomos	0	0

síntese do ano económico 1927-1928 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	1 734 228	1 791 358
empréstimos	3 000	4 585
receitas efectivas	1 731 228	1 786 773
despesas totais	2 119 891	2 009 195
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 388 663	- 222 422

## Observações

A classificação das receitas ordinárias e extraordinárias utilizada na conta do ano económico publicada em 20 de Novembro de 1930 não coincide com a utilizada no decreto com força de lei 13 872 de 1 de Julho de 1927. Além disso, 2 780 contos de despesas do Ministério do Interior foram reclassificadas de extraordinárias em ordinárias e 225 contos de despesas ordinárias do Ministério da Instrução Pública previstas no orçamento foram consideradas suprimidas na conta. Por isso, foram incluídas no quadro linhas com o orçamento aprovado (pelo decreto com força de lei 13 872 de 1 de Julho de 1927) e linhas de comparação entre o orçamento aprovado e a execução orçamental (revelada pela conta) com as rubricas do orçamento reclassificadas de acordo com a classificação utilizada na conta. Esta duplicação de linhas é necessária para as receitas ordinárias (com a respectiva desagregação) e extraordinárias, para as despesas total, ordinária, ordinária do Ministério do Interior, ordinária do Ministério da Instrução Pública, extraordinária e extraordinária do Ministério do Interior e para os saldos total, ordinário e extraordinário e não é necessária para as receitas totais e dos serviços autónomos, para as despesas com excepção das enuneradas atrás e para o saldo dos serviços autónomos.

## ANO ECONÓMICO DE 1928-1929

### Preparação do orçamento

Decreto de meios e duodécimos para o mês de Julho aprovado por um governo militar (Presidente do Ministério: José Vicente de Freitas; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto com força de lei 15 661 de 1 de Julho de 1928.

Orçamento aprovado por um governo militar (Presidente do Ministério: José Vicente de Freitas; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto com força de lei 15 798 de 1 de Julho de 1928.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1928 a 30 de Junho de 1929, governo militar (Presidente do Ministério: José Vicente de Freitas; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 112 214</b>	<b>2 079 497</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 896 513</b>	<b>1 971 494</b>
Impostos directos gerais	511 191	428 458
Impostos indirectos	745 901	830 241
Indústrias em regime tributário especial	67 986	76 072
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	160 599	224 662
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	133 784	108 617
Juros e dividendos	7 339	7 784
Reembolsos e reposições	48 598	61 519
Consignação de receitas	221 116	234 142
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>22 875</b>	<b>25 069</b>
das quais empréstimos	3 500	9 654
<b>Receitas dos serviços autónomos</b>	<b>192 826</b>	<b>82 934</b>
Caixa Geral de Depósitos	97 357	82 934

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Correios e Telégrafos	95 469	0
<b>DESPESAS</b>	<b>2 110 638</b>	<b>1 853 165</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 836 812</b>	<b>1 728 534</b>
Dívida pública	452 387	454 251
Encargos gerais	69 043	49 874
Ministério das Finanças	140 962	128 018
Ministério do Interior	189 906	178 878
Ministério da Justiça e Cultos	37 783	34 572
Ministério da Guerra	335 957	322 160
Ministério da Marinha	148 945	145 754
Ministério dos Negócios Estrangeiros	32 587	25 918
Ministério do Comércio e Comunicações	226 164	190 513
Ministério das Colónias	18 862	17 710
Ministério da Instrução Pública	147 592	138 527
Ministério da Agricultura	36 621	42 537
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>81 000</b>	<b>41 697</b>
Ministério das Finanças	0	0
Ministério do Interior	0	0
Ministério da Justiça e Cultos	0	0
Ministério da Guerra	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério do Comércio e Comunicações	81 000	37 700
Ministério das Colónias	0	0
Ministério da Instrução Pública	0	3 997
Ministério da Agricultura	0	0
<b>Despesas dos serviços autónomos</b>	<b>192 826</b>	<b>82 934</b>
Caixa Geral de Depósitos	97 357	82 934
Correios e Telégrafos	95 469	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 576</b>	<b>+ 226 332</b>
Saldo ordinário	+ 59 701	+ 242 960
Saldo extraordinário	- 58 125	- 16 628
Saldo dos serviços autónomos	0	0

Ano económico de 1928-1929

síntese do ano económico 1928-1929 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 112 214	2 079 497
empréstimos	3 500	9 654
receitas efectivas	2 108 714	2 069 843
despesas totais	2 110 638	1 853 165
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 924	+ 216 678

## ANO ECONÓMICO DE 1929-1930

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado por um governo militar (Presidente do Ministério: José Vicente de Freitas; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto com força de lei 17 047 de 29 de Junho de 1929.

### Execução do orçamento

De 1 a 8 de Julho de 1929, governo militar (Presidente do Ministério: José Vicente de Freitas; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

De 8 de Julho de 1929 a 21 de Janeiro de 1930, governo militar (Presidente do Ministério: Artur Ivens Ferraz; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

De 21 de Janeiro a 30 de Junho de 1930, governo militar (Presidente do Ministério: Domingos Oliveira; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 033 433</b>	<b>1 730 281</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 902 933</b>	<b>1 700 441</b>
Impostos directos gerais	610 355	367 946
Impostos indirectos	699 001	821 025
Indústrias em regime tributário especial	74 910	79 984
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	143 201	114 584
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	124 359	78 531
Juros e dividendos	5 628	3 951
Reembolsos e reposições	46 873	45 014
Consignação de receitas	206 606	189 406
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>122 500</b>	<b>29 840</b>
das quais empréstimos	109 500	16 549
<b>DESPEASAS</b>	<b>2 024 871</b>	<b>1 669 515</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 839 934</b>	<b>1 658 164</b>

Ano económico de 1929-1930

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	468 635	416 095
Encargos gerais	108 093	101 748
Ministério das Finanças	158 950	140 963
Ministério do Interior	176 366	170 033
Ministério da Justiça e Cultos	39 600	36 696
Ministério da Guerra	321 042	307 425
Ministério da Marinha	144 336	133 785
Ministério dos Negócios Estrangeiros	30 846	24 160
Ministério do Comércio e Comunicações	176 671	125 271
Ministério das Colónias	20 054	17 234
Ministério da Instrução Pública	164 993	156 481
Ministério da Agricultura	30 348	28 183
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>184 937</b>	<b>11 351</b>
Ministério das Finanças	0	0
Ministério do Interior	0	0
Ministério da Justiça e Cultos	0	0
Ministério da Guerra	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério do Comércio e Comunicações	182 322	8 760
Ministério das Colónias	2 615	2 591
Ministério da Instrução Pública	0	0
Ministério da Agricultura	0	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 8 562</b>	<b>+ 60 766</b>
Saldo ordinário	+ 70 999	+ 42 277
Saldo extraordinário	- 62 437	+ 18 489

síntese do ano económico 1929-1930	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos		
receitas totais	2 033 433	1 730 281
empréstimos	109 500	16 549
receitas efectivas	1 923 933	1 713 732
despesas totais	2 024 871	1 669 515
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 100 938	+ 44 217

Ano económico de 1929-1930

## **Observações**

A partir do ano económico de 1929-1930, deixou de constar do orçamento e da conta do Estado a conta dos serviços autónomos.

## ANO ECONÓMICO DE 1930-1931

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado por um governo militar (Presidente do Ministério: Domingos Oliveira; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto com força de lei 18 526 de 28 de Junho de 1930.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1930 a 30 de Junho de 1931, governo militar (Presidente do Ministério: Domingos Oliveira; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 104 242</b>	<b>2 035 046</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 947 242</b>	<b>1 932 733</b>
Impostos directos gerais	586 710	574 161
Impostos indirectos	801 536	789 302
Indústrias em regime tributário especial	84 018	79 699
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	94 970	90 145
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	112 844	112 438
Juros e dividendos	6 020	6 781
Reembolsos e reposições	66 222	82 414
Consignação de receitas	194 922	197 792
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>157 000</b>	<b>102 313</b>
das quais empréstimos	147 500	88 893
<b>DESPEASAS</b>	<b>2 098 465</b>	<b>1 882 919</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 899 965</b>	<b>1 755 286</b>
Dívida pública	439 955	412 284
Encargos gerais	110 374	100 505
Ministério das Finanças	164 767	149 111

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Interior	182 533	176 864
Ministério da Justiça e Cultos	42 398	38 436
Ministério da Guerra	329 039	321 243
Ministério da Marinha	160 335	157 545
Ministério dos Negócios Estrangeiros	32 245	26 533
Ministério do Comércio e Comunicações	192 479	151 296
Ministério das Colónias	27 234	24 701
Ministério da Instrução Pública	178 734	163 593
Ministério da Agricultura	39 869	33 174
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>198 500</b>	<b>127 634</b>
Ministério das Finanças	0	0
Ministério do Interior	0	30 279
Ministério da Justiça e Cultos	0	0
Ministério da Guerra	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério do Comércio e Comunicações	178 000	86 854
Ministério das Colónias	10 500	10 500
Ministério da Instrução Pública	0	0
Ministério da Agricultura	10 000	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 5 777</b>	<b>+ 152 127</b>
<b>Saldo ordinário</b>	<b>+ 47 277</b>	<b>+ 177 447</b>
Saldo extraordinário	- 41 500	- 25 321
<b>DESPESAS POR SALDOS DE ANOS ECONÓMICOS FINDOS</b>	<b>—</b>	<b>8 810</b>
Ministério das Finanças	—	3 780
Ministério do Interior	—	0
Ministério da Justiça e Cultos	—	0
Ministério da Guerra	—	0
Ministério da Marinha	—	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	—	0
Ministério do Comércio e Comunicações	—	5 030
Ministério das Colónias	—	0
Ministério da Instrução Pública	—	0
Ministério da Agricultura	—	0

## Ano económico de 1930-1931

síntese do ano económico 1930-1931 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 104 242	2 035 046
empréstimos	147 500	88 893
receitas efectivas	1 956 742	1 946 153
despesas orçamentais	2 098 465	1 882 919
despesas por saldos de anos económicos findos	0	8 810
despesas totais	2 098 465	1 891 729
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 141 723	+ 54 424

### Observações

As despesas por saldos de anos económicos findos não estavam previstas no orçamento.

## ANO ECONÓMICO DE 1931-1932

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado por um governo militar (Presidente do Ministério: Domingos Oliveira; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto com força de lei 19 927 de 29 de Junho de 1931.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1931 a 30 de Junho de 1932, governo militar (Presidente do Ministério: Domingos Oliveira; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>1 947 960</b>	<b>2 461 937</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 800 960</b>	<b>1 875 797</b>
Impostos directos gerais	598 610	616 929
Impostos indirectos	766 033	791 602
Indústrias em regime tributário especial	79 749	78 327
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	78 665	112 195
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	111 739	114 392
Juros e dividendos	3 708	11 008
Reembolsos e reposições	62 680	52 761
Consignação de receitas	99 767	98 583
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>147 000</b>	<b>586 140</b>
das quais empréstimos	114 000	562 064
<b>DESPEASAS</b>	<b>1 946 047</b>	<b>1 857 157</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 764 297</b>	<b>1 679 923</b>
Dívida pública	334 329	295 531
Encargos gerais	108 767	104 800
Ministério das Finanças	167 848	157 644

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Interior	183 604	182 467
Ministério da Justiça e Cultos	42 156	41 912
Ministério da Guerra	319 857	314 666
Ministério da Marinha	161 498	161 378
Ministério dos Negócios Estrangeiros	35 058	33 577
Ministério do Comércio e Comunicações	167 703	160 631
Ministério das Colónias	25 744	24 402
Ministério da Instrução Pública	179 777	172 310
Ministério da Agricultura	37 866	30 605
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>181 750</b>	<b>177 234</b>
Ministério das Finanças	0	45 000
Ministério do Interior	0	15 523
Ministério da Justiça e Cultos	0	0
Ministério da Guerra	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério do Comércio e Comunicações	163 000	105 393
Ministério das Colónias	8 750	5 822
Ministério da Instrução Pública	0	0
Ministério da Agricultura	10 000	5 496
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 913</b>	<b>+ 604 780</b>
Saldo ordinário	+ 36 663	+ 195 874
Saldo extraordinário	- 34 750	+ 408 906
<b>DESPESAS POR SALDOS DE ANOS ECONÓMICOS FINDOS</b>	<b>—</b>	<b>38 790</b>
Ministério das Finanças	—	22 836
Ministério do Interior	—	0
Ministério da Justiça e Cultos	—	0
Ministério da Guerra	—	0
Ministério da Marinha	—	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	—	0
Ministério do Comércio e Comunicações	—	15 954
Ministério das Colónias	—	0
Ministério da Instrução Pública	—	0
Ministério da Agricultura	—	0

## Ano económico de 1931-1932

síntese do ano económico 1931-1932 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	1 947 960	2 461 937
empréstimos	114 000	562 064
receitas efectivas	1 833 960	1 899 873
despesas orçamentais	1 946 047	1 857 157
despesas por saldos de anos económicos findos	0	38 790
despesas totais	1 946 047	1 895 947
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 112 087	+ 3 926

### Observações

As despesas por saldos de anos económicos findos não estavam previstas no orçamento.

## ANO ECONÓMICO DE 1932-1933

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado por um governo militar (Presidente do Ministério: Domingos Oliveira; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto com força de lei 21 426 de 30 de Junho de 1932.

### Execução do orçamento

De 1 a 5 de Julho de 1932, governo militar (Presidente do Ministério: Domingos Oliveira; Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

De 5 de Julho de 1932 a 11 de Abril de 1933, governo militar (Presidente do Ministério e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

De 11 de Abril a 30 de Junho de 1933, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 135 098</b>	<b>2 031 227</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 795 199</b>	<b>1 898 740</b>
Impostos directos gerais	594 595	636 770
Impostos indirectos	761 030	787 483
Indústrias em regime tributário especial	72 579	77 218
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	90 826	96 863
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	101 854	117 309
Juros e dividendos	8 145	10 732
Reembolsos e reposições	74 901	58 201
Consignação de receitas	91 969	114 164
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>339 899</b>	<b>132 487</b>
das quais empréstimos	289 899	87 384
<b>DESPESAS</b>	<b>2 133 424</b>	<b>1 947 598</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 791 803</b>	<b>1 674 448</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	336 127	293 374
Encargos gerais	109 994	107 361
Ministério das Finanças	183 684	170 723
Ministério do Interior	196 442	192 652
Ministério da Justiça e Cultos	40 096	40 538
Ministério da Guerra	318 536	304 830
Ministério da Marinha	151 930	151 574
Ministério dos Negócios Estrangeiros	35 643	34 193
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	165 888	142 557
Ministério das Colónias	26 570	25 686
Ministério da Instrução Pública	179 581	171 579
Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura	47 307	39 381
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>341 621</b>	<b>273 150</b>
Ministério das Finanças	0	0
Ministério do Interior	500	500
Ministério da Justiça e Cultos	0	0
Ministério da Guerra	0	0
Ministério da Marinha	108 000	127 766
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	231 921	144 462
Ministério das Colónias	1 200	423
Ministério da Instrução Pública	0	0
Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura	0	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 674</b>	<b>+ 83 629</b>
Saldo ordinário	+ 3 396	+ 224 292
Saldo extraordinário	- 1 722	- 140 663
<b>DESPEAS POR SALDOS DE ANOS ECONÓMICOS FINDOS</b>	<b>—</b>	<b>32 003</b>
Ministério das Finanças	—	0
Ministério do Interior	—	0
Ministério da Justiça e Cultos	—	0
Ministério da Guerra	—	0
Ministério da Marinha	—	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	—	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	—	32 003

## Ano económico de 1932-1933

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério das Colónias	—	0
Ministério da Instrução Pública	—	0
Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura	—	0

síntese do ano económico 1932-1933 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 135 098	2 031 227
empréstimos	289 899	87 384
receitas efectivas	1 845 199	1 943 843
despesas orçamentais	2 133 424	1 947 598
despesas por saldos de anos económicos findos	0	32 003
despesas totais	2 133 424	1 979 601
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 288 225	- 35 758

## Observações

As despesas por saldos de anos económicos findos não estavam previstas no orçamento.

Durante este ano económico, foi feita uma recomposição dos serviços do Ministério do Comércio e Comunicações e do Ministério da Agricultura, dando origem ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações e ao Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura.

## ANO ECONÓMICO DE 1933-1934

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto-lei 22 789 de 30 de Junho de 1933.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1933 a 31 de Junho de 1934, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 213 988</b>	<b>2 200 793</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 827 125</b>	<b>1 964 858</b>
Impostos directos gerais	590 895	627 273
Impostos indirectos	770 280	844 974
Indústrias em regime tributário especial	76 460	80 212
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	94 369	111 215
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	115 384	110 822
Juros e dividendos	9 353	9 261
Reembolsos e reposições	85 072	78 596
Consignação de receitas	85 312	102 505
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>386 862</b>	<b>235 935</b>
das quais empréstimos	352 809	201 825
<b>DESPEASAS</b>	<b>2 212 265</b>	<b>2 071 113</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 935 065</b>	<b>1 903 086</b>
Dívida pública	354 520	400 555
Encargos gerais	115 586	111 135
Ministério das Finanças	170 775	154 782
Ministério do Interior	193 334	191 386

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Justiça	36 691	34 497
Ministério da Guerra	318 738	318 196
Ministério da Marinha	157 090	182 333
Ministério dos Negócios Estrangeiros	38 922	37 859
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	295 714	245 276
Ministério das Colónias	28 255	21 385
Ministério da Instrução Pública	175 206	165 087
Ministério da Agricultura	37 118	29 603
Ministério do Comércio e Indústria	13 115	10 992
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>277 200</b>	<b>168 027</b>
Ministério das Finanças	0	0
Ministério do Interior	0	0
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	0	0
Ministério da Marinha	119 700	110 590
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	157 500	57 436
Ministério das Colónias	0	0
Ministério da Instrução Pública	0	0
Ministério da Agricultura	0	0
Ministério do Comércio e Indústria	0	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 723</b>	<b>+ 129 680</b>
Saldo ordinário	- 107 940	+ 61 772
Saldo extraordinário	+ 109 662	+ 67 908
<b>DESPESAS POR SALDOS DE ANOS ECONÓMICOS FINDOS</b>	<b>—</b>	<b>44 099</b>
Ministério das Finanças	—	24 617
Ministério do Interior	—	0
Ministério da Justiça	—	0
Ministério da Guerra	—	6 769
Ministério da Marinha	—	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	—	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	—	12 713
Ministério das Colónias	—	0
Ministério da Instrução Pública	—	0

## Ano económico de 1933-1934

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Agricultura	—	0
Ministério do Comércio e Indústria	—	0

síntese do ano económico 1933-1934 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 213 988	2 200 793
empréstimos	352 809	201 825
receitas efectivas	1 861 179	1 998 968
despesas orçamentais	2 212 265	2 071 113
despesas por saldos de anos económicos findos	0	44 099
despesas totais	2 212 265	2 115 212
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 351 086	- 116 244

## Observações

As despesas por saldos de anos económicos findos não estavam previstas no orçamento.

Durante este ano económico, foram criados o Ministério da Agricultura e o Ministério do Comércio e Indústria por divisão do Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura.

## ANO ECONÓMICO DE 1934-1935

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: Oliveira Salazar) – decreto-lei 24 124 de 30 de Junho de 1934.

Prolongamento do ano económico pelo segundo semestre de 1935 aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto-lei 25 299 de 6 de Maio de 1935.

### Execução do orçamento

De 1 de Julho de 1934 a 31 de Dezembro de 1935, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 177 612</b>	<b>3 202 756</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 874 422</b>	<b>3 026 215</b>
Impostos directos gerais	599 895	937 780
Impostos indirectos	800 030	1 367 627
Indústrias em regime tributário especial	79 037	126 990
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	99 335	176 443
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	115 695	179 458
Juros e dividendos	8 351	11 214
Reembolsos e reposições	85 960	87 272
Consignação de receitas	86 120	139 432
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>303 190</b>	<b>176 542</b>
das quais empréstimos	281 500	153 749
<b>DESPESAS</b>	<b>2 176 108</b>	<b>2 885 606</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 933 108</b>	<b>2 703 628</b>
Dívida pública	328 571	456 059
Encargos gerais	121 726	176 369

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério das Finanças	157 068	219 781
Ministério do Interior	192 470	290 101
Ministério da Justiça	36 558	57 848
Ministério da Guerra	317 450	464 585
Ministério da Marinha	169 240	233 412
Ministério dos Negócios Estrangeiros	37 388	57 200
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	312 178	398 872
Ministério das Colónias	29 010	34 015
Ministério da Instrução Pública	179 555	253 263
Ministério da Agricultura	38 259	46 481
Ministério do Comércio e Indústria	13 635	15 642
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>243 000</b>	<b>181 978</b>
Ministério das Finanças	0	0
Ministério do Interior	0	0
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	0	0
Ministério da Marinha	83 000	97 840
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	160 000	84 138
Ministério das Colónias	0	0
Ministério da Instrução Pública	0	0
Ministério da Agricultura	0	0
Ministério do Comércio e Indústria	0	0
SALDO	+ 1 504	+ 317 150
Saldo ordinário	- 58 686	+ 322 587
Saldo extraordinário	+ 60 190	- 5 436
<b>DESPEAS POR SALDOS DE ANOS ECONÓMICOS FINDOS</b>	<b>—</b>	<b>47 331</b>
Ministério das Finanças	—	255
Ministério do Interior	—	13 256
Ministério da Justiça	—	0
Ministério da Guerra	—	6 959
Ministério da Marinha	—	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	—	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	—	16 862

Ano económico de 1934-1935

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério das Colónias	—	10 000
Ministério da Instrução Pública	—	0
Ministério da Agricultura	—	0
Ministério do Comércio e Indústria	—	0

síntese do ano económico 1934-1935 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 177 612	3 202 756
empréstimos	281 500	153 749
receitas efectivas	1 896 112	3 049 007
despesas orçamentais	2 176 108	2 885 606
despesas por saldos de anos económicos findos	0	47 331
despesas totais	2 176 108	2 932 937
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 279 996	+ 116 070

## Observações

Ao mandar prolongar o ano económico de 1934-1935 pelo segundo semestre de 1935, o decreto-lei 25 299 de 6 de Maio de 1935 mandou, naturalmente, multiplicar por 1,5 todos os valores inscritos no respectivo orçamento.

As despesas por saldos de anos económicos findos não estavam previstas no orçamento.

## ANO ECONÓMICO DE 1936

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 923 de 17 de Dezembro de 1935.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto 26 177 de 31 de Dezembro de 1935.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1936, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 599 109</b>	<b>2 904 172</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 925 364</b>	<b>2 036 858</b>
Impostos directos gerais	614 605	637 158
Impostos indirectos	834 025	894 478
Indústrias em regime tributário especial	80 494	84 420
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	119 204	138 065
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	121 986	138 743
Juros e dividendos	5 821	5 192
Reembolsos e reposições	84 587	55 159
Consignação de receitas	64 642	83 643
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>673 745</b>	<b>867 313</b>
das quais empréstimos	274 610	751 027
das quais saldos de anos económicos findos	208 000	114 474
<b>DESPESAS</b>	<b>2 587 157</b>	<b>2 675 974</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 922 962</b>	<b>1 812 503</b>
Dívida pública	308 072	303 216
Encargos gerais	129 419	123 229

Ano económico de 1936

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério das Finanças	149 192	134 178
Ministério do Interior	204 362	202 810
Ministério da Justiça	47 025	43 351
Ministério da Guerra	323 154	333 729
Ministério da Marinha	169 368	146 983
Ministério dos Negócios Estrangeiros	35 673	31 981
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	281 801	240 911
Ministério das Colónias	30 410	27 228
Ministério da Educação Nacional	189 887	179 309
Ministério da Agricultura	40 390	34 324
Ministério do Comércio e Indústria	13 669	11 254
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>664 195</b>	<b>863 470</b>
Ministério das Finanças	179 445	645 353
Ministério do Interior	0	2 372
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	150 000	41 282
Ministério da Marinha	34 000	17 730
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	700
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	297 250	153 741
Ministério das Colónias	0	0
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Agricultura	2 000	2 250
Ministério do Comércio e Indústria	1 500	41
<b>SALDO</b>	<b>+ 11 952</b>	<b>+ 228 198</b>
Saldo ordinário	+ 2 402	+ 224 355
Saldo extraordinário	+ 9 550	+ 3 843

Ano económico de 1936

síntese do ano económico 1936 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 599 109	2 904 172
empréstimos	274 610	751 027
saldos de anos económicos findos	208 000	114 474
receitas efectivas	2 116 499	2 038 671
despesas totais	2 587 157	2 675 974
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 470 658	- 637 303

## ANO ECONÓMICO DE 1937

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 943 de 17 de Dezembro de 1936.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto 27 423 de 30 de Dezembro de 1936.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 424 277</b>	<b>2 286 799</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 935 957</b>	<b>2 145 702</b>
Impostos directos gerais	596 505	692 692
Impostos indirectos	855 525	889 174
Indústrias em regime tributário especial	81 514	85 920
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	125 082	146 247
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	125 011	136 593
Juros e dividendos	6 521	8 862
Reembolsos e reposições	83 233	116 337
Consignação de receitas	62 565	69 877
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>488 320</b>	<b>141 097</b>
das quais empréstimos	218 130	9 007
das quais saldos de anos económicos findos	253 500	129 394
<b>DESPESAS</b>	<b>2 420 683</b>	<b>2 074 827</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 930 303</b>	<b>1 861 292</b>
Dívida pública	295 605	292 427

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	127 022	122 195
Ministério das Finanças	161 608	152 267
Ministério do Interior	203 867	201 508
Ministério da Justiça	48 634	43 314
Ministério da Guerra	330 901	318 012
Ministério da Marinha	168 052	195 304
Ministério dos Negócios Estrangeiros	41 348	35 213
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	268 479	245 661
Ministério das Colónias	32 913	25 062
Ministério da Educação Nacional	193 072	181 600
Ministério da Agricultura	44 457	37 057
Ministério do Comércio e Indústria	14 343	11 671
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>490 380</b>	<b>213 535</b>
Ministério das Finanças	0	75
Ministério do Interior	2 450	1 745
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	200 000	99 122
Ministério da Marinha	22 500	10 966
Ministério dos Negócios Estrangeiros	4 300	4 300
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	249 630	88 762
Ministério das Colónias	2 500	1 999
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Agricultura	7 500	6 367
Ministério do Comércio e Indústria	1 500	189
<b>SALDO</b>	<b>+ 3 593</b>	<b>+ 211 972</b>
Saldo ordinário	+ 5 654	+ 284 410
Saldo extraordinário	- 2 060	- 72 438

Ano económico de 1937

síntese do ano económico 1937 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 424 277	2 286 799
empréstimos	218 130	9 007
saldos de anos económicos findos	253 500	129 394
receitas efectivas	1 952 647	2 148 398
despesas totais	2 420 683	2 074 827
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 468 036	+ 73 571

## ANO ECONÓMICO DE 1938

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 962 de 11 de Dezembro de 1937.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto 28 409 de 31 de Dezembro de 1937.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1938, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 472 573</b>	<b>2 539 233</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>1 994 673</b>	<b>2 259 088</b>
Impostos directos gerais	615 105	724 655
Impostos indirectos	862 025	942 097
Indústrias em regime tributário especial	81 223	90 150
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	124 887	148 576
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	133 921	143 592
Juros e dividendos	7 543	8 384
Reembolsos e reposições	108 756	132 207
Consignação de receitas	60 713	69 428
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>447 900</b>	<b>280 146</b>
das quais empréstimos	217 600	21 808
das quais saldos de anos económicos findos	252 800	258 337
<b>DESPESAS</b>	<b>2 469 222</b>	<b>2 297 823</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>1 988 202</b>	<b>1 925 265</b>
Dívida pública	295 616	293 807
Encargos gerais	127 757	122 058

Ano económico de 1938

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério das Finanças	154 488	203 544
Ministério do Interior	214 458	209 863
Ministério da Justiça	48 668	44 025
Ministério da Guerra	342 829	336 047
Ministério da Marinha	195 817	170 711
Ministério dos Negócios Estrangeiros	37 934	31 263
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	281 234	250 545
Ministério das Colónias	31 234	23 036
Ministério da Educação Nacional	200 047	188 754
Ministério da Agricultura	42 885	38 889
Ministério do Comércio e Indústria	15 216	12 722
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>481 020</b>	<b>372 559</b>
Ministério das Finanças	0	21 120
Ministério do Interior	720	3 219
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	200 000	163 547
Ministério da Marinha	20 000	7 466
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	3 500
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	247 900	159 658
Ministério das Colónias	3 400	6 585
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Agricultura	7 500	6 024
Ministério do Comércio e Indústria	1 500	1 441
<b>SALDO</b>	<b>+ 3 351</b>	<b>+ 241 410</b>
Saldo ordinário	+ 6 471	+ 333 823
Saldo extraordinário	- 33 120	- 92 413

Ano económico de 1938

síntese do ano económico 1938 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 472 573	2 539 233
empréstimos	217 600	21 808
saldos de anos económicos findos	252 800	258 337
receitas efectivas	2 002 173	2 259 088
despesas totais	2 469 222	2 297 823
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 467 049	- 38 735

## ANO ECONÓMICO DE 1939

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 973 de 23 de Dezembro de 1938.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto 29 320 de 30 de Dezembro de 1938.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1939, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 815 193</b>	<b>2 530 491</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>2 029 193</b>	<b>2 176 743</b>
Impostos directos gerais	619 605	727 905
Impostos indirectos	862 025	867 981
Indústrias em regime tributário especial	81 623	93 117
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	130 786	156 618
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	136 441	131 668
Juros e dividendos	7 535	9 771
Reembolsos e reposições	129 836	127 451
Consignação de receitas	61 343	62 233
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>786 000</b>	<b>353 748</b>
das quais empréstimos	224 750	47 614
das quais saldos de anos económicos findos	551 750	305 785
<b>DESPESAS</b>	<b>2 813 255</b>	<b>2 396 908</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>2 019 793</b>	<b>1 927 321</b>
Dívida pública	312 932	294 088
Encargos gerais	190 217	186 428

Ano económico de 1939

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério das Finanças	149 229	148 412
Ministério do Interior	202 214	198 101
Ministério da Justiça	48 342	45 181
Ministério da Guerra	302 289	284 748
Ministério da Marinha	193 810	198 531
Ministério dos Negócios Estrangeiros	35 658	29 930
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	297 500	271 897
Ministério das Colónias	27 873	27 399
Ministério da Educação Nacional	202 696	192 696
Ministério da Agricultura	41 148	37 166
Ministério do Comércio e Indústria	15 887	12 742
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>793 463</b>	<b>469 587</b>
Ministério das Finanças	27 000	44 356
Ministério do Interior	0	2 500
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	400 000	155 828
Ministério da Marinha	35 000	16 896
Ministério dos Negócios Estrangeiros	3 000	3 000
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	304 063	232 987
Ministério das Colónias	2 100	2 086
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Agricultura	14 400	10 926
Ministério do Comércio e Indústria	7 900	1 008
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 938</b>	<b>+ 133 583</b>
Saldo ordinário	+ 9 400	+ 249 422
Saldo extraordinário	- 7 463	- 115 839

Ano económico de 1939

síntese do ano económico 1939 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 815 193	2 530 491
empréstimos	224 750	47 614
saldos de anos económicos findos	551 750	305 785
receitas efectivas	2 038 693	2 177 092
despesas totais	2 813 255	2 396 908
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 774 562	- 219 816

## ANO ECONÓMICO DE 1940

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 977 de 20 de Dezembro de 1939.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros e Ministro das Finanças: António Oliveira Salazar) – decreto 30 251 de 30 de Dezembro de 1939.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1940, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: de 1 de Janeiro a 28 de Agosto de 1940, António Oliveira Salazar; de 28 de Agosto a 31 de Dezembro de 1940, João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 800 852</b>	<b>2 598 778</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>2 041 833</b>	<b>2 223 441</b>
Impostos directos gerais	721 555	806 890
Impostos indirectos	771 025	817 775
Indústrias em regime tributário especial	85 125	107 599
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	132 577	146 617
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	137 082	140 255
Juros e dividendos	10 767	11 365
Reembolsos e reposições	124 875	128 926
Consignação de receitas	58 826	64 014
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>759 019</b>	<b>375 337</b>
das quais empréstimos	161 469	24 648
das quais saldos de anos económicos findos	574 550	349 220
<b>DESPEASAS</b>	<b>2 799 473</b>	<b>2 422 585</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>2 029 904</b>	<b>1 922 274</b>
Dívida pública	314 995	291 211
Encargos gerais	190 240	185 781
Ministério das Finanças	152 523	141 055
Ministério do Interior	206 201	204 251
Ministério da Justiça	47 887	45 603
Ministério da Guerra	307 030	294 548
Ministério da Marinha	197 613	193 776
Ministério dos Negócios Estrangeiros	37 561	30 921
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	286 433	269 472
Ministério das Colónias	28 252	18 128
Ministério da Educação Nacional	203 232	195 592
Ministério da Agricultura	42 068	38 833
Ministério do Comércio e Indústria	15 858	13 104
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>769 569</b>	<b>500 311</b>
Ministério das Finanças	21 700	23 389
Ministério do Interior	0	0
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	420 000	203 408
Ministério da Marinha	71 000	40 399
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	234 250	216 162
Ministério das Colónias	1 650	1 520
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Agricultura	13 069	12 303
Ministério do Comércio e Indústria	7 900	3 128
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 379</b>	<b>+ 176 193</b>
Saldo ordinário	+ 11 929	+ 301 167
Saldo extraordinário	- 10 550	- 124 974

## Ano económico de 1940

síntese do ano económico 1940 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 800 852	2 598 778
empréstimos	161 469	24 648
saldos de anos económicos findos	574 550	349 220
receitas efectivas	2 064 833	2 224 910
despesas totais	2 799 473	2 422 585
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 734 640	- 197 675

## Observações

Durante este ano económico, foi criado o Ministério da Economia por fusão do Ministério da Agricultura e do Ministério do Comércio e Indústria. Esta alteração orgânica só teve, porém, conseqüências orçamentais no ano económico de 1941.

## ANO ECONÓMICO DE 1941

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 985 de 17 de Dezembro de 1940.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 31 091 de 30 de Dezembro de 1940.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1941, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 783 764</b>	<b>3 015 465</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>2 053 931</b>	<b>2 446 503</b>
Impostos directos gerais	751 500	881 029
Impostos indirectos	720 525	900 896
Indústrias em regime tributário especial	94 025	135 222
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	131 788	175 370
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	142 535	154 429
Juros e dividendos	11 745	10 093
Reembolsos e reposições	135 917	123 559
Consignação de receitas	65 897	65 906
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>729 833</b>	<b>568 962</b>
das quais empréstimos	215 383	25 425
das quais saldos de anos económicos findos	487 450	541 639
<b>DESPESAS</b>	<b>2 783 250</b>	<b>2 820 180</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>2 042 367</b>	<b>1 954 724</b>

Ano económico de 1941

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	307 533	286 346
Encargos gerais	205 269	200 679
Ministério das Finanças	150 866	156 857
Ministério do Interior	209 486	207 311
Ministério da Justiça	52 661	48 791
Ministério da Guerra	322 222	309 134
Ministério da Marinha	182 378	170 802
Ministério dos Negócios Estrangeiros	36 551	30 335
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	285 169	274 455
Ministério das Colónias	27 036	17 268
Ministério da Educação Nacional	204 530	198 662
Ministério da Economia	58 666	54 083
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>740 883</b>	<b>865 456</b>
Ministério das Finanças	0	5 241
Ministério do Interior	0	0
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	420 000	638 007
Ministério da Marinha	75 000	32 998
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	218 690	169 837
Ministério das Colónias	1 650	1 520
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	25 543	17 853
<b>SALDO</b>	<b>+ 514</b>	<b>+ 195 285</b>
Saldo ordinário	+ 11 564	+ 491 779
Saldo extraordinário	- 11 050	- 296 494

Ano económico de 1941

síntese do ano económico 1941 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 783 764	3 015 465
empréstimos	215 383	25 425
saldos de anos económicos findos	487 450	541 639
receitas efectivas	2 080 931	2 448 401
despesas totais	2 783 250	2 820 180
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 702 319	- 371 779

## ANO ECONÓMICO DE 1942

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 987 de 24 de Dezembro de 1941.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 31 832 de 30 de Dezembro de 1941.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1942, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 851 690</b>	<b>3 081 577</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>2 132 945</b>	<b>2 967 824</b>
Impostos directos gerais	757 950	1 112 108
Impostos indirectos	748 025	1 083 531
Indústrias em regime tributário especial	105 526	173 605
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	145 919	174 584
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	147 751	193 529
Juros e dividendos	12 231	8 913
Reembolsos e reposições	133 675	138 090
Consignação de receitas	81 868	83 465
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>718 745</b>	<b>113 753</b>
das quais empréstimos	620 576	112 634
das quais saldos de anos económicos findos	35 169	0
<b>DESPESAS</b>	<b>2 850 395</b>	<b>2 954 513</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>2 126 650</b>	<b>2 031 811</b>

Ano económico de 1942

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	330 446	316 957
Encargos gerais	205 325	200 312
Ministério das Finanças	150 071	172 619
Ministério do Interior	218 569	220 429
Ministério da Justiça	54 218	52 365
Ministério da Guerra	327 197	298 567
Ministério da Marinha	183 499	178 915
Ministério dos Negócios Estrangeiros	38 105	35 627
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	314 581	272 927
Ministério das Colónias	25 959	17 804
Ministério da Educação Nacional	213 988	204 230
Ministério da Economia	64 692	61 060
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>723 745</b>	<b>922 703</b>
Ministério das Finanças	10 669	5 784
Ministério do Interior	0	0
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	390 000	689 573
Ministério da Marinha	75 000	34 631
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	217 040	170 390
Ministério das Colónias	1 650	1 520
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	29 386	20 804
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 295</b>	<b>+ 127 064</b>
Saldo ordinário	+ 6 295	+ 936 013
Saldo extraordinário	- 5 000	- 808 950

Ano económico de 1942

síntese do ano económico 1942 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	2 851 690	3 081 577
empréstimos	620 576	112 634
saldos de anos económicos findos	35 169	0
receitas efectivas	2 195 945	2 968 943
despesas totais	2 850 395	2 954 513
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 654 450	+ 14 430

## ANO ECONÓMICO DE 1943

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 993 de 18 de Dezembro de 1942.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 32 611 de 30 de Dezembro de 1942

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1943, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>3 470 200</b>	<b>4 047 739</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>2 302 425</b>	<b>3 268 629</b>
Impostos directos gerais	863 450	1 159 997
Impostos indirectos	783 010	1 112 984
Indústrias em regime tributário especial	124 926	186 252
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	152 427	213 318
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	153 361	247 154
Juros e dividendos	7 174	6 941
Reembolsos e reposições	133 682	212 903
Consignação de receitas	84 395	129 079
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 167 775</b>	<b>779 110</b>
das quais empréstimos	763 609	777 114
das quais saldos de anos económicos findos	341 166	0
<b>DESPESAS</b>	<b>3 469 354</b>	<b>3 984 596</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>2 292 529</b>	<b>2 267 648</b>

Ano económico de 1943

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	370 739	364 221
Encargos gerais	207 194	201 626
Ministério das Finanças	184 525	179 191
Ministério do Interior	228 527	250 966
Ministério da Justiça	60 167	58 336
Ministério da Guerra	355 727	338 687
Ministério da Marinha	194 515	207 962
Ministério dos Negócios Estrangeiros	44 143	33 766
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	328 033	325 382
Ministério das Colónias	26 903	19 193
Ministério da Educação Nacional	221 559	216 174
Ministério da Economia	70 499	72 144
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 176 825</b>	<b>1 716 949</b>
Ministério das Finanças	56 654	329 582
Ministério do Interior	4 000	9 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	730 000	1 115 237
Ministério da Marinha	127 000	74 657
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	225 662	165 775
Ministério das Colónias	1 650	1 520
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	31 859	21 178
<b>SALDO</b>	<b>+ 846</b>	<b>+ 63 143</b>
Saldo ordinário	+ 9 896	+ 1 000 981
Saldo extraordinário	- 9 050	- 937 859

Ano económico de 1943

síntese do ano económico 1943 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	3 470 200	4 047 739
empréstimos	763 609	777 114
saldos de anos económicos findos	341 166	0
receitas efectivas	2 365 425	3 270 625
despesas totais	3 469 354	3 984 596
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 103 929	- 713 971

## ANO ECONÓMICO DE 1944

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 1 996 de 21 de Dezembro de 1943.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 33 497 de 30 de Dezembro de 1943.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1944, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>3 769 351</b>	<b>3 807 100</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>2 618 747</b>	<b>3 340 631</b>
Impostos directos gerais	969 450	1 331 254
Impostos indirectos	863 010	997 183
Indústrias em regime tributário especial	140 542	203 447
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	153 113	214 450
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	188 745	236 646
Juros e dividendos	5 723	9 282
Reembolsos e reposições	182 346	207 451
Consignação de receitas	115 817	140 917
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 150 604</b>	<b>466 470</b>
das quais empréstimos	931 859	416 229
das quais saldos de anos económicos findos	186 588	0
<b>DESPESAS</b>	<b>3 768 406</b>	<b>3 680 920</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>2 613 801</b>	<b>2 517 112</b>

Ano económico de 1944

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	391 696	365 800
Encargos gerais	207 632	208 959
Ministério das Finanças	192 230	215 633
Ministério do Interior	269 051	290 356
Ministério da Justiça	70 003	67 819
Ministério da Guerra	398 986	387 605
Ministério da Marinha	228 587	209 352
Ministério dos Negócios Estrangeiros	46 757	33 625
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	426 428	375 199
Ministério das Colónias	29 555	20 844
Ministério da Educação Nacional	265 607	256 988
Ministério da Economia	87 269	84 933
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 154 604</b>	<b>1 163 808</b>
Ministério das Finanças	27 085	179 341
Ministério do Interior	5 000	9 684
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	680 000	683 129
Ministério da Marinha	145 000	56 777
Ministério dos Negócios Estrangeiros	6 000	5 061
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	254 482	204 971
Ministério das Colónias	37 037	24 846
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	0	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 945</b>	<b>+ 126 180</b>
Saldo ordinário	+ 4 946	+ 823 519
Saldo extraordinário	- 4 000	- 697 338

Ano económico de 1944

síntese do ano económico 1944 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	3 769 351	3 807 100
empréstimos	931 859	416 229
saldos de anos económicos findos	186 588	0
receitas efectivas	2 650 904	3 390 871
despesas totais	3 768 406	3 680 920
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 117 502	- 290 049

## ANO ECONÓMICO DE 1945

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 003 de 27 de Dezembro de 1944.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 34 349 de 29 de Dezembro de 1944.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1945, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>3 983 091</b>	<b>3 983 819</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>2 736 121</b>	<b>3 328 659</b>
Impostos directos gerais	1 047 950	1 379 156
Impostos indirectos	848 010	985 383
Indústrias em regime tributário especial	163 752	211 439
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	170 093	237 568
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	172 227	181 395
Juros e dividendos	6 841	8 896
Reembolsos e reposições	182 493	172 129
Consignação de receitas	144 756	152 693
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 246 970</b>	<b>655 160</b>
das quais empréstimos	979 890	480 943
das quais saldos de anos económicos findos	235 500	141 056
<b>DESPEASAS</b>	<b>3 982 101</b>	<b>3 925 769</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>2 733 131</b>	<b>2 755 674</b>
Dívida pública	378 961	363 386

Ano económico de 1945

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais	222 452	241 085
Ministério das Finanças	190 377	225 027
Ministério do Interior	293 133	331 101
Ministério da Justiça	76 299	78 026
Ministério da Guerra	418 178	432 694
Ministério da Marinha	238 043	231 732
Ministério dos Negócios Estrangeiros	56 712	54 458
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	454 247	384 741
Ministério das Colónias	32 965	24 047
Ministério da Educação Nacional	270 149	285 754
Ministério da Economia	101 616	103 624
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 248 970</b>	<b>1 170 094</b>
Ministério das Finanças	71 000	110 748
Ministério do Interior	7 130	8 213
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	530 000	574 236
Ministério da Marinha	155 000	53 258
Ministério dos Negócios Estrangeiros	7 000	20 520
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	425 663	351 380
Ministério das Colónias	0	15 424
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	53 177	36 315
<b>SALDO</b>	<b>+ 990</b>	<b>+ 58 050</b>
Saldo ordinário	+ 2 990	+ 572 985
Saldo extraordinário	- 2 000	- 514 934

síntese do ano económico 1945	orçamento	execução do
valores em contos	aprovado	orçamento
receitas totais	3 983 091	3 983 819
empréstimos	979 890	480 943
saldos de anos económicos findos	235 500	141 056
receitas efectivas	2 767 701	3 361 820
despesas totais	3 982 101	3 925 769
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 214 400	- 563 949

## ANO ECONÓMICO DE 1946

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 010 de 22 de Dezembro de 1945.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 35 423 de 29 de Dezembro de 1945.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1946, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>4 382 033</b>	<b>4 684 943</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>3 018 667</b>	<b>3 901 161</b>
Impostos directos gerais	1 074 500	1 314 984
Impostos indirectos	992 010	1 424 412
Indústrias em regime tributário especial	182 852	238 090
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	196 302	272 467
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	182 936	263 335
Juros e dividendos	9 297	8 971
Reembolsos e reposições	224 712	226 822
Consignação de receitas	156 057	152 078
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 363 366</b>	<b>783 782</b>
das quais empréstimos	1 045 420	699 141
das quais saldos de anos económicos findos	273 700	77 108
<b>DESPESAS</b>	<b>4 381 030</b>	<b>4 623 940</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>3 017 664</b>	<b>3 045 218</b>

Ano económico de 1946

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	388 739	374 046
Encargos gerais	257 926	266 275
Ministério das Finanças	218 044	246 745
Ministério do Interior	365 648	388 636
Ministério da Justiça	88 900	91 366
Ministério da Guerra	435 816	464 671
Ministério da Marinha	250 478	248 654
Ministério dos Negócios Estrangeiros	59 500	56 080
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	488 294	450 120
Ministério das Colónias	39 425	28 874
Ministério da Educação Nacional	306 831	312 331
Ministério da Economia	118 063	117 421
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 363 366</b>	<b>1 578 722</b>
Ministério das Finanças	173 000	263 171
Ministério do Interior	14 416	24 798
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	350 000	457 991
Ministério da Marinha	100 000	101 825
Ministério dos Negócios Estrangeiros	27 000	13 170
Ministério das Obras Públicas e Comunicações	616 830	599 166
Ministério das Colónias	20 000	82 366
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	62 120	36 237
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 003</b>	<b>+ 61 003</b>
Saldo ordinário	+ 1 003	+ 855 943
Saldo extraordinário	0	- 794 940

## Ano económico de 1946

síntese do ano económico 1946 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	4 382 033	4 684 943
empréstimos	1 045 420	699 141
saldos de anos económicos findos	273 700	77 108
receitas efectivas	3 062 913	3 908 694
despesas totais	4 381 030	4 623 940
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 318 117	- 715 246

## Observações

Durante este ano económico, foram criados o Ministério das Obras Públicas e o Ministério das Comunicações por divisão do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Esta alteração orgânica só teve, porém, conseqüências orçamentais no ano económico de 1947.

## ANO ECONÓMICO DE 1947

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 019 de 28 de Dezembro de 1946.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 36 074 de 30 de Dezembro de 1946.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1947, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>5 274 644</b>	<b>5 745 126</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>3 466 330</b>	<b>4 313 817</b>
Impostos directos gerais	1 149 000	1 394 713
Impostos indirectos	1 154 010	1 749 378
Indústrias em regime tributário especial	203 122	248 323
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	216 156	280 108
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	279 992	242 594
Juros e dividendos	8 179	5 491
Reembolsos e reposições	280 156	206 164
Consignação de receitas	175 714	187 046
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 808 314</b>	<b>1 431 309</b>
das quais empréstimos	1 317 064	1 333 438
das quais saldos de anos económicos findos	476 250	88 611
<b>DESPESAS</b>	<b>5 273 694</b>	<b>5 693 989</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>3 453 681</b>	<b>3 439 723</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	422 657	402 892
Encargos gerais	299 670	304 294
Ministério das Finanças	232 096	277 812
Ministério do Interior	427 448	458 927
Ministério da Justiça	108 748	108 550
Ministério da Guerra	478 029	493 042
Ministério da Marinha	282 007	278 875
Ministério dos Negócios Estrangeiros	66 979	60 825
Ministério das Obras Públicas	364 240	281 274
Ministério das Colónias	42 637	32 018
Ministério da Educação Nacional	354 033	364 440
Ministério da Economia	143 132	135 681
Ministério das Comunicações	236 005	241 094
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 820 013</b>	<b>2 254 266</b>
Ministério das Finanças	119 000	621 108
Ministério do Interior	14 999	29 922
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	360 000	396 456
Ministério da Marinha	224 000	151 455
Ministério dos Negócios Estrangeiros	6 000	3 215
Ministério das Obras Públicas	661 115	639 777
Ministério das Colónias	35 000	74 898
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	129 909	77 714
Ministério das Comunicações	270 000	259 721
<b>SALDO</b>	<b>+ 950</b>	<b>+ 51 137</b>
Saldo ordinário	+ 12 649	+ 874 094
Saldo extraordinário	- 11 699	- 822 957

Ano económico de 1947

síntese do ano económico 1947 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	5 274 644	5 745 126
empréstimos	1 317 064	1 333 438
saldos de anos económicos findos	476 250	88 611
receitas efectivas	3 481 330	4 323 077
despesas totais	5 273 694	5 693 989
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 792 364	- 1 370 912

## ANO ECONÓMICO DE 1948

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 026 de 29 de Dezembro de 1947.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 36 708 de 31 de Dezembro de 1947.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1948, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>5 550 634</b>	<b>5 761 207</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>3 887 859</b>	<b>4 428 472</b>
Impostos directos gerais	1 256 130	1 554 239
Impostos indirectos	1 356 020	1 672 389
Indústrias em regime tributário especial	220 553	274 806
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	228 477	269 438
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	246 657	247 439
Juros e dividendos	16 650	13 702
Reembolsos e reposições	345 331	199 693
Consignação de receitas	218 041	196 767
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 662 775</b>	<b>1 332 735</b>
das quais empréstimos	1 275 375	1 224 400
das quais saldos de anos económicos findos	368 000	108 335
<b>DESPESAS</b>	<b>5 549 454</b>	<b>5 699 071</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>3 886 680</b>	<b>3 744 645</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	457 441	408 832
Encargos gerais	301 204	318 112
Ministério das Finanças	254 849	277 694
Ministério do Interior	496 856	502 462
Ministério da Justiça	118 361	113 020
Ministério da Guerra	561 571	544 407
Ministério da Marinha	304 537	301 550
Ministério dos Negócios Estrangeiros	77 022	65 767
Ministério das Obras Públicas	449 438	383 172
Ministério das Colónias	40 897	42 127
Ministério da Educação Nacional	382 374	390 537
Ministério da Economia	152 810	139 087
Ministério das Comunicações	289 319	257 879
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 662 775</b>	<b>1 954 426</b>
Ministério das Finanças	275 750	555 005
Ministério do Interior	31 500	30 759
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	220 000	242 710
Ministério da Marinha	175 000	206 184
Ministério dos Negócios Estrangeiros	5 000	2 329
Ministério das Obras Públicas	570 925	584 137
Ministério das Colónias	50 000	49 829
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	97 300	88 195
Ministério das Comunicações	237 300	195 277
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 179</b>	<b>+ 62 137</b>
Saldo ordinário	+ 1 179	+ 683 827
Saldo extraordinário	0	- 621 691

Ano económico de 1948

síntese do ano económico 1948 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	5 550 634	5 761 207
empréstimos	1 275 375	1 224 400
saldos de anos económicos findos	368 000	108 335
receitas efectivas	3 907 259	4 428 472
despesas totais	5 549 454	5 699 071
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 642 195	- 1 270 599

## ANO ECONÓMICO DE 1949

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 031 de 27 de Dezembro de 1948.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 37 259 de 29 de Dezembro de 1948.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1949, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>5 667 352</b>	<b>5 706 071</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>4 309 046</b>	<b>4 689 643</b>
Impostos directos gerais	1 338 030	1 588 364
Impostos indirectos	1 537 520	1 805 004
Indústrias em regime tributário especial	262 111	302 118
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	244 998	268 401
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	297 936	291 400
Juros e dividendos	17 909	22 368
Reembolsos e reposições	395 442	237 683
Consignação de receitas	215 070	174 265
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 358 338</b>	<b>1 016 467</b>
das quais empréstimos	1 121 838	929 086
das quais saldos de anos económicos findos	226 100	87 378
<b>DESPESAS</b>	<b>5 666 430</b>	<b>5 660 763</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>4 308 093</b>	<b>3 983 555</b>

Ano económico de 1949

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	446 950	405 411
Encargos gerais	372 168	372 191
Ministério das Finanças	303 873	300 775
Ministério do Interior	568 007	580 051
Ministério da Justiça	133 227	120 683
Ministério da Guerra	611 033	600 424
Ministério da Marinha	343 214	322 093
Ministério dos Negócios Estrangeiros	84 165	72 566
Ministério das Obras Públicas	416 542	351 211
Ministério das Colónias	48 253	39 118
Ministério da Educação Nacional	465 601	442 158
Ministério da Economia	177 268	148 255
Ministério das Comunicações	337 791	228 618
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 358 338</b>	<b>1 677 208</b>
Ministério das Finanças	222 250	589 298
Ministério do Interior	6 000	7 582
Ministério da Justiça	0	0
Ministério da Guerra	170 000	219 863
Ministério da Marinha	86 000	99 612
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	514 520	452 945
Ministério das Colónias	50 000	46 209
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	96 050	81 144
Ministério das Comunicações	213 518	180 555
<b>SALDO</b>	<b>+ 921</b>	<b>+ 45 308</b>
Saldo ordinário	+ 21	+ 706 049
Saldo extraordinário	0	- 660 741

Ano económico de 1949

síntese do ano económico 1949 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	5 667 352	5 706 071
empréstimos	1 121 838	929 086
saldos de anos económicos findos	226 100	87 378
receitas efectivas	4 319 414	4 689 607
despesas totais	5 666 430	5 660 763
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 347 016	- 971 156

## ANO ECONÓMICO DE 1950

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 038 de 28 de Dezembro de 1949.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: João Costa Leite) – decreto 37 715 de 30 de Dezembro de 1949.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1950, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: de 1 de Janeiro a 2 de Agosto de 1950, João Costa Leite; de 2 de Agosto a 31 de Dezembro de 1950, Artur Águedo Oliveira).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>5 271 523</b>	<b>5 145 143</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>4 478 653</b>	<b>4 825 519</b>
Impostos directos gerais	1 426 230	1 655 486
Impostos indirectos	1 609 520	1 873 920
Indústrias em regime tributário especial	291 904	322 935
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	250 147	286 757
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	289 844	297 415
Juros e dividendos	21 021	30 673
Reembolsos e reposições	344 594	215 134
Consignação de receitas	245 395	143 198
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>792 869</b>	<b>319 624</b>
das quais empréstimos	620 170	319 624
das quais saldos de anos económicos findos	166 800	0
<b>DESPEASAS</b>	<b>5 268 318</b>	<b>5 115 556</b>

Ano económico de 1950

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>4 345 449</b>	<b>4 034 460</b>
Dívida pública	463 827	423 980
Encargos gerais	374 962	392 319
Ministério das Finanças	308 565	306 483
Ministério do Interior	577 477	564 679
Ministério da Justiça	134 531	125 824
Ministério do Exército	620 973	618 662
Ministério da Marinha	350 807	344 636
Ministério dos Negócios Estrangeiros	82 650	70 409
Ministério das Obras Públicas	380 299	324 908
Ministério das Colónias	46 480	40 395
Ministério da Educação Nacional	483 508	449 036
Ministério da Economia	195 857	167 070
Ministério das Comunicações	325 514	206 058
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>922 869</b>	<b>1 081 097</b>
Ministério das Finanças	33 480	187 782
Ministério do Interior	450	910
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	205 800	244 019
Ministério da Marinha	61 500	51 405
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 000	1 876
Ministério das Obras Públicas	400 770	404 365
Ministério das Colónias	15 000	15 000
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	67 350	58 526
Ministério das Comunicações	137 519	117 220
<b>SALDO</b>	<b>+ 3 205</b>	<b>+ 29 587</b>
Saldo ordinário	+ 133 204	+ 791 059
Saldo extraordinário	- 130 000	- 761 473

## Ano económico de 1950

síntese do ano económico 1950 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	5 271 523	5 145 143
empréstimos	620 170	319 624
saldos de anos económicos findos	166 800	0
receitas efectivas	4 484 553	4 825 519
despesas totais	5 268 318	5 115 556
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 783 765	- 290 037

### Observações

Durante este ano económico, foi criado o Ministério das Corporações e Previdência Social, tendo os respectivos serviços sido separados da Presidência do Conselho de Ministros (cujas despesas estavam englobadas nos encargos gerais). Esta alteração orgânica só teve, porém, conseqüências orçamentais no ano económico de 1951.

## ANO ECONÓMICO DE 1951

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 045 de 23 de Dezembro de 1950.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira) – decreto 38 145 de 30 de Dezembro de 1950.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1951, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>5 318 262</b>	<b>5 652 742</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>4 700 257</b>	<b>5 527 201</b>
Impostos directos gerais	1 535 500	1 735 571
Impostos indirectos	1 629 520	2 203 282
Indústrias em regime tributário especial	299 654	351 505
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	251 529	302 147
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	332 601	290 399
Juros e dividendos	25 691	28 485
Reembolsos e reposições	350 973	286 060
Consignação de receitas	274 790	329 751
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>618 005</b>	<b>125 541</b>
das quais empréstimos	533 396	92 391
das quais saldos de anos económicos findos	78 709	0
<b>DESPESAS</b>	<b>5 315 228</b>	<b>5 604 694</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>4 404 223</b>	<b>4 369 765</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	500 671	462 096
Encargos gerais	380 339	386 698
Ministério das Finanças	286 502	308 089
Ministério do Interior	580 552	584 457
Ministério da Justiça	135 088	132 923
Ministério do Exército	628 417	632 366
Ministério da Marinha	374 314	359 627
Ministério dos Negócios Estrangeiros	83 870	89 546
Ministério das Obras Públicas	333 752	312 531
Ministério do Ultramar	40 024	42 972
Ministério da Educação Nacional	494 505	454 625
Ministério da Economia	199 276	161 644
Ministério das Comunicações	339 529	418 963
Ministério das Corporações e Previdência Social	27 382	23 226
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>911 005</b>	<b>1 234 929</b>
Ministério das Finanças	37 000	317 653
Ministério do Interior	1 959	1 953
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	210 000	277 167
Ministério da Marinha	49 000	28 848
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 000	987
Ministério das Obras Públicas	425 970	444 677
Ministério do Ultramar	15 000	15 000
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	80 276	71 437
Ministério das Comunicações	80 550	77 207
Ministério das Corporações e Previdência Social	10 250	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 3 034</b>	<b>+ 48 048</b>
Saldo ordinário	+ 296 034	+ 1 157 436
Saldo extraordinário	- 293 000	- 1 109 388

Ano económico de 1951

síntese do ano económico 1951 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	5 318 262	5 652 742
empréstimos	533 396	92 391
saldos de anos económicos findos	78 709	0
receitas efectivas	4 706 157	5 560 351
despesas totais	5 315 228	5 604 694
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 609 071	- 44 343

## ANO ECONÓMICO DE 1952

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 050 de 27 de Dezembro de 1951.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira) – decreto 38 586 de 29 de Dezembro de 1951.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1952, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>5 970 507</b>	<b>5 906 111</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>4 748 487</b>	<b>5 808 041</b>
Impostos directos gerais	1 549 950	1 815 281
Impostos indirectos	1 654 830	2 401 762
Indústrias em regime tributário especial	295 173	341 619
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	269 105	330 025
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	323 610	325 876
Juros e dividendos	27 857	31 443
Reembolsos e reposições	370 439	290 123
Consignação de receitas	257 524	271 913
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 222 020</b>	<b>98 070</b>
das quais empréstimos	869 520	26 228
das quais saldos de anos económicos findos	282 500	0
<b>DESPESAS</b>	<b>5 965 986</b>	<b>5 851 789</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>4 635 966</b>	<b>4 513 911</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	573 040	527 145
Encargos gerais	413 494	414 132
Ministério das Finanças	297 590	317 452
Ministério do Interior	601 841	613 647
Ministério da Justiça	144 450	142 005
Ministério do Exército	655 967	641 206
Ministério da Marinha	387 954	370 973
Ministério dos Negócios Estrangeiros	87 109	90 219
Ministério das Obras Públicas	332 006	323 662
Ministério do Ultramar	55 787	51 003
Ministério da Educação Nacional	525 099	491 297
Ministério da Economia	199 936	170 786
Ministério das Comunicações	333 570	337 369
Ministério das Corporações e Previdência Social	28 122	23 015
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 330 020</b>	<b>1 337 879</b>
Ministério das Finanças	572 200	613 006
Ministério do Interior	0	1 249
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	82 500	82 317
Ministério da Marinha	10 000	10 819
Ministério dos Negócios Estrangeiros	4 000	3 002
Ministério das Obras Públicas	506 470	485 555
Ministério do Ultramar	10 000	12 000
Ministério da Educação Nacional	0	0
Ministério da Economia	79 000	74 840
Ministério das Comunicações	65 600	55 091
Ministério das Corporações e Previdência Social	250	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 4 521</b>	<b>+ 54 322</b>
Saldo ordinário	+ 112 521	+ 1 294 130
Saldo extraordinário	- 108 000	- 1 239 809

Ano económico de 1952

síntese do ano económico 1952 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	5 970 507	5 906 111
empréstimos	869 520	26 228
saldos de anos económicos findos	282 500	0
receitas efectivas	4 818 487	5 879 883
despesas totais	5 965 986	5 851 789
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 147 499	+ 28 094

## ANO ECONÓMICO DE 1953

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 059 de 29 de Dezembro de 1952.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira) – decreto 39 068 de 31 de Dezembro de 1952.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1953, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>6 364 881</b>	<b>6 487 228</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>5 120 776</b>	<b>6 225 059</b>
Impostos directos gerais	1 615 500	1 965 205
Impostos indirectos	1 839 730	2 235 620
Indústrias em regime tributário especial	296 247	350 561
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	287 359	326 560
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	343 123	356 491
Juros e dividendos	31 202	69 912
Reembolsos e reposições	433 115	510 130
Consignação de receitas	274 500	410 581
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 244 105</b>	<b>262 169</b>
das quais empréstimos	806 855	226 169
das quais saldos de anos económicos findos	417 750	0
<b>DESPESAS</b>	<b>6 351 775</b>	<b>6 406 548</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>4 897 670</b>	<b>4 892 505</b>

Ano económico de 1953

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	621 901	571 356
Encargos gerais	572 195	550 866
Ministério das Finanças	304 622	337 002
Ministério do Interior	639 904	657 384
Ministério da Justiça	145 962	147 183
Ministério do Exército	594 876	589 877
Ministério da Marinha	383 054	395 455
Ministério dos Negócios Estrangeiros	109 690	93 468
Ministério das Obras Públicas	336 713	311 571
Ministério do Ultramar	55 579	48 795
Ministério da Educação Nacional	536 105	511 533
Ministério da Economia	208 293	291 309
Ministério das Comunicações	360 333	362 492
Ministério das Corporações e Previdência Social	28 443	24 216
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 454 105</b>	<b>1 514 043</b>
Ministério das Finanças	957 200	758 492
Ministério do Interior	5 000	5 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	100 000	112 500
Ministério da Marinha	8 000	7 901
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 500	2 481
Ministério das Obras Públicas	325 155	493 440
Ministério do Ultramar	0	25 000
Ministério da Educação Nacional	40 000	3 500
Ministério da Economia	12 000	76 211
Ministério das Comunicações	5 000	29 513
Ministério das Corporações e Previdência Social	250	5
<b>SALDO</b>	<b>+ 13 106</b>	<b>+ 80 680</b>
Saldo ordinário	+ 223 106	+ 1 332 554
Saldo extraordinário	- 210 000	- 1 251 874

Ano económico de 1953

síntese do ano económico 1953 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	6 364 881	6 487 228
empréstimos	806 855	226 169
saldos de anos económicos findos	417 750	0
receitas efectivas	5 140 276	6 261 059
despesas totais	6 351 775	6 406 548
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 211 499	- 145 489

## ANO ECONÓMICO DE 1954

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 067 de 28 de Dezembro de 1953.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira) – decreto 39 506 de 31 de Dezembro de 1953.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1954, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>7 075 927</b>	<b>6 735 609</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>5 327 831</b>	<b>6 346 861</b>
Impostos directos gerais	1 679 000	2 012 337
Impostos indirectos	1 879 630	2 419 451
Indústrias em regime tributário especial	310 359	356 882
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	296 800	354 168
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	358 673	369 951
Juros e dividendos	42 979	73 579
Reembolsos e reposições	447 357	378 860
Consignação de receitas	313 033	381 634
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 748 096</b>	<b>388 748</b>
das quais empréstimos	1 033 096	25 025
das quais saldos de anos económicos findos	350 000	339 666
<b>DESPESAS</b>	<b>7 061 251</b>	<b>6 683 048</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>5 179 155</b>	<b>5 124 733</b>

Ano económico de 1954

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	638 921	600 151
Encargos gerais	605 623	585 327
Ministério das Finanças	317 194	338 879
Ministério do Interior	669 413	688 237
Ministério da Justiça	149 354	156 000
Ministério do Exército	665 673	665 411
Ministério da Marinha	390 308	406 350
Ministério dos Negócios Estrangeiros	124 678	117 408
Ministério das Obras Públicas	351 316	321 064
Ministério do Ultramar	54 396	52 845
Ministério da Educação Nacional	581 735	551 255
Ministério da Economia	245 217	225 272
Ministério das Comunicações	355 793	391 875
Ministério das Corporações e Previdência Social	29 532	24 658
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 882 096</b>	<b>1 558 315</b>
Ministério das Finanças	989 341	671 904
Ministério do Interior	2 000	2 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	85 000	162 346
Ministério da Marinha	13 500	28 495
Ministério dos Negócios Estrangeiros	2 500	2 854
Ministério das Obras Públicas	529 455	526 847
Ministério do Ultramar	27 000	34 000
Ministério da Educação Nacional	40 000	12 500
Ministério da Economia	109 300	76 484
Ministério das Comunicações	84 000	40 886
Ministério das Corporações e Previdência Social	0	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 14 675</b>	<b>+ 52 561</b>
Saldo ordinário	+ 148 676	+ 1 222 128
Saldo extraordinário	- 134 000	- 1 169 567

Ano económico de 1954

síntese do ano económico 1954 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	7 075 927	6 735 609
empréstimos	1 033 096	25 025
saldos de anos económicos findos	350 000	339 666
receitas efectivas	5 692 831	6 370 918
despesas totais	7 061 251	6 683 048
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 368 420	- 312 130

## ANO ECONÓMICO DE 1955

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 074 de 28 de Dezembro de 1954.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Artur Águedo Oliveira) – decreto 40 024 de 31 de Dezembro de 1954.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1955, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: de 1 de Janeiro a 8 de Julho de 1955, Artur Águedo Oliveira; de 8 de Julho a 31 de Dezembro de 1955, António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>7 334 550</b>	<b>7 360 952</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>5 602 011</b>	<b>6 731 288</b>
Impostos directos gerais	1 759 050	2 132 878
Impostos indirectos	1 980 430	2 634 846
Indústrias em regime tributário especial	323 962	379 095
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	313 483	358 818
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	365 817	389 722
Juros e dividendos	52 797	68 241
Reembolsos e reposições	489 812	419 670
Consignação de receitas	316 661	348 015
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 732 539</b>	<b>629 665</b>
das quais empréstimos	1 098 325	510 706
das quais saldos de anos económicos findos	482 633	0
<b>DESPEASAS</b>	<b>7 330 703</b>	<b>7 329 782</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>5 584 384</b>	<b>5 468 959</b>
Dívida pública	685 313	636 264
Encargos gerais	652 531	629 783
Ministério das Finanças	360 581	368 723
Ministério do Interior	731 608	766 923
Ministério da Justiça	160 688	165 765
Ministério do Exército	697 529	685 868
Ministério da Marinha	446 129	445 956
Ministério dos Negócios Estrangeiros	129 460	109 377
Ministério das Obras Públicas	380 474	360 345
Ministério do Ultramar	59 242	57 438
Ministério da Educação Nacional	624 707	587 398
Ministério da Economia	250 870	224 666
Ministério das Comunicações	374 330	404 518
Ministério das Corporações e Previdência Social	30 923	25 936
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 746 319</b>	<b>1 860 823</b>
Ministério das Finanças	538 423	686 302
Ministério do Interior	3 281	3 281
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	160 000	192 437
Ministério da Marinha	35 500	35 302
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	629 155	577 856
Ministério do Ultramar	46 100	176 857
Ministério da Educação Nacional	18 000	17 999
Ministério da Economia	148 860	109 606
Ministério das Comunicações	166 500	61 151
Ministério das Corporações e Previdência Social	500	32
<b>SALDO</b>	<b>+ 3 848</b>	<b>+ 31 170</b>
Saldo ordinário	+ 17 627	+ 1 262 329
Saldo extraordinário	- 13 780	- 1 231 158

Ano económico de 1955

síntese do ano económico 1955 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	7 334 550	7 360 952
empréstimos	1 098 325	510 706
saldos de anos económicos findos	482 633	0
receitas efectivas	5 753 592	6 850 246
despesas totais	7 330 703	7 329 782
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 577 111	- 479 536

## ANO ECONÓMICO DE 1956

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 079 de 21 de Dezembro de 1955.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 40 453 de 23 de Dezembro de 1955.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1956, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>7 679 495</b>	<b>7 637 257</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>5 885 542</b>	<b>7 303 170</b>
Impostos directos gerais	1 834 500	2 283 924
Impostos indirectos	2 026 135	2 781 352
Indústrias em regime tributário especial	337 753	411 845
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	329 965	381 505
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	381 907	429 561
Juros e dividendos	80 560	120 538
Reembolsos e reposições	561 789	510 019
Consignação de receitas	332 933	384 425
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 793 954</b>	<b>334 087</b>
das quais empréstimos	1 270 311	274 926
das quais saldos de anos económicos findos	376 493	0
<b>DESPESAS</b>	<b>7 671 008</b>	<b>7 597 433</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>5 817 054</b>	<b>5 830 182</b>

Ano económico de 1956

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	731 642	686 975
Encargos gerais	702 498	695 456
Ministério das Finanças	368 345	366 542
Ministério do Interior	787 593	822 278
Ministério da Justiça	163 779	165 627
Ministério do Exército	710 285	706 355
Ministério da Marinha	451 103	456 391
Ministério dos Negócios Estrangeiros	131 756	126 208
Ministério das Obras Públicas	388 408	404 838
Ministério do Ultramar	61 570	60 507
Ministério da Educação Nacional	640 374	606 532
Ministério da Economia	260 017	248 160
Ministério das Comunicações	387 846	456 347
Ministério das Corporações e Previdência Social	31 837	27 965
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 853 954</b>	<b>1 767 251</b>
Ministério das Finanças	399 080	577 931
Ministério do Interior	2 000	2 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	200 000	245 000
Ministério da Marinha	30 500	33 402
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	716 980	615 478
Ministério do Ultramar	74 500	74 426
Ministério da Educação Nacional	18 000	18 000
Ministério da Economia	189 393	106 818
Ministério das Comunicações	223 000	94 125
Ministério das Corporações e Previdência Social	500	72
<b>SALDO</b>	<b>+ 8 488</b>	<b>+ 39 824</b>
Saldo ordinário	+ 68 488	+ 1 472 988
Saldo extraordinário	- 60 000	- 1 433 164

Ano económico de 1956

síntese do ano económico 1956 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	7 679 495	7 637 257
empréstimos	1 270 311	274 926
saldos de anos económicos findos	376 493	0
receitas efectivas	6 032 691	7 362 331
despesas totais	7 671 008	7 597 433
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 638 317	- 235 102

## ANO ECONÓMICO DE 1957

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 087 de 21 de Dezembro de 1956.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 40 928 de 22 de Dezembro de 1956.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1957, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>8 002 679</b>	<b>8 266 136</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>6 303 284</b>	<b>7 932 821</b>
Impostos directos gerais	1 946 200	2 410 625
Impostos indirectos	2 166 135	2 961 650
Indústrias em regime tributário especial	346 553	430 542
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	336 660	414 363
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	411 811	493 343
Juros e dividendos	87 110	115 843
Reembolsos e reposições	631 414	618 153
Consignação de receitas	377 401	488 302
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 699 395</b>	<b>333 314</b>
das quais empréstimos	1 471 195	238 508
das quais saldos de anos económicos findos	138 400	0
<b>DESPESAS</b>	<b>7 997 529</b>	<b>8 230 275</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>6 198 134</b>	<b>6 398 647</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Dívida pública	755 833	723 724
Encargos gerais	751 443	762 502
Ministério das Finanças	374 177	379 044
Ministério do Interior	826 411	878 889
Ministério da Justiça	169 744	174 031
Ministério do Exército	740 710	742 819
Ministério da Marinha	472 074	510 786
Ministério dos Negócios Estrangeiros	153 247	149 889
Ministério das Obras Públicas	463 423	435 851
Ministério do Ultramar	65 148	59 181
Ministério da Educação Nacional	666 942	638 732
Ministério da Economia	282 823	253 073
Ministério das Comunicações	438 557	655 718
Ministério das Corporações e Previdência Social	37 602	34 409
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>1 799 395</b>	<b>1 831 628</b>
Ministério das Finanças	205 702	428 983
Ministério do Interior	4 000	4 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	250 000	299 122
Ministério da Marinha	35 500	32 911
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	748 600	721 180
Ministério do Ultramar	74 600	76 997
Ministério da Educação Nacional	38 000	19 598
Ministério da Economia	232 493	148 420
Ministério das Comunicações	210 000	99 950
Ministério das Corporações e Previdência Social	500	467
<b>SALDO</b>	<b>+ 5 150</b>	<b>+ 35 860</b>
Saldo ordinário	+ 105 150	- 1 534 174
Saldo extraordinário	- 100 000	- 1 498 314

Ano económico de 1957

síntese do ano económico 1957 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	8 002 679	8 266 136
empréstimos	1 471 195	238 508
saldos de anos económicos findos	138 400	0
receitas efectivas	6 393 084	8 027 628
despesas totais	7 997 529	8 230 275
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 604 445	- 202 647

## ANO ECONÓMICO DE 1958

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 090 de 21 de Dezembro de 1957.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 41 474 de 23 de Dezembro de 1957.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1958, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>8 591 033</b>	<b>8 744 412</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>6 774 500</b>	<b>8 377 848</b>
Impostos directos gerais	2 044 200	2 730 277
Impostos indirectos	2 312 035	3 066 525
Indústrias em regime tributário especial	389 552	472 985
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	353 940	417 270
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	442 939	486 768
Juros e dividendos	97 490	106 000
Reembolsos e reposições	715 042	620 262
Consignação de receitas	419 303	468 761
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>1 816 534</b>	<b>366 564</b>
das quais empréstimos	1 457 338	267 092
das quais saldos de anos económicos findos	266 100	0
<b>DESPESAS</b>	<b>8 577 453</b>	<b>8 687 229</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>6 530 919</b>	<b>6 588 106</b>

Ano económico de 1958

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	446 439	486 694
Dívida pública	777 142	756438
Encargos gerais	366 572	366 403
Ministério das Finanças	372 862	368 443
Ministério do Interior	877 744	931 916
Ministério da Justiça	172 108	173 941
Ministério do Exército	758 478	752 962
Ministério da Marinha	487 629	525 797
Ministério dos Negócios Estrangeiros	152 099	134 013
Ministério das Obras Públicas	531 600	449 727
Ministério do Ultramar	73 428	62 436
Ministério da Educação Nacional	690 836	685 884
Ministério da Economia	302 900	275 730
Ministério das Comunicações	482 834	582 415
Ministério das Corporações e Previdência Social	38 251	35 309
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 046 534</b>	<b>2 099 122</b>
Encargos gerais da Nação	339 641	340 612
Ministério das Finanças	58 400	182 176
Ministério do Interior	4 000	3 999
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	250 000	250 000
Ministério da Marinha	35 500	35 007
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	866 710	914 461
Ministério do Ultramar	67 100	65 794
Ministério da Educação Nacional	30 000	15 000
Ministério da Economia	221 957	174 613
Ministério das Comunicações	171 726	117 181
Ministério das Corporações e Previdência Social	1 500	280
<b>SALDO</b>	<b>+ 13 580</b>	<b>+ 57 183</b>
Saldo ordinário	- 243 580	- 1 789 742
Saldo extraordinário	- 230 000	- 1 732 558

## Ano económico de 1958

síntese do ano económico 1958 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	8 591 033	8 744 412
empréstimos	1 457 338	267 092
saldos de anos económicos findos	266 100	0
receitas efectivas	6 867 595	8 477 320
despesas totais	8 577 453	8 687 229
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 1 709 858	- 209 909

## Observações

Durante este ano económico, foi criado o Ministério da Saúde e Assistência, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Interior. Esta alteração orgânica só teve, porém, conseqüências orçamentais no ano económico de 1959.

## ANO ECONÓMICO DE 1959

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 095 de 23 de Dezembro de 1958.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 42 047 de 23 de Dezembro de 1958.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1959, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>9 519 639</b>	<b>9 777 576</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>7 278 432</b>	<b>8 834 654</b>
Impostos directos gerais	2 281 400	2 869 619
Impostos indirectos	2 448 035	3 265 504
Indústrias em regime tributário especial	404 152	515 449
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	371 542	384 955
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	484 690	579 820
Juros e dividendos	112 540	118 473
Reembolsos e reposições	741 136	615 168
Consignação de receitas	434 937	485 666
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>2 241 208</b>	<b>942 922</b>
das quais empréstimos	1 526 767	751 919
das quais saldos de anos económicos findos	533 033	125 000
<b>DESPESAS</b>	<b>9 517 825</b>	<b>9 746 658</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>7 231 617</b>	<b>7 348 528</b>

Ano económico de 1959

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	462 022	491 088
Dívida pública	812 415	779 781
Encargos gerais	372 418	369 324
Ministério das Finanças	455 714	447 196
Ministério do Interior	473 299	494 938
Ministério da Justiça	192 818	196 125
Ministério do Exército	813 133	810 781
Ministério da Marinha	535 477	596 007
Ministério dos Negócios Estrangeiros	152 718	138 487
Ministério das Obras Públicas	551 008	461 043
Ministério do Ultramar	79 198	82 519
Ministério da Educação Nacional	886 686	882 901
Ministério da Economia	345 645	347 857
Ministério das Comunicações	505 832	606 650
Ministério das Corporações e Previdência Social	45 895	41 521
Ministério da Saúde e Assistência	547 338	602 310
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 286 208</b>	<b>2 398 130</b>
Encargos gerais da Nação	350 241	420 746
Ministério das Finanças	195 633	305 943
Ministério do Interior	6 000	6 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	250 000	323 000
Ministério da Marinha	33 000	36 604
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	914 225	832 524
Ministério do Ultramar	106 100	105 999
Ministério da Educação Nacional	15 000	15 000
Ministério da Economia	321 309	259 700
Ministério das Comunicações	93 200	92 255
Ministério das Corporações e Previdência Social	1 500	360
Ministério da Saúde e Assistência	0	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 815</b>	<b>+ 30 918</b>
Saldo ordinário	+ 46 815	+ 1 486 126
Saldo extraordinário	- 45 000	- 1 455 208

Ano económico de 1959

síntese do ano económico 1959 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	9 519 639	9 777 576
empréstimos	1 526 767	751 919
saldos de anos económicos findos	533 033	125 000
receitas efectivas	7 459 839	8 900 657
despesas totais	9 517 825	9 746 658
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 057 986	- 846 001

## ANO ECONÓMICO DE 1960

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 101 de 19 de Dezembro de 1959.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 42 755 de 22 de Dezembro de 1959.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1960, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 489 854</b>	<b>11 404 308</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>7 819 506</b>	<b>9 590 431</b>
Impostos directos gerais	2 557 500	3 059 499
Impostos indirectos	2 549 235	3 669 782
Indústrias em regime tributário especial	444 950	553 562
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	356 347	406 813
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	556 061	514 588
Juros e dividendos	107 230	127 027
Reembolsos e reposições	788 177	717 191
Consignação de receitas	460 006	541 970
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>2 670 348</b>	<b>1 813 877</b>
das quais empréstimos	1 955 026	1 559 123
das quais saldos de anos económicos findos	356 500	150 000
<b>DESPESAS</b>	<b>10 488 180</b>	<b>11 335 880</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>7 736 832</b>	<b>7 777 561</b>

Ano económico de 1960

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	550 581	581 381
Dívida pública	863 347	851 842
Encargos gerais	375 281	382 548
Ministério das Finanças	484 295	467 599
Ministério do Interior	508 035	509 796
Ministério da Justiça	194 241	200 331
Ministério do Exército	851 019	833 781
Ministério da Marinha	568 618	603 326
Ministério dos Negócios Estrangeiros	156 448	147 512
Ministério das Obras Públicas	586 367	492 083
Ministério do Ultramar	84 179	76 745
Ministério da Educação Nacional	957 867	927 619
Ministério da Economia	354 962	357 842
Ministério das Comunicações	538 277	649 795
Ministério das Corporações e Previdência Social	48 217	43 018
Ministério da Saúde e Assistência	615 098	652 343
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>2 751 348</b>	<b>3 558 319</b>
Encargos gerais da Nação	799 772	1044 892
Ministério das Finanças	222 000	228 851
Ministério do Interior	12 500	12 500
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	0
Ministério da Marinha	3 000	2 979
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	1053 900	918 123
Ministério do Ultramar	137 500	938 084
Ministério da Educação Nacional	15 000	15 000
Ministério da Economia	294 090	253 571
Ministério das Comunicações	212 086	143 876
Ministério das Corporações e Previdência Social	1 500	440
Ministério da Saúde e Assistência	0	0
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 674</b>	<b>+ 68 428</b>
Saldo ordinário	+ 82 674	+ 1 812 870
Saldo extraordinário	- 81 000	- 1 744 442

Ano económico de 1960

síntese do ano económico 1960 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	10 489 854	11 404 308
empréstimos	1 955 026	1 559 123
saldos de anos económicos findos	356 500	150 000
receitas efectivas	8 178 328	9 695 185
despesas totais	10 488 180	11 335 880
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 309 852	- 1 640 695

## ANO ECONÓMICO DE 1961

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 106 de 21 de Dezembro de 1960.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 43 425 de 23 de Dezembro de 1960.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1961, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>11 787 913</b>	<b>13 942 323</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>8 238 377</b>	<b>10 812 361</b>
Impostos directos gerais	2 673 500	3 294 761
Impostos indirectos	2 685 745	4 272 178
Indústrias em regime tributário especial	483 100	680 230
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	369 665	451 972
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	581 861	711 234
Juros e dividendos	122 230	131 974
Reembolsos e reposições	837 146	703 493
Consignação de receitas	485 130	566 518
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>3 549 536</b>	<b>3 129 962</b>
das quais empréstimos	2 656 805	2 851 648
das quais saldos de anos económicos findos	280 000	150 000
<b>DESPESAS</b>	<b>11 780 942</b>	<b>13 444 848</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>8 126 906</b>	<b>8 005 125</b>

Ano económico de 1961

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	583 382	578 181
Dívida pública	925 684	910 250
Encargos gerais	391 300	389 098
Ministério das Finanças	481 832	479 303
Ministério do Interior	535 209	527 457
Ministério da Justiça	195 328	199 944
Ministério do Exército	867 470	846 039
Ministério da Marinha	591 269	589 994
Ministério dos Negócios Estrangeiros	163 702	154 515
Ministério das Obras Públicas	631 697	523 140
Ministério do Ultramar	87 882	72 729
Ministério da Educação Nacional	1 015 000	968 476
Ministério da Economia	375 569	363 191
Ministério das Comunicações	571 027	690 602
Ministério das Corporações e Previdência Social	57 226	47 138
Ministério da Saúde e Assistência	653 330	665 066
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>3 654 036</b>	<b>5 439 723</b>
Encargos gerais da Nação	1 656 873	2 976 672
Ministério das Finanças	261 000	584 322
Ministério do Interior	15 000	15 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	0
Ministério da Marinha	1 517	1 517
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	1086 950	912 164
Ministério do Ultramar	207 600	539 281
Ministério da Educação Nacional	5 000	5 250
Ministério da Economia	287 330	252 258
Ministério das Comunicações	111 766	132 939
Ministério das Corporações e Previdência Social	1 000	320
Ministério da Saúde e Assistência	20 000	20 000
<b>SALDO</b>	<b>+ 6 971</b>	<b>+ 497 475</b>
Saldo ordinário	+ 111 471	+ 2 807 236
Saldo extraordinário	- 104 500	- 2 309 761

Ano económico de 1961

síntese do ano económico 1961 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	11 787 913	13 942 323
empréstimos	2 656 805	2 851 648
saldos de anos económicos findos	280 000	150 000
receitas efectivas	8 851 108	10 940 675
despesas totais	11 780 942	13 444 848
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 929 834	- 2 504 173

## ANO ECONÓMICO DE 1962

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 111 de 21 de Dezembro de 1961.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 44 115 de 23 de Dezembro de 1961.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1962, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>12 463 252</b>	<b>15 183 319</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>9 481 047</b>	<b>11 355 429</b>
Impostos directos gerais	2 838 700	3 419 130
Impostos indirectos	3 308 850	4 385 081
Indústrias em regime tributário especial	706 400	819 398
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	415 536	483 451
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	748 841	884 353
Juros e dividendos	125 030	140 230
Reembolsos e reposições	815 277	644 984
Consignação de receitas	522 413	578 802
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>2 982 205</b>	<b>3 827 890</b>
das quais empréstimos	1 770 339	2 601 736
das quais saldos de anos económicos findos	319 000	496 000
<b>DESPESAS</b>	<b>12 460 818</b>	<b>14 831 381</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>8 238 713</b>	<b>8 295 720</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	593 072	594 932
Dívida pública	983 354	986 173
Encargos gerais	394 729	390 614
Ministério das Finanças	477 573	498 870
Ministério do Interior	552 508	543 073
Ministério da Justiça	194 197	204 928
Ministério do Exército	884 013	898 591
Ministério da Marinha	605 196	616 021
Ministério dos Negócios Estrangeiros	160 914	156 220
Ministério das Obras Públicas	534 007	505 849
Ministério do Ultramar	85 662	76 530
Ministério da Educação Nacional	1 034 255	1013 587
Ministério da Economia	371 202	354 220
Ministério das Comunicações	628 642	703 579
Ministério das Corporações e Previdência Social	59 913	52 560
Ministério da Saúde e Assistência	679 476	699 970
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>4 222 105</b>	<b>6 535 661</b>
Encargos gerais da Nação	2 189 916	3 795 357
Ministério das Finanças	302 864	575 742
Ministério do Interior	10 000	13 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	0
Ministério da Marinha	300	400
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	1 026 325	982 849
Ministério do Ultramar	200 800	600 489
Ministério da Educação Nacional	5 150	10 150
Ministério da Economia	309 350	301 221
Ministério das Comunicações	162 900	242 286
Ministério das Corporações e Previdência Social	500	160
Ministério da Saúde e Assistência	14 000	14 000
<b>SALDO</b>	<b>+ 2 433</b>	<b>+ 351 938</b>
Saldo ordinário	+ 1 242 333	+ 3 059 709
Saldo extraordinário	- 1 239 900	- 2 707 771

Ano económico de 1962

síntese do ano económico 1962 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	12 463 252	15 183 319
empréstimos	1 770 339	2 601 736
saldos de anos económicos findos	319 000	496 000
receitas efectivas	10 373 913	12 085 583
despesas totais	12 460 818	14 831 381
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 086 905	- 2 745 798

## ANO ECONÓMICO DE 1963

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 117 de 19 de Dezembro de 1962.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 44 808 de 21 de Dezembro de 1962.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1963, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>14 152 712</b>	<b>15 852 210</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>9 758 398</b>	<b>12 002 001</b>
Impostos directos gerais	2 998 600	3 675 892
Impostos indirectos	3 283 400	4 699 632
Indústrias em regime tributário especial	806 200	879 633
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	421 036	510 868
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	673 711	729 714
Juros e dividendos	132 278	191 447
Reembolsos e reposições	856 323	615 595
Consignação de receitas	586 850	699 220
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>4 394 314</b>	<b>3 850 209</b>
das quais empréstimos	3 146 107	2 799 824
das quais saldos de anos económicos findos	350 000	500 000
<b>DESPESAS</b>	<b>14 150 119</b>	<b>15 700 441</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>9 034 910</b>	<b>8 886 537</b>

Ano económico de 1963

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	629 211	631 061
Dívida pública	1 433 391	1 161 996
Encargos gerais	398 343	394 870
Ministério das Finanças	517 669	597 553
Ministério do Interior	564 089	547 532
Ministério da Justiça	199 435	209 813
Ministério do Exército	916 307	939 009
Ministério da Marinha	629 682	662 744
Ministério dos Negócios Estrangeiros	167 347	173 763
Ministério das Obras Públicas	536 594	498 161
Ministério do Ultramar	87 481	82 097
Ministério da Educação Nacional	1 147 952	1 062 317
Ministério da Economia	389 402	348 535
Ministério das Comunicações	641 704	790 892
Ministério das Corporações e Previdência Social	61 224	54 939
Ministério da Saúde e Assistência	715 078	731 254
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>5 115 209</b>	<b>6 813 904</b>
Encargos gerais da Nação	2 587 857	3 845 632
Ministério das Finanças	209 620	562 890
Ministério do Interior	14 000	14 750
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	10 000	7 993
Ministério das Obras Públicas	1 577 358	1 602 529
Ministério do Ultramar	159 200	287 699
Ministério da Educação Nacional	15 400	15 400
Ministério da Economia	326 674	298 611
Ministério das Comunicações	199 600	163 341
Ministério das Corporações e Previdência Social	500	60
Ministério da Saúde e Assistência	15 000	15 000
<b>SALDO</b>	<b>+ 2 593</b>	<b>+ 151 769</b>
Saldo ordinário	+ 723 488	+ 3 115 464
Saldo extraordinário	- 720 895	- 2 963 695

Ano económico de 1963

síntese do ano económico 1963 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	14 152 712	15 852 210
empréstimos	3 146 107	2 799 824
saldos de anos económicos findos	350 000	500 000
receitas efectivas	10 656 605	12 552 386
despesas totais	14 150 119	15 700 441
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 493 514	- 3 148 055

## ANO ECONÓMICO DE 1964

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 121 de 21 de Dezembro de 1963.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 45 459 de 23 de Dezembro de 1963.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1964, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>14 785 250</b>	<b>17 498 540</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>10 305 256</b>	<b>13 111 834</b>
Impostos directos gerais	3 154 200	3 886 989
Impostos indirectos	3 475 750	4 883 488
Indústrias em regime tributário especial	808 450	918 608
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	433 151	549 555
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	626 171	720 624
Rendimentos de capitais, acções e obrigações	136 542	163 146
Reembolsos e reposições	1 035 040	1 006 028
Consignação de receitas	635 953	983 395
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>4 479 994</b>	<b>4 386 706</b>
das quais empréstimos	3 425 065	3 477 584
das quais saldos de anos económicos findos	200 000	349 097
<b>DESPESAS</b>	<b>14 783 200</b>	<b>17 167 419</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>9 596 211</b>	<b>9 594 687</b>

Ano económico de 1964

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	683 741	664 583
Dívida pública	1 570 526	1 289 150
Encargos gerais	411 293	399 509
Ministério das Finanças	565 041	601 664
Ministério do Interior	570 503	557 949
Ministério da Justiça	199 670	210 802
Ministério do Exército	987 106	1 043 459
Ministério da Marinha	676 084	704 681
Ministério dos Negócios Estrangeiros	173 330	180 398
Ministério das Obras Públicas	587 262	494 720
Ministério do Ultramar	87 787	85 776
Ministério da Educação Nacional	1 209 299	1 112 081
Ministério da Economia	393 375	369 434
Ministério das Comunicações	675 149	1 054 446
Ministério das Corporações e Previdência Social	67 249	60 903
Ministério da Saúde e Assistência	738 795	765 132
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>5 186 989</b>	<b>7 572 732</b>
Encargos gerais da Nação	2 600 829	4 367 475
Ministério das Finanças	160 600	150 602
Ministério do Interior	12 500	12 500
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	909
Ministério das Obras Públicas	1 659 342	1 652 244
Ministério do Ultramar	135 000	843 514
Ministério da Educação Nacional	14 400	14 400
Ministério da Economia	328 518	306 514
Ministério das Comunicações	258 300	223 596
Ministério das Corporações e Previdência Social	500	280
Ministério da Saúde e Assistência	17 000	700
<b>SALDO</b>	<b>+ 2 050</b>	<b>+ 331 121</b>
Saldo ordinário	+ 709 045	+ 3 517 147
Saldo extraordinário	- 706 995	- 3 186 026

Ano económico de 1964

síntese do ano económico 1964 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	14 785 250	17 498 540
empréstimos	3 425 065	3 477 584
saldos de anos económicos findos	200 000	349 097
receitas efectivas	11 160 185	13 671 859
despesas totais	14 783 200	17 167 419
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 623 015	- 3 495 560

## ANO ECONÓMICO DE 1965

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 124 de 19 de Dezembro de 1964.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: António Pinto Barbosa) – decreto 46 091 de 22 de Dezembro de 1964.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1965, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: de 1 de Janeiro a 14 de Junho de 1965, António Pinto Barbosa; de 14 de Junho a 31 de Dezembro de 1965, Ulisses Cortês).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>16 740 711</b>	<b>18 157 786</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>11 624 242</b>	<b>15 173 471</b>
Impostos directos gerais	3 804 700	4 685 708
Impostos indirectos	3 842 550	5 737 926
Indústrias em regime tributário especial	847 750	1 022 094
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	465 536	681 316
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	678 051	806 488
Rendimentos de capitais, acções e obrigações	143 790	205 873
Reembolsos e reposições	1 066 294	1 135 900
Consignação de receitas	775 571	898 166
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>5 116 469</b>	<b>2 984 315</b>
das quais empréstimos	3 641 547	2 162 005
das quais saldos de anos económicos findos	67 744	0
<b>DESPEASAS</b>	<b>16 739 245</b>	<b>18 055 013</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>10 712 088</b>	<b>10 424 399</b>
Encargos gerais da Nação	728 890	702 238
Dívida pública	1 868 741	1 818 387
Encargos gerais	417 172	404 639
Ministério das Finanças	891 485	703 324
Ministério do Interior	580 473	568 940
Ministério da Justiça	200 257	213 154
Ministério do Exército	1 059 311	985 313
Ministério da Marinha	722 793	747 603
Ministério dos Negócios Estrangeiros	199 197	213 098
Ministério das Obras Públicas	555 998	510 971
Ministério do Ultramar	89 973	84 352
Ministério da Educação Nacional	1 319 989	1 175 289
Ministério da Economia	401 868	383 912
Ministério das Comunicações	808 040	1 026 208
Ministério das Corporações e Previdência Social	68 623	62 214
Ministério da Saúde e Assistência	799 276	824 755
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>6 027 157</b>	<b>7 630 614</b>
Encargos gerais da Nação	3 547 000	5 077 355
Ministério das Finanças	177 100	128 865
Ministério do Interior	14 500	13 517
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	413
Ministério das Obras Públicas	1 439 527	1 352 876
Ministério do Ultramar	201 000	488 500
Ministério da Educação Nacional	60 000	38 733
Ministério da Economia	383 530	322 842
Ministério das Comunicações	184 000	187 393
Ministério das Corporações e Previdência Social	500	120
Ministério da Saúde e Assistência	20 000	20 000
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 466</b>	<b>+ 102 772</b>
Saldo ordinário	+ 912 154	+ 4 749 071

Ano económico de 1965

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Saldo extraordinário	- 910 688	- 4 646 299

síntese do ano económico 1965 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	16 740 711	18 157 786
empréstimos	3 641 547	2 162 005
saldos de anos económicos findos	67 744	0
receitas efectivas	13 031 420	15 995 781
despesas totais	16 739 245	18 055 013
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 707 825	- 2 059 232

## ANO ECONÓMICO DE 1966

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 128 de 18 de Dezembro de 1965.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Ulisses Cortês) – decreto 46 773 de 20 de Dezembro de 1965.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1966, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Ulisses Cortês).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>17 411 499</b>	<b>19 736 215</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>12 818 678</b>	<b>16 942 496</b>
Impostos directos gerais	4 320 400	5 080 948
Impostos indirectos	4 093 600	6 310 276
Indústrias em regime tributário especial	946 390	1 135 736
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	499 937	799 983
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	733 951	1 013 892
Rendimentos de capitais, acções e obrigações	150 352	191 592
Reembolsos e reposições	1 254 945	1 310 012
Consignação de receitas	819 102	1 100 057
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>4 592 821</b>	<b>2 793 718</b>
das quais empréstimos	3 191 643	1 896 512
das quais saldos de anos económicos findos	0	100 000
<b>DESPESAS</b>	<b>17 410 284</b>	<b>19 621 113</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>11 026 481</b>	<b>11 585 901</b>

Ano económico de 1966

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	764 624	779 352
Dívida pública	2 055 085	2 038 027
Encargos gerais	420 588	414 315
Ministério das Finanças	660 130	721 069
Ministério do Interior	589 747	601 388
Ministério da Justiça	201 462	220 675
Ministério do Exército	1 070 887	1 148 682
Ministério da Marinha	733 110	851 712
Ministério dos Negócios Estrangeiros	205 799	207 796
Ministério das Obras Públicas	627 653	539 023
Ministério do Ultramar	89 535	84 985
Ministério da Educação Nacional	1 423 644	1 312 345
Ministério da Economia	418 547	418 984
Ministério das Comunicações	873 814	1 301 884
Ministério das Corporações e Previdência Social	68 092	65 650
Ministério da Saúde e Assistência	823 766	880 012
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>6 383 803</b>	<b>8 035 213</b>
Encargos gerais da Nação	4 037 000	5 531 005
Ministério das Finanças	334 100	271 373
Ministério do Interior	7 000	7 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	1 262 353	1 198 272
Ministério do Ultramar	201 000	546 000
Ministério da Educação Nacional	50 000	46 658
Ministério da Economia	324 500	298 922
Ministério das Comunicações	152 500	120 722
Ministério das Corporações e Previdência Social	350	260
Ministério da Saúde e Assistência	15 000	15 000
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 215</b>	<b>+ 115 102</b>
Saldo ordinário	+ 1 792 197	+ 5 356 596
Saldo extraordinário	- 1 790 982	- 5 241 494

Ano económico de 1966

síntese do ano económico 1966 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	17 411 499	19 736 215
empréstimos	3 191 643	1 896 512
saldos de anos económicos findos	0	100 000
receitas efectivas	14 219 856	17 739 703
despesas totais	17 410 284	19 621 113
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 190 428	- 1 881 410

## ANO ECONÓMICO DE 1967

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 131 de 26 de Dezembro de 1966.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Ulisses Cortês) – decreto 47 447 de 30 de Dezembro de 1966.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1967, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Ulisses Cortês).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>20 206 153</b>	<b>23 460 953</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>14 962 075</b>	<b>19 896 596</b>
Impostos directos gerais	4 602 000	5 422 145
Impostos indirectos	5 297 060	8 154 973
Indústrias em regime tributário especial	983 040	1 252 776
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	700 483	974 486
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	797 431	1 045 241
Rendimentos de capitais, acções e obrigações	170 070	233 444
Reembolsos e reposições	1 345 589	1 506 995
Consignação de receitas	1 066 402	1 306 535
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>5 244 078</b>	<b>3 564 357</b>
das quais empréstimos	3 772 400	2 554 987
das quais saldos de anos económicos findos	0	130 000
<b>DESPESAS</b>	<b>20 204 304</b>	<b>23 358 532</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>12 605 376</b>	<b>13 078 580</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	861 984	837 762
Dívida pública	2 114 544	2 560 916
Encargos gerais	422 072	418 090
Ministério das Finanças	835 627	800 818
Ministério do Interior	685 152	659 257
Ministério da Justiça	247 783	245 027
Ministério do Exército	1 201 836	1 195 896
Ministério da Marinha	828 503	953 147
Ministério dos Negócios Estrangeiros	222 843	222 385
Ministério das Obras Públicas	704 074	629 103
Ministério do Ultramar	94 667	85 224
Ministério da Educação Nacional	1 837 568	1 531 571
Ministério da Economia	478 382	467 455
Ministério das Comunicações	1 093 748	1 453 444
Ministério das Corporações e Previdência Social	90 472	75 669
Ministério da Saúde e Assistência	886 122	942 813
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>7 598 928</b>	<b>10 279 953</b>
Encargos gerais da Nação	5 373 000	7 181 273
Ministério das Finanças	379 000	705 519
Ministério do Interior	4 000	4 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	0
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	971 328	1 095 337
Ministério do Ultramar	204 000	640 363
Ministério da Educação Nacional	55 000	54 566
Ministério da Economia	314 500	335 839
Ministério das Comunicações	282 750	247 976
Ministério das Corporações e Previdência Social	350	80
Ministério da Saúde e Assistência	15 000	15 000
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 849</b>	<b>+ 102 421</b>
Saldo ordinário	+ 2 356 699	+ 6 818 017
Saldo extraordinário	- 2 354 850	- 6 715 596

Ano económico de 1967

síntese do ano económico 1967 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	20 206 153	23 460 953
empréstimos	3 772 400	2 554 987
saldos de anos económicos findos	0	130 000
receitas efectivas	16 433 753	20 775 966
despesas totais	20 204 304	23 358 532
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 3 770 551	- 2 582 566

## ANO ECONÓMICO DE 1968

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 134 de 20 de Dezembro de 1967.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: Ulisses Cortês) – decreto 48 164 de 26 de Dezembro de 1967.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 27 de Setembro de 1968, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: António Oliveira Salazar; Ministro das Finanças: de 1 de Janeiro a 19 de Agosto de 1968, Ulisses Cortês; de 19 de Agosto a 27 de Setembro de 1968, João Dias Rosas).

De 27 de Setembro a 31 de Dezembro de 1968, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: João Dias Rosas).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>22 337 020</b>	<b>25 767 764</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>16 915 680</b>	<b>21 827 840</b>
Impostos directos gerais	4 854 600	6 267 587
Impostos indirectos	6 349 000	8 816 767
Indústrias em regime tributário especial	1 063 690	1 231 863
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	778 743	1 126 562
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	871 071	1 176 343
Rendimentos de capitais, acções e obrigações	173 227	266 892
Reembolsos e reposições	1 418 475	1 384 679
Consignação de receitas	1 406 874	1 557 148
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>5 412 340</b>	<b>3 939 924</b>
das quais empréstimos	4 043 265	3 055 921
das quais saldos de anos económicos findos	0	0

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>DESPEAS</b>	<b>22 335 017</b>	<b>25 193 274</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>13 663 677</b>	<b>13 887 319</b>
Encargos gerais da Nação	945 171	944 931
Dívida pública	2 179 241	2 427 988
Encargos gerais	532 452	533 964
Ministério das Finanças	857 121	779 212
Ministério do Interior	696 349	686 585
Ministério da Justiça	249 699	245 867
Ministério do Exército	1 280 914	1 261 327
Ministério da Marinha	873 094	1 013 983
Ministério dos Negócios Estrangeiros	252 014	280 037
Ministério das Obras Públicas	776 027	720 929
Ministério do Ultramar	97 814	95 960
Ministério da Educação Nacional	1 972 640	1 652 482
Ministério da Economia	511 146	482 534
Ministério das Comunicações	1 406 957	1 668 915
Ministério das Corporações e Previdência Social	91 802	84 885
Ministério da Saúde e Assistência	941 237	1 007 718
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>8 671 340</b>	<b>11 305 955</b>
Encargos gerais da Nação	5 646 166	7 990 065
Ministério das Finanças	209 000	203 414
Ministério do Interior	4 000	4 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	0	814
Ministério da Marinha	0	0
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	1 480 190	1 453 998
Ministério do Ultramar	254 900	733 899
Ministério da Educação Nacional	142 500	136 669
Ministério da Economia	478 894	491 558
Ministério das Comunicações	374 800	204 383
Ministério das Corporações e Previdência Social	850	160
Ministério da Saúde e Assistência	80 040	86 994
<b>SALDO</b>	<b>+ 2 003</b>	<b>+ 574 490</b>

Ano económico de 1968

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Saldo ordinário	+ 3 252 003	+ 7 940 521
Saldo extraordinário	- 3 250 000	- 7 366 031

síntese do ano económico 1968 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	22 337 020	25 767 764
empréstimos	4 043 265	3 055 921
saldos de anos económicos findos	0	0
receitas efectivas	18 293 755	22 711 843
despesas totais	22 335 017	25 193 274
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 4 041 262	- 2 481 431

## ANO ECONÓMICO DE 1969

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 136 de 21 de Dezembro de 1968.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: João Dias Rosas) – decreto 48 811 de 30 de Dezembro de 1968.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1969, governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: João Dias Rosas).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>25 327 181</b>	<b>28 724 380</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>18 503 350</b>	<b>24 631 283</b>
Impostos directos gerais	5 290 550	7 330 827
Impostos indirectos	7 011 000	9 889 273
Indústrias em regime tributário especial	1 100 100	1 466 187
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	888 744	1 241 546
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	1 029 116	1 227 881
Rendimentos de capitais, acções e obrigações	210 597	265 934
Reembolsos e reposições	1 440 677	1 400 874
Consignação de receitas	1 532 566	1 808 761
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>6 823 831</b>	<b>4 093 097</b>
das quais empréstimos	5 331 356	2 192 684
das quais saldos de anos económicos findos	104 000	642 064
<b>DESPESAS</b>	<b>25 325 292</b>	<b>27 713 493</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>15 286 901</b>	<b>15 107 745</b>

Ano económico de 1969

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	1 058 563	1 004 960
Dívida pública	2 441 139	2 181 301
Encargos gerais	539 266	545 360
Ministério das Finanças	959 714	920 031
Ministério do Interior	790 312	788 534
Ministério da Justiça	253 878	245 781
Ministério do Exército	1 374 732	1 332 116
Ministério da Marinha	933 159	1 072 070
Ministério dos Negócios Estrangeiros	282 443	295 475
Ministério das Obras Públicas	902 093	885 939
Ministério do Ultramar	102 580	96 761
Ministério da Educação Nacional	2 401 289	2 086 168
Ministério da Economia	560 902	655 639
Ministério das Comunicações	1 588 793	1 803 787
Ministério das Corporações e Previdência Social	99 202	89 156
Ministério da Saúde e Assistência	1 001 835	1 104 666
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>10 038 391</b>	<b>12 605 748</b>
Encargos gerais da Nação	6 392 116	8 575 653
Ministério das Finanças	40 820	278 881
Ministério do Interior	5 000	5 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	2 000	2 000
Ministério da Marinha	0	17 431
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	1 791 160	1 809 408
Ministério do Ultramar	355 000	677 526
Ministério da Educação Nacional	248 237	243 720
Ministério da Economia	581 838	568 904
Ministério das Comunicações	493 120	295 479
Ministério das Corporações e Previdência Social	500	60
Ministério da Saúde e Assistência	128 600	131 685
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 889</b>	<b>+ 1 010 886</b>
Saldo ordinário	+ 3 216 449	+ 9 523 538
Saldo extraordinário	- 3 214 560	- 8 512 651

Ano económico de 1969

síntese do ano económico 1969 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	25 327 181	28 724 380
empréstimos	5 331 356	2 192 684
saldos de anos económicos findos	104 000	642 064
receitas efectivas	19 891 825	25 889 632
despesas totais	25 325 292	27 713 493
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 433 467	- 1 823 861

## ANO ECONÓMICO DE 1970

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 2 145 de 24 de Dezembro de 1969.

Orçamento aprovado por um governo da União Nacional (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: João Dias Rosas) – decreto 49 489 de 30 de Dezembro de 1969.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1970, governo da União Nacional, a partir de Fevereiro Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: João Dias Rosas).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>28 798 784</b>	<b>32 751 309</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>22 033 247</b>	<b>29 729 285</b>
Impostos directos gerais	6 463 640	8 904 584
Impostos indirectos	8 647 000	12 389 977
Indústrias em regime tributário especial	1 340 326	1 495 433
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	1 109 266	1 472 800
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	1 241 133	1 455 547
Rendimentos de capitais, acções e obrigações	228 410	273 881
Reembolsos e reposições	1 496 930	1 616 119
Consignação de receitas	1 506 542	2 120 943
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>6 765 537</b>	<b>3 022 024</b>
das quais empréstimos	4 432 243	962 438
das quais saldos de anos económicos findos	0	620 000
<b>DESPEASAS</b>	<b>28 794 256</b>	<b>31 735 624</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>17 846 559</b>	<b>17 633 533</b>
Encargos gerais da Nação	1 225 909	1 153 354
Ministério das Finanças	4 365 328	3 995 075
Ministério do Interior	930 078	953 532
Ministério da Justiça	297 177	289 072
Ministério do Exército	1 581 478	1 576 794
Ministério da Marinha	1 164 850	1 285 035
Ministério dos Negócios Estrangeiros	332 133	342 602
Ministério das Obras Públicas	880 388	846 270
Ministério do Ultramar	114 218	113 137
Ministério da Educação Nacional	3 331 573	2 742 828
Ministério da Economia	657 459	626 969
Ministério das Comunicações	1 721 440	2 309 836
Ministério das Corporações e Previdência Social	118 108	108 458
Ministério da Saúde e Assistência	1 126 419	1 290 570
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>10 947 697</b>	<b>14 102 090</b>
Encargos gerais da Nação	6 708 646	9 667 736
Ministério das Finanças	40 500	188 618
Ministério do Interior	5 000	11 500
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	2 300	2 300
Ministério da Marinha	21 000	21 399
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	2 249 407	2 055 373
Ministério do Ultramar	344 000	726 000
Ministério da Educação Nacional	287 916	279 538
Ministério da Economia	599 281	587 068
Ministério das Comunicações	494 501	371 583
Ministério das Corporações e Previdência Social	1 000	580
Ministério da Saúde e Assistência	194 146	190 394
<b>SALDO</b>	<b>+ 4 528</b>	<b>+ 1 015 686</b>
Saldo ordinário	+ 4 186 688	+ 12 095 752
Saldo extraordinário	- 4 182 160	- 11 080 066

Ano económico de 1970

síntese do ano económico 1970 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	28 798 784	32 751 309
empréstimos	4 432 243	962 438
saldos de anos económicos findos	0	620 000
receitas efectivas	24 366 541	31 168 871
despesas totais	28 794 256	31 735 624
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 4 427 715	- 566 753

## ANO ECONÓMICO DE 1971

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 10/70 de 28 de Dezembro.

Orçamento aprovado por um governo da Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: João Dias Rosas) – decreto 659/70 de 30 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1971, governo da Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: João Dias Rosas).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>32 052 593</b>	<b>36 929 735</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>24 524 862</b>	<b>32 285 291</b>
Impostos directos gerais	7 346 300	9 335 126
Impostos indirectos	9 620 600	13 746 665
Indústrias em regime tributário especial	1 385 150	1 552 112
Taxas – Rendimentos de diversos serviços	1 294 038	1 724 581
Domínio privado, indústrias do Estado e participações de lucros	1 336 578	1 740 386
Rendimentos de capitais, acções e obrigações	248 828	257 399
Reembolsos e reposições	1 446 297	1 408 964
Consignação de receitas	1 847 070	2 520 059
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>7 527 731</b>	<b>4 644 444</b>
das quais empréstimos	4 993 576	1 971 669
das quais saldos de anos económicos findos	45 000	1 126 291
<b>DESPESAS</b>	<b>32 049 644</b>	<b>36 647 817</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>19 617 946</b>	<b>19 650 082</b>

Ano económico de 1971

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	1 394 245	1 349 079
Ministério das Finanças	4 578 876	4 324 130
Ministério do Interior	1 011 086	1 019 479
Ministério da Justiça	321 975	298 990
Ministério do Exército	1 629 296	1 587 703
Ministério da Marinha	1 350 764	1 447 928
Ministério dos Negócios Estrangeiros	351 817	374 281
Ministério das Obras Públicas	846 218	841 719
Ministério do Ultramar	117 864	109 229
Ministério da Educação Nacional	3 787 854	3 277 591
Ministério da Economia	719 675	636 797
Ministério das Comunicações	1 929 498	2 642 387
Ministério das Corporações e Previdência Social	126 435	108 440
Ministério da Saúde e Assistência	1 452 342	1 632 330
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>12 431 698</b>	<b>16 997 735</b>
Encargos gerais da Nação	7 436 507	10 598 791
Ministério das Finanças	287 500	783 281
Ministério do Interior	5 000	5 000
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	7 500	707 500
Ministério da Marinha	12 770	11 827
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	2 509 797	2 364 310
Ministério do Ultramar	357 000	808 619
Ministério da Educação Nacional	262 800	309 409
Ministério da Economia	750 354	714 556
Ministério das Comunicações	597 030	500 230
Ministério das Corporações e Previdência Social	1 000	860
Ministério da Saúde e Assistência	204 440	193 352
<b>SALDO</b>	<b>+ 2 949</b>	<b>+ 281 919</b>
Saldo ordinário	+ 4 906 916	+ 12 635 210
Saldo extraordinário	- 4 903 967	- 12 353 291

Ano económico de 1971

síntese do ano económico 1971 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	32 052 593	36 929 735
empréstimos	4 993 576	1 971 669
saldos de anos económicos findos	45 000	1 126 291
receitas efectivas	27 014 017	33 831 775
despesas totais	32 049 644	36 647 817
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 035 627	- 2 816 042

## ANO ECONÓMICO DE 1972

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 9/71 de 23 de Dezembro.

Orçamento aprovado por um governo da Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: João Dias Rosas) – decreto 612/71 de 30 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1972, governo da Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: de 1 de Janeiro a 11 de Agosto de 1972, João Dias Rosas; de 11 de Agosto a 31 de Dezembro de 1972, Manuel Cota Dias).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>36 876 752</b>	<b>42 103 343</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>28 702 337</b>	<b>36 214 354</b>
<i>Receitas correntes</i>	25 222 205	31 601 846
Impostos directos	8 686 620	10 679 843
Impostos indirectos	14 174 603	18 597 503
Taxas, multas e outras penalidades	272 808	340 666
Rendimentos da propriedade	768 123	747 432
Transferências	310 729	297 664
Venda de bens duradouros	400	198
Venda de serviços e bens não duradouros	993 922	935 738
Outras receitas correntes	15 000	2 802
<i>Receitas de capital</i>	<b>654 769</b>	<b>715 563</b>
Venda de bens de investimento	16 000	15 720
Transferências	43 551	43 975

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Activos financeiros	572 718	655 867
Passivos financeiros	22 500	0
Outras receitas de capital	0	0
<i>Reposições não abatidas aos pagamentos</i>	<i>50 000</i>	<i>158 347</i>
<i>Contas de ordem</i>	<i>2 775 363</i>	<i>3 738 599</i>
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>8 174 415</b>	<b>5 888 989</b>
<i>Receitas correntes</i>	<i>733 420</i>	<i>821 121</i>
Impostos directos	200 000	379 559
Transferências	518 420	441 562
Outras receitas correntes	15 000	0
<i>Receitas de capital</i>	<i>7 440 995</i>	<i>5 067 868</i>
Transferências	1 762 395	1 312 076
Passivos financeiros	5 678 600	3 383 110
Outras receitas de capital	0	372 682
<b>DESPESAS</b>	<b>36 875 107</b>	<b>40 867 638</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>22 065 771</b>	<b>22 990 783</b>
Encargos gerais da Nação	1 549 013	1 518 821
Ministério das Finanças	5 255 855	4 864 125
Ministério do Interior	1 050 531	1 112 463
Ministério da Justiça	325 854	323 212
Ministério do Exército	1 679 415	1 807 549
Ministério da Marinha	1 490 712	1 695 281
Ministério dos Negócios Estrangeiros	407 616	483 378
Ministério das Obras Públicas	909 839	853 555
Ministério do Ultramar	122 842	118 881
Ministério da Educação Nacional	4 520 902	4 462 254
Ministério da Economia	775 695	885 233
Ministério das Comunicações	2 117 007	2 891 834
Ministério das Corporações e Previdência Social	136 563	115 997
Ministério da Saúde e Assistência	1 723 926	1 858 200
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>14 809 336</b>	<b>17 876 856</b>
Encargos gerais da Nação	8 267 697	10 920 676
Ministério das Finanças	1 114 624	1 693 649
Ministério do Interior	5 000	5 000

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	7 600	7 642
Ministério da Marinha	14 700	13 317
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	2 485 884	2 321 022
Ministério do Ultramar	357 100	556 750
Ministério da Educação Nacional	357 350	354 662
Ministério da Economia	985 265	846 776
Ministério das Comunicações	963 999	914 570
Ministério das Corporações e Previdência Social	2 500	1 200
Ministério da Saúde e Assistência	247 617	241 592
classificação económica		
<b>Despesas correntes</b>	<b>25 825 085</b>	<b>29 306 800</b>
Pessoal	9 994 862	10 313 300
Bens e serviços correntes	5 345 152	4 803 400
Transferências correntes	4 016 812	4 999 600
Outras despesas correntes	6 468 159	9 190 500
<b>Despesas de capital</b>	<b>8 274 658</b>	<b>7 7 03 000</b>
Investimentos	3 304 821	2 861 900
Transferências de capital	1 580 024	1 142 800
Activos financeiros	1 529 918	2 121 900
Passivos financeiros	1 413 990	1 205 400
Outras despesas de capital	445 904	408 300
<b>Despesas de anos findos</b>	<b>—</b>	<b>85 800</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>2 775 363</b>	<b>3 734 700</b>
classificação funcional		
Administração pública	—	5 130 000
da qual justiça, ordem e segurança	—	1 114 800
da qual ultramar	—	642 200
Defesa nacional	—	13 865 900
Educação	—	4 470 500
Saúde	—	551 500
Previdência social e obras sociais	—	1 053 000
Habitação e desenvolvimento comunitário	—	357 100

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Outros serviços colectivos e sociais	—	220 300
Serviços económicos	—	4 579 500
Operações da dívida pública	—	2 615 300
Transferências entre o sector público	—	4 088 700
Desastres e calamidades	—	8 100
Diversas não especificadas	—	3 927 700
<b>SALDO</b>	<b>+ 1 645</b>	<b>+ 1 235 705</b>
Saldo ordinário	+ 6 636 566	+ 13 223 571
Saldo extraordinário	- 6 634 921	- 11 987 867

síntese do ano económico 1972 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	36 876 752	42 103 343
empréstimos	5 701 100	3 383 110
saldos de anos económicos findos	0	372 682
receitas efectivas	31 175 652	38 347 551
despesas totais	36 875 107	40 867 638
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 5 699 455	- 2 520 087
amortizações da dívida pública	1 413 990	1 205 400
despesas efectivas	35 461 100	39 662 200
saldo efectivo	- 4 285 400	- 1 314 600

## Observações

As outras receitas de capital das receitas extraordinárias correspondem a saldos de anos económicos findos.

No orçamento aprovado, não existe classificação funcional das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

## ANO ECONÓMICO DE 1973

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 6/72 de 27 de Dezembro.

Orçamento aprovado por um governo da Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: Manuel Cota Dias) – decreto 595/72 de 27 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, governo da Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: Manuel Cota Dias).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>43 620 675</b>	<b>50 034 003</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>33 564 380</b>	<b>43 385 459</b>
<i>Receitas correntes</i>	29 637 132	38 069 142
Impostos directos	10 301 500	13 689 245
Impostos indirectos	16 841 174	21 530 039
Taxas, multas e outras penalidades	315 590	436 357
Rendimentos da propriedade	613 075	775 289
Transferências	446 487	477 664
Venda de bens duradouros	450	53 675
Venda de serviços e bens não duradouros	1 118 856	1 106 872
Outras receitas correntes	0	0
<i>Receitas de capital</i>	773 705	853 073
Venda de bens de investimento	5 980	5 041
Transferências	37 366	68 753
Activos financeiros	707 859	779 278

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Passivos financeiros	22 500	1
Outras receitas de capital	0	0
<i>Reposições não abatidas aos pagamentos</i>	<i>50 000</i>	<i>377 190</i>
<i>Contas de ordem</i>	<i>3 103 543</i>	<i>4 086 056</i>
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>10 056 295</b>	<b>6 648 542</b>
<i>Receitas correntes</i>	<i>1 480 064</i>	<i>915 936</i>
Impostos directos	350 000	279 406
Transferências	729 464	249 649
Outras receitas correntes	400 600	386 881
<i>Receitas de capital</i>	<i>8 576 231</i>	<i>5 732 606</i>
Transferências	2 116 782	880 984
Passivos financeiros	6 209 449	3 428 490
Outras receitas de capital	250 000	1 423 133
<b>DESPESAS</b>	<b>43 596 845</b>	<b>48 893 591</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>26 498 040</b>	<b>27 498 555</b>
Encargos gerais da Nação	1 685 357	1 757 688
Ministério das Finanças	7 922 120	5 722 916
Ministério do Interior	1 167 678	1 554 317
Ministério da Justiça	351 620	374 068
Ministério do Exército	1 740 940	1 994 398
Ministério da Marinha	1 614 765	1 897 370
Ministério dos Negócios Estrangeiros	459 964	508 285
Ministério das Obras Públicas	957 082	988 159
Ministério do Ultramar	127 849	127 863
Ministério da Educação Nacional	5 120 902	5 837 928
Ministério da Economia	820 051	893 082
Ministério das Comunicações	2 356 578	3 326 928
Ministério das Corporações e Previdência Social	143 654	135 230
Ministério da Saúde e Assistência	2 029 480	2 380 321
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>17 098 805</b>	<b>21 395 037</b>
Encargos gerais da Nação	8 483 423	12 648 892
Ministério das Finanças	625 250	887 171
Ministério do Interior	5 000	15 000
Ministério da Justiça	0	0

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério do Exército	7 600	7 658
Ministério da Marinha	18 607	18 700
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	3 113 286	2 863 395
Ministério do Ultramar	1 189 500	1 517 128
Ministério da Educação Nacional	857 350	857 350
Ministério da Economia	1 607 974	886 621
Ministério das Comunicações	955 301	1 468 697
Ministério das Corporações e Previdência Social	2 500	5 810
Ministério da Saúde e Assistência	233 014	218 615
classificação económica		
<b>Despesas correntes</b>	<b>29 833 045</b>	<b>35 211 000</b>
Pessoal	13 621 158	12 548 800
Bens e serviços correntes	6 595 897	4 803 300
Transferências correntes	4 877 958	5 657 100
Outras despesas correntes	4 738 032	12 201 800
<b>Despesas de capital</b>	<b>10 660 255</b>	<b>9 517 300</b>
Investimentos	3 741 609	3 190 100
Transferências de capital	2 154 957	2 634 600
Activos financeiros	1 658 559	2 089 800
Passivos financeiros	2 285 285	1 379 700
Outras despesas de capital	819 845	223 100
<b>Despesas de anos findos</b>	<b>—</b>	<b>82 900</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>3 103 543</b>	<b>4 082 400</b>
classificação funcional		
Administração pública	—	5 508 700
da qual justiça, ordem e segurança	—	1 331 000
da qual ultramar	—	1 608 700
Defesa nacional	—	15 929 400
Educação	—	4 958 300
Saúde	—	994 300
Previdência social e obras sociais	—	1 351 400
Habituação e desenvolvimento comunitário	—	457 100
Outros serviços colectivos e sociais	—	194 100

Ano económico de 1973

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Serviços económicos	—	5 793 100
Operações da dívida pública	—	2 874 600
Transferências entre o sector público	—	5 488 900
Desastres e calamidades	—	18 000
Diversas não especificadas	—	5 325 700
<b>SALDO</b>	<b>+ 23 830</b>	<b>+ 1 140 412</b>
Saldo ordinário	+ 7 066 340	+ 15 886 904
Saldo extraordinário	- 7 042 510	- 14 746 492

síntese do ano económico 1973 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	43 620 675	50 034 003
empréstimos	6 231 949	3 428 491
saldos de anos económicos findos	250 000	1 423 133
receitas efectivas	37 138 726	45 182 379
despesas totais	43 596 845	48 893 591
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 6 458 119	- 3 711 212
amortizações da dívida pública	2 285 285	1 379 700
despesas efectivas	41 311 560	47 513 900
saldo efectivo	- 4 172 834	- 2 331 521

## Observações

As outras receitas de capital das receitas extraordinárias correspondem a saldos de anos económicos findos.

No orçamento aprovado, não existe classificação funcional das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

## ANO ECONÓMICO DE 1974

### Preparação do orçamento

Lei de autorização das receitas e despesas aprovada pela Assembleia Nacional – lei 7/73 de 22 de Dezembro.

Orçamento aprovado por um governo da Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: Manuel Cota Dias) – decreto 709/73 de 29 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 25 de Abril de 1974, governo da Acção Nacional Popular (Presidente do Conselho de Ministros: Marcelo Caetano; Ministro das Finanças: Manuel Cota Dias).

De 25 de Abril a 15 de Maio de 1974, governo da Junta de Salvação Nacional (Presidente da Junta de Salvação Nacional: António Spínola; delegado da Junta de Salvação Nacional no Ministério das Finanças: Vasco Vieira de Almeida).

De 15 de Maio a 17 de Julho de 1974, 1º Governo Provisório, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português (Primeiro-Ministro: Adelino Palma Carlos; Ministro das Finanças: Vasco Vieira de Almeida).

De 17 de Julho a 30 de Setembro de 1974, 2º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português (Primeiro-Ministro: Vasco Gonçalves; Ministro das Finanças: José Silva Lopes).

De 30 de Setembro a 31 de Dezembro de 1974, 3º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português (Primeiro-Ministro: Vasco Gonçalves; Ministro das Finanças: José Silva Lopes).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>53 060 090</b>	<b>61 273 565</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>39 711 035</b>	<b>50 286 177</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<i>Receitas correntes</i>	35 238 444	45 221 007
Impostos directos	12 192 500	16 558 926
Impostos indirectos	20 178 971	26 021 770
Taxas, multas e outras penalidades	360 800	410 903
Rendimentos da propriedade	581 139	629 121
Transferências	686 862	434 733
Venda de bens duradouros	650	24 966
Venda de serviços e bens não duradouros	1 237 523	1 140 587
Outras receitas correntes	0	0
<i>Receitas de capital</i>	752 289	644 274
Venda de bens de investimento	5 900	19 559
Transferências	39 356	49 606
Activos financeiros	684 533	575 109
Passivos financeiros	22 500	0
Outras receitas de capital	0	0
<i>Reposições não abatidas aos pagamentos</i>	50 000	337 426
<i>Contas de ordem</i>	3 670 302	4 083 470
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>13 349 055</b>	<b>10 987 388</b>
<i>Receitas correntes</i>	708 871	663 567
Impostos directos	350 000	297 042
Transferências	358 871	366 525
Outras receitas correntes	0	0
<i>Receitas de capital</i>	12 640 184	10 323 821
Transferências	2 963 244	1 223 558
Passivos financeiros	9 676 940	9 027 374
Outras receitas de capital	0	72 889
<b>DESPEAS</b>	<b>53 057 817</b>	<b>63 415 253</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>31 126 561</b>	<b>35 593 970</b>
Encargos gerais da Nação	2 019 037	2 121 968
Ministério das Finanças	7 845 120	6 887 272
Ministério do Interior	1 527 873	2 741 199
Ministério da Justiça	503 065	470 708
Ministério do Exército	2 076 157	2 861 417
Ministério da Marinha	1 844 187	2 498 323

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério dos Negócios Estrangeiros	559 261	608 327
Ministério das Obras Públicas	1 252 186	1 184 138
Ministério do Ultramar	146 455	143 881
Ministério da Educação Nacional	6 815 000	8 356 048
Ministério da Economia	976 558	986 409
Ministério das Comunicações	2 742 482	3 249 802
Ministério das Corporações e Previdência Social	643 584	694 144
Ministério da Saúde e Assistência	2 175 597	2 790 331
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>21 931 255</b>	<b>27 821 283</b>
Encargos gerais da Nação	9 068 020	15 932 960
Ministério das Finanças	1 456 500	918 847
Ministério do Interior	5 000	9 975
Ministério da Justiça	0	0
Ministério do Exército	13 700	11 808
Ministério da Marinha	57 863	66 334
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério das Obras Públicas	4 938 700	3 987 511
Ministério do Ultramar	1 304 500	1 192 128
Ministério da Educação Nacional	1 647 100	961 521
Ministério da Economia	1 388 646	824 125
Ministério das Comunicações	1 407 056	3 582 116
Ministério das Corporações e Previdência Social	102 500	67 631
Ministério da Saúde e Assistência	541 670	266 328
classificação económica		
<b>Despesas correntes</b>	<b>34 168 651</b>	<b>46 133 100</b>
Pessoal	16 789 589	17 804 900
Bens e serviços correntes	6 930 335	5 816 100
Transferências correntes	6 658 150	7 875 300
Outras despesas correntes	3 790 577	14 636 800
<b>Despesas de capital</b>	<b>15 218 863</b>	<b>13 103 300</b>
Investimentos	5 494 844	3 593 400
Transferências de capital	4 220 092	5 699 400
Activos financeiros	2 270 497	1 963 200
Passivos financeiros	2 526 087	1 644 600

Ano económico de 1974

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Outras despesas de capital	707 343	202 700
<b>Despesas de anos findos</b>	—	<b>100 800</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>3 670 302</b>	<b>4 078 100</b>
classificação funcional		
Administração pública	—	6 509 900
da qual justiça, ordem e segurança	—	1 910 600
da qual ultramar	—	1 294 800
Defesa nacional	—	20 467 400
Educação	—	6 095 700
Saúde	—	1 394 500
Previdência social e obras sociais	—	1 598 000
Habituação e desenvolvimento comunitário	—	443 900
Outros serviços colectivos e sociais	—	245 400
Serviços económicos	—	8 572 200
Operações da dívida pública	—	3 316 900
Transferências entre o sector público	—	8 687 400
Desastres e calamidades	—	37 200
Diversas não especificadas	—	6 091 800
<b>SALDO</b>	<b>+ 2 274</b>	<b>- 2 141 687</b>
Saldo ordinário	+ 8 584 474	+ 14 692 208
Saldo extraordinário	- 8 582 200	- 16 833 895

síntese do ano económico 1974	orçamento	execução do
valores em contos	aprovado	orçamento
receitas totais	53 060 090	61 273 565
empréstimos	9 699 440	9 027 374
saldos de anos económicos findos	0	72 889
receitas efectivas	43 360 650	52 173 302
despesas totais	53 057 817	63 415 253
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 9 697 167	- 11 241 951
amortizações da dívida pública	2 526 087	1 644 600
despesas efectivas	50 531 730	61 770 700
saldo efectivo	- 7 171 080	- 9 597 400

## Observações

As outras receitas de capital das receitas extraordinárias correspondem a saldos de anos económicos findos.

No orçamento aprovado, não existe classificação funcional das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, com a formação do 1º Governo Provisório, foi modificada a nomenclatura de alguns ministérios. Além disso: foram desligados da orgânica ministerial os serviços militares (o Estado Maior General das Forças Armadas e o Departamento da Força Aérea estavam anteriormente dependentes da Presidência do Conselho de Ministros, cujas despesas estavam englobadas nos encargos gerais da Nação); foi criado o Ministério da Comunicação Social, cujos serviços foram separados da Presidência do Conselho de Ministros (este Ministério foi extinto com a formação do 3º Governo Provisório, tendo os respectivos serviços sido integrados de novo na Presidência do Conselho de Ministros); foi criado o Ministério da Coordenação Económica, por fusão do Ministério das Finanças e do Ministério da Economia (este Ministério foi extinto, por divisão no Ministério das Finanças e no Ministério do Planeamento e Coordenação Económica com a formação do 2º Governo Provisório); e foi criado o Ministério do Equipamento Social e Ambiente, por fusão do Ministério das Obras Públicas e do Ministério das Comunicações. Estas alterações orgânicas não tiveram, porém, conseqüências orçamentais no próprio ano económico.

## ANO ECONÓMICO DE 1975

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado pelo 3º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português (Primeiro-Ministro: Vasco Gonçalves; Ministro das Finanças: José Silva Lopes) – decreto-lei 809/74 de 31 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 26 de Março de 1975, 3º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português (Primeiro-Ministro: Vasco Gonçalves; Ministro das Finanças: José Silva Lopes).

De 26 de Março a 8 de Agosto de 1975, 4º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista, do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português (Primeiro-Ministro: Vasco Gonçalves; Ministro das Finanças: José Joaquim Fragoso).

De 8 de Agosto a 19 de Setembro de 1975, 5º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas e de independentes (Primeiro-Ministro: Vasco Gonçalves; Ministro das Finanças: José Joaquim Fragoso).

De 19 de Setembro a 31 de Dezembro de 1975, 6º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista e do Partido Comunista (Primeiro-Ministro: José Pinheiro de Azevedo; Ministro das Finanças: Francisco Salgado Zenha).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>75 378 631</b>	<b>79 682 851</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>56 281 755</b>	<b>54 873 076</b>
<i>Receitas correntes</i>	<i>50 585 881</i>	<i>49 752 215</i>
Impostos directos	18 185 000	16 242 665
Impostos indirectos	29 385 921	30 509 652

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Taxas, multas e outras penalidades	433 395	433 050
Rendimentos da propriedade	671 860	565 505
Transferências	315 419	481 204
Venda de bens duradouros	1 050	423 548
Venda de serviços e bens não duradouros	1 593 236	1 032 697
Outras receitas correntes	0	63 895
<i>Receitas de capital</i>	<i>1 123 148</i>	<i>741 211</i>
Venda de bens de investimento	5 075	42 141
Transferências	22 559	26 626
Activos financeiros	1 073 014	672 444
Passivos financeiros	22 500	0
Outras receitas de capital	0	0
<i>Reposições não abatidas aos pagamentos</i>	<i>50 000</i>	<i>695 668</i>
<i>Contas de ordem</i>	<i>4 522 726</i>	<i>3 683 981</i>
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>19 096 876</b>	<b>24 809 775</b>
<i>Receitas correntes</i>	<i>796 650</i>	<i>1 765 286</i>
Impostos directos	300 000	253 157
Impostos indirectos	0	1 228 528
Transferências	496 650	283 602
Outras receitas correntes	0	0
<i>Receitas de capital</i>	<i>18 300 226</i>	<i>23 044 489</i>
Transferências	2 550 300	1 757 691
Passivos financeiros	15 749 926	21 286 798
Outras receitas de capital	0	0
<b>DESPEAS</b>	<b>75 378 631</b>	<b>86 619 525</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>45 185 071</b>	<b>52 822 272</b>
Encargos gerais da Nação	226 061	338 315
Defesa Nacional – EMGFA e Departamento da Força Aérea	1 591 687	1 659 281
Defesa Nacional – Departamento do Exército	3 804 018	4 632 010
Defesa Nacional – Departamento da Marinha	2 881 101	2 953 836
Ministério da Coordenação Interterritorial	111 989	98 509
Ministério da Administração Interna	3 026 188	6 342 960
Ministério da Justiça	679 368	627 294
Ministério das Finanças	9 543 947	8 652 299

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Ministério da Economia	2 158 368	2 017 949
Ministério dos Negócios Estrangeiros	688 709	756 203
M. Equipamento Social e Ambiente – Obras Públicas	1 775 611	1 660 528
M. Equip. Social e Ambiente – Transportes e Comunicações	4 021 565	3 234 187
Ministério da Educação e Cultura	10 378 948	14 109 856
Ministério do Trabalho	389 770	233 570
Ministério dos Assuntos Sociais	3 732 661	5 202 488
Ministério da Comunicação Social	175 079	302 986
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>30 193 560</b>	<b>33 797 253</b>
Encargos gerais da Nação	30 000	365 981
Defesa Nacional – EMGFA e Departamento da Força Aérea	8 830 050	8 276 456
Defesa Nacional – Departamento do Exército	11 300	11 279
Defesa Nacional – Departamento da Marinha	14 200	9 200
Ministério da Coordenação Interterritorial	3 882 000	3 998 336
Ministério da Administração Interna	0	12 500
Ministério da Justiça	0	0
Ministério das Finanças	959 500	1 254 449
Ministério da Economia	1 921 900	1 595 430
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
M. Equipamento Social e Ambiente – Obras Públicas	9 109 010	8 166 405
M. Equipamento Social e Ambiente – Transportes e Comunicações	3 481 600	4 670 378
Ministério da Educação e Cultura	1 370 000	1 104 832
Ministério do Trabalho	0	0
Ministério dos Assuntos Sociais	584 000	4 332 006
Ministério da Comunicação Social	0	0
classificação económica		
<b>Despesas correntes</b>	<b>?</b>	<b>65 491 800</b>
Pessoal	?	27 835 000
Bens e serviços correntes	?	6 682 900
Transferências correntes	?	18 765 200
Outras despesas correntes	?	12 208 700
<b>Despesas de capital</b>	<b>?</b>	<b>17 096 000</b>
Investimentos	?	5 489 800
Transferências de capital	?	9 082 400

Ano económico de 1975

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Activos financeiros	510 629	585 200
Passivos financeiros	2 821 105	1 870 900
Outras despesas de capital	?	67 700
<b>Despesas de anos findos</b>	—	<b>351 700</b>
<b>Contas de ordem</b>	?	<b>3 680 000</b>
classificação funcional		
Administração pública	—	10 772 900
da qual justiça, ordem e segurança	—	2 429 000
da qual ultramar	—	4 070 000
Defesa nacional	—	16 236 500
Educação	—	10 861 200
Saúde	—	1 909 400
Previdência social e obras sociais	—	5 652 500
Habituação e desenvolvimento comunitário	—	4 477 100
Outros serviços colectivos e sociais	—	363 700
Serviços económicos	—	11 397 500
Operações da dívida pública	—	4 324 400
Transferências entre o sector público	—	14 094 400
Desastres e calamidades	—	40 500
Diversas não especificadas	—	6 489 400
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>- 6 936 674</b>
Saldo ordinário	+ 11 096 684	+ 2 050 805
Saldo extraordinário	- 11 096 684	- 8 987 478

síntese do ano económico 1975 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	75 378 631	79 682 851
empréstimos	15 772 426	21 286 798
saldos de anos económicos findos	0	0
receitas efectivas	59 606 205	58 396 053
despesas totais	75 378 631	86 619 525
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 15 772 426	- 28 223 472
amortizações da dívida pública	2 821 105	1 870 900
despesas efectivas	72 557 526	84 748 600
saldo efectivo	- 12 951 321	- 26 352 500

## Observações

As outras receitas de capital das receitas extraordinárias correspondem a saldos de anos económicos findos.

No orçamento aprovado não foram inseridos valores totais da classificação económica das despesas. Não tendo sido publicada a classificação económica das despesas do Ministério da Economia, apenas é possível apurar os valores totais das rubricas da classificação económica não existentes nesse Ministério.

No orçamento aprovado, não existe classificação funcional das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, com a formação do 4º Governo Provisório, foram criados o Ministério da Agricultura e Pescas, o Ministério da Indústria e Tecnologia e o Ministério do Comércio, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Planeamento e Coordenação Económica; e foi criado o Ministério dos Transportes e Comunicações, tendo os respectivos serviços sido separados do Ministério do Equipamento Social e Ambiente. Com a formação do 5º Governo Provisório, foram criados o Ministério do Comércio Interno e o Ministério do Comércio Externo, por divisão do Ministério do Comércio. Com a formação do 6º Governo Provisório, foi extinto o Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, tendo os respectivos serviços sido integrados no Ministério das Finanças; e foi criado o Ministério da Comunicação Social, tendo os respectivos serviços sido separados da Presidência do Conselho de Ministros (cujas despesas estavam

Ano económico de 1975

englobadas nos encargos gerais da Nação). Porém, com excepção da última, estas alterações orgânicas só tiveram conseqüências orçamentais em 1976. Entretanto, note-se que os orçamentos do Ministério das Obras Públicas e do Ministério das Comunicações se mantiveram separados, apesar da fusão dos dois ministérios no Ministério do Equipamento Social e Ambiente.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

## ANO ECONÓMICO DE 1976

### Preparação do orçamento

Orçamento aprovado pelo 6º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista e do Partido Comunista (Primeiro-Ministro: José Pinheiro de Azevedo; Ministro das Finanças: Francisco Salgado Zenha) – decreto-lei 768/75 de 31 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 23 de Julho de 1976, 6º Governo Provisório, do Movimento das Forças Armadas, do Partido Popular Democrático, do Partido Socialista e do Partido Comunista (Primeiro-Ministro: de 1 de Janeiro a 23 de Junho, José Pinheiro de Azevedo; de 23 de Junho a 23 de Julho, Almeida Costa; Ministro das Finanças: Francisco Salgado Zenha).

De 23 de Julho a 31 de Dezembro de 1976, 1º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Henrique Medina Carreira).

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>105 521 953</b>	<b>124 688 362</b>
<b>Receitas ordinárias</b>	<b>68 228 640</b>	<b>76 501 818</b>
<i>Receitas correntes</i>	63 668 834	71 442 674
Impostos directos	19 902 000	21 029 796
Impostos indirectos	39 007 205	44 681 064
Taxas, multas e outras penalidades	409 600	541 643
Rendimentos da propriedade	2 327 994	3 564 529
Transferências	285 230	425 764
Venda de bens duradouros	1 400	6 025
Venda de serviços e bens não duradouros	1 668 405	1 170 552
Outras receitas correntes	67 000	23 300
<i>Receitas de capital</i>	504 424	373 606
Venda de bens de investimento	4 850	20 777

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Transferências	17 493	38 721
Activos financeiros	459 581	314 108
Passivos financeiros	22 500	0
<i>Reposições não abatidas aos pagamentos</i>	<i>50 000</i>	<i>749 461</i>
<i>Contas de ordem</i>	<i>4 005 383</i>	<i>3 936 078</i>
<b>Receitas extraordinárias</b>	<b>37 293 313</b>	<b>48 186 544</b>
<i>Receitas correntes</i>	<i>338 430</i>	<i>382 110</i>
Impostos directos	0	173 423
Transferências	338 430	208 687
<i>Receitas de capital</i>	<i>36 954 883</i>	<i>47 804 433</i>
Transferências	2 177 470	799 846
Passivos financeiros	34 777 413	47 004 587
<b>DESPEAS</b>	<b>105 521 953</b>	<b>124 688 362</b>
<b>Despesas ordinárias</b>	<b>66 019 228</b>	<b>71 006 836</b>
Encargos gerais da Nação	282 666	348 891
Defesa Nacional – EMGFA e Departamento da Força Aérea	2 622 494	3 457 912
Defesa Nacional – Departamento do Exército	5 747 587	6 756 637
Defesa Nacional – Departamento da Marinha	3 739 963	3 875 428
Ministério da Cooperação	130 278	75 590
Ministério da Administração Interna	4 972 248	5 992 147
Ministério da Justiça	861 896	794 370
Ministério das Finanças	12 143 332	13 237 534
Ministério da Agricultura e Pescas	1 096 889	1 178 873
Ministério da Indústria e Tecnologia	499 012	442 648
Ministério do Comércio Externo	1 100 617	1 298 915
Ministério do Comércio Interno	270 130	184 907
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1 037 934	1 073 210
Ministério do Equipamento Social	2 143 373	2 068 634
Ministério dos Transportes e Comunicações	3 922 451	3 848 613
Ministério da Educação e Investigação Científica	17 642 000	17 052 202
Ministério do Trabalho	686 505	305 328
Ministério dos Assuntos Sociais	6 538 775	8 354 332
Ministério da Comunicação Social	581 077	660 666
<b>Despesas extraordinárias</b>	<b>39 502 725</b>	<b>53 681 526</b>

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Encargos gerais da Nação	320 000	252 784
Defesa Nacional – EMGFA e Departamento da Força Aérea	2 032 500	1 359 190
Defesa Nacional – Departamento do Exército	32 800	62 996
Defesa Nacional – Departamento da Marinha	7 000	4 062
Ministério da Cooperação	6 000 000	6 254 346
Ministério da Administração Interna	2 200 000	1 659 600
Ministério da Justiça	0	0
Ministério das Finanças	4 039 000	14 794 336
Ministério da Agricultura e Pescas	2 185 500	1 795 432
Ministério da Indústria e Tecnologia	618 890	521 528
Ministério do Comércio Externo	354 770	264 101
Ministério do Comércio Interno	100 000	55 634
Ministério dos Negócios Estrangeiros	0	0
Ministério do Equipamento Social	12 782 305	10 316 967
Ministério dos Transportes e Comunicações	4 720 000	6 153 038
Ministério da Educação e Investigação Científica	2 318 540	2 051 095
Ministério do Trabalho	0	0
Ministério dos Assuntos Sociais	1 791 420	8 136 418
Ministério da Comunicação Social	0	0
classificação económica		
<b>Despesas correntes</b>	<b>71 625 838</b>	<b>83 818 500</b>
Pessoal	32 540 382	34 353 600
Bens e serviços correntes	6 641 430	6 940 400
Transferências correntes	17 383 333	28 930 400
Outras despesas correntes	15 060 693	13 594 100
<b>Despesas de capital</b>	<b>29 890 731</b>	<b>36 711 100</b>
Investimentos	1 142 228	10 597 200
Transferências de capital	9 564 405	12 723 600
Activos financeiros	2 914 350	9 182 700
Passivos financeiros	2 585 990	2 795 400
Outras despesas de capital	13 683 758	1 412 200
Despesas de anos findos	—	230 500
<b>Contas de ordem</b>	<b>4 005 381</b>	<b>3 928 300</b>
classificação funcional		

Ano económico de 1976

valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
Administração pública	?	26 013 900
da qual justiça, ordem e segurança	?	3 603 500
da qual ultramar	?	6 325 900
Defesa nacional	?	14 250 300
Educação	?	14 038 300
Saúde	?	1 825 500
Previdência social e obras sociais	?	1 791 200
Habitação e desenvolvimento comunitário	?	4 737 000
Outros serviços colectivos e sociais	?	445 000
Serviços económicos	?	16 168 300
Operações da dívida pública	?	7 650 100
Transferências entre o sector público	?	30 728 900
Desastres e calamidades	?	0
Diversas não especificadas	?	7 039 900
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Saldo ordinário	+ 2 209 414	+ 5 494 982
Saldo extraordinário	- 2 209 412	- 5 494 982

síntese do ano económico 1976 valores em contos	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	105 521 953	124 688 362
empréstimos	34 799 913	47 004 587
receitas efectivas	70 722 040	77 683 775
despesas totais	105 521 953	124 688 362
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 34 799 913	- 47 004 587
amortizações da dívida pública	2 585 990	2 795 400
despesas efectivas	102 935 963	121 893 000
saldo efectivo	- 32 213 923	- 44 209 200

## Observações

No orçamento aprovado, não existe classificação funcional das despesas.

## Ano económico de 1976

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, com a formação do 1º Governo Constitucional, foi extinto o Ministério da Comunicação Social, cujos serviços foram integrados de novo na Presidência do Conselho de Ministros; foi criado o Ministério do Plano e Coordenação Económica, cujos serviços foram separados do Ministério das Finanças; foi criado o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, cujos serviços foram separados do Ministério das Obras Públicas; e foi criado o Ministério do Comércio e Turismo, por fusão do Ministério do Comércio Externo e do Ministério do Comércio Interno. Todas estas alterações orgânicas só tiveram, porém, conseqüências orçamentais em 1977.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

## ANO ECONÓMICO DE 1977

### Preparação do orçamento

Proposta de lei do orçamento apresentada em 16 de Dezembro de 1976 pelo 1º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Henrique Medina Carreira).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 11/76 de 31 de Dezembro.

Orçamento aprovado pelo 1º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Henrique Medina Carreira) – decreto-lei 952/76 de 31 de Dezembro.

Leis de revisão orçamental aprovadas pela Assembleia da República – lei 60/77 de 12 de Agosto e lei 87/77 de 30 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1977, 1º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Henrique Medina Carreira).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>158 308 058</b>	<b>159 173 100</b>	<b>171 902 000</b>	<b>158 741 435</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>85 760 213</b>	<b>85 760 200</b>	<b>99 708 000</b>	<b>98 420 977</b>
Impostos directos	24 413 002	24 413 000	28 900 000	30 087 502
Impostos indirectos	53 668 309	53 668 300	62 100 000	61 209 070
Taxas, multas e outras penalidades	412 435	412 400	800 000	809 367
Rendimentos da propriedade	4 471 242	4 471 300	4 500 000	3 847 406
Transferências	651 082	651 100	743 000	1 017 488
Venda de bens duradouros	271 400	271 400	437 000	11 826
Venda serv. e bens não duradouros	1 811 843	1 811 800	2 097 000	1 428 319
Outras receitas correntes	60 900	60 900	131 000	10 000
<b>Receitas de capital</b>	<b>68 297 853</b>	<b>69 162 800</b>	<b>65 988 000</b>	<b>54 347 681</b>
Venda de bens de investimento	4 860	4 900	5 000	7 426

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Transferências	8 731 812	8 731 800	5 537 000	4 898 293
Activos financeiros	431 369	481 300	481 000	604 711
Passivos financeiros	59 079 812	59 944 800	59 965 000	48 837 250
<b>Repos. não abatidas aos pagam.</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>1 000 000</b>	<b>1 152 141</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>4 199 992</b>	<b>4 200 100</b>	<b>5 206 000</b>	<b>4 820 636</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>158 398 062</b>	<b>159 173 058</b>	<b>171 902 000</b>	<b>158 741 435</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	6 389 948	7 254 947	8 636 000	8 170 251
DN – EMGFA e Dep. Força Aérea	5 679 196	5 679 196	6 235 000	5 538 208
Defesa Nacional – Dep. Exército	7 748 389	7 748 389	8 557 000	8 207 879
Defesa Nacional – Dep. Marinha	4 436 435	4 436 434	4 798 000	4 433 768
MPCE	2 493 745	2 492 954	3 053 000	2 949 109
Ministério da Administração Interna	15 016 205	15 016 154	17 122 000	16 431 665
Ministério da Justiça	935 298	935 298	1 142 000	1 038 333
Ministério das Finanças	35 904 103	35 904 053	30 210 000	27 264 878
M. Negócios Estrangeiros	2 120 665	2 120 665	1 981 000	1 687 825
Ministério da Agricultura e Pescas	5 854 004	5 854 005	7 324 000	5 656 324
M. Indústria e Tecnologia	1 574 806	1 574 805	2 756 000	2 449 978
Ministério do Comércio e Turismo	2 125 258	2 125 258	2 577 000	1 951 286
Ministério do Trabalho	565 194	565 194	464 000	365 017
MEIC	22 528 874	22 528 874	27 134 000	25 026 294
Ministério dos Assuntos Sociais	11 192 808	11 192 007	14 554 000	14 241 713
M. Transportes e Comunicações	12 202 734	12 202 734	14 283 000	13 310 558
Ministério das Obras Públicas	11 862 323	11 862 323	13 296 000	12 388 636
MHUC	9 678 077	9 678 967	7 780 000	7 629 713
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>111 318 858</b>	<b>111 319 000</b>	<b>?</b>	<b>114 892 300</b>
Pessoal	44 048 890	44 049 000	?	50 306 700
Bens e serviços correntes	8 783 375	8 783 000	?	9 455 000
Juros	11 471 045	11 471 000	?	9 808 300
Transferências correntes	30 868 820	25 907 000	?	40 941 500
Subsídios	nas transfer.	4 962 000	?	1 160 600
Outras despesas correntes	16 146 728	16 147 000	?	3 220 200
<b>Despesas de capital</b>	<b>42 789 278</b>	<b>43 654 000</b>	<b>?</b>	<b>39 053 200</b>

Ano económico de 1977

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Investimentos	1 846 232	25 212 000	?	13 835 800
Transferências de capital	8 239 505	9 104 000	?	13 686 300
Activos financeiros	3 162 000	3 162 000	?	3 008 000
Passivos financeiros	6 175 601	6 176 000	?	5 370 600
Outras despesas de capital	23 365 940	—	?	3 152 500
<b>Contas de ordem</b>	<b>4 289 926</b>	<b>4 200 000</b>	<b>?</b>	<b>4 795 900</b>
classificação funcional				
Administração pública	39 880 624	40 745 000	36 827 000	33 567 700
d. q. segurança e ordem públicas	5 283 755	5 284 000	6 252 000	6 066 300
da qual ultramar	2 432 811	2 447 000	2 545 000	2 356 100
Defesa nacional	17 081 228	17 081 000	18 639 000	17 338 700
Educação	22 015 062	22 015 000	25 386 000	24 160 700
Saúde	9 533 897	9 534 000	12 863 000	12 344 400
Segurança e assistência sociais	6 778 639	6 779 000	8 502 000	8 379 000
Habitação e equipamentos urbanos	13 564 691	13 565 000	11 740 000	11 553 000
Outros serviços colectivos e sociais	1 003 875	1 004 000	1 050 000	869 000
Serviços económicos	30 289 354	30 289 000	38 225 000	34 073 400
Operações da dívida pública	148 692 287	14 869 000	14 184 000	13 354 700
Desastres e calamidades	0	0	0	0
Diversas não especificadas	3 921 405	3 292 000	4 486 000	3 100 800
<b>SALDO</b>	<b>- 90 004</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 1977	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	158 308 058	159 173 100	171 902 000	158 741 435
empréstimos	59 079 812	59 944 800	59 965 000	48 837 250
receitas efectivas	99 228 246	99 228 300	111 937 000	109 904 185
despesas totais	158 308 058	159 173 058	171 902 000	158 741 435
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 59 079 812	- 59 944 800	- 59 965 000	- 48 837 250
amortizações dívida pública	6 175 601	6 176 000	?	5 370 600
despesas efectivas	152 132 457	152 997 000	?	153 370 800
saldo efectivo	- 52 904 211	- 53 769 000	?	- 43 466 600

## Observações

No orçamento aprovado, há uma diferença de 800 contos entre a soma das parcelas da classificação orgânica das despesas e o respectivo total.

No orçamento aprovado, as receitas são apresentadas com arredondamento à centena de contos e as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento aos milhares de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

No orçamento rectificado, receitas segundo a lei 60/77 de 12 de Agosto, despesas segundo a lei 87/77 de 30 de Dezembro.

O orçamento rectificado é apresentado com arredondamento aos milhares de contos.

No orçamento rectificado, não é apresentada classificação económica das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

A partir de 1977, deixou de existir a distinção entre receitas e despesas ordinárias e receitas e despesas extraordinárias. Além disso, na classificação económica das despesas, a rubrica 'transferências correntes' foi decomposta nas rubricas 'juros', 'transferências correntes' e 'subsídios' e foi suprimida a rubrica 'despesas de anos findos'.

DN = Defesa Nacional

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

MPCE = Ministério do Plano e Coordenação Económica

MEIC = Ministério da Educação e Investigação Científica

MHUC = Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção

## **ANO ECONÓMICO DE 1978**

### **Preparação do orçamento**

Proposta de lei do orçamento apresentada em 26 de Outubro de 1977 pelo 1º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Henrique Medina Carreira). Não foi discutida pela Assembleia da República.

Decreto de meios e duodécimos aprovado pelo 1º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Henrique Medina Carreira) – decreto-lei 20/78 de 20 de Janeiro.

Proposta de lei do orçamento apresentada em 16 de Março de 1978 pelo 2º Governo Constitucional, do Partido Socialista e do Centro Democrático e Social (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Vítor Constâncio).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 20/78 de 26 de Abril.

Orçamento aprovado pelo 2º Governo Constitucional, do Partido Socialista e do Centro Democrático e Social (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Vítor Constâncio) – decreto-lei 75-N/78 de 26 de Abril.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 74/78 de 28 de Dezembro.

### **Execução do orçamento**

De 1 a 23 de Janeiro de 1978, 1º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Henrique Medina Carreira).

De 23 de Janeiro a 29 de Agosto de 1978, pelo 2º Governo Constitucional, do Partido Socialista e do Centro Democrático e Social (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Vítor Constâncio).

De 29 de Agosto a 22 de Novembro de 1978, 3º Governo Constitucional, extra-partidário de iniciativa presidencial (Primeiro-Ministro: Alfredo Nobre da Costa; Ministro das Finanças: José Silva Lopes).

De 22 de Novembro a 31 de Dezembro de 1978, 4º Governo Constitucional, extra-partidário de iniciativa presidencial (Primeiro-Ministro: Carlos Mota Pinto; Ministro das Finanças: Manuel Jacinto Nunes).

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>222 783 000</b>	<b>219 571 000</b>	<b>219 571 400</b>	<b>224 236 000</b>	<b>214 802 061</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>149 816 000</b>	<b>144 621 000</b>	<b>144 620 900</b>	<b>138 621 000</b>	<b>121 868 363</b>
Impostos directos	43 514 000	42 514 000	42 514 000	42 514 000	38 649 832
Impostos indirectos	88 144 000	82 758 000	82 758 300	82 758 000	72 004 796
Taxas, multas etc.	950 000	950 000	949 600	950 000	984 037
Rend. da propriedade	8 403 000	9 053 000	9 052 600	9 053 000	7 286 460
Transferências	6 916 000	6 964 000	6 964 100	964 000	1 171 979
Venda bens dur.	401 000	401 000	401 100	401 000	87 018
V. serv. bens n. dur.	1 353 000	1 346 000	1 345 800	1 346 000	1 569 180
Outras rec. correntes	135 000	635 000	635 400	635 000	115 062
<b>Receitas de capital</b>	<b>65 143 000</b>	<b>66 420 000</b>	<b>66 420 900</b>	<b>77 085 000</b>	<b>83 639 539</b>
Venda bens invest.	5 000	5 000	5 300	5 000	5 065
Transferências	5 924 000	5 344 000	5 344 000	5 344 000	2 125 000
Activos financeiros	562 000	569 000	569 200	569 000	417 596
Passivos financeiros	58 652 000	60 502 000	60 502 400	71 167 000	81 091 878
<b>Rep. n. abat. pag.</b>	<b>1 000 000</b>	<b>1 250 000</b>	<b>1 250 000</b>	<b>1 250 000</b>	<b>1 789 526</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>6 824 000</b>	<b>7 280 000</b>	<b>7 279 600</b>	<b>7 280 000</b>	<b>7 504 633</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>222 782 600</b>	<b>219 571 376</b>	<b>219 571 376</b>	<b>224 236 700</b>	<b>214 802 061</b>
classificação orgânica					
Enc. ger. da Nação	7 524 300	2 752 313	2 752 313	3 370 000	3 146 610
Def. Nac. – EMGFA	2 290 300	2 350 260	2 350 260	2 448 300	1 988 262
DN – D. Força Aérea	4 414 300	4 464 279	4 464 279	4 483 200	4 684 400
DN – Dep. Exército	9 620 600	9 920 179	9 920 179	9 751 200	10 186 291
DN – Dep. Marinha	5 065 100	5 057 283	5 057 283	5 122 900	5 172 236
M. Fin. e do Plano	69 954 200	76 621 476	76 621 476	76 922 200	65 769 424
M. Plano Coord. Ec.	4 468 900	—	—	—	—
M. Adm. Interna	13 294 600	10 643 374	10 643 374	10 311 700	12 767 627
Ministério da Justiça	1 357 000	1 408 042	1 408 042	1 408 000	1 398 415
M. Neg. Estrangeiros	2 032 500	2 032 471	2 032 471	2 016 000	2 206 046
M. Reforma Adm.	—	5 827 166	5 827 166	6 025 600	7 074 260
M. Agric. e Pescas	11 038 800	9 169 503	9 169 503	8 212 600	6 978 667
M. Ind. e Tecnologia	1 488 900	1 336 587	1 336 587	1 320 000	1 221 650

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
M. Com. e Turismo	2 879 300	2 804 520	2 804 520	2 653 600	2 094 526
M. Trabalho	650 600	679 651	679 651	662 300	572 217
M. Educação e Cultura	27 782 200	27 937 612	27 937 612	30 807 400	30 184 423
M. Assuntos Sociais	23 648 200	23 550 307	23 550 307	26 593 800	27 855 777
M. Transp. e Com.	8 295 600	7 528 294	7 528 294	7 869 900	9 029 759
M. Habit. e Ob. Públ.	—	25 488 059	25 488 059	24 258 000	22 471 469
M. Obras Públicas	16 716 300	—	—	—	—
MHUC	10 263 900	—	—	—	—
classif. económica					
<b>Despesas correntes</b>	<b>155 493 000</b>	<b>158 717 696</b>	<b>158 718 000</b>	?	<b>160 060 800</b>
Pessoal	58 299 000	58 101 355	58 101 000	?	62 129 900
Bens e serv. correntes	9 607 000	9 814 137	9 814 000	?	10 242 100
Juros	19 669 000	23 108 477	23 109 000	?	18 691 500
Transf. correntes	39 022 000	39 472 134	39 472 000	?	60 829 300
Subsídios	10 610 000	10 581 735	10 582 000	?	1 459 300
Outras desp. correntes	18 286 000	17 639 958	17 640 000	?	6 708 700
<b>Despesas de capital</b>	<b>60 466 000</b>	<b>53 574 033</b>	<b>53 574 000</b>	?	<b>47 268 100</b>
Investimentos	44 060 000	3 069 226	3 069 000	?	15 658 200
Transf. de capital	2 144 000	10 371 981	10 372 000	?	17 647 800
Activos financeiros	5 023 000	7 270 000	7 270 000	?	7 346 900
Passivos financeiros	9 239 000	8 025 160	8 025 000	?	5 948 700
Outras desp. de cap.	—	24 837 666	24 838 000	?	666 500
<b>Contas de ordem</b>	<b>6 824 000</b>	<b>7 279 647</b>	<b>7 279 000</b>	?	<b>7 473 200</b>
classif. funcional					
Admin. pública	49 878 000	50 766 566	50 766 000	50 472 000	44 188 700
d. q. seg. e ordem	7 081 000	7 206 358	7 206 000	7 351 000	8 035 300
da qual ultramar	2 068 000	2 067 539	2 076 000	2 326 000	2 962 000
Defesa nacional	20 372 000	20 488 889	20 489 000	20 437 000	20 741 600
Educação	24 566 000	26 260 223	26 260 000	29 309 000	28 708 400
Saúde	20 587 000	23 033 531	23 033 000	26 167 000	26 714 100
Seg. e assist. sociais	10 200 000	11 392 274	11 392 000	11 218 000	11 547 100
Habit. e equip. urbanos	5 340 000	15 357 722	15 358 000	15 312 000	12 924 500
Outros serviços	1 063 000	1 213 839	1 214 000	1 207 000	1 071 700

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
Serviços económicos	39 538 000	40 649 630	40 650 000	42 191 000	41 842 600
Op. da dívida pública	25 834 000	28 084 201	28 084 000	25 829 000	24 700 900
Desastres e calamid.	25 405 000	1 000 000	1 000 000	890 000	884 000
Diversas não especific.	0	1 324 501	1 325 000	1 204 000	1 478 500
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>- 1 000</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 1978 valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
receitas totais	222 783 000	219 571 000	219 571 400	224 236 000	214 802 061
empréstimos	58 652 000	60 502 000	60 502 400	71 167 000	81 091 878
receitas efectivas	164 131 000	159 069 000	159 069 000	153 069 000	133 710 183
despesas totais	222 782 600	219 571 376	219 571 376	224 236 700	214 802 061
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 58 652 000	- 60 502 000	- 60 502 400	- 71 168 000	- 81 091 878
amortiz. dívida pública	9 239 000	8 025 160	8 025 000	?	5 948 700
despesas efectivas	213 544 000	211 546 000	211 546 000	?	208 853 400
saldo efectivo	- 49 413 000	- 52 477 000	- 52 477 000	?	- 75 143 200

## Observações

Nas propostas do governo, as receitas são apresentadas com arredondamento aos milhares de contos. Todos os cálculos nela baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento. Na primeira proposta do governo, a classificação orgânica das despesas é apresentada com arredondamento às centenas de contos e as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento aos milhares de contos.

No orçamento aprovado, as receitas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos e as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento aos milhares de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

O orçamento rectificado é apresentado com arredondamento aos milhares de contos.

No orçamento rectificativo, não é apresentada classificação económica das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, foram separados em termos orçamentais os serviços do Estado-Maior General das Forças Armadas e do Departamento da Força Aérea.

Além disso, com a formação do 2º Governo Constitucional, foi criado o Ministério da Reforma Administrativa, tendo os respectivos serviços sido separados da Presidência do Conselho de Ministros (cujas despesas estavam englobadas nos encargos gerais da Nação); foi extinto o Ministério do Plano e Coordenação Económica, cujos serviços foram integrados de novo no Ministério das Finanças; e foi criado o Ministério da Habitação e Obras Públicas, por fusão do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção e do Ministério das Obras Públicas. Com a formação do 3º Governo Constitucional, foi extinto o Ministério da Reforma Administrativa, tendo os respectivos serviços sido integrados de novo na Presidência do Conselho de Ministros

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

DN = Defesa Nacional

MHUC = Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção

## ANO ECONÓMICO DE 1979

### Preparação do orçamento

Decreto de meios e duodécimos aprovado pelo 4º Governo Constitucional, extra-partidário de iniciativa presidencial (Primeiro-Ministro: Carlos Mota Pinto; Ministro das Finanças: Manuel Jacinto Nunes) – decreto-lei 444/78 de 30 de Dezembro.

Proposta de lei do orçamento apresentada em 21 de Fevereiro de 1979 pelo 4º Governo Constitucional, extra-partidário de iniciativa presidencial (Primeiro-Ministro: Carlos Mota Pinto; Ministro das Finanças: Manuel Jacinto Nunes). Proposta rejeitada pela Assembleia da República.

Segunda proposta de lei do orçamento apresentada em 15 de Maio de 1979 pelo mesmo governo.

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 21-A/79 de 25 de Junho.

Orçamento aprovado pelo 4º Governo Constitucional, extra-partidário de iniciativa presidencial (Primeiro-Ministro: Carlos Mota Pinto; Ministro das Finanças: Manuel Jacinto Nunes) – decreto-lei 201-N/79 de 30 de Junho.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 43/79 de 7 de Setembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 1 de Agosto de 1979, 4º Governo Constitucional, extra-partidário de iniciativa presidencial (Primeiro-Ministro: Carlos Mota Pinto; Ministro das Finanças: Manuel Jacinto Nunes)

De 1 de Agosto a 31 de Dezembro de 1979, 5º Governo Constitucional, extra-partidário de iniciativa presidencial (Primeiro-Ministro: Maria Lurdes Pintassilgo; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>271 101 000</b>	<b>280 995 000</b>	<b>283 395 000</b>	<b>303 451 000</b>	<b>280 659 133</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>176 453 000</b>	<b>172 500 000</b>	<b>165 000 000</b>	<b>165 000 000</b>	<b>157 305 721</b>
Impostos directos	63 060 000	55 610 000	48 110 000	48 110 000	52 371 213

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
Impostos indirectos	92 680 000	90 080 000	90 080 000	90 080 000	87 524 532
Taxas, multas etc.	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	962 994
Rend. da propriedade	14 578 000	14 578 000	14 578 000	14 578 000	12 722 386
Transferências	3 074 000	8 771 000	8 771 000	8 771 000	1 468 899
Venda bens durad.	1 000	1 000	1 000	1 000	238 469
V. serv. bens n. durad.	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 391 234
Outras rec. correntes	610 000	1 010 000	1 010 000	1 010 000	625 994
<b>Receitas de capital</b>	<b>82 140 000</b>	<b>95 918 000</b>	<b>105 818 000</b>	<b>125 874 000</b>	<b>111 973 889</b>
Venda bens de invest.	5 000	5 000	5 000	5 000	5 191
Transferências	3 237 000	4 316 000	4 316 000	4 316 000	1 505 070
Activos financeiros	519 000	519 000	519 000	519 000	323 900
Passivos financeiros	78 379 000	91 078 000	100 978 000	121 034 000	110 139 728
<b>Rep. n. ab. aos pag.</b>	<b>2 400 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>2 400 000</b>	<b>3 119 799</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>10 108 000</b>	<b>10 177 000</b>	<b>10 177 000</b>	<b>10 177 000</b>	<b>8 259 724</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>271 101 091</b>	<b>280 995 266</b>	<b>283 395 266</b>	<b>303 451 300</b>	<b>280 659 133</b>
classif. orgânica					
Enc. gerais da Nação	10 567 100	11 407 100	11 407 100	11 407 100	9 466 240
Def. Nac. – EMGFA	2 711 171	2 697 171	2 697 171	2 697 171	2 105 831
DN – D. Força Aérea	6 617 330	6 511 330	6 511 330	6 511 330	6 758 492
DN – Dep. Exército	12 215 561	12 102 161	12 102 161	12 102 161	12 684 952
DN – Dep. Marinha	6 645 783	6 585 783	6 585 783	6 585 783	6 667 576
M. Finanças e Plano	91 139 262	92 904 880	92 904 880	112 960 900	89 571 824
M. Adm. Interna	19 388 183	28 988 183	31 388 183	31 388 183	32 286 676
Ministério da Justiça	1 908 500	1 848 500	1 848 500	1 848 500	1 906 624
M. Neg. Estrangeiros	2 478 191	2 478 191	2 478 191	2 478 191	2 532 482
M. Agric. e Pescas	11 862 155	11 536 455	11 536 455	11 536 455	8 202 586
M. Ind. e Tecnologia	1 987 250	1 617 250	1 617 250	1 617 250	1 463 154
M. Com. e Turismo	3 558 903	3 796 316	3 796 316	3 796 316	2 854 547
M. Trabalho	634 156	616 364	616 364	616 364	587 652
MEIC	32 754 118	32 454 118	32 454 118	32 454 118	36 061 891
M. Assuntos Sociais	30 917 450	31 057 950	31 057 950	31 057 950	36 733 266
M. Transp. e Com.	8 832 676	8 774 270	8 774 270	8 774 270	9 582 342
M. Habit. e Ob. Públ.	30 577 984	25 314 526	25 314 526	25 314 526	20 858 164

Ano económico de 1979

valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
M. Comunic. Social	304 718	304 718	304 718	304 718	334 833
classif. económica					
<b>Despesas correntes</b>	<b>187 881 113</b>	<b>191 662 289</b>	<b>191 662 000</b>	?	<b>199 446 000</b>
Pessoal	70 631 368	69 441 169	69 441 000	?	76 870 000
Bens e serv. correntes	12 190 332	12 101 762	12 102 000	?	11 516 700
Juros	26 744 669	26 255 245	26 255 000	?	24 342 800
Transferências corr.	51 547 079	56 125 216	56 125 000	?	76 121 400
Subsídios	6 195 250	7 445 250	7 445 000	?	1 348 200
Outras despesas corr.	20 572 415	20 293 647	20 294 000	?	9 246 800
<b>Despesas de capital</b>	<b>73 141 510</b>	<b>79 155 955</b>	<b>81 556 000</b>	?	<b>72 953 100</b>
Investimentos	8 906 535	9 017 253	9 017 000	?	15 913 500
Transf. de capital	20 902 293	29 910 157	32 310 000	?	29 609 000
Activos financeiros	11 525 880	11 802 000	11 802 000	?	12 333 300
Passivos financeiros	11 748 326	12 180 368	12 181 000	?	11 522 500
Outras desp. de cap.	20 028 476	17 246 177	16 246 000	?	3 574 800
<b>Contas de ordem</b>	<b>10 108 368</b>	<b>10 177 022</b>	<b>10 177 000</b>	?	<b>8 260 000</b>
classif. funcional					
Admin. pública	61 832 779	72 003 581	74 403 600	92 977 600	61 152 600
d. q. seg. e ordem	11 996 437	11 575 937	11 576 000	11 576 000	11 487 300
da qual ultramar	3 051 456	3 051 456	3 065 700	3 065 700	1 440 200
Defesa nacional	26 581 535	26 287 135	26 287 100	26 287 100	26 576 000
Educação	31 758 729	31 401 669	31 401 700	31 401 700	34 909 500
Saúde	32 399 653	32 539 653	32 539 700	32 539 700	37 796 900
Seg. e assist. sociais	13 462 510	13 862 510	13 862 500	13 862 500	20 316 700
Habit. e equip. urbanos	19 325 935	19 305 935	19 305 900	19 305 900	15 349 900
Outros serviços	1 604 988	1 642 988	1 643 000	1 643 000	1 403 500
Serviços económicos	45 367 449	45 223 264	45 223 300	46 514 300	44 167 700
Op. da dívida públ.	35 556 295	35 517 413	35 517 400	35 517 400	36 360 100
Desastres e calam.	3 110 250	3 110 250	3 110 200	3 110 200	2 287 600
Diversas n. especif.	100 868	100 868	100 900	291 868	293 600
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 1979 valores em contos	primeira proposta do governo	segunda proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
receitas totais	271 101 000	280 995 000	283 395 000	303 451 000	280 659 133
empréstimos	78 379 000	91 078 000	100 978 000	121 034 000	110 139 728
receitas efectivas	192 722 000	189 917 000	182 417 000	182 417 000	170 519 405
despesas totais	271 101 091	280 995 266	283 395 266	303 451 300	280 659 133
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 78 379 000	- 91 078 000	- 100 978 000	- 121 034 000	- 110 139 728
amortiz. dívida públ.	11 748 326	12 180 368	12 181 000	?	11 522 500
despesas efectivas	259 352 765	268 814 898	271 214 300	?	269 136 600
saldo efectivo	- 66 631 000	- 78 898 000	- 88 797 000	?	- 98 617 200

## Observações

Nas propostas do governo, as receitas são apresentadas com arredondamento aos milhares de contos. Todos os cálculos nela baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

No orçamento aprovado, as receitas são apresentadas com arredondamento aos milhares de contos e as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

O orçamento rectificado é apresentado com arredondamento aos milhares de contos.

No orçamento rectificado, não é apresentada classificação económica das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, com a formação do 5º Governo Constitucional, foi criado o Ministério da Comunicação Social, tendo os respectivos serviços sido separados da Presidência do Conselho de Ministros (cujas despesas estavam englobadas nos encargos gerais da Nação). Além disso, foi criado o Ministério do Plano e Coordenação Económica, cujos serviços foram separados do Ministério das Finanças; e foi criado o Ministério da Cultura e Ciência, cujos serviços foram separados do Ministério da Educação; estas alterações orgânicas não chegaram, porém, a ter conseqüências orçamentais.

Ano económico de 1979

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

DN = Defesa Nacional

MEIC = Ministério da Educação e Investigação Científica

## **ANO ECONÓMICO DE 1980**

### **Preparação do orçamento**

Decreto de meios e duodécimos aprovado pelo 6º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Sá Carneiro; Ministro das Finanças: Aníbal Cavaco Silva) – decreto-lei 4/80 de 7 de Fevereiro.

Proposta de lei do orçamento apresentada em 8 de Abril de 1980 pelo 6º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Sá Carneiro; Ministro das Finanças: Aníbal Cavaco Silva).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 8-A/80 de 26 de Maio.

Orçamento aprovado pelo 6º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Sá Carneiro; Ministro das Finanças: Aníbal Cavaco Silva) – decreto-lei 183-A/80 de 9 de Junho.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 47/80 de 9 de Dezembro.

### **Execução do orçamento**

De 1 a 3 de Janeiro de 1980, 5º Governo Constitucional, extra-partidário de iniciativa presidencial (Primeiro-Ministro: Maria Lurdes Pintassilgo; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

De 3 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1980, 6º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: de 3 de Janeiro a 4 de Dezembro, Francisco Sá Carneiro; de 5 a 31 de Dezembro, Diogo Freitas do Amaral; Ministro das Finanças: Aníbal Cavaco Silva).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificad	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>391 727 700</b>	<b>391 727 700</b>	<b>401 257 700</b>	<b>374 780 235</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>205 967 100</b>	<b>205 967 100</b>	<b>215 497 100</b>	<b>208 477 954</b>
Impostos directos	69 800 000	69 800 000	72 550 000	67 871 357
Impostos indirectos	114 283 000	114 283 000	120 133 000	124 996 677
Taxas, multas e outras penalidades	1 302 000	1 302 000	1 302 000	1 278 224
Rendimentos da propriedade	10 963 900	10 963 900	10 963 900	7 211 894
Transferências	6 880 200	6 880 200	6 880 200	2 871 741
Venda de bens duradouros	10 000	10 000	610 000	1 149 932
Venda serv. e bens não duradouros	1 608 000	1 608 000	1 608 000	1 734 651
Outras receitas correntes	1 120 000	1 120 000	1 450 000	1 363 478
<b>Receitas de capital</b>	<b>145 781 000</b>	<b>145 781 000</b>	<b>145 781 000</b>	<b>142 175 202</b>
Venda de bens de investimento	4 800	4 800	4 800	9 147
Transferências	4 032 900	4 032 900	4 032 900	6 155 512
Activos financeiros	524 200	524 200	524 200	293 387
Passivos financeiros	141 219 100	141 219 100	141 219 100	135 717 156
<b>Repos. não abatidas aos pagam.</b>	<b>3 300 000</b>	<b>3 300 000</b>	<b>3 300 000</b>	<b>2 490 517</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>36 679 600</b>	<b>36 679 600</b>	<b>36 679 600</b>	<b>21 636 562</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>391 727 700</b>	<b>391 727 738</b>	<b>401 257 700</b>	<b>374 780 235</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	9 468 500	9 468 498	10 668 500	10 750 147
Defesa Nacional – EMGFA	3 600 500	3 600 528	3 600 528	2 961 658
Defesa Nac. – Dep. Força Aérea	8 385 700	8 385 664	8 385 664	9 296 437
Defesa Nacional – Dep. Exército	15 076 500	15 076 496	15 076 496	15 701 682
Defesa Nacional – Dep. Marinha	8 193 900	8 193 909	8 193 909	8 610 880
Ministério das Finanças e do Plano	131 473 100	131 473 088	136 912 500	118 957 582
Ministério da Administração Interna	40 972 300	40 972 320	40 972 320	41 179 614
Ministério da Justiça	2 500 700	2 500 669	2 500 669	2 630 639
M. Negócios Estrangeiros	3 312 400	3 312 373	3 312 373	3 442 280
Ministério da Agricultura e Pescas	10 752 500	10 752 544	10 752 544	9 551 009
Ministério da Indústria e Energia	1 888 500	1 888 461	1 888 461	1 701 104
Ministério do Comércio e Turismo	4 780 700	4 780 723	4 770 700	4 151 120
Ministério do Trabalho	21 612 800	21 612 847	21 612 847	11 239 179
Ministério da Educação e Ciência	45 189 300	45 189 341	45 189 341	48 410 030

Ano económico de 1980

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Ministério dos Assuntos Sociais	41 974 600	41 974 621	44 887 600	46 558 469
M. Transportes e Comunicações	9 831 200	9 831 205	9 818 800	11 245 852
M. Habitação e Obras Públicas	32 714 500	32 714 451	32 714 451	28 392 552
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	?	<b>262 654 000</b>	?	<b>261 556 000</b>
Pessoal	?	93 134 000	?	99 572 900
Bens e serviços correntes	?	18 021 000	?	17 641 000
Juros	?	38 725 000	?	36 561 800
Transferências correntes	?	83 956 000	?	98 628 100
Subsídios	?	11 238 000	?	1 838 300
Outras despesas correntes	?	17 880 000	?	7 213 900
<b>Despesas de capital</b>	?	<b>92 094 000</b>	?	<b>91 587 800</b>
Investimentos	?	4 892 000	?	15 395 800
Transferências de capital	?	40 231 000	?	40 181 400
Activos financeiros	?	19 010 000	?	19 010 200
Passivos financeiros	?	13 337 000	?	11 749 500
Outras despesas de capital	?	14 624 000	?	5 250 900
<b>Contas de ordem</b>	?	<b>36 680 000</b>	?	<b>21 636 400</b>
classificação funcional				
Administração pública	99 598 400	99 598 400	101 371 900	89 528 500
d. q. segurança e ordem públicas	14 682 700	14 682 700	14 545 400	15 086 300
da qual ultramar	44 300	44 300	44 300	12 000
Defesa nacional	33 139 000	33 139 000	33 139 000	34 382 900
Educação	46 219 700	46 219 700	46 219 700	51 822 300
Saúde	42 810 800	42 810 800	45 723 800	47 075 700
Segurança e assistência sociais	26 903 800	13 903 800	16 409 100	16 279 100
Habitação e equipamentos urbanos	16 389 700	16 389 700	16 377 700	10 509 300
Outros serviços colectivos e sociais	2 021 600	2 021 600	2 022 800	1 905 000
Serviços económicos	73 486 000	86 486 000	86 313 800	74 974 200
Operações da dívida pública	49 904 100	49 904 100	52 578 800	47 452 300
Desastres e calamidades	1 000 000	1 000 000	1 000 000	0
Diversas não especificadas	254 600	254 600	101 100	850 900
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 1980 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
receitas totais	391 727 700	391 727 700	401 257 700	374 780 235
empréstimos	141 219 100	141 219 100	141 219 100	135 717 156
receitas efectivas	250 508 600	250 508 600	260 038 600	239 063 079
despesas totais	391 727 700	391 727 738	401 257 700	374 780 235
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 141 219 100	- 141 219 138	- 141 219 138	- 135 717 156
amortizações dívida pública	?	13 337 000	?	11 749 500
despesas efectivas	?	378 390 700	?	363 030 700
saldo efectivo	?	- 127 882 100	?	- 123 967 600

## Observações

A proposta do governo, as receitas e as classificações económica e funcional das despesas no orçamento aprovado, o orçamento rectificado e as classificações económica e funcional das despesas na conta do ano económico são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Na proposta do governo e no orçamento rectificado, não é apresentada classificação económica das despesas.

Durante este ano económico, com a formação do 6º Governo Constitucional, foi extinto o Ministério da Comunicação Social, cujos serviços foram integrados de novo na Presidência do Conselho de Ministros; foi extinto o Ministério do Plano e Coordenação Económica, cujos serviços foram integrados de novo no Ministério das Finanças; e foi extinto o Ministério da Cultura e Ciência, cujos serviços foram integrados de novo no Ministério da Educação.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

## **ANO ECONÓMICO DE 1981**

### **Preparação do orçamento**

Decreto de meios e duodécimos aprovado pelo 6º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Morais Leitão) – decreto-lei 24/81 de 29 de Janeiro.

Proposta de lei do orçamento apresentada em 11 de Março de 1981 pelo 7º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Morais Leitão).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 4/81 de 24 de Abril.

Orçamento aprovado pelo 7º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Morais Leitão) – decreto-lei 96-A/81 de 29 de Abril.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 38/81 de 30 de Dezembro.

### **Execução do orçamento**

De 1 a 9 de Janeiro de 1981, 6º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Diogo Freitas do Amaral; Ministro das Finanças: Aníbal Cavaco Silva).

De 9 de Janeiro a 4 de Setembro de 1981, 7º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Morais Leitão).

De 4 de Setembro a 31 de Dezembro de 1981, 8º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Salgueiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificad	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>490 016 600</b>	<b>490 016 600</b>	<b>527 947 700</b>	<b>506 842 790</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>257 997 000</b>	<b>257 997 000</b>	<b>283 708 200</b>	<b>276 474 168</b>
Impostos directos	86 200 000	86 200 000	93 700 000	97 574 856
Impostos indirectos	153 100 000	153 100 000	164 650 000	159 595 518
Taxas, multas e outras penalidades	2 300 000	2 300 000	2 300 000	2 211 635
Rendimentos da propriedade	11 296 000	11 296 000	17 957 200	12 934 162
Transferências	2 360 000	2 360 000	2 360 000	1 497 743
Venda de bens duradouros	511 000	511 000	511 000	141 129
Venda serv. e bens não duradouros	1 750 000	1 750 000	1 750 000	2 023 970
Outras receitas correntes	480 000	480 000	480 000	495 155
<b>Receitas de capital</b>	<b>178 747 800</b>	<b>178 747 800</b>	<b>188 547 800</b>	<b>184 141 965</b>
Venda de bens de investimento	5 000	5 000	5 000	138 832
Transferências	9 757 600	9 757 600	9 757 600	7 421 059
Activos financeiros	425 600	425 600	425 600	196 977
Passivos financeiros	168 559 600	168 559 600	178 359 600	176 385 097
<b>Repos. não abatidas aos pagam.</b>	<b>3 300 000</b>	<b>3 300 000</b>	<b>5 719 900</b>	<b>5 147 430</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>49 971 800</b>	<b>49 971 800</b>	<b>49 971 800</b>	<b>41 079 226</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>490 016 603</b>	<b>490 016 603</b>	<b>527 947 700</b>	<b>506 842 790</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	3 840 663	3 840 663	3 940 700	3 271 317
Defesa Nacional – EMGFA	3 534 560	3 534 560	3 534 560	2 456 363
Defesa Nac. – Dep. Força Aérea	10 894 000	10 894 000	10 894 000	11 122 987
Defesa Nacional – Dep. Exército	18 881 134	18 881 134	18 881 134	18 827 609
Defesa Nacional – Dep. Marinha	10 771 900	10 771 900	10 771 900	10 711 638
Ministério das Finanças e do Plano	174 100 523	174 100 523	207 081 500	194 569 162
Ministério da Administração Interna	48 426 200	48 426 200	48 426 200	48 739 118
Ministério da Justiça	3 493 600	3 493 600	3 493 600	3 451 386
M. Negócios Estrangeiros	4 264 000	4 264 000	4 264 000	3 877 726
M. Reforma Administrativa	3 279 199	3 279 199	3 279 199	3 875 103
Ministério da Agricultura e Pescas	12 288 381	12 288 381	12 288 381	10 467 401
Ministério da Indústria e Energia	2 576 679	2 576 679	2 272 900	2 010 768
Ministério do Comércio e Turismo	5 501 505	5 501 505	5 487 300	5 003 994
Ministério do Trabalho	25 393 697	25 393 697	25 393 697	18 446 519

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Ministério da Educação e Ciência	56 268 862	56 268 862	56 268 862	60 784 723
Ministério dos Assuntos Sociais	52 253 142	52 253 142	57 267 100	57 754 021
M. Transportes e Comunicações	11 699 546	11 699 546	11 603 400	14 220 381
M. Habitação e Obras Públicas	40 851 508	40 851 508	41 111 200	35 984 243
Ministério da Qualidade de Vida	1 556 121	1 556 121	1 546 600	1 203 168
Ministério da Integração Europeia	141 383	141 383	141 383	65 163
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>326 370 283</b>	<b>326 370 283</b>	?	<b>357 658 200</b>
Pessoal	117 581 993	117 581 993	?	123 640 600
Bens e serviços correntes	23 707 390	23 707 390	?	21 843 600
Juros	60 682 391	60 682 391	?	74 930 400
Transferências correntes	100 277 347	100 277 347	?	128 739 700
Subsídios	10 912 740	10 912 740	?	1 825 600
Outras despesas correntes	13 208 422	13 208 422	?	6 678 300
<b>Despesas de capital</b>	<b>113 674 499</b>	<b>113 674 499</b>	?	<b>108 105 400</b>
Investimentos	7 390 452	7 390 452	?	20 180 100
Transferências de capital	37 533 721	37 533 721	?	36 768 100
Activos financeiros	18 010 000	18 010 000	?	18 003 000
Passivos financeiros	26 122 357	26 122 357	?	26 690 400
Outras despesas de capital	24 617 969	24 617 969	?	6 463 800
<b>Contas de ordem</b>	<b>49 971 821</b>	<b>49 971 800</b>	?	<b>41 079 200</b>
classificação funcional				
Administração pública	108 608 204	108 608 204	116 359 100	106 519 000
d. q. segurança e ordem públicas	18 247 518	18 247 518	18 172 800	18 907 900
da qual ultramar	14 000	14 000	14 000	14 000
Defesa nacional	41 934 995	41 934 995	41 934 995	40 994 900
Educação	58 675 023	58 675 023	59 944 700	64 631 100
Saúde	55 630 648	55 630 648	60 202 400	60 592 200
Segurança e assistência sociais	15 349 143	15 349 143	17 093 100	16 720 600
Habitação e equipamentos urbanos	20 928 014	20 928 014	20 758 500	16 106 500
Outros serviços colectivos e sociais	3 160 777	3 160 777	3 240 800	2 496 800
Serviços económicos	94 057 637	94 057 637	101 726 700	95 967 000
Operações da dívida pública	86 917 562	86 917 562	101 591 800	101 146 600
Desastres e calamidades	0	0	200 000	236 200

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Diversas não especificadas	4 754 600	4 754 600	4 895 600	1 431 900
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 1981 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
receitas totais	490 016 600	490 016 600	527 947 700	506 842 790
empréstimos	168 559 600	168 559 600	178 359 600	176 385 097
receitas efectivas	321 457 000	321 457 000	349 588 100	330 457 693
despesas totais	490 016 603	490 016 603	527 947 700	506 842 790
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 168 559 600	- 168 559 600	- 178 359 600	- 176 385 097
amortizações dívida pública	26 122 357	26 122 357	?	26 690 400
despesas efectivas	463 894 246	463 894 246	?	480 152 400
saldo efectivo	- 142 437 200	- 142 437 200	?	- 149 694 700

## Observações

Na proposta do governo e no orçamento rectificadado, as receitas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

O orçamento rectificadado é apresentado com arredondamento às centenas de contos.

No orçamento rectificadado, não é apresentada classificação económica das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, com a formação do 7º Governo Constitucional, foi criado o Ministério da Reforma Administrativa, tendo os respectivos serviços sido separados da Presidência do Conselho de Ministros (cujas despesas estavam englobadas nos encargos gerais da Nação); foi criado o Ministério da Integração Europeia, cujos serviços foram também separados da Presidência do Conselho de Ministros; e foi criado o Ministério da Qualidade de Vida, cujos serviços foram separados do Ministério da Habitação e Obras Públicas. Além disso, foi criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, por fusão do Ministério da Agricultura e Pescas e do Ministério do Comércio e Turismo; e foi criado o Ministério da Cultura e Coordenação Científica, cujos serviços

Ano económico de 1981

foram separados do Ministério da Educação; estas alterações orgânicas só tiveram, porém, conseqüências orçamentais em 1982. Foi, ainda, criado o Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, por fusão do Ministério da Habitação e Obras Públicas e do Ministério dos Transportes e Comunicações; contudo, os orçamentos dos dois ministérios apenas foram fundidos em 1986.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

## ANO ECONÓMICO DE 1982

### Preparação do orçamento

Proposta de lei do orçamento apresentada em 28 de Novembro de 1981 pelo 8º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Salgueiro).

Leis do orçamento aprovadas pela Assembleia da República – leis 39/81 e 40/81 de 31 de Dezembro.

Orçamento aprovado pelo 8º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Salgueiro) – decreto-lei 364/81 de 31 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 33/82 de 31 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1982, 8º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Salgueiro).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>597 481 900</b>	<b>597 481 900</b>	<b>636 230 200</b>	<b>624 158 259</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>346 862 000</b>	<b>346 862 000</b>	<b>359 362 000</b>	<b>346 547 638</b>
Impostos directos	115 550 000	115 550 000	127 250 000	126 757 753
Impostos indirectos	207 550 000	207 550 000	208 350 000	196 870 282
Taxas, multas e outras penalidades	3 470 000	3 470 000	3 470 000	3 430 042
Rendimentos da propriedade	14 628 000	14 628 000	14 628 000	14 822 454
Transferências	2 430 000	2 430 000	2 430 000	1 637 566

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Venda de bens duradouros	501 000	501 000	501 000	58 198
Venda serv. e bens não duradouros	2 261 000	2 261 000	2 261 000	2 357 126
Outras receitas correntes	472 000	472 000	472 000	614 216
<b>Receitas de capital</b>	<b>207 990 200</b>	<b>207 990 200</b>	<b>239 737 900</b>	<b>229 313 357</b>
Venda de bens de investimento	2 005 000	2 005 000	2 005 000	2 898
Transferências	7 735 000	7 735 000	7 735 000	7 611 300
Activos financeiros	361 600	361 600	361 600	154 966
Passivos financeiros	197 888 600	197 888 600	224 136 900	221 544 194
<b>Repos. não abatidas aos pag.</b>	<b>5 500 000</b>	<b>5 500 000</b>	<b>5 500 000</b>	<b>2 594 022</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>37 129 700</b>	<b>37 129 700</b>	<b>37 129 700</b>	<b>45 703 241</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>597 481 900</b>	<b>597 481 894</b>	<b>636 230 200</b>	<b>624 158 259</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	5 701 500	5 701 482	5 857 600	5 424 358
Defesa Nacional – EMGFA	4 094 400	4 094 438	4 064 400	2 831 234
Defesa Nac. – Dep. Força Aérea	12 128 900	12 128 900	12 606 900	13 404 984
Defesa Nacional – Dep. Exército	21 579 300	21 579 246	21 565 300	22 152 904
Defesa Nacional – Dep. Marinha	12 281 400	12 281 400	12 335 100	13 108 950
Ministério das Finanças e do Plano	245 146 900	245 146 940	264 831 600	246 219 035
Ministério da Administração Interna	56 560 000	56 560 020	56 560 020	58 506 113
Ministério da Justiça	3 888 000	3 888 034	3 888 034	3 887 085
M. Negócios Estrangeiros	4 700 000	4 700 000	4 979 800	4 772 520
M. Reforma Administrativa	3 595 700	3 595 737	3 595 737	2 252 427
M. Agricultura, Comércio e Pescas	14 852 700	14 852 713	14 852 713	13 284 676
M. Indústria, Energia e Exportação	6 730 500	6 730 460	6 580 500	6 363 724
Ministério do Trabalho	24 445 400	24 445 347	24 445 347	30 039 090
M. Educação e das Universidades	69 165 500	69 165 521	75 165 500	74 001 736
Ministério dos Assuntos Sociais	60 514 500	60 514 500	66 114 500	65 673 144
MHOPT – Dep. Transportes	15 434 300	15 434 266	15 434 266	18 983 526
MHOPT – Dep. Hab. e Obras Públ.	32 854 500	32 854 496	39 544 500	39 791 351
Ministério da Qualidade de Vida	1 264 400	1 264 394	1 264 394	1 119 759
M. Cultura e Coord. Científica	2 544 000	2 544 000	2 544 000	2 341 642
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>419 487 300</b>	<b>419 487 259</b>	<b>?</b>	<b>429 432 800</b>
Pessoal	136 371 700	136 371 673	?	148 660 200

Ano económico de 1982

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Bens e serviços correntes	26 709 000	26 709 008	?	27 116 400
Juros	97 000 500	97 000 515	?	98 446 400
Transferências correntes	114 964 600	114 964 614	?	142 352 900
Subsídios	11 003 200	11 003 200	?	2 573 600
Outras despesas correntes	33 438 200	33 438 249	?	10 283 300
<b>Despesas de capital</b>	<b>140 864 900</b>	<b>140 864 920</b>	<b>?</b>	<b>149 022 200</b>
Investimentos	4 043 600	4 043 624	?	27 287 300
Transferências de capital	26 022 700	26 022 737	?	53 733 100
Activos financeiros	17 008 500	17 008 500	?	20 445 600
Passivos financeiros	37 696 600	37 696 552	?	43 375 900
Outras despesas de capital	56 093 500	56 093 507	?	4 180 300
<b>Contas de ordem</b>	<b>37 129 700</b>	<b>37 129 715</b>	<b>?</b>	<b>45 703 300</b>
classificação funcional				
Administração pública	136 028 700	136 028 711	114 953 300	124 080 700
d. q. segurança e ordem públicas	21 668 500	21 668 490	21 637 100	22 633 600
da qual ultramar	13 600	13 635	13 635	13 200
Defesa nacional	47 968 900	47 968 919	48 456 600	49 068 400
Educação	67 488 000	67 488 002	73 488 000	78 916 400
Saúde	59 299 900	59 299 858	64 899 800	67 227 200
Segurança e assistência sociais	16 181 400	16 181 377	19 182 400	21 394 200
Habitação e equipamentos urbanos	836 300	836 279	2 526 300	9 510 400
Outros serviços colectivos e sociais	3 328 100	3 328 093	3 331 300	3 755 000
Serviços económicos	123 199 600	123 199 555	127 211 700	120 036 800
Operações da dívida pública	135 700 000	135 700 000	141 933 200	150 018 000
Desastres e calamidades	0	0	0	600
Diversas não especificadas	7 451 000	7 451 000	8 296 100	150 600
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 1982 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
receitas totais	597 481 900	597 481 900	636 230 200	624 158 259
empréstimos	197 888 600	197 888 600	224 136 900	221 544 194
receitas efectivas	399 593 300	399 593 315	412 093 300	402 614 065
despesas totais	597 481 900	597 481 894	636 230 200	624 158 259
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 197 888 600	- 197 888 600	- 224 136 900	- 221 544 194
amortizações dívida pública	37 696 600	37 696 552	?	43 375 900
despesas efectivas	559 785 300	559 785 342	?	580 782 400
saldo efectivo	- 160 192 000	- 160 192 027	?	- 178 168 300

## Observações

A proposta do governo, as receitas no orçamento aprovado, o orçamento rectificado e as classificações económica e funcional das despesas na conta do ano económico são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

No orçamento rectificado, não é apresentada classificação económica das despesas.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

MHOPT = Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes

## ANO ECONÓMICO DE 1983

### Preparação do orçamento

Decreto de meios e duodécimos aprovado pelo 8º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Salgueiro) – decreto-lei 493/82 de 31 de Dezembro.

Proposta de lei do orçamento apresentada em 3 de Dezembro de 1982 pelo 8º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Salgueiro).

Lei do orçamento provisória aprovada pela Assembleia da República – lei 2/83 de 18 de Fevereiro.

Orçamento provisório aprovado pelo 8º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Salgueiro) – decreto-lei 119-A/83 de 28 de Fevereiro.

Leis de revisão orçamental aprovadas pela Assembleia da República – leis 32/83, 33/83, 34/83, 35/83, 36/83 e 37/83 de 21 de Outubro e lei 39/83 de 2 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 9 de Junho de 1983, 8º Governo Constitucional, da Aliança Democrática, coligação do Partido Social-Democrata, do Centro Democrático e Social e do Partido Popular Monárquico (Primeiro-Ministro: Francisco Pinto Balsemão; Ministro das Finanças: João Salgueiro).

De 9 de Junho a 31 de Dezembro de 1983, 9º Governo Constitucional, do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Ernâni Lopes).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>772 520 000</b>	<b>772 520 000</b>	<b>822 428 500</b>	<b>801 870 904</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>481 513 000</b>	<b>481 513 000</b>	<b>486 913 000</b>	<b>486 004 458</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Impostos directos	162 700 000	162 700 000	177 700 000	183 362 830
Impostos indirectos	274 852 000	274 852 000	260 252 000	251 128 657
Taxas, multas e outras penalidades	4 189 000	4 189 000	4 189 000	5 554 337
Rendimentos da propriedade	32 740 000	32 740 000	37 740 000	39 916 448
Transferências	3 248 000	3 248 000	3 248 000	2 162 742
Venda de bens duradouros	501 000	501 000	501 000	565 905
Venda serv. e bens não duradouros	2 746 000	2 746 000	2 746 000	2 977 114
Outras receitas correntes	537 000	537 000	537 000	336 425
<b>Receitas de capital</b>	<b>233 573 000</b>	<b>233 573 000</b>	<b>278 080 800</b>	<b>257 165 455</b>
Venda de bens de investimento	1 006 000	1 006 000	1 006 000	25 301
Transferências	9 474 000	9 474 000	9 474 000	8 980 562
Activos financeiros	588 000	588 000	588 000	831 075
Passivos financeiros	222 505 000	222 505 000	267 012 800	247 328 517
<b>Repos. não abatidas aos pagam.</b>	<b>5 500 000</b>	<b>5 500 000</b>	<b>5 500 000</b>	<b>2 891 095</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>51 935 000</b>	<b>51 935 000</b>	<b>51 934 700</b>	<b>55 809 897</b>
<b>DESPEAS</b>	<b>772 520 300</b>	<b>772 520 272</b>	<b>822 428 500</b>	<b>801 870 904</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	6 417 500	6 417 500	6 417 500	6 591 452
Defesa Nacional – EMGFA	5 145 500	5 145 510	5 145 510	4 076 571
Defesa Nac. – Dep. Força Aérea	14 767 800	14 767 815	14 767 815	15 571 239
Defesa Nacional – Dep. Exército	25 921 900	25 921 862	25 921 862	26 749 097
Defesa Nacional – Dep. Marinha	14 769 100	14 769 083	14 769 083	15 918 720
Ministério das Finanças e do Plano	346 807 400	346 807 385	377 649 400	344 750 038
Ministério da Administração Interna	65 090 100	65 090 111	65 110 400	67 974 306
Ministério da Justiça	4 027 900	4 027 900	4 027 900	4 960 242
M. Negócios Estrangeiros	6 270 000	6 270 000	6 270 000	6 740 681
M. Reforma Administrativa	2 783 000	2 783 000	2 783 000	1 885 632
M. Agricultura, Comércio e Pescas	17 881 100	17 881 121	17 382 900	16 953 720
M. Indústria, Energia e Exportação	9 956 900	9 956 901	9 911 900	7 303 225
Ministério do Trabalho	31 181 600	31 181 600	31 181 600	33 408 819
Ministério da Educação	85 829 585	85 829 585	93 507 600	91 685 454
Ministério dos Assuntos Sociais	68 098 000	68 097 983	80 241 000	86 528 817
MHOPT – Dep. Transportes	15 153 400	15 153 378	14 886 500	24 087 800
MHOPT – Dep. Hab. e Obras Públ.	48 331 700	48 331 708	48 331 708	42 675 776

Ano económico de 1983

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Ministério da Qualidade de Vida	1 244 700	1 244 700	1 244 700	1 252 332
M. Cultura e Coord. Científica	2 843 100	2 843 130	2 878 100	2 756 984
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>545 335 000</b>	<b>545 335 038</b>	<b>?</b>	<b>554 848 600</b>
Pessoal	170 338 000	170 338 002	?	187 837 700
Bens e serviços correntes	32 720 100	32 720 092	?	33 661 400
Juros	147 094 700	147 094 733	?	143 713 700
Transferências correntes	134 510 400	134 510 443	?	173 794 800
Subsídios	11 800 200	11 800 228	?	3 172 700
Outras despesas correntes	48 871 500	48 871 540	?	12 666 300
<b>Despesas de capital</b>	<b>175 250 500</b>	<b>175 250 493</b>	<b>?</b>	<b>191 212 400</b>
Investimentos	4 219 900	4 219 944	?	32 855 800
Transferências de capital	27 689 100	27 689 103	?	53 073 100
Activos financeiros	17 007 500	17 007 500	?	25 884 800
Passivos financeiros	60 546 500	60 546 490	?	66 185 700
Outras despesas de capital	65 787 500	65 787 456	?	13 213 000
<b>Contas de ordem</b>	<b>51 934 700</b>	<b>51 934 741</b>	<b>?</b>	<b>55 809 900</b>
classificação funcional				
Administração pública	161 383 100	161 383 127	170 857 900	157 867 000
d. q. segurança e ordem públicas	24 427 600	24 427 580	24 427 580	27 414 500
da qual ultramar	13 700	13 700	13 700	6 600
Defesa nacional	57 599 600	57 599 633	57 599 633	59 036 700
Educação	82 909 400	82 909 447	90 349 100	97 015 900
Saúde	63 299 900	63 299 904	69 535 100	79 048 700
Segurança e assistência sociais	31 112 800	31 112 840	38 919 600	43 472 500
Habituação e equipamentos urbanos	3 008 100	3 008 110	3 008 110	9 220 100
Outros serviços colectivos e sociais	3 766 600	3 766 599	3 834 600	4 407 000
Serviços económicos	151 834 000	151 834 013	158 605 000	136 354 300
Operações da dívida pública	209 500 600	209 500 599	221 646 500	215 184 500
Desastres e calamidades	0	0	0	200 000
Diversas não especificadas	8 073 000	8 073 000	8 073 000	64 200
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 1983 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
receitas totais	772 520 000	772 520 000	822 428 500	801 870 904
empréstimos	222 505 000	222 505 000	267 012 800	247 328 517
receitas efectivas	550 015 000	550 015 000	555 415 700	554 542 387
despesas totais	772 520 300	772 520 272	822 428 500	801 870 904
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 222 505 000	- 222 505 000	- 267 012 800	- 247 328 517
amortizações dívida pública	60 546 500	60 546 490	?	66 185 700
despesas efectivas	711 973 800	711 973 782	?	735 685 200
saldo efectivo	- 161 959 000	- 161 959 000	?	- 181 142 800

## Observações

Na proposta do governo e no orçamento aprovado, as receitas são apresentadas com arredondamento aos milhares de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Na proposta do governo, as despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos.

O orçamento rectificado é apresentado com arredondamento às centenas de contos.

No orçamento rectificado, não é apresentada classificação económica das despesas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, com a formação do 9º Governo Constitucional, foi extinto o Ministério da Reforma Administrativa, cujos serviços foram integrados de novo na Presidência do Conselho de Ministros, foram criados o Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação e o Ministério do Comércio e Turismo, por divisão do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas; foi criado o Ministério do Mar, cujos serviços foram separados do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas e do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes; e os serviços de investigação científica foram transferidos do Ministério da Cultura e Coordenação Científica, que passou a denominar-se simplesmente Ministério da Cultura, para o Ministério da Educação. Porém, estas alterações orgânicas só tiveram conseqüências orçamentais em 1984.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

Ano económico de 1983

MHOPT = Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes

## ANO ECONÓMICO DE 1984

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 9 de Novembro de 1983 pelo 9º Governo Constitucional, do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Ernâni Lopes).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 42/83 de 31 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 34/84 de 5 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1984, 9º Governo Constitucional, do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Ernâni Lopes).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>972 182 800</b>	<b>976 212 800</b>	<b>1 031 623 600</b>	<b>1 019 106 002</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>603 167 700</b>	<b>603 166 700</b>	<b>567 736 400</b>	<b>559 030 702</b>
Impostos directos	212 442 000	212 442 000	216 242 000	215 293 391
Impostos indirectos	318 046 000	318 046 000	318 046 000	295 832 491
Taxas, multas e outras penal.	6 414 900	6 414 900	6 414 900	7 123 038
Rendimentos da propriedade	58 118 100	58 118 100	12 887 800	28 862 624
Transferências	3 916 600	3 916 600	3 916 600	2 935 101
Venda de bens duradouros	401 000	401 000	401 000	330 580
Venda serv. e bens não dur.	3 328 100	3 328 100	3 328 100	3 733 478
Outras receitas correntes	500 000	500 000	6 500 000	4 920 000
<b>Receitas de capital</b>	<b>288 629 600</b>	<b>292 659 600</b>	<b>382 300 600</b>	<b>380 895 873</b>
Venda bens de investimento	54 700	54 700	54 700	47 598
Transferências	16 388 400	16 388 400	16 388 400	17 058 712
Activos financeiros	724 000	724 000	724 000	783 938

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Passivos financeiros	271 462 500	275 492 500	365 133 500	363 005 624
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>5 500 000</b>	<b>5 500 000</b>	<b>6 700 000</b>	<b>3 087 548</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>74 886 500</b>	<b>74 886 500</b>	<b>74 886 500</b>	<b>76 091 880</b>
<b>DESPEAS</b>	<b>972 182 800</b>	<b>976 212 843</b>	<b>1 031 623 600</b>	<b>1 019 106 002</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	5 849 000	5 879 466	5 879 466	6 720 263
Defesa Nacional – EMGFA	7 084 000	7 084 041	7 084 041	4 614 216
Defesa Nac. – Dep. Marinha	16 461 600	16 461 600	16 461 600	17 890 433
Defesa Nac. – Dep. Exército	28 716 800	28 716 803	28 716 803	30 224 461
Def. Nac. – Dep. Força Aérea	16 475 500	16 475 500	16 475 500	18 714 519
M. Finanças e do Plano	469 595 000	470 294 982	484 558 700	447 024 134
M. Administração Interna	76 352 300	76 652 299	77 607 300	82 206 743
Ministério da Justiça	4 871 100	4 871 139	4 871 139	6 292 696
M. Negócios Estrangeiros	7 733 000	7 732 992	9 105 100	9 382 032
MAFA	15 499 600	16 079 652	16 079 652	17 728 473
M. Indústria e Energia	8 910 700	8 910 702	8 910 702	9 611 922
M. Comércio e Turismo	11 831 600	12 231 579	12 231 579	9 247 948
M. Trabalho e Seg. Social	60 972 500	61 072 539	77 572 500	78 674 592
Ministério da Educação	95 145 100	95 265 059	104 455 100	108 116 481
Ministério da Saúde	80 495 200	80 525 165	88 025 200	95 437 404
MES – Transp. e Comun.	14 302 200	14 302 162	15 302 200	16 151 929
MES – Ob. Públ., Hab. e Urb.	35 278 900	36 278 919	40 678 900	41 535 041
M. Qualidade de Vida	1 495 400	1 595 425	1 595 425	1 781 302
Ministério da Cultura	2 935 200	3 035 182	3 035 182	3 049 414
Ministério do Mar	12 177 600	12 747 637	12 977 600	14 701 999
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>679 142 600</b>	<b>681 087 000</b>	<b>713 047 300</b>	<b>705 417 200</b>
Pessoal	197 890 600	198 888 600	209 707 800	228 435 200
Bens e serviços correntes	25 932 900	36 956 800	37 318 600	39 854 800
Juros	219 523 300	219 511 000	203 527 000	195 679 600
Transferências correntes	153 610 300	153 945 200	230 921 100	222 341 000
Subsídios	13 698 500	13 698 500	22 778 500	3 187 600
Outras despesas correntes	57 487 000	58 087 000	59 794 300	15 919 100
<b>Despesas de capital</b>	<b>218 153 700</b>	<b>220 239 300</b>	<b>243 689 800</b>	<b>237 597 000</b>

Ano económico de 1984

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Investimentos	4 495 700	4 475 400	8 904 300	34 933 400
Transferências de capital	30 692 500	30 394 400	31 802 400	50 153 800
Activos financeiros	20 005 500	20 005 500	34 425 500	34 938 100
Passivos financeiros	98 907 700	98 907 700	100 073 300	106 729 800
Outras despesas de capital	64 052 300	64 452 300	68 484 300	10 841 900
<b>Contas de ordem</b>	<b>74 886 500</b>	<b>74 886 500</b>	<b>74 886 500</b>	<b>76 091 800</b>
classificação funcional				
Administração pública	190 975 000	189 983 700	210 717 500	186 474 200
d. q. seg. e ordem públicas	30 091 700	30 091 700	30 096 200	35 566 600
da qual ultramar	?	?	?	14 600
Defesa nacional	65 336 400	65 336 400	65 336 400	67 931 600
Educação	91 673 000	91 793 000	102 996 800	115 343 600
Saúde	82 559 200	82 589 200	90 711 000	102 364 500
Segurança e assist. sociais	43 715 700	44 815 700	64 315 700	64 832 700
Habituação e equip. urbanos	30 116 100	31 109 300	31 344 300	8 377 300
Outros serv. colectivos e soc.	5 608 400	5 724 500	5 812 900	5 485 500
Serviços económicos	130 975 700	132 637 700	143 299 700	155 704 400
Operações da dívida pública	320 303 300	320 303 300	304 319 300	309 619 200
Desastres e calamidades	0	200 000	200 000	899 100
Diversas não especificadas	10 920 000	11 720 000	12 570 000	2 248 300
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1984	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	972 182 800	976 212 800	1 031 623 600	1 019 106 002
empréstimos	271 462 500	275 492 500	365 133 500	363 005 624
receitas efectivas	700 720 300	700 720 300	666 490 100	656 100 378
despesas totais	972 182 800	976 212 843	1 031 623 600	1 019 106 002
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 271 462 500	- 275 492 500	- 365 133 500	- 363 005 624
amortizações dívida pública	98 907 700	98 907 700	100 073 300	106 729 800
despesas efectivas	873 275 100	877 305 100	931 550 300	912 376 200
saldo efectivo	- 172 554 800	- 176 584 800	- 265 060 200	- 256 275 800

## **Observações**

A proposta do governo, o orçamento rectificativo e as receitas e as classificações económica e funcional das despesas no orçamento aprovado e na conta do ano económico são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

As despesas com o Ultramar não estão especificadas nem na proposta do governo, nem no orçamento aprovado, nem no orçamento rectificativo.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

MAFA = Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação

MES = Ministério do Equipamento Social

## ANO ECONÓMICO DE 1985

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 12 de Janeiro de 1985 pelo 9º Governo Constitucional, do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Ernâni Lopes).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 2-B/85 de 28 de Fevereiro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 3/86 de 7 de Fevereiro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 6 de Novembro de 1985, 9º Governo Constitucional, do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro das Finanças: Ernâni Lopes).

De 6 de Novembro a 31 de Dezembro de 1985, 10º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata com apoio parlamentar do Partido Renovador Democrático e do Centro Democrático e Social (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>1 314 519 385</b>	<b>1 320 578 634</b>	<b>1 392 967 151</b>	<b>1 333 918 376</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>716 894 683</b>	<b>716 894 683</b>	<b>660 864 683</b>	<b>662 760 611</b>
Impostos directos	298 870 000	298 870 000	271 840 000	278 694 870
Impostos indirectos	383 386 500	383 386 500	354 386 500	350 671 028
Taxas, multas e outras penal.	8 854 915	8 854 915	8 854 915	9 673 902
Rendimentos da propriedade	11 808 900	11 808 900	11 808 900	12 152 026
Transferências	8 064 095	8 064 095	8 064 095	4 707 315
Venda de bens duradouros	1 000	1 000	1 000	7 307
Venda serv. e bens não dur.	4 086 023	4 086 023	4 086 023	4 992 923
Outras receitas correntes	1 823 250	1 823 250	1 823 250	1 861 239
<b>Receitas de capital</b>	<b>482 222 592</b>	<b>488 281 841</b>	<b>616 700 358</b>	<b>569 841 582</b>
Venda bens de investimento	8 700	8 700	8 700	37 197
Transferências	14 633 722	14 633 722	14 633 722	11 095 208

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Activos financeiros	683 327	683 327	683 327	3 905 020
Passivos financeiros	466 896 843	472 956 092	601 374 609	554 804 157
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>5 500 000</b>	<b>5 500 000</b>	<b>5 500 000</b>	<b>4 617 590</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>109 902 110</b>	<b>109 902 110</b>	<b>109 902 110</b>	<b>96 698 593</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>1 314 519 385</b>	<b>1 320 578 634</b>	<b>1 392 967 151</b>	<b>1 333 918 376</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	5 045 222	5 456 471	5 516 471	6 545 402
Defesa Nacional – EMGFA	12 306 389	12 306 389	12 209 389	7 515 912
Defesa Nac. – Dep. Marinha	19 996 194	19 996 194	19 996 194	21 708 716
Defesa Nac. – Dep. Exército	33 995 676	33 995 676	33 995 676	35 410 333
Def. Nac. – Dep. Força Aérea	19 992 306	19 992 306	19 992 306	21 089 270
M. Finanças e do Plano	619 144 669	629 644 669	692 105 600	620 077 016
M. Administração Interna	97 583 452	97 606 452	97 564 302	100 706 515
Ministério da Justiça	6 550 400	6 550 400	6 695 400	8 167 341
M. Negócios Estrangeiros	10 061 321	10 061 321	10 820 357	11 219 291
MAFA	21 585 200	21 585 200	21 585 200	21 234 979
M. Indústria e Energia	12 143 380	12 143 380	12 848 380	14 541 744
M. Comércio e Turismo	15 560 000	15 560 000	15 560 000	11 455 288
M. Trabalho e Seg. Social	105 801 930	100 901 930	100 901 930	89 793 579
Ministério da Educação	121 997 081	122 022 081	122 422 081	137 598 720
Ministério da Saúde	115 166 960	115 166 960	120 481 960	131 114 389
MES – Transp. e Com.	18 790 880	18 790 880	19 890 880	21 245 950
MES – Ob. Públ., Hab. e Urb.	52 151 400	52 151 400	53 734 100	50 709 047
M. Qualidade de Vida	2 420 400	2 420 400	2 420 400	3 179 183
Ministério da Cultura	3 889 610	3 889 610	3 889 610	4 067 185
Ministério do Mar	20 336 915	20 336 915	20 336 915	16 538 516
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>924 691 797</b>	<b>929 380 046</b>	<b>987 924 084</b>	<b>956 823 700</b>
Pessoal	250 991 028	250 981 028	251 737 228	282 522 700
Bens e serviços correntes	54 067 449	54 067 449	54 235 688	49 229 600
Juros	273 139 494	273 139 494	274 139 494	265 932 600
Transferências correntes	230 999 955	227 688 204	235 032 804	333 916 700
Subsídios	38 225 200	38 225 200	85 285 200	4 895 700
Outras despesas correntes	77 268 671	85 278 671	87 493 670	20 326 400

Ano económico de 1985

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
<b>Despesas de capital</b>	<b>279 925 478</b>	<b>281 296 478</b>	<b>295 140 957</b>	<b>280 396 100</b>
Investimentos	40 182 874	40 182 874	40 170 909	37 577 800
Transferências de capital	69 437 181	70 808 181	72 827 281	71 943 200
Activos financeiros	29 798 500	29 798 500	37 554 443	31 899 900
Passivos financeiros	129 774 692	129 774 692	129 774 692	132 068 600
Outras despesas de capital	10 732 231	10 732 231	14 813 632	6 906 600
<b>Contas de ordem</b>	<b>109 902 110</b>	<b>109 902 110</b>	<b>109 902 110</b>	<b>96 698 600</b>
classificação funcional				
Administração pública	270 153 603	281 077 852	342 650 834	277 000 800
d. q. seg. e ordem públicas	39 229 114	39 229 114	39 319 314	44 615 200
da qual ultramar	77 000	77 000	77 000	67 300
Defesa nacional	82 476 564	82 476 564	82 379 564	81 551 900
Educação	127 674 032	127 699 032	128 099 032	141 952 600
Saúde	123 465 548	123 465 548	128 780 548	138 463 800
Segurança e assist. sociais	72 822 043	67 922 043	69 833 043	73 695 100
Habituação e equip. urbanos	8 858 568	8 858 568	8 858 568	8 923 500
Outros serv. colectivos e soc.	10 934 664	10 934 664	10 934 664	7 936 100
Serviços económicos	200 519 158	200 529 158	202 816 858	202 508 300
Operações da dívida pública	405 851 160	405 851 160	405 851 160	401 268 600
Desastres e calamidades	0	0	0	282 900
Diversas não especificadas	11 764 045	11 764 045	11 762 880	334 800
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1985	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	1 314 519 385	1 320 578 634	1 392 967 151	1 333 918 376
empréstimos	466 896 843	472 956 092	601 374 609	554 804 157
receitas efectivas	847 622 542	847 622 542	791 592 542	779 114 219
despesas totais	1 314 519 385	1 320 578 634	1 392 967 151	1 333 918 376
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 466 896 843	- 472 956 092	- 601 374 609	- 554 804 157
amortizações dívida pública	129 774 692	129 774 692	129 774 692	132 068 600
despesas efectivas	1 184 744 693	1 190 803 942	1 263 192 459	1 201 849 800
saldo efectivo	- 337 122 151	- 343 181 400	- 471 599 917	- 422 735 600

## **Observações**

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, com a formação do 10º Governo Constitucional, foi criado o Ministério do Planeamento e Administração do Território, cujos serviços foram separados do Ministério das Finanças e do Ministério da Administração Interna; foi extinto o Ministério da Qualidade de Vida, cujos serviços foram integrados no agora denominado Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; foi extinto o Ministério do Mar, cujos serviços foram integrados de novo no agora denominado Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e no agora denominado Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; foi extinto o Ministério da Cultura, cujos serviços foram integrados de novo no Ministério da Educação; e foi criado o Ministério da Indústria e Comércio, por fusão do Ministério da Indústria e Energia e do Ministério do Comércio e Turismo. Porém, estas alterações orgânicas só tiveram conseqüências orçamentais em 1986.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

MAFA = Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação

MES = Ministério do Equipamento Social

## ANO ECONÓMICO DE 1986

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 19 de Fevereiro de 1986 pelo 10º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata com apoio parlamentar do Partido Renovador Democrático e do Centro Democrático e Social (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 9/86 de 30 de Abril.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 32/86 de 29 de Agosto.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1986, 10º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata com apoio parlamentar do Partido Renovador Democrático e do Centro Democrático e Social (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>1 643 107 078</b>	<b>1 651 353 377</b>	<b>1 655 023 472</b>	<b>1 596 796 469</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>907 827 070</b>	<b>903 273 369</b>	<b>917 273 369</b>	<b>885 021 592</b>
Impostos directos	291 601 500	287 601 500	287 601 500	290 712 294
Impostos indirectos	496 309 800	495 556 099	509 556 099	469 904 979
Taxas, multas e outras penal.	9 624 915	9 624 915	9 624 915	10 617 450
Rendimentos da propriedade	68 218 684	68 218 684	68 218 684	73 187 308
Transferências	29 307 262	29 507 262	29 507 262	31 795 679
Venda de bens duradouros	201 000	201 000	201 000	11 283
Venda serv. e bens não dur.	6 400 288	6 400 288	6 400 288	6 539 327
Outras receitas correntes	6 163 621	6 163 621	6 163 621	2 253 273
<b>Receitas de capital</b>	<b>656 691 003</b>	<b>669 691 003</b>	<b>659 361 098</b>	<b>649 863 656</b>
Venda bens de investimento	2 057 100	2 057 100	2 057 100	57 593
Transferências	56 136 190	69 136 190	73 256 285	51 118 826
Activos financeiros	1 456 369	1 456 369	1 456 369	4 282 982

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Passivos financeiros	597 041 344	597 041 344	582 591 344	594 404 255
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>8 000 000</b>	<b>8 000 000</b>	<b>8 000 000</b>	<b>4 694 578</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>55 267 005</b>	<b>55 267 005</b>	<b>55 267 005</b>	<b>48 665 221</b>
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>15 122 000</b>	<b>15 122 000</b>	<b>15 122 000</b>	<b>8 551 421</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>1 643 107 078</b>	<b>1 651 353 377</b>	<b>1 655 023 472</b>	<b>1 596 796 469</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	17 548 865	17 603 898	17 539 898	13 720 198
Defesa Nacional – EMGFA	12 698 464	12 695 041	12 792 103	9 515 030
Defesa Nac. – Dep. Marinha	29 751 170	29 749 830	30 845 710	31 507 508
Defesa Nac. – Dep. Exército	41 470 152	41 465 323	43 061 323	42 961 438
Def. Nac. – Dep. Força Aérea	23 494 971	23 491 261	24 162 461	25 116 866
Ministério das Finanças	795 589 077	799 423 028	799 106 472	771 361 162
M. Administração Interna	35 888 236	35 887 109	36 418 618	38 170 936
Ministério da Justiça	12 892 204	12 914 865	12 923 865	11 339 484
M. Negócios Estrangeiros	13 403 712	13 402 152	13 402 152	13 368 157
MPAT	99 281 673	103 169 332	103 169 332	101 206 967
MAPA	41 791 042	41 835 676	41 835 676	31 750 478
M. Indústria e Comércio	29 957 546	29 955 096	29 955 096	27 105 025
M. Trabalho e Seg. Social	42 978 965	42 975 649	42 975 649	38 103 314
M. Educação e Cultura	206 254 863	206 613 552	206 613 552	199 533 236
Ministério da Saúde	161 860 865	161 929 413	161 979 413	162 283 691
MOPTC	78 245 273	78 242 152	78 242 152	79 752 979
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>1 256 256 311</b>	<b>1 253 543 923</b>	<b>1 257 214 018</b>	<b>1 216 580 900</b>
Pessoal	352 843 324	352 843 324	354 843 324	343 970 200
Bens e serviços correntes	64 836 790	64 900 790	67 097 992	71 875 900
Juros	390 561 917	385 107 997	382 301 732	363 065 700
Transferências correntes	339 231 994	341 864 526	343 986 033	417 472 800
Subsídios	80 258 044	80 278 044	80 342 044	5 917 500
Outras despesas correntes	28 524 242	28 549 242	28 549 242	14 278 800
<b>Despesas de capital</b>	<b>331 583 762</b>	<b>342 542 449</b>	<b>342 542 449</b>	<b>331 550 400</b>
Investimentos	59 135 757	59 252 757	59 252 757	51 555 100
Transferências de capital	101 671 576	103 413 263	103 413 263	97 206 300
Activos financeiros	30 010 000	39 010 000	39 010 000	37 720 800

Ano económico de 1986

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Passivos financeiros	127 086 965	127 086 965	127 086 965	144 789 800
Outras despesas de capital	13 676 464	13 779 464	13 779 464	278 400
<b>Contas de ordem</b>	<b>55 267 005</b>	<b>55 267 005</b>	<b>55 267 005</b>	<b>48 665 200</b>
classificação funcional				
Administração pública	385 089 515	319 894 430	320 384 683	298 231 800
d. q. seg. e ordem públicas	55 483 133	55 505 724	55 951 977	55 459 900
da qual ultramar	110 190	110 190	110 190	110 200
Defesa nacional	102 920 400	102 907 080	106 322 095	104 565 600
Educação	191 499 548	191 858 237	191 858 237	185 786 800
Saúde	165 849 814	165 918 362	165 968 362	166 575 600
Segurança e assist. sociais	85 054 810	85 354 192	87 569 019	86 476 100
Habituação e equip. urbanos	11 274 928	11 321 718	11 321 718	10 042 300
Outros serv. colectivos e soc.	11 873 784	11 873 784	11 873 784	11 063 400
Serviços económicos	167 295 767	245 430 982	246 930 982	225 532 400
Operações da dívida pública	522 015 483	516 561 563	512 794 592	508 019 500
Desastres e calamidades	0	0	0	0
Diversas não especificadas	233 029	233 029	233 029	503 000
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1986	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	1 643 107 078	1 651 353 377	1 655 023 472	1 596 796 469
empréstimos	597 041 344	597 041 344	582 591 344	594 404 255
receitas efectivas	1 046 065 734	1 054 312 033	1 072 432 128	1 002 392 214
despesas totais	1 643 107 078	1 651 353 377	1 655 023 472	1 596 796 469
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 597 041 344	- 597 041 344	- 582 591 344	- 594 404 255
amortizações dívida pública	127 086 965	127 086 965	127 086 965	144 789 800
despesas efectivas	1 516 020 113	1 524 266 412	1 527 936 507	1 452 006 700
saldo efectivo	- 469 954 379	- 469 954 379	- 455 504 379	- 449 614 500

## **Observações**

No orçamento aprovado das receitas há uma diferença de 200 000 contos entre o total e a soma das parcelas.

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

MAPA = Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

## ANO ECONÓMICO DE 1987

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 24 de Outubro de 1986 pelo 10º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata com apoio parlamentar do Partido Renovador Democrático e do Centro Democrático e Social (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 49/86 de 31 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 18 de Agosto de 1987, 10º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata com apoio parlamentar do Partido Renovador Democrático e do Centro Democrático e Social (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

De 18 de Agosto a 31 de Dezembro de 1987, 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>1 872 228 207</b>	<b>1 908 163 140</b>	<b>1 835 166 650</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>1 132 415 522</b>	<b>1 160 855 520</b>	<b>1 119 114 997</b>
Impostos directos	304 833 500	304 833 500	290 465 782
Impostos indirectos	729 196 000	736 496 000	717 673 620
Taxas, multas e outras penalidades	11 937 233	11 937 233	12 006 959
Rendimentos da propriedade	58 572 550	58 572 550	58 630 014
Transferências	10 814 075	31 954 073	28 688 814
Venda de bens duradouros	1 001 000	1 001 000	5 382
Venda de serviços e bens não duradouros	7 899 164	7 899 164	7 439 956
Outras receitas correntes	8 162 000	8 162 000	4 204 470
<b>Receitas de capital</b>	<b>645 757 936</b>	<b>653 252 869</b>	<b>640 821 416</b>
Venda de bens de investimento	1 911 600	1 911 600	33 402
Transferências	22 360 490	22 360 490	6 867 338

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Activos financeiros	5 331 033	5 331 033	10 954 639
Passivos financeiros	616 154 813	623 649 746	622 966 037
<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>12 000 000</b>	<b>12 000 000</b>	<b>10 278 778</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>82 054 751</b>	<b>82 054 751</b>	<b>64 951 459</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>1 872 228 207</b>	<b>1 908 163 140</b>	<b>1 835 166 650</b>
classificação orgânica			
Encargos gerais da Nação	34 933 947	35 095 547	32 447 504
Defesa Nacional – EMGFA	18 721 852	19 386 852	12 132 669
Defesa Nacional – Departamento da Marinha	42 598 453	41 933 453	39 991 060
Defesa Nacional – Departamento do Exército	47 012 365	47 012 365	46 926 931
Defesa Nacional – Dep. Força Aérea	26 635 161	26 635 161	26 636 225
Ministério das Finanças	897 986 340	930 335 276	888 995 422
Ministério da Administração Interna	42 264 488	42 264 488	46 300 057
Ministério da Justiça	17 536 752	17 556 752	13 212 117
Ministério dos Negócios Estrangeiros	15 938 313	16 138 313	14 979 445
M. Plano e Administração do Território	116 713 396	116 933 396	113 176 984
M. Agricultura, Pescas e Alimentação	49 502 489	49 346 167	42 946 694
Ministério da Indústria e Comércio	23 827 359	23 718 073	23 330 541
Ministério do Trabalho e Segurança Social	44 955 337	47 775 337	35 231 919
Ministério da Educação e Cultura	230 076 691	230 491 691	239 928 975
Ministério da Saúde	178 562 418	178 577 418	186 304 872
M. Obras Públ., Transportes e Comunicações	84 962 851	84 962 851	72 625 234
classificação económica			
<b>Despesas correntes</b>	<b>1 369 495 951</b>	<b>1 407 430 684</b>	<b>1 353 713 600</b>
Pessoal	418 338 407	418 344 382	408 717 900
Bens e serviços correntes	93 730 089	92 491 247	82 848 700
Juros	424 969 369	422 967 869	405 233 700
Transferências correntes	326 974 114	363 231 614	444 528 700
Subsídios	90 741 921	91 351 921	8 625 300
Outras despesas correntes	14 742 051	19 043 651	3 759 300
<b>Despesas de capital</b>	<b>420 677 505</b>	<b>418 677 705</b>	<b>413 614 600</b>
Investimentos	67 468 178	68 105 878	55 340 500
Transferências de capital	125 103 163	125 215 663	126 967 800
Activos financeiros	22 510 000	22 510 000	23 782 900

Ano económico de 1987

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Passivos financeiros	182 645 329	182 645 329	198 702 800
Outras despesas de capital	22 950 835	20 200 835	8 815 400
<b>Contas de ordem</b>	<b>82 054 751</b>	<b>82 054 751</b>	<b>67 838 400</b>
classificação funcional			
Administração pública	363 685 515	398 746 758	361 162 500
da qual segurança e ordem públicas	67 121 813	67 141 813	52 137 100
da qual ultramar	112 609	112 609	111 100
Defesa nacional	133 763 678	133 763 605	124 483 800
Educação	214 519 041	214 934 041	224 529 600
Saúde	181 718 661	181 733 661	189 501 800
Segurança e assistência sociais	101 487 236	104 236 142	88 298 700
Habituação e equipamentos urbanos	9 108 008	9 308 008	7 779 400
Outros serviços colectivos e sociais	14 198 176	14 458 176	13 263 100
Serviços económicos	245 552 253	245 467 817	221 395 500
Operações da dívida pública	607 931 610	605 250 903	604 500 000
Desastres e calamidades	0	0	0
Diversas não especificadas	264 029	264 029	252 200
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 1987	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
valores em contos			
receitas totais	1 872 228 207	1 908 163 140	1 835 166 650
empréstimos	616 154 813	623 649 746	622 966 037
receitas efectivas	1 256 073 394	1 284 513 394	1 212 200 613
despesas totais	1 872 228 207	1 908 163 140	1 835 166 650
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 616 154 813	- 623 649 746	- 622 966 037
amortizações dívida pública	182 645 329	182 645 329	198 702 800
despesas efectivas	1 689 582 878	1 725 517 811	1 636 463 800
saldo efectivo	- 433 509 484	- 441 004 417	- 424 263 200

## **Observações**

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Durante este ano económico, com a formação do 11º Governo Constitucional, foram criados o Ministério da Indústria e Energia e o Ministério do Comércio e Turismo, por divisão do Ministério da Indústria e Comércio; e os serviços militares foram formalmente integrados na orgânica ministerial, através do Ministério da Defesa. Estas alterações orgânicas só tiveram, porém, consequências orçamentais em 1988.

EMGFA = Estado-Maior General das Forças Armadas

## ANO ECONÓMICO DE 1988

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 18 de Novembro de 1987 pelo 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 2/88 de 26 de Janeiro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 112/88 de 21 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1988, 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 171 798 336</b>	<b>2 172 178 336</b>	<b>2 219 434 584</b>	<b>2 324 989 547</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>1 318 466 241</b>	<b>1 318 466 241</b>	<b>1 379 366 241</b>	<b>1 405 784 187</b>
Impostos directos	388 551 500	388 551 500	418 551 500	419 243 310
Impostos indirectos	813 966 683	813 966 683	838 966 683	894 449 499
Taxas, multas e outras penal.	14 840 000	14 840 000	14 840 000	14 806 642
Rendimentos da propriedade	57 251 464	57 251 464	57 251 464	37 770 473
Transferências	29 558 401	29 558 401	35 458 401	28 598 144
Venda de bens duradouros	1 001 000	1 001 000	1 001 000	413 927
Venda serv. e bens não dur.	9 138 372	9 138 372	9 138 372	10 218 561
Outras receitas correntes	4 158 821	4 158 821	4 158 821	283 631
Receitas de capital	776 642 390	777 022 390	763 378 638	849 366 604
Venda bens de investimento	6 607 400	6 607 400	6 607 400	14 252
Transferências	17 329 364	17 329 364	17 329 364	11 183 284
Activos financeiros	1 189 218	1 189 218	1 189 218	2 884 267

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Passivos financeiros	751 516 408	751 896 408	738 252 656	835 284 801
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>11 500 000</b>	<b>11 500 000</b>	<b>11 500 000</b>	<b>8 092 889</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>65 189 705</b>	<b>65 189 705</b>	<b>65 189 705</b>	<b>61 745 866</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>2 171 798 336</b>	<b>2 172 178 336</b>	<b>2 219 434 584</b>	<b>2 324 989 547</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	32 772 615	32 902 615	33 082 615	32 831 075
M. Defesa Nacional	152 075 958	152 075 958	150 975 958	153 256 786
Ministério das Finanças	1 108 347 943	1 108 597 943	1 130 682 291	1 199 426 678
M. Administração Interna	47 035 723	47 035 723	48 135 723	55 748 657
Ministério da Justiça	18 497 033	18 497 033	18 497 033	19 706 650
M. Negócios Estrangeiros	17 156 678	17 156 678	17 156 678	16 402 352
MPAT	123 474 386	123 474 386	125 414 386	122 783 682
MAPA	43 344 145	43 344 145	57 396 045	55 465 164
M. Indústria e Energia	18 947 723	18 947 723	21 947 723	21 007 253
M. Emprego e Seg. Social	52 334 066	52 334 066	52 334 066	53 063 280
Ministério da Educação	268 451 091	268 451 091	268 451 091	287 764 325
Ministério da Saúde	205 682 382	205 682 382	211 682 382	227 160 219
MOPTC	65 762 351	65 762 351	65 762 351	64 062 410
M. Comércio e Turismo	17 916 242	17 916 242	17 916 242	16 311 015
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>1 611 762 127</b>	<b>1 611 892 127</b>	<b>1 644 359 775</b>	<b>1 599 972 800</b>
Pessoal	475 355 483	475 355 483	475 505 483	491 245 300
Bens e serviços correntes	108 588 661	108 588 661	108 438 661	100 925 600
Juros	476 688 062	476 688 062	476 688 062	458 311 800
Transferências correntes	406 396 267	406 526 267	431 993 915	459 537 200
Subsídios	85 069 855	85 069 855	79 069 855	79 288 400
Outras despesas correntes	59 663 799	59 663 799	72 663 799	10 664 500
<b>Despesas de capital</b>	<b>494 846 504</b>	<b>495 096 504</b>	<b>509 885 104</b>	<b>658 010 500</b>
Investimentos	64 970 311	65 220 311	65 220 311	63 808 100
Transferências de capital	134 636 287	134 636 287	149 424 887	143 653 500
Activos financeiros	24 552 850	24 552 850	24 552 850	23 938 800
Passivos financeiros	280 869 414	280 869 414	280 869 414	413 552 400
Outras despesas de capital	- 10 182 358	- 10 182 358	- 10 182 358	13 057 700
<b>Contas de ordem</b>	<b>65 189 705</b>	<b>65 189 705</b>	<b>65 189 705</b>	<b>67 006 200</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
classificação funcional				
Administração pública	411 344 190	411 344 190	432 414 190	399 472 000
d. q. seg. e ordem públicas	74 142 992	74 142 992	75 242 992	82 073 000
da qual ultramar	109 156	109 156	109 156	106 100
Defesa nacional	147 577 267	147 577 267	146 477 267	148 375 200
Educação	264 630 605	264 760 605	264 760 605	283 741 400
Saúde	224 356 871	224 356 871	230 356 871	244 752 300
Segurança e assist. sociais	107 097 810	107 097 810	107 382 157	104 191 600
Habitação e equip. urbanos	7 874 598	7 874 598	7 874 598	6 689 900
Outros serv. colectivos e soc.	16 314 127	16 314 127	16 314 127	15 464 100
Serviços económicos	233 032 044	233 032 044	249 283 944	243 460 600
Operações da dívida pública	759 510 824	759 510 824	759 510 824	873 842 400
Desastres e calamidades	0	0	5 000 000	5 000 000
Diversas não especificadas	60 000	60 000	60 000	53 300
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1988	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	2 171 798 336	2 172 178 336	2 219 434 584	2 324 989 547
empréstimos	751 516 408	751 896 408	738 252 656	835 284 801
receitas efectivas	1 420 281 928	1 420 281 928	1 481 181 928	1 489 704 746
despesas totais	2 171 798 336	2 172 178 336	2 219 434 584	2 324 989 547
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 751 516 408	- 751 896 408	- 738 252 656	- 835 284 801
amortizações dívida pública	280 869 414	280 869 414	280 869 414	413 552 400
despesas efectivas	1 890 928 922	1 891 308 922	1 938 565 170	1 911 437 100
saldo efectivo	- 470 646 994	- 471 026 994	- 457 383 242	- 421 732 400

## Observações

Na conta do ano económico, as classificações económica e funcional das despesas são apresentadas com arredondamento às centenas de contos. Todos os cálculos nelas baseados foram efectuados com o mesmo arredondamento.

Ano económico de 1988

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

MAPA = Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

## ANO ECONÓMICO DE 1989

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 19 de Outubro de 1988 pelo 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 114/88 de 30 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 99/89 de 29 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1989, 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>2 514 950 041</b>	<b>2 656 560 041</b>	<b>2 732 078 541</b>	<b>2 728 752 336</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>1 551 676 492</b>	<b>1 589 176 492</b>	<b>1 680 476 492</b>	<b>1 772 831 687</b>
Impostos directos	467 200 000	492 200 000	556 700 000	603 620 680
Impostos indirectos	971 704 000	971 704 000	996 504 000	1 017 519 435
Taxas, multas e outras penal.	16 173 000	16 173 000	18 173 000	18 912 573
Rendimentos da propriedade	47 569 010	47 569 010	47 569 010	56 244 365
Transferências	34 929 302	34 929 302	34 929 302	51 575 727
Venda bens e serviços corr.	9 589 255	9 589 255	9 589 255	9 212 005
Outras receitas correntes	4 511 925	17 011 925	17 011 925	15 746 902
<b>Receitas de capital</b>	<b>871 919 846</b>	<b>976 029 846</b>	<b>960 248 346</b>	<b>858 473 838</b>
Venda bens de investimento	2 957 400	2 957 400	2 957 400	9 071
Transferências	29 291 550	29 291 550	29 291 550	12 743 570
Activos financeiros	3 018 787	48 018 787	48 018 787	59 476 210
Passivos financeiros	836 652 109	895 762 109	879 980 609	786 244 987

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>29 793 000</b>	<b>29 793 000</b>	<b>29 793 000</b>	<b>27 036 860</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>11 500 000</b>	<b>11 500 000</b>	<b>11 500 000</b>	<b>16 410 021</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>50 060 703</b>	<b>50 060 703</b>	<b>50 060 703</b>	<b>53 999 931</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>2 514 950 041</b>	<b>2 656 560 041</b>	<b>2 732 078 541</b>	<b>2 728 752 336</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	38 276 137	39 246 137	39 264 637	39 737 767
M. Defesa Nacional	167 304 676	167 304 676	167 304 676	175 927 877
Ministério das Finanças	1 288 869 990	1 427 869 990	1 461 369 990	1 393 271 499
M. Administração Interna	56 738 500	56 738 500	56 738 500	69 854 664
Ministério da Justiça	20 334 700	20 334 700	20 334 700	23 200 207
M. Negócios Estrangeiros	19 200 000	19 200 000	19 200 000	19 972 927
MPAT	143 269 520	144 909 520	144 909 520	143 705 891
MAPA	51 808 272	51 808 272	51 808 272	51 805 285
M. Indústria e Energia	21 261 837	21 261 837	21 261 837	25 465 266
M. Emprego e Seg. Social	56 609 107	56 609 107	56 609 107	57 425 944
Ministério da Educação	313 425 809	313 425 809	326 425 809	351 881 890
Ministério da Saúde	241 528 791	241 528 791	270 528 791	276 839 486
MOPTC	76 595 226	76 595 226	76 595 226	74 656 023
M. Comércio e Turismo	19 727 476	19 727 476	19 727 476	25 007 608
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>1 865 509 408</b>	<b>1 888 963 408</b>	<b>1 962 481 908</b>	<b>1 879 527 153</b>
Pessoal	536 270 038	536 270 038	551 270 038	591 877 702
Bens e serviços correntes	101 666 943	101 666 943	101 666 943	103 326 705
Encargos correntes da dívida	582 495 731	592 495 731	592 495 731	509 239 800
Transferências correntes	522 068 934	535 522 934	562 541 434	588 016 722
Subsídios	74 268 363	74 268 363	80 768 363	78 232 803
Outras despesas correntes	48 739 399	48 739 399	73 739 399	8 833 421
<b>Despesas de capital</b>	<b>599 379 930</b>	<b>717 535 930</b>	<b>719 535 930</b>	<b>795 225 260</b>
Bens de capital	86 002 891	86 002 891	86 002 891	73 728 784
Transferências de capital	161 129 233	206 785 233	208 785 233	236 309 417
Activos financeiros	10 409 000	70 409 000	70 409 000	42 715 238
Passivos financeiros	331 407 471	331 407 471	331 407 471	432 254 922
Outras despesas de capital	10 431 335	22 931 335	22 931 335	10 216 899
<b>contas de ordem</b>	<b>50 060 703</b>	<b>50 060 703</b>	<b>50 060 703</b>	<b>53 999 924</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
classificação funcional				
Administração pública	483 121 193	599 731 193	627 249 693	557 572 892
d. q. seg. e ordem públicas	85 206 469	85 206 469	85 206 469	101 093 644
da qual ultramar	100 424	100 424	100 424	111 424
Defesa nacional	162 257 303	162 257 303	162 257 303	170 727 632
Educação	310 719 648	310 719 648	323 719 648	348 416 113
Saúde	260 561 092	260 561 092	289 561 092	295 465 310
Segurança e assist. sociais	115 919 850	130 919 850	132 919 850	136 591 271
Habitação e equip. urbanos	10 153 200	10 153 200	10 153 200	9 177 704
Outros serv. colectivos e soc.	18 195 238	18 195 238	18 195 238	18 054 592
Serviços económicos	240 280 969	240 280 969	242 280 969	250 856 331
Operações da dívida pública	913 741 548	923 741 548	923 741 548	941 390 492
Desastres e calamidades	0	0	0	500 000
Diversas não especificadas	0	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1989	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	2 514 950 041	2 656 560 041	2 732 078 541	2 728 752 336
empréstimos	836 652 109	895 762 109	879 980 609	786 244 987
receitas efectivas	1 678 297 932	1 760 797 932	1 852 097 932	1 942 507 349
despesas totais	2 514 950 041	2 656 560 041	2 732 078 541	2 728 752 336
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 836 652 109	- 895 762 109	- 879 980 609	- 786 244 987
amortizações dívida pública	331 407 471	331 407 471	331 407 471	432 254 922
despesas efectivas	2 183 542 570	2 325 152 570	2 400 671 070	2 296 497 414
saldo efectivo	- 505 244 638	- 564 354 638	- 548 573 138	- 353 990 065

## Observações

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

MAPA = Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

## ANO ECONÓMICO DE 1990

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 18 de Outubro de 1989 pelo 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Miguel Cadilhe).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 101/89 de 29 de Dezembro.

Leis de revisão orçamental aprovadas pela Assembleia da República – lei 60/90 de 21 de Dezembro e 61/90 de 21 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1990, 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: de 1 a 4 de Janeiro de 1990, Miguel Cadilhe; de 4 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1990, Luís Miguel Beleza).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>3 376 535 567</b>	<b>3 460 938 687</b>	<b>3 460 938 687</b>	<b>3 437 901 235</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>1 889 518 888</b>	<b>1 889 518 888</b>	<b>1 889 518 888</b>	<b>2 038 275 063</b>
Impostos directos	622 000 000	622 000 000	622 000 000	723 926 711
Impostos indirectos	1 154 060 000	1 154 060 000	1 154 060 000	1 167 074 957
Taxas, multas e outras penal.	20 098 000	20 098 000	20 098 000	21 102 789
Rendimentos da propriedade	48 462 370	48 462 370	48 462 370	70 699 940
Transferências	26 381 000	26 381 000	26 381 000	34 533 919
Venda bens e serviços corr.	10 618 618	10 618 618	10 618 618	14 748 865
Outras receitas correntes	7 898 900	7 898 900	7 898 900	6 187 882
<b>Receitas de capital</b>	<b>1 361 892 887</b>	<b>1 446 296 007</b>	<b>1 446 296 007</b>	<b>1 276 135 545</b>
Venda bens de investimento	3 507 200	3 507 200	3 507 200	21 145
Transferências	37 970 450	37 970 450	37 970 450	31 247 170
Activos financeiros	164 260 688	164 260 688	164 260 688	141 492 068
Passivos financeiros	1 156 154 549	1 240 557 669	1 240 557 669	1 103 375 163

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>29 743 000</b>	<b>29 743 000</b>	<b>29 743 000</b>	<b>30 149 585</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>13 500 000</b>	<b>13 500 000</b>	<b>13 500 000</b>	<b>17 246 640</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>81 880 792</b>	<b>81 880 792</b>	<b>81 880 792</b>	<b>76 094 401</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>3 376 535 567</b>	<b>3 460 938 687</b>	<b>3 460 938 687</b>	<b>3 437 901 235</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	49 657 761	51 338 881	51 338 881	51 805 520
M. Defesa Nacional	182 912 154	183 794 154	183 794 154	195 754 738
Ministério das Finanças	1 891 496 954	1 971 496 954	1 949 235 754	1 841 897 670
M. Administração Interna	67 310 250	67 310 250	69 360 750	83 140 175
Ministério da Justiça	24 221 900	24 221 900	24 221 900	30 995 076
M. Negócios Estrangeiros	21 260 000	21 260 000	21 260 000	21 721 390
MPAT	173 340 048	174 365 048	174 665 048	157 096 624
MAPA	56 956 634	56 956 634	57 406 634	57 409 722
M. Indústria e Energia	26 408 526	26 408 526	26 558 526	25 205 175
M. Emprego e Seg. Social	62 777 900	62 777 900	62 777 900	62 391 076
Ministério da Educação	389 811 786	389 911 786	393 972 486	421 303 349
Ministério da Saúde	292 537 741	292 552 741	307 552 741	331 599 853
MOPTC	98 478 349	99 178 349	99 428 349	110 325 417
M. Comércio e Turismo	39 365 564	39 365 564	39 365 564	31 348 437
MARN	0	0	0	15 907 012
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 296 320 138</b>	<b>2 299 080 647</b>	<b>2 328 434 093</b>	<b>2 285 600 967</b>
Pessoal	619 489 745	619 615 745	630 668 540	699 145 045
Bens e serviços correntes	118 528 204	117 849 704	117 617 449	111 617 771
Encargos correntes da dívida	743 274 976	743 274 976	743 274 976	693 498 499
Transferências correntes	640 219 134	643 332 143	651 499 388	683 869 395
Subsídios	85 981 058	85 981 058	82 981 058	81 057 317
Outras despesas correntes	88 827 021	89 127 021	102 392 682	16 412 940
<b>Despesas de capital</b>	<b>998 334 637</b>	<b>1 079 977 248</b>	<b>1 050 623 802</b>	<b>1 076 205 860</b>
Bens de capital	75 760 139	77 059 639	76 796 279	78 855 727
Transferências de capital	369 724 135	370 067 246	368 947 160	340 512 608
Activos financeiros	61 157 000	141 157 000	113 257 000	55 026 299
Passivos financeiros	481 236 227	481 236 227	481 236 227	601 270 163
Outras despesas de capital	10 457 136	10 457 136	10 387 136	541 063

Ano económico de 1990

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
contas de ordem	81 880 792	81 880 792	81 880 792	76 094 408
classificação funcional				
Administração pública	819 828 216	902 454 336	877 144 803	725 331 699
d. q. seg. e ordem públicas	100 553 220	100 553 220	102 453 720	122 087 762
da qual ultramar	111 000	111 000	111 000	111 000
Defesa nacional	177 397 837	178 219 837	178 218 737	189 666 351
Educação	388 505 611	388 630 611	393 241 311	419 203 544
Saúde	312 854 027	312 869 027	327 868 527	352 099 955
Segurança e assist. sociais	129 076 777	129 076 777	129 004 277	123 489 388
Habituação e equip. urbanos	9 071 525	9 096 525	9 096 525	10 022 646
Outros serv. colectivos e soc.	23 739 341	23 769 341	23 618 701	25 632 513
Serviços económicos	291 710 948	292 470 948	298 364 521	297 745 089
Operações da dívida pública	1 224 351 285	1 224 351 285	1 224 351 285	1 294 710 050
Desastres e calamidades	0	0	0	0
Diversas não especificadas	0	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1990	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	3 376 535 567	3 460 938 687	3 460 938 687	3 437 901 235
empréstimos	1 156 154 549	1 240 557 669	1 240 557 669	1 103 375 163
receitas efectivas	2 220 381 018	2 220 381 018	2 220 381 018	2 334 526 072
despesas totais	3 376 535 567	3 460 938 687	3 460 938 687	3 437 901 235
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 1 156 154 549	- 1 240 557 669	- 1 240 557 669	- 1 103 375 163
amortizações dívida pública	481 236 227	481 236 227	481 236 227	601 270 163
despesas efectivas	2 895 299 340	2 979 702 460	2 979 702 460	2 836 631 072
saldo efectivo	- 674 918 322	- 759 321 442	- 759 321 442	- 502 105 000

## Observações

Durante este ano económico, foi criado o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, cujos serviços foram separados do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Ano económico de 1990

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

MAPA = Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

MARN = Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

## ANO ECONÓMICO DE 1991

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 17 de Outubro de 1990 pelo 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Luís Miguel Beleza).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 65/90 de 28 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 115/91 de 18 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 1991, 11º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Luís Miguel Beleza).

De 31 de Outubro a 31 de Dezembro de 1991, 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Jorge Braga de Macedo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>3 910 934 118</b>	<b>3 913 286 368</b>	<b>3 963 286 368</b>	<b>4 596 341 667</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>2 368 683 100</b>	<b>2 367 933 100</b>	<b>2 459 933 100</b>	<b>2 483 849 761</b>
Impostos directos	890 950 000	890 200 000	920 000 000	941 030 549
Impostos indirectos	1 350 450 000	1 350 450 000	1 350 450 000	1 354 886 865
Taxas, multas e outras penal.	23 380 000	23 380 000	23 380 000	22 143 147
Rendimentos da propriedade	56 058 000	56 058 000	118 058 000	115 275 991
Transferências	24 032 000	24 032 000	24 032 000	25 445 814
Venda bens e serviços corr.	12 202 100	12 202 100	12 202 100	12 596 119
Outras receitas correntes	11 611 000	11 611 000	11 611 000	12 471 277
<b>Receitas de capital</b>	<b>1 383 868 435</b>	<b>1 385 971 685</b>	<b>1 343 971 685</b>	<b>1 959 197 480</b>
Venda bens de investimento	4 665 700	4 665 700	4 665 700	19 446
Transferências	45 470 380	45 470 380	45 470 380	25 238 915
Activos financeiros	262 856 000	262 856 000	262 856 000	113 158 276

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Passivos financeiros	1 070 876 355	1 072 979 605	1 030 979 605	1 820 780 843
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>44 000 000</b>	<b>44 000 000</b>	<b>44 000 000</b>	<b>44 157 645</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>16 000 000</b>	<b>16 000 000</b>	<b>16 000 000</b>	<b>33 713 337</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>98 382 583</b>	<b>99 381 583</b>	<b>99 381 583</b>	<b>75 423 443</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>3 910 934 118</b>	<b>3 913 286 368</b>	<b>3 963 286 368</b>	<b>4 596 341 667</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	62 5408 667	63 896 917	62 446 917	70 351 037
M. Defesa Nacional	218 771 571	218 771 571	218 695 971	219 864 648
Ministério das Finanças	2 058 452 579	2 058 452 579	2 066 372 040	2 659 069 575
M. Administração Interna	84 643 200	84 643 200	84 530 200	101 668 127
Ministério da Justiça	37 160 000	37 160 000	36 160 000	37 385 138
M. Negócios Estrangeiros	24 700 000	24 705 000	24 665 000	25 440 343
MPAT	191 929 464	191 929 464	189 638 164	191 219 670
MAPA	65 012 947	65 012 947	62 177 447	64 549 744
M. Indústria e Energia	31 178 191	31 178 191	29 131 617	28 527 216
M. Emprego e Seg. Social	80 310 000	80 310 000	79 690 249	79 444 040
Ministério da Educação	488 552 033	488 552 033	518 958 608	549 828 539
Ministério da Saúde	377 783 756	377 783 756	406 291 015	405 817 828
MOPTC	121 568 880	121 568 880	117 505 481	116 804 692
M. Comércio e Turismo	49 916 880	49 916 880	49 726 880	25 749 747
MARN	18 405 950	19 404 950	17 296 779	20 621 323
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>2 756 286 796</b>	<b>2 756 614 921</b>	<b>2 831 513 718</b>	<b>2 817 637 742</b>
Pessoal	796 309 451	796 309 451	826 363 839	887 036 442
Bens e serviços correntes	136 578 927	126 542 802	124 835 952	118 556 947
Encargos correntes da dívida	844 027 413	844 027 413	844 027 413	823 922 461
Transferências correntes	835 735 856	838 100 106	871 745 904	881 106 139
Subsídios	83 047 394	83 047 394	80 513 394	74 613 525
Outras despesas correntes	68 587 755	68 587 755	84 027 216	32 402 228
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 047 264 739</b>	<b>1 057 289 864</b>	<b>1 032 391 067</b>	<b>1 703 280 484</b>
Bens de capital	84 636 050	94 682 175	82 526 508	81 603 963
Transferências de capital	513 686 513	513 665 513	500 938 383	359 681 521
Activos financeiros	22 806 000	22 806 000	22 806 000	21 561 604
Passivos financeiros	412 720 781	412 720 781	412 720 781	1 239 710 469

Ano económico de 1991

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Outras despesas de capital	13 415 395	13 415 395	13 399 395	722 927
<b>Contas de ordem</b>	<b>98 382 583</b>	<b>99 381 583</b>	<b>99 381 583</b>	<b>75 423 441</b>
classificação funcional				
Administração pública	993 535 080	833 281 749	1 005 291 755	816 141 200
d. q. seg. e ordem públicas	131 992 105	131 992 105	131 021 002	148 993 043
da qual ultramar	111 000	111 000	111 000	111 000
Defesa nacional	210 761 065	210 736 253	210 701 503	211 864 836
Educação	485 149 414	485 294 414	515 918 283	545 748 976
Saúde	412 816 645	412 816 645	439 333 204	438 883 496
Segurança e assist. sociais	145 315 390	145 315 390	145 036 127	140 489 750
Habitação e equip. urbanos	9 866 488	9 866 488	8 848 686	8 889 761
Outros serv. colectivos e soc.	34 006 687	34 016 687	31 840 907	40 767 606
Serviços económicos	362 785 890	363 784 890	349 618 444	329 973 536
Operações da dívida pública	1 256 697 459	1 256 697 459	1 256 697 459	2 063 582 506
Desastres e calamidades	0	0	0	0
Diversas não especificadas	0	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1991	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	3 910 934 118	3 913 286 368	3 963 286 368	4 596 341 667
empréstimos	1 070 876 355	1 072 979 605	1 030 979 605	1 820 780 843
receitas efectivas	2 840 057 763	2 840 306 763	2 932 306 763	2 775 560 824
despesas totais	3 910 934 118	3 913 286 368	3 963 286 368	4 596 341 667
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 1 070 876 355	- 1 072 979 605	- 1 030 979 605	- 1 820 780 843
amortizações dívida pública	412 720 781	412 720 781	412 720 781	1 239 710 469
despesas efectivas	3 498 213 337	3 500 565 587	3 550 565 587	3 356 631 198
saldo efectivo	- 658 155 574	- 660 258 824	- 618 258 824	- 581 070 374

## **Observações**

Durante este ano económico, com a formação do 12º Governo Constitucional, foi criado o Ministério do Mar, cujos serviços foram separados do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, que passou a denominar-se simplesmente Ministério da Agricultura, e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Esta alteração orgânica só teve, porém, conseqüências orçamentais em 1992.

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

MAPA = Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

MARN = Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

## ANO ECONÓMICO DE 1992

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 21 de Janeiro de 1992 pelo 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Jorge Braga de Macedo).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 2/92 de 9 de Março.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 30-A/92 de 24 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1992, 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Jorge Braga de Macedo).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>4 774 988 913</b>	<b>4 776 755 273</b>	<b>4 776 755 273</b>	<b>4 606 655 823</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>3 095 582 655</b>	<b>3 095 582 655</b>	<b>3 095 582 655</b>	<b>3 158 162 992</b>
Impostos directos	1 160 380 000	1 160 380 000	1 160 380 000	1 174 608 946
Impostos indirectos	1 755 007 838	1 755 007 838	1 755 007 838	1 670 737 080
Taxas, multas e outras penal.	22 870 000	22 870 000	22 870 000	25 319 072
Rendimentos da propriedade	125 330 038	125 330 038	125 330 038	209 691 463
Transferências	13 519 371	13 519 371	13 519 371	27 676 590
Venda bens e serviços corr.	8 689 244	8 689 244	8 689 244	8 577 635
Outras receitas correntes	9 786 164	9 786 164	9 786 164	41 552 206
<b>Receitas de capital</b>	<b>1 492 737 287</b>	<b>1 494 503 647</b>	<b>1 494 503 647</b>	<b>1 303 819 681</b>
Venda bens de investimento	2 015 700	2 015 700	2 015 700	450 660
Transferências	45 785 780	45 785 780	45 785 780	48 346 833
Activos financeiros	360 814 171	360 814 171	360 814 171	244 506 054
Passivos financeiros	1 084 121 636	1 085 887 996	1 085 887 996	1 010 516 135

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>42 374 300</b>	<b>42 374 300</b>	<b>42 374 300</b>	<b>44 363 044</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>22 000 000</b>	<b>22 000 000</b>	<b>22 000 000</b>	<b>19 430 625</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>122 294 671</b>	<b>122 294 671</b>	<b>122 294 671</b>	<b>80 879 481</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>4 774 988 913</b>	<b>4 776 755 273</b>	<b>4 776 755 273</b>	<b>4 606 655 823</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	67 349 616	69 112 976	68 711 136	72 880 695
M. Defesa Nacional	225 637 956	225 637 956	229 355 956	236 835 411
Ministério das Finanças	2 497 330 353	2 496 130 353	2 478 776 978	2 281 426 889
M. Administração Interna	143 971 140	143 971 140	143 913 140	156 807 358
Ministério da Justiça	41 406 194	41 406 194	41 206 194	45 869 998
M. Negócios Estrangeiros	26 934 341	26 934 341	28 420 341	29 643 134
MPAT	232 617 193	233 817 193	232 467 206	233 710 548
Ministério da Agricultura	65 919 863	65 919 863	64 795 863	68 316 496
M. Indústria e Energia	35 390 092	35 390 092	34 534 092	37 462 751
M. Emprego e Seg. Social	87 844 897	87 847 897	87 687 897	88 232 277
Ministério da Educação	659 427 685	659 427 685	655 146 900	657 745 141
Ministério da Saúde	460 884 589	460 884 589	486 964 589	485 418 933
MOPTC	129 928 130	129 928 130	125 648 130	135 297 848
M. Comércio e Turismo	54 878 230	54 878 230	54 798 230	31 722 572
MARN	25 409 787	25 409 787	24 661 774	26 965 253
Ministério do Mar	20 058 847	20 058 847	19 666 847	18 320 520
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>3 356 561 667</b>	<b>3 354 342 027</b>	<b>3 370 764 061</b>	<b>3 389 829 475</b>
Pessoal	1 027 455 213	1 027 455 213	1 046 192 827	1 084 566 935
Bens e serviços correntes	127 335 234	123 766 234	119 465 529	133 924 167
Encargos correntes da dívida	1 028 230 020	1 028 230 020	1 028 230 020	1 008 292 583
Transferências correntes	989 135 080	991 684 440	1 015 368 589	1 034 387 435
Subsídios	85 765 099	85 765 099	84 862 499	88 366 803
Outras despesas correntes	98 641 021	97 441 021	76 645 597	40 291 552
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 296 132 575</b>	<b>1 300 118 575</b>	<b>1 283 696 541</b>	<b>1 135 946 867</b>
Bens de capital	87 356 113	90 925 113	86 555 062	96 527 495
Transferências de capital	657 594 092	658 011 092	649 143 481	537 664 622
Activos financeiros	28 751 600	28 751 600	25 567 225	17 594 058
Passivos financeiros	511 233 627	511 233 627	511 233 627	481 732 366

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Outras despesas de capital	11 197 143	11 197 143	11 197 143	2 428 326
<b>Contas de ordem</b>	<b>122 294 671</b>	<b>122 294 671</b>	<b>122 294 671</b>	<b>80 879 481</b>
classificação funcional				
Administração pública	1 230 053 699	1 231 646 059	1 204 043 302	1 063 568 809
d. q. seg. e ordem públicas	169 474 070	169 474 070	169 171 344	186 398 432
Defesa nacional	216 688 857	216 688 857	220 432 218	227 798 338
Educação	656 078 083	656 203 083	651 834 620	655 109 947
Saúde	495 938 489	495 938 489	522 230 325	520 769 629
Segurança e assist. sociais	175 068 954	175 338 954	189 193 954	203 202 269
Habituação e equip. urbanos	11 542 844	11 542 844	10 992 744	10 896 672
Outros serv. colectivos e soc.	45 691 780	45 737 780	45 126 912	48 005 721
Funções económicas	404 509 878	404 242 878	393 484 869	387 326 532
Operações da dívida pública	1 539 416 329	1 539 416 329	1 539 416 329	1 489 977 906
Desastres e calamidades	0	0	0	0
Diversas não especificadas	0	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1992	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	4 774 988 913	4 776 755 273	4 776 755 273	4 606 655 823
empréstimos	1 084 121 636	1 085 887 996	1 085 887 996	1 010 516 135
receitas efectivas	3 690 867 277	3 690 867 277	3 690 867 277	3 596 139 688
despesas totais	4 774 988 913	4 776 755 273	4 776 755 273	4 606 655 823
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 1 084 121 636	- 1 085 887 996	- 1 085 887 996	- 1 010 516 135
amortizações dívida pública	511 233 627	511 233 627	511 233 627	481 732 366
despesas efectivas	4 263 755 286	4 263 521 646	4 263 521 646	4 124 923 457
saldo efectivo	- 572 888 009	- 572 654 369	- 572 654 369	- 528 783 769

## Observações

A partir de 1992, a classificação funcional das despesas públicas deixou de especificar a rubrica 'ultramar'.

Ano económico de 1992

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

MARN = Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

## ANO ECONÓMICO DE 1993

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 15 de Outubro de 1992 pelo 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Jorge Braga de Macedo).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 30-C/92 de 28 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 71/93 de 26 de Novembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1993, 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: de 1 de Janeiro a 7 de Dezembro de 1993, Jorge Braga de Macedo; de 7 a 31 de Dezembro de 1993, Eduardo Catroga).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>5 059 138 391</b>	<b>5 060 145 315</b>	<b>5 170 910 565</b>	<b>4 998 046 137</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>3 341 822 523</b>	<b>3 341 822 523</b>	<b>2 967 422 523</b>	<b>2 990 483 402</b>
Impostos directos	1 274 200 000	1 274 200 000	1 111 200 000	1 118 419 196
Impostos indirectos	1 864 994 684	1 864 994 684	1 653 594 684	1 667 790 282
Taxas, multas e outras penal.	34 951 214	34 951 214	34 951 214	35 376 526
Rendimentos da propriedade	110 966 506	110 966 506	110 966 506	110 915 910
Transferências	13 297 060	13 297 060	13 297 060	14 213 880
Venda bens e serviços corr.	30 953 462	30 953 462	30 953 462	29 126 377
Outras receitas correntes	12 459 597	12 459 597	12 459 597	14 641 231
<b>Receitas de capital</b>	<b>1 565 489 302</b>	<b>1 566 496 224</b>	<b>2 051 661 476</b>	<b>1 874 955 398</b>
Venda bens de investimento	1 297 393	1 297 393	1 297 393	382 660
Transferências	49 278 412	49 278 412	49 278 412	52 532 538
Activos financeiros	227 794 022	227 794 022	227 794 022	87 775 685
Passivos financeiros	1 282 512 734	1 283 519 658	1 738 684 908	1 704 803 782

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Outras receitas de capital	4 606 741	4 606 741	34 606 741	29 460 733
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>38 231 600</b>	<b>38 231 600</b>	<b>38 231 600</b>	<b>39 954 774</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>25 000 000</b>	<b>25 000 000</b>	<b>25 000 000</b>	<b>24 617 492</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>88 594 966</b>	<b>88 594 966</b>	<b>88 594 966</b>	<b>68 035 072</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>5 059 138 391</b>	<b>5 060 145 315</b>	<b>5 170 910 565</b>	<b>4 998 046 137</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	66 332 107	67 199 222	66 795 722	68 693 766
Mi. Defesa Nacional	238 913 320	238 913 320	238 853 320	246 984 459
Ministério das Finanças	2 608 501 149	2 608 501 149	2 613 089 149	2 367 877 757
M. Administração Interna	172 372 855	172 372 855	172 222 855	189 117 005
Ministério da Justiça	47 198 369	47 198 369	46 838 369	53 343 854
M. Negócios Estrangeiros	26 300 000	26 300 000	26 276 000	30 344 894
MPAT	249 642 220	249 642 220	247 318 720	248 498 279
Ministério da Agricultura	71 309 412	71 309 412	69 389 412	73 877 396
M. Indústria e Energia	32 191 091	32 191 091	31 147 091	32 246 271
M. Emprego e Seg. Social	107 326 674	107 341 574	217 854 824	219 613 006
Ministério da Educação	672 834 827	673 034 827	670 250 827	691 482 147
Ministério da Saúde	516 154 520	516 154 520	530 574 520	542 278 721
MOPTC	153 351 942	153 351 942	145 509 942	154 505 202
M. Comércio e Turismo	50 302 716	50 302 716	50 152 716	32 032 727
MARN	26 985 882	26 985 882	25 947 882	27 981 710
Ministério do Mar	19 421 307	19 346 216	18 689 216	19 168 943
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>3 516 957 900</b>	<b>3 517 604 699</b>	<b>3 647 313 869</b>	<b>3 643 220 754</b>
Pessoal	1 088 322 175	1 088 670 428	1 088 577 670	1 187 620 925
Bens e serviços correntes	158 214 338	158 194 494	157 722 523	154 404 150
Encargos correntes da dívida	940 078 177	940 078 177	904 078 177	895 966 658
Transferências correntes	1 071 574 704	1 072 293 094	1 224 655 893	1 242 343 896
Subsídios	85 224 597	85 224 597	99 217 797	100 307 041
Outras despesas correntes	173 543 909	173 143 909	173 061 809	62 578 084
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 453 585 525</b>	<b>1 453 945 650</b>	<b>1 435 001 730</b>	<b>1 286 790 311</b>
Bens de capital	103 719 909	103 716 409	98 244 819	105 007 413
Transferências de capital	562 597 370	562 960 995	549 488 665	394 040 803
Activos financeiros	11 037 000	11 037 000	11 037 000	6 683 121

Ano económico de 1993

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Passivos financeiros	764 956 725	764 956 725	764 956 725	779 185 312
Outras despesas de capital	11 274 521	11 274 521	11 274 521	1 873 662
<b>Contas de ordem</b>	<b>88 594 966</b>	<b>88 594 966</b>	<b>88 594 966</b>	<b>68 035 072</b>
classificação funcional				
Administração pública	1 193 263 279	1 194 130 394	1 227 880 763	970 613 757
d. q. seg. e ordem públicas	202 434 441	202 434 441	201 960 360	224 131 421
Defesa nacional	230 195 300	230 195 300	230 171 600	238 120 903
Educação	668 950 067	669 150 067	665 894 809	687 611 395
Saúde	557 841 160	557 841 160	573 033 018	587 014 437
Segurança e assist. sociais	224 200 724	224 200 724	334 799 544	369 803 414
Habituação e equip. urbanos	12 688 026	12 688 026	10 327 005	10 425 422
Outros serv. colectivos e soc.	50 419 560	50 419 560	49 358 211	54 606 466
Funções económicas	416 589 409	416 529 218	410 454 749	404 698 421
Operações da dívida pública	1 704 990 866	1 704 990 866	1 668 990 866	1 675 151 922
Desastres e calamidades	0	0	0	0
Diversas não especificadas	0	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1993	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	5 059 138 391	5 060 145 315	5 170 910 565	4 998 046 137
empréstimos	1 282 512 734	1 283 519 658	1 738 684 908	1 704 803 782
receitas efectivas	3 776 625 657	3 776 625 657	3 432 225 657	3 293 242 355
despesas totais	5 059 138 391	5 060 145 315	5 170 910 565	4 998 046 137
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 1 282 512 734	- 1 283 519 658	- 1 738 684 908	- 1 704 803 782
amortizações dívida pública	764 956 725	764 956 725	764 956 725	779 185 312
despesas efectivas	4 294 181 666	4 295 188 590	4 405 953 840	4 218 860 825
saldo efectivo	- 517 556 009	- 518 562 933	- 973 728 183	- 925 618 470

## Observações

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

Ano económico de 1993

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

MARN = Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

## ANO ECONÓMICO DE 1994

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Outubro de 1993 pelo 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Eduardo Catroga).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 75/93 de 20 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 40/94 de 28 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1994, 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Eduardo Catroga).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>5 556 578 364</b>	<b>5 559 666 303</b>	<b>5 649 626 027</b>	<b>5 450 937 122</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>3 187 775 627</b>	<b>3 187 775 627</b>	<b>3 272 775 627</b>	<b>3 330 721 481</b>
Impostos directos	1 158 000 000	1 158 000 000	1 158 000 000	1 190 222 759
Impostos indirectos	1 845 859 985	1 845 859 985	1 930 859 985	1 970 148 610
Taxas, multas e outras penal.	38 935 083	38 935 083	38 935 083	37 018 856
Rendimentos da propriedade	74 779 808	74 779 808	74 779 808	71 722 205
Transferências	25 810 947	25 810 947	25 810 947	18 506 502
Venda bens e serviços corr.	34 029 421	34 029 421	34 029 421	32 443 134
Outras receitas correntes	10 360 383	10 360 383	10 360 383	10 659 416
<b>Receitas de capital</b>	<b>2 191 276 847</b>	<b>2 194 364 786</b>	<b>2 199 324 510</b>	<b>1 974 669 060</b>
Venda bens de investimento	327 249	327 249	327 249	2 763 257
Transferências	55 703 922	55 703 922	55 703 922	26 290 561
Activos financeiros	206 549 888	206 549 888	206 549 888	105 429 936
Passivos financeiros	1 924 274 675	1 927 362 614	1 902 322 338	1 794 225 573

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Outras receitas de capital	4 421 113	4 421 113	34 421 113	45 959 731
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>47 916 700</b>	<b>47 916 700</b>	<b>47 916 700</b>	<b>45 639 714</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>25 010 501</b>	<b>25 010 501</b>	<b>25 010 501</b>	<b>26 141 790</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>104 598 689</b>	<b>104 598 689</b>	<b>104 598 689</b>	<b>73 765 076</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>5 556 578 364</b>	<b>5 559 666 303</b>	<b>5 649 626 027</b>	<b>5 450 937 122</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	76 137 423	79 084 560	78 450 060	82 492 935
M. Defesa Nacional	258 139 829	258 139 829	256 172 489	268 429 224
Ministério das Finanças	2 904 986 184	2 904 709 786	2 921 691 786	2 694 244 065
M. Administração Interna	188 402 666	188 402 666	188 150 666	181 327 910
Ministério da Justiça	49 829 509	49 829 509	49 343 509	59 543 345
M. Negócios Estrangeiros	29 508 500	29 910 800	29 826 800	34 010 057
MPAT	235 155 379	235 155 379	238 831 879	237 316 853
Ministério da Agricultura	75 269 267	75 269 267	73 169 267	82 407 042
M. Indústria e Energia	39 274 395	39 274 395	36 814 395	33 495 066
M. Emprego e Seg. Social	158 198 172	158 213 072	227 943 072	229 762 596
Ministério da Educação	681 772 149	681 772 149	700 865 949	729 593 256
Ministério da Saúde	581 549 257	581 549 257	579 925 521	586 765 956
MOPTC	160 811 765	160 811 765	152 924 765	150 485 585
M. Comércio e Turismo	56 003 223	56 003 223	55 685 223	32 931 542
MARN	38 670 515	38 670 515	37 710 515	28 045 354
Ministério do Mar	22 870 131	22 870 131	22 120 131	20 086 335
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>3 626 949 289</b>	<b>3 627 930 389</b>	<b>3 736 501 432</b>	<b>3 718 450 898</b>
Pessoal	1 085 229 385	1 085 330 204	1 108 544 569	1 210 063 290
Bens e serviços correntes	186 915 012	186 912 012	183 791 441	180 756 763
Encargos correntes da dívida	783 467 653	783 467 653	783 467 653	769 109 073
Transferências correntes	1 269 938 673	1 270 688 352	1 359 209 881	1 414 785 961
Subsídios	91 578 475	91 578 475	91 535 695	97 321 544
Outras despesas correntes	209 820 091	209 953 693	209 952 193	46 414 267
<b>Despesas de capital</b>	<b>1 825 030 386</b>	<b>1 827 137 225</b>	<b>1 808 525 906</b>	<b>1 658 721 147</b>
Bens de capital	142 776 993	142 811 493	136 598 925	115 261 120
Transferências de capital	539 789 567	541 861 906	529 463 155	428 680 194
Activos financeiros	130 642 000	130 642 000	130 642 000	128 020 445

Ano económico de 1994

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Passivos financeiros	1 000 384 908	1 000 384 908	1 000 384 908	985 402 492
Outras despesas de capital	11 436 918	11 436 918	11 436 918	1 356 896
<b>Contas de ordem</b>	<b>104 598 689</b>	<b>104 598 689</b>	<b>104 598 689</b>	<b>73 765 076</b>
classificação funcional				
Administração pública	1 272 800 385	1 275 747 626	1 298 903 396	1 072 690 433
d. q. seg. e ordem públicas	218 904 917	218 904 917	217 839 989	220 596 873
Defesa nacional	248 904 536	248 904 536	246 994 096	259 892 814
Educação	677 061 187	677 186 985	696 267 203	725 263 185
Saúde	624 077 197	624 077 197	622 533 358	643 902 321
Segurança e assist. sociais	428 092 896	428 095 896	497 910 569	518 564 697
Habitação e equip. urbanos	20 040 059	20 040 059	13 329 603	13 255 049
Outros serv. colectivos e soc.	54 119 254	54 119 254	53 359 820	54 942 311
Serviços económicos	447 630 539	447 642 439	436 475 671	406 914 873
Operações da dívida pública	1 783 852 311	1 783 852 311	1 783 852 311	1 754 511 438
Desastres e calamidades	0	0	0	1 000 000
Diversas não especificadas	0	0	0	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1994 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
receitas totais	5 556 578 364	5 559 666 303	5 649 626 027	5 450 937 122
empréstimos	1 924 274 675	1 927 362 614	1 902 322 338	1 794 225 573
receitas efectivas	3 632 303 689	3 632 303 689	3 747 303 689	3 656 711 549
despesas totais	5 556 578 364	5 559 666 303	5 649 626 027	5 450 937 122
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 1 924 274 675	- 1 927 362 614	- 1 902 322 338	- 1 794 225 573
amortizações dívida pública	1 000 384 908	1 000 384 908	1 000 384 908	985 402 492
despesas efectivas	4 556 193 456	4 559 281 395	4 649 241 119	4 465 534 630
saldo efectivo	- 923 889 767	- 926 977 706	- 901 937 430	- 808 823 081

## Observações

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

Ano económico de 1994

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

MARN = Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

## ANO ECONÓMICO DE 1995

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 18 de Outubro de 1994 pelo 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Eduardo Catroga).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 39-B/94 de 27 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 92-A/95 de 28 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 28 de Outubro de 1995, 12º Governo Constitucional, do Partido Social-Democrata (Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro das Finanças: Eduardo Catroga).

De 28 de Outubro a 31 de Dezembro de 1995, 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>6 429 002 151</b>	<b>6 429 829 401</b>	<b>6 469 209 187</b>	<b>6 377 879 546</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>3 480 457 587</b>	<b>3 480 357 587</b>	<b>3 630 080 711</b>	<b>3 653 189 464</b>
Impostos directos	1 222 000 000	1 222 000 000	1 305 700 000	1 323 639 069
Impostos indirectos	2 062 813 728	2 062 713 728	2 059 213 728	2 073 291 377
Taxas, multas e outras penal.	58 161 785	58 161 785	45 961 785	46 741 296
Rendimentos da propriedade	69 072 159	69 072 159	120 830 581	115 377 137
Transferências	19 055 770	19 055 770	36 855 770	30 687 699
Venda bens e serviços corr.	38 313 402	38 313 402	38 313 402	38 695 988
Outras receitas correntes	11 040 743	11 040 743	23 205 445	24 756 897
<b>Receitas de capital</b>	<b>2 760 204 588</b>	<b>2 761 131 838</b>	<b>2 650 788 500</b>	<b>2 538 097 187</b>
Venda bens de investimento	317 528	317 528	317 528	593 343
Transferências	45 543 145	45 543 145	45 543 145	31 822 627
Activos financeiros	202 815 321	202 815 321	202 815 321	160 134 565

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Passivos financeiros	2 460 522 019	2 461 449 269	2 322 905 931	2 261 402 183
Outras receitas de capital	51 006 575	51 006 575	79 206 575	84 144 469
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>46 582 200</b>	<b>46 582 200</b>	<b>46 582 200</b>	<b>42 239 848</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>25 051 002</b>	<b>25 051 002</b>	<b>25 051 002</b>	<b>64 084 785</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>116 706 774</b>	<b>116 706 774</b>	<b>116 706 774</b>	<b>80 268 262</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>6 429 002 151</b>	<b>6 429 829 401</b>	<b>6 469 209 187</b>	<b>6 377 879 546</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	85 577 257	86 210 507	85 601 771	84 705 209
M. Defesa Nacional	271 580 218	271 580 218	270 860 218	301 954 168
Ministério das Finanças	3 588 838 144	3 588 838 144	3 583 692 798	3 416 222 336
M. Administração Interna	181 875 326	181 875 326	181 962 527	180 375 994
Ministério da Justiça	58 747 821	58 747 821	58 736 821	66 358 495
M. Negócios Estrangeiros	36 209 082	36 209 082	37 402 727	39 232 419
MPAT	267 346 894	267 524 894	267 909 672	266 163 805
Ministério da Agricultura	76 626 464	76 626 464	77 550 322	92 070 017
M. Indústria e Energia	39 870 382	39 870 382	39 000 927	36 085 894
M. Emprego e Seg. Social	166 571 600	166 587 600	182 233 952	182 787 692
Ministério da Educação	756 550 376	756 550 376	763 442 376	812 014 860
Ministério da Saúde	604 550 397	604 550 397	629 467 348	635 130 987
MOPTC	167 776 475	167 776 475	168 540 019	171 664 958
M. Comércio e Turismo	65 117 706	65 117 706	64 488 973	35 523 175
MARN	35 117 854	35 117 854	33 692 748	33 962 128
Ministério do Mar	26 646 155	26 646 155	24 625 988	23 627 407
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>3 868 797 191</b>	<b>3 869 239 891</b>	<b>3 926 843 260</b>	<b>3 942 563 162</b>
Pessoal	1 224 086 585	1 224 086 585	1 231 843 698	1 337 899 340
Bens e serviços correntes	199 790 139	199 790 139	200 854 380	220 026 791
Encargos correntes da dívida	782 888 649	782 888 649	792 888 649	791 773 124
Transferências correntes	1 356 445 531	1 356 888 231	1 394 768 191	1 433 151 783
Subsídios	102 813 750	102 813 750	99 536 002	98 861 245
Outras despesas correntes	202 772 537	202 772 537	206 952 340	60 850 879
<b>Despesas de capital</b>	<b>2 443 498 186</b>	<b>2 443 882 736</b>	<b>2 425 659 153</b>	<b>2 355 048 122</b>
Bens de capital	172 520 981	172 520 981	158 279 452	138 588 409
Transferências de capital	543 512 193	543 896 743	539 914 689	512 391 759

Ano económico de 1995

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Activos financeiros	193 257 114	193 257 114	193 257 114	189 398 557
Passivos financeiros	1 523 385 243	1 523 385 243	1 523 385 243	1 512 857 286
Outras despesas de capital	10 822 655	10 822 655	10 822 655	1 812 111
<b>Contas de ordem</b>	<b>116 706 774</b>	<b>116 706 774</b>	<b>116 706 774</b>	<b>80 268 262</b>
classificação funcional				
Administração pública	230 230 529	230 863 779	232 007 398	240 033 144
Defesa nacional	259 968 487	259 968 487	259 315 447	290 069 027
Segurança e ordem públicas	236 144 122	236 144 122	235 880 215	243 255 649
Educação	748 218 607	748 218 607	755 076 454	804 668 271
Saúde	657 591 391	657 591 391	684 469 002	697 788 110
Segurança e acção sociais	565 317 440	565 33 440	581 142 538	618 069 308
Habituação e serv. colectivos	125 861 802	125 861 802	114 732 832	111 801 147
Serv. cult., recreat. e relig.	54 277 793	54 277 793	53 670 221	53 689 610
Funções económicas	436 538 399	436 538 399	436 583 499	417 793 078
Operações da dívida pública	2 496 273 642	2 496 273 642	2 506 273 642	2 448 691 059
Transf. entre adm. públ.	466 579 939	466 757 939	453 957 939	452 021 143
Diversas não especificadas	152 000 000	152 000 000	156 100 000	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1995	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	6 429 002 151	6 429 829 401	6 469 209 187	6 377 879 546
empréstimos	2 460 522 019	2 461 449 269	2 322 905 931	2 261 402 183
receitas efectivas	3 968 480 132	3 968 380 132	4 146 303 256	4 116 477 363
despesas totais	6 429 002 151	6 429 829 401	6 469 209 187	6 377 879 546
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 2 460 522 019	- 2 461 449 269	- 4 146 303 256	- 2 261 402 183
amortizações dívida pública	1 523 385 243	1 523 385 243	1 523 385 243	1 512 857 286
despesas efectivas	4 905 616 908	4 906 444 158	4 945 823 944	4 865 022 260
saldo efectivo	- 937 136 776	- 938 064 026	- 799 520 688	- 748 544 897

## **Observações**

Durante este ano económico, com a formação do 13º Governo Constitucional, foi extinto o Ministério do Mar, tendo os respectivos serviços sido integrados de novo no agora denominado Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e no Ministério do Equipamento Social; foi criado o Ministério da Economia, por fusão do Ministério da Indústria e Energia e do Ministério do Comércio e Turismo; foram criados o Ministério da Qualificação e Emprego e o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, por divisão do Ministério do Emprego e Segurança Social; e foram criados o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia, por divisão do Ministério da Educação. Estas alterações orgânicas só tiveram, porém, conseqüências orçamentais em 1996.

A partir de 1995, a classificação funcional das despesas públicas deixou de especificar a rubrica 'desastres e calamidades' e a rubrica 'segurança e ordem públicas' foi autonomizada da rubrica 'administração pública'.

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

MOPTC = Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

MARN = Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

## ANO ECONÓMICO DE 1996

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 13 de Fevereiro de 1996 pelo 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 10-B/96 de 23 de Março.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 52-A/96 de 27 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1996, 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>7 280 468 824</b>	<b>7 281 569 324</b>	<b>7 253 069 324</b>	<b>6 729 464 838</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>3 975 485 869</b>	<b>3 967 485 869</b>	<b>3 973 585 869</b>	<b>3 909 578 972</b>
Impostos directos	1 458 970 000	1 458 970 000	1 530 970 000	1 524 189 010
Impostos indirectos	2 214 200 460	2 206 200 460	2 164 300 460	2 127 234 473
Taxas, multas e outras penal.	79 028 031	79 028 031	58 728 031	49 576 029
Rendimentos da propriedade	134 367 354	134 367 354	123 067 354	123 909 974
Transferências	25 898 722	25 898 722	36 498 722	34 882 383
Venda bens e serviços corr.	48 286 677	48 286 677	45 286 677	38 324 011
Outras receitas correntes	14 734 625	14 734 625	14 734 625	11 553 093
<b>Receitas de capital</b>	<b>3 102 734 189</b>	<b>3 111 834 689</b>	<b>3 091 234 689</b>	<b>2 628 431 922</b>
Venda bens de investimento	433 451	433 451	433 451	506 150
Transferências	57 411 698	57 411 698	57 411 698	33 092 879
Activos financeiros	392 158 350	392 158 350	392 158 350	391 676 161
Passivos financeiros	2 631 575 389	2 640 675 889	2 620 075 889	2 187 747 884

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Outras receitas de capital	21 155 301	21 155 301	21 155 301	15 408 847
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>42 532 000</b>	<b>42 532 000</b>	<b>42 532 000</b>	<b>29 359 262</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>35 928 660</b>	<b>35 928 660</b>	<b>21 928 660</b>	<b>81 152 465</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>123 788 106</b>	<b>123 788 106</b>	<b>123 788 106</b>	<b>80 941 217</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>7 280 468 824</b>	<b>7 281 569 324</b>	<b>7 253 069 324</b>	<b>6 729 464 838</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	86 294 172	86 529 172	86 529 172	83 527 917
M. Defesa Nacional	266 831 069	266 831 069	266 831 069	306 408 483
M. Negócios Estrangeiros	40 545 293	40 545 293	40 545 293	42 600 244
Ministério das Finanças	4 039 559 772	4 036 559 772	3 984 059 772	3 393 141 256
M. Administração Interna	190 662 030	190 662 030	190 662 030	187 475 940
MPAT	276 802 699	277 302 699	276 185 794	278 118 838
Ministério da Justiça	64 865 403	64 865 403	64 865 403	75 102 029
Ministério da Economia	95 374 105	95 374 105	95 374 105	66 112 133
MADRP	91 933 891	95 229 891	95 229 891	103 370 833
Ministério da Educação	835 184 571	835 184 571	835 184 571	882 923 939
M. Equipamento Social	217 153 199	217 093 199	221 959 199	200 767 329
Ministério da Saúde	648 648 447	648 648 447	668 648 447	690 775 168
M. Qualificação e Emprego	10 188 889	10 188 889	10 188 889	9 826 018
MSSS	330 662 060	330 697 060	330 947 965	331 034 126
Ministério do Ambiente	43 047 104	43 099 104	43 099 104	35 606 268
Ministério da Cultura	28 049 720	28 092 220	28 092 220	27 875 845
M. Ciência e Tecnologia	14 666 400	14 666 400	14 666 400	14 797 470
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>4 283 468 679</b>	<b>4 284 557 265</b>	<b>4 251 999 445</b>	<b>4 232 515 274</b>
Pessoal	1 366 589 292	1 366 589 692	1 366 589 692	1 450 084 492
Bens e serviços correntes	202 574 026	202 598 787	202 440 967	221 945 742
Encargos correntes da dívida	774 424 627	774 424 627	745 124 627	740 625 403
Transferências correntes	1 646 220 557	1 650 283 982	1 644 434 382	1 688 294 727
Subsídios	83 629 780	80 629 780	84 619 780	99 204 957
Outras despesas correntes	210 030 397	210 030 397	208 789 997	32 359 953
<b>Despesas de capital</b>	<b>2 873 212 039</b>	<b>2 873 223 953</b>	<b>2 877 281 773</b>	<b>2 416 007 347</b>
Bens de capital	171 483 623	171 545 323	168 666 403	133 335 805
Transferências de capital	768 476 829	768 427 043	775 593 383	784 587 294

Ano económico de 1996

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Activos financeiros	20 133 985	20 133 985	20 133 985	14 005 542
Passivos financeiros	1 905 713 197	1 905 713 197	1 905 713 197	1 481 585 226
Outras despesas de capital	7 404 405	7 404 405	7 174 805	2 493 480
<b>Contas de ordem</b>	<b>123 788 106</b>	<b>123 788 106</b>	<b>123 788 106</b>	<b>80 941 217</b>
classificação funcional				
Administração pública	221 957 961	222 172 961	215 586 056	212 597 127
Defesa nacional	253 977 135	253 977 135	253 977 135	295 687 653
Segurança e ordem públicas	251 057 882	251 057 882	251 057 882	258 411 933
Educação	840 283 369	840 283 369	840 076 069	888 203 796
Saúde	708 498 378	708 498 378	728 705 678	756 964 440
Segurança e acção sociais	621 411 211	621 466 211	621 717 116	639 595 744
Habituação e serv. colectivos	119 776 752	120 078 752	121 668 752	119 299 388
Serv. cult., recreat. e relig.	70 061 794	70 104 294	70 170 294	65 029 840
Funções económicas	453 782 399	453 768 399	462 748 399	426 738 981
Operações da dívida pública	3 060 146 179	3 060 146 179	3 030 846 179	2 603 303 261
Transf. entre adm. públ.	499 915 764	500 415 764	477 215 764	463 631 675
Diversas não especificadas	179 600 000	179 600 000	179 300 000	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1996	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	7 280 468 824	7 281 569 324	7 253 069 324	6 729 464 838
empréstimos	2 631 575 389	2 640 675 889	2 620 075 889	2 187 747 884
receitas efectivas	4 648 893 435	4 640 893 435	4 632 993 435	4 541 716 954
despesas totais	7 280 468 824	7 281 569 324	7 253 069 324	6 729 464 838
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 2 631 575 389	- 2 640 675 889	- 2 620 075 889	- 2 187 747 884
amortizações dívida pública	1 905 713 197	1 905 713 197	1 905 713 197	1 481 585 226
despesas efectivas	5 374 755 627	5 375 856 127	5 347 356 127	5 247 879 612
saldo efectivo	- 725 862 192	- 734 962 692	- 714 362 692	- 706 162 658

## **Observações**

Durante este ano económico, foi criado o Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, por fusão do Ministério do Equipamento Social e do Ministério do Planeamento e Administração do Território. Esta alteração orgânica só teve, porém, consequências orçamentais em 1997.

MPAT = Ministério do Planeamento e Administração do Território

MADRP = Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

MSSS = Ministério da Solidariedade e Segurança Social

## ANO ECONÓMICO DE 1997

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Outubro de 1996 pelo 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 52-C/96 de 27 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 130-B/97 de 31 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1997, 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>7 546 092 798</b>	<b>7 548 846 348</b>	<b>7 548 846 348</b>	<b>9 955 774 628</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>4 379 319 554</b>	<b>4 373 819 554</b>	<b>4 373 819 554</b>	<b>4 316 167 730</b>
Impostos directos	1 711 300 000	1 710 300 000	1 710 300 000	1 685 210 301
Impostos indirectos	2 321 169 593	2 316 669 593	2 316 669 593	2 307 252 003
Taxas, multas e outras penal.	70 600 176	70 600 176	70 600 176	53 170 228
Rendimentos da propriedade	184 573 383	184 573 383	184 573 383	201 950 966
Transferências	22 158 707	22 158 707	22 158 707	17 475 753
Venda bens e serviços corr.	53 007 086	53 007 086	53 007 086	41 483 305
Outras receitas correntes	16 510 609	16 510 609	16 510 609	9 625 175
<b>Receitas de capital</b>	<b>2 972 612 239</b>	<b>2 980 865 789</b>	<b>2 980 865 789</b>	<b>5 408 128 453</b>
Venda bens de investimento	701 751	701 751	701 751	1 133 983
Transferências	60 723 437	60 723 437	60 723 437	35 103 879
Activos financeiros	414 534 837	414 534 837	414 534 837	838 552 894
Passivos financeiros	2 459 318 494	2 467 572 044	2 467 572 044	4 502 288 941

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Outras receitas de capital	37 333 720	37 333 720	37 333 720	31 048 757
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>30 526 800</b>	<b>30 526 800</b>	<b>30 526 800</b>	<b>34 536 300</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>35 109 568</b>	<b>35 109 568</b>	<b>35 109 568</b>	<b>108 948 741</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>128 524 637</b>	<b>128 524 637</b>	<b>128 524 637</b>	<b>87 993 404</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>7 546 092 798</b>	<b>7 548 846 348</b>	<b>7 548 846 348</b>	<b>9 955 774 628</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	89 085 351	91 262 901	91 262 901	93 530 173
M. Defesa Nacional	263 882 482	263 882 482	263 882 482	285 114 116
M. Negócios Estrangeiros	42 917 990	42 917 990	42 917 990	46 583 917
Ministério das Finanças	4 057 719 169	4 058 295 169	4 042 095 169	6 398 220 039
M. Administração Interna	205 399 056	205 399 056	205 399 056	201 137 616
MEPAT	530 971 750	530 971 750	530 971 750	501 663 486
Ministério da Justiça	71 336 773	71 336 773	71 336 773	76 525 876
Ministério da Economia	99 980 040	99 980 040	99 980 040	76 631 800
MADRP	101 991 281	101 991 281	104 191 281	113 057 334
Ministério da Educação	918 058 134	918 058 134	918 058 134	970 741 277
Ministério da Saúde	693 523 337	693 523 337	707 523 337	733 177 812
M. Qualificação e Emprego	12 384 253	12 384 253	12 384 253	9 483 624
MSSS	373 549 276	373 549 276	373 549 276	372 921 466
Ministério do Ambiente	39 698 693	39 698 693	39 698 693	33 373 889
Ministério da Cultura	29 780 213	29 780 213	29 780 213	28 616 306
M. Ciência e Tecnologia	15 815 000	15 815 000	15 815 000	14 995 895
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>4 466 455 357</b>	<b>4 468 150 457</b>	<b>4 472 410 457</b>	<b>4 420 242 131</b>
Pessoal	1 478 808 749	1 478 808 749	1 478 808 749	1 569 941 902
Bens e serviços correntes	203 868 774	203 868 774	203 868 774	203 197 889
Encargos correntes da dívida	734 025 051	734 601 051	720 601 685	679 134 569
Transferências correntes	1 764 322 585	1 765 441 685	1 777 061 685	1 838 967 433
Subsídios	85 454 460	85 454 460	92 094 460	91 141 599
Outras despesas correntes	199 975 738	199 975 738	199 975 738	37 858 739
<b>Despesas de capital</b>	<b>2 951 112 804</b>	<b>2 952 171 254</b>	<b>2 947 911 254</b>	<b>5 447 539 094</b>
Bens de capital	183 633 109	183 633 109	183 633 109	141 267 089
Transferências de capital	833 841 070	834 899 520	834 899 520	1 263 836 465
Activos financeiros	24 343 444	24 343 444	20 083 444	15 889 750

Ano económico de 1997

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Passivos financeiros	1 900 610 031	1 900 610 031	1 900 610 031	4 022 419 159
Outras despesas de capital	8 685 150	8 685 150	8 685 150	4 126 631
<b>Contas de ordem</b>	<b>128 524 637</b>	<b>128 524 637</b>	<b>128 524 637</b>	<b>87 993 400</b>
classificação funcional				
Administração pública	235 088 597	237 066 347	230 426 347	233 374 645
Defesa nacional	250 277 531	250 277 531	250 277 531	274 369 943
Segurança e ordem públicas	271 634 459	271 634 459	271 634 459	272 562 102
Educação	923 101 616	923 101 616	923 101 616	975 112 362
Saúde	758 611 156	758 611 156	772 611 156	805 676 251
Segurança e acção sociais	708 219 336	708 241 836	708 241 836	722 010 090
Habitação e serv. colectivos	135 480 762	135 658 062	142 298 062	131 059 945
Serv. cult., recreat. e relig.	66 302 394	66 302 394	66 302 394	63 661 132
Funções económicas	476 440 987	476 440 987	476 440 987	428 690 823
Operações da dívida pública	3 044 643 756	3 045 219 756	3 031 219 756	5 527 426 757
Transf. entre adm. públ.	509 292 204	509 292 204	509 292 204	521 830 578
Diversas não especificadas	167 000 000	167 000 000	167 000 000	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1997 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
receitas totais	7 546 092 798	7 548 846 348	7 548 846 348	9 955 774 628
empréstimos	2 459 318 494	2 467 572 044	2 467 572 044	4 502 288 941
receitas efectivas	5 086 774 304	5 081 274 304	5 081 274 304	5 453 485 687
despesas totais	7 546 092 798	7 548 846 348	7 548 846 348	9 955 774 628
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 2 459 318 494	- 2 467 572 044	- 2 467 572 044	- 4 502 288 941
amortizações dívida pública	1 900 610 031	1 900 610 031	1 900 610 031	4 022 419 159
despesas efectivas	5 645 482 767	5 648 236 317	5 648 236 317	5 933 355 469
saldo efectivo	- 558 670 401	- 566 962 013	- 566 962 013	- 479 869 782

## Observações

MEPAT = Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território

Ano económico de 1997

MADRP = Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

MSSS = Ministério da Solidariedade e Segurança Social

## ANO ECONÓMICO DE 1998

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Outubro de 1997 pelo 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 127-B/97 de 20 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 87/98 de 22 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1998, 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>10 146 530 233</b>	<b>10 147 350 054</b>	<b>10 157 130 054</b>	<b>8 483 099 764</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>4 653 510 990</b>	<b>4 653 510 990</b>	<b>4 663 290 990</b>	<b>4 716 760 837</b>
Impostos directos	1 833 700 000	1 833 700 000	1 833 700 000	1 859 292 785
Impostos indirectos	2 436 100 678	2 436 100 678	2 445 880 678	2 538 750 394
Taxas, multas, etc.	71 910 619	71 910 619	71 910 619	57 513 704
Rend. da propriedade	165 380 360	165 380 360	165 380 360	172 997 813
Transferências	54 965 428	54 965 428	54 965 428	29 045 560
Venda bens e serv. corr.	54 718 073	54 718 073	54 718 073	48 905 235
Outras receitas correntes	36 735 832	36 735 832	36 735 832	10 255 346
<b>Receitas de capital</b>	<b>5 269 330 597</b>	<b>5 270 150 418</b>	<b>5 270 150 418</b>	<b>3 555 559 364</b>
Venda bens de investim.	1 443 290	1 443 290	1 443 290	1 344 006
Transferências	46 948 564	46 948 564	46 948 564	49 549 112
Activos financeiros	407 626 717	407 626 717	407 626 717	523 281 367
Passivos financeiros	4 795 916 856	4 796 736 677	4 796 736 677	2 952 458 409

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Outras rec. de capital	17 395 170	17 395 170	17 395 170	28 926 471
<b>Recursos comunitários</b>	<b>32 465 000</b>	<b>32 465 000</b>	<b>32 465 000</b>	<b>40 333 293</b>
<b>Rep. n. abatidas a pag.</b>	<b>50 151 410</b>	<b>50 151 410</b>	<b>50 151 410</b>	<b>67 590 070</b>
Contas de ordem	141 072 236	141 072 236	141 072 236	102 856 200
<b>DESPESAS</b>	<b>10 146 530 233</b>	<b>10 147 350 054</b>	<b>10 157 130 054</b>	<b>8 483 099 764</b>
classificação orgânica				
Enc. gerais da Nação	107 074 853	107 751 853	110 097 413	115 796 776
M. Defesa Nacional	285 594 583	285 594 583	288 048 383	291 728 109
M. Negócios Estrangeiros	45 816 060	45 816 060	46 019 460	51 512 138
Ministério das Finanças	6 352 889 641	6 352 889 641	6 370 670 241	4 637 354 164
M. Administração Interna	213 851 222	213 851 222	217 401 322	216 392 961
MEPAT	546 771 092	546 893 913	540 321 053	549 403 161
Ministério da Justiça	75 334 065	75 334 065	74 603 965	80 966 615
Ministério da Economia	109 114 256	109 114 256	108 414 656	82 489 026
MADRP	107 651 388	107 651 388	105 635 288	120 005 545
Ministério da Educação	1 022 217 806	1 022 217 806	1 019 647 206	1 068 099 923
Ministério da Saúde	768 065 293	768 065 293	766 211 293	773 966 315
M. Qualificação e Empr.	14 710 952	14 710 952	14 377 052	—
MSSS	399 221 149	399 221 149	399 221 149	—
M. Trab. e Solidariedade	—	—	—	408 879 963
Ministério do Ambiente	46 522 651	46 522 651	45 081 851	34 786 095
Ministério da Cultura	33 687 252	33 707 252	34 012 052	35 073 416
M. Ciência e Tecnologia	18 007 970	18 007 970	17 367 670	16 645 558
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>4 672 950 061</b>	<b>4 673 575 292</b>	<b>4 695 806 694</b>	<b>4 639 135 804</b>
Pessoal	1 591 528 552	1 591 528 552	1 601 005 680	1 704 651 696
Bens e serviços correntes	224 663 756	224 616 256	229 618 796	206 921 611
Encargos corr. da dívida	626 891 265	626 891 265	598 891 265	582 543 458
Transferências correntes	1 938 411 294	1 939 084 025	1 943 685 920	1 988 609 655
Subsídios	96 408 450	96 408 450	111 654 450	114 889 966
Outras despesas corr.	195 046 744	195 046 744	210 950 583	41 519 418
<b>Despesas de capital</b>	<b>5 332 507 936</b>	<b>5 332 702 526</b>	<b>5 320 251 124</b>	<b>3 741 107 760</b>
Bens de capital	160 144 559	160 169 559	155 496 928	139 502 031
Transferências de cap.	876 998 560	877 168 150	869 389 379	1 016 036 775

Ano económico de 1998

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Activos financeiros	22 440 277	22 440 277	22 440 277	16 424 831
Passivos financeiros	4 263 301 890	4 263 301 890	4 263 301 890	2 564 375 711
Outras despesas de cap.	9 622 650	9 622 650	9 622 650	4 768 412
<b>Contas de ordem</b>	<b>141 072 236</b>	<b>141 072 236</b>	<b>141 072 236</b>	<b>102 856 200</b>
classificação funcional				
Administração pública	246 948 463	247 600 463	246 692 721	264 358 187
Defesa nacional	271 354 236	271 354 236	273 954 236	278 108 375
Segur. e ordem públicas	282 503 041	282 503 041	285 308 041	292 930 325
Educação	1 028 132 024	1 028 132 024	1 025 326 984	1 073 420 258
Saúde	837 921 982	837 921 982	844 257 982	864 653 152
Segur. e acção sociais	766 181 127	766 206 127	765 890 292	781 727 698
Habit. e serv. colectivos	138 504 026	138 504 026	153 914 604	161 077 206
Serv. cult., recr. e relig.	87 341 447	87 366 447	87 546 499	75 779 709
Funções económicas	477 757 117	477 757 117	470 934 104	454 409 459
Oper. da dívida pública	5 290 202 004	5 290 202 004	5 262 202 004	3 659 387 668
Transf. entre adm. públ.	558 084 766	558 202 587	564 098 748	577 247 727
Diversas não especif.	161 600 000	161 600 000	177 003 839	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1998	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	10 146 530 233	10 147 350 054	10 157 130 054	8 483 099 764
empréstimos	4 795 916 856	4 796 736 677	4 796 736 677	2 952 458 409
receitas efectivas	5 350 613 377	5 350 613 377	5 360 393 377	5 530 641 355
despesas totais	10 146 530 233	10 147 350 054	10 157 130 054	8 483 099 764
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 4 795 916 856	- 4 796 736 677	- 4 796 736 677	- 2 952 458 409
amortizações dívida pública	4 263 301 890	4 263 301 890	4 263 301 890	2 564 375 711
despesas efectivas	5 883 228 343	5 884 048 164	5 893 828 164	5 917 724 053
saldo efectivo	- 532 614 966	- 533 434 787	- 533 434 787	- 387 082 698

## **Observações**

Durante este ano económico, foi criado o Ministério do Trabalho e Solidariedade, por fusão do Ministério da Qualificação e Emprego e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

MEPAT = Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território

MADRP = Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

MSSS = Ministério da Solidariedade e Segurança Social

## ANO ECONÓMICO DE 1999

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 16 de Outubro de 1998 pelo 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 87-B/98 de 31 de Dezembro.

Lei de revisão orçamental aprovada pela Assembleia da República – lei 176-A/99 de 30 de Dezembro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 25 de Outubro de 1999, 13º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: António Sousa Franco).

De 25 de Outubro a 31 de Dezembro de 1999, 14º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: Joaquim Pina Moura).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>8 744 249 692</b>	<b>8 748 591 003</b>	<b>8 894 186 696</b>	<b>8 083 873 080</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 044 809 589</b>	<b>5 044 809 589</b>	<b>5 120 405 282</b>	<b>5 049 467 542</b>
Impostos directos	2 045 000 000	2 045 000 000	2 045 000 000	2 011 174 301
Impostos indirectos	2 673 451 368	2 673 451 368	2 749 047 061	2 779 571 637
Taxas, multas e outras penal.	80 199 325	80 199 325	80 199 325	61 064 501
Rendimentos da propriedade	109 888 679	109 888 679	109 888 679	95 966 799
Transferências	50 940 342	50 940 342	50 940 342	44 113 973
Venda bens e serviços corr.	61 083 390	61 083 390	61 083 390	50 102 701
Outras receitas correntes	24 246 485	24 246 485	24 246 485	7 473 630
<b>Receitas de capital</b>	<b>3 427 220 867</b>	<b>3 431 562 178</b>	<b>3 501 562 178</b>	<b>2 825 958 111</b>
Venda bens de investimento	1 450 200	1 450 200	1 450 200	3 829 323
Transferências	37 194 980	37 194 980	37 194 980	29 549 512
Activos financeiros	367 197 803	367 197 803	367 197 803	315 658 245

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Passivos financeiros	2 984 063 058	2 988 404 369	3 058 404 369	2 359 234 815
Outras receitas de capital	37 314 826	37 314 826	37 314 826	117 686 217
Recursos própr. comunitários	40 551 000	40 551 000	40 551 000	41 121 271
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>51 633 355</b>	<b>51 633 355</b>	<b>51 633 355</b>	<b>61 395 536</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>180 034 881</b>	<b>180 034 881</b>	<b>180 034 881</b>	<b>105 930 620</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>8 744 249 692</b>	<b>8 748 591 003</b>	<b>8 894 186 696</b>	<b>8 083 873 080</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	126 581 655	128 459 936	130 236 121	131 029 975
M. Defesa Nacional	320 098 313	320 098 313	324 411 927	317 022 923
M. Negócios Estrangeiros	46 866 215	46 892 215	46 620 622	59 212 112
Ministério das Finanças	4 667 833 532	4 667 833 532	4 750 733 532	3 871 676 387
M. Administração Interna	221 536 262	221 536 262	226 220 025	231 300 739
MEPAT	600 380 476	602 709 506	592 804 500	591 948 941
Ministério da Justiça	80 465 620	80 465 620	79 438 831	87 890 628
Ministério da Economia	112 763 937	112 763 937	112 763 937	81 218 472
MADRP	113 306 646	113 306 646	106 537 888	122 677 966
Ministério da Educação	1 090 851 456	1 090 941 456	1 086 427 833	1 159 808 766
Ministério da Saúde	819 659 087	819 677 087	899 356 780	891 752 872
M. Trabalho e Solidariedade	445 107 463	445 107 463	444 537 005	444 050 110
Ministério do Ambiente	43 318 781	43 318 781	39 951 038	39 079 075
Ministério da Cultura	36 734 643	36 734 643	36 046 783	37 528 036
M. Ciência e Tecnologia	18 745 606	18 745 606	18 099 874	17 676 077
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>4 925 063 943</b>	<b>4 928 383 443</b>	<b>5 099 732 486</b>	<b>5 057 479 448</b>
Pessoal	1 687 258 602	1 687 258 602	1 711 657 902	1 838 169 256
Bens e serviços correntes	225 817 829	225 824 829	226 858 789	227 117 232
Encargos correntes da dívida	585 392 000	585 392 000	585 392 000	591 167 989
Transferências correntes	2 105 709 345	2 108 995 845	2 189 411 628	2 224 997 403
Subsídios	106 797 717	106 797 717	122 797 717	129 839 246
Outras despesas correntes	214 088 450	214 114 450	263 614 450	46 188 322
<b>Despesas de capital</b>	<b>3 639 150 868</b>	<b>3 640 172 679</b>	<b>3 614 419 329</b>	<b>2 920 463 013</b>
Bens de capital	153 804 351	153 854 861	145 503 027	140 014 258
Transferências de capital	884 113 284	885 084 595	867 708 079	814 371 423
Activos financeiros	30 086 500	30 086 500	30 086 500	13 680 928

Ano económico de 1999

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
Passivos financeiros	2 560 903 778	2 560 903 778	2 560 903 778	1 946 870 292
Outras despesas de capital	10 242 945	10 242 945	10 217 945	5 526 112
<b>Contas de ordem</b>	<b>180 034 881</b>	<b>180 034 881</b>	<b>180 034 881</b>	<b>105 930 619</b>
classificação funcional				
Administração pública	266 822 128	268 701 409	267 182 361	293 003 052
Defesa nacional	299 142 744	299 142 744	303 722 097	301 203 644
Segurança e ordem públicas	295 629 418	295 629 418	299 301 012	313 857 788
Educação	1 098 382 823	1 098 472 823	1 092 671 791	1 165 380 923
Saúde	891 698 104	891 716 104	983 672 957	987 091 763
Segurança e acção sociais	836 044 462	836 069 462	839 605 211	835 449 523
Habitação e serv. colectivos	164 069 220	164 069 220	176 305 038	177 115 426
Serv. culturais, recr. e relig.	87 787 713	87 937 713	86 669 332	86 002 851
Funções económicas	485 345 463	485 177 463	472 207 164	441 163 429
Operações da dívida pública	3 506 304 727	3 506 304 727	3 506 304 727	2 834 656 189
Transfer. entre adm. públicas	635 062 890	637 409 920	640 085 006	648 948 492
Diversas não especificadas	177 960 000	177 960 000	226 460 000	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 1999	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	8 744 249 692	8 748 591 003	8 894 186 696	8 083 873 080
empréstimos	2 984 063 058	2 988 404 369	3 058 404 369	2 359 234 815
receitas efectivas	5 760 186 634	5 760 186 634	5 835 782 327	5 724 638 265
despesas totais	8 744 249 692	8 748 591 003	8 894 186 696	8 083 873 080
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 2 984 063 058	- 2 988 404 369	- 3 058 404 369	- 2 359 234 815
amortizações dívida pública	2 560 903 778	2 560 903 778	2 560 903 778	1 946 870 292
despesas efectivas	6 183 345 914	6 187 687 225	6 333 282 918	6 137 002 788
saldo efectivo	- 423 159 280	- 427 500 591	- 497 500 591	- 412 364 523

## **Observações**

Durante este ano económico, com a formação do 14º Governo Constitucional, foi criado o Ministério da Reforma do Estado e da Administração, tendo os respectivos serviços sido separados da Presidência do Conselho de Ministros (cujas despesas estavam englobadas nos encargos gerais da Nação); e foram criados o Ministério do Planeamento e o Ministério do Equipamento Social, por divisão do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território. Estas alterações orgânicas só tiveram, porém, conseqüências orçamentais em 2000.

MEPAT = Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território

MADRP = Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

## ANO ECONÓMICO DE 2000

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 29 de Janeiro de 2000 pelo 14º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: Joaquim Pina Moura).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 3-B/2000 de 4 de Abril.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000, 14º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: Joaquim Pina Moura).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>8 702 033 563</b>	<b>8 710 356 709</b>	<b>8 373 486 600</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 646 180 313</b>	<b>5 646 180 313</b>	<b>5 401 430 342</b>
Impostos directos	2 205 800 000	2 205 800 000	2 268 697 719
Impostos indirectos	3 066 600 000	3 066 600 000	2 881 592 241
Taxas, multas e outras penalidades	83 733 225	83 733 225	66 674 300
Rendimentos da propriedade	121 055 225	121 055 225	85 577 708
Transferências	68 384 266	68 384 266	36 878 002
Venda de bens e serviços correntes	65 064 409	65 064 409	53 585 328
Outras receitas correntes	35 543 188	35 543 188	8 425 044
<b>Receitas de capital</b>	<b>2 753 644 180</b>	<b>2 761 967 326</b>	<b>2 707 488 152</b>
Venda de bens de investimento	34 042 100	34 042 100	17 999 040
Transferências	54 884 323	54 884 323	24 193 302
Activos financeiros	505 878 389	505 878 389	483 263 671
Passivos financeiros	2 132 041 331	2 140 349 477	2 062 844 359
Outras receitas de capital	26 813 037	26 813 037	119 187 780
<b>Recursos próprios comunitários</b>	<b>46 535 000</b>	<b>46 535 000</b>	<b>40 932 121</b>

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
<b>Reposições não abatidas aos pagamentos</b>	<b>38 153 535</b>	<b>38 153 535</b>	<b>95 768 299</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>217 520 535</b>	<b>217 520 535</b>	<b>127 867 687</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>8 702 033 563</b>	<b>8 710 356 709</b>	<b>8 373 486 600</b>
classificação orgânica			
Encargos gerais da Nação	507 212 063	509 525 209	506 935 462
Ministério dos Negócios Estrangeiros	65 561 444	65 561 444	76 464 152
Ministério do Equipamento Social	257 877 991	257 877 991	206 766 508
Ministério da Defesa Nacional	336 099 293	336 099 293	358 395 513
Ministério da Administração Interna	242 087 471	242 087 471	240 984 725
Ministério das Finanças	4 119 294 579	4 119 294 579	3 834 705 839
Ministério da Economia	122 544 927	122 544 927	86 444 638
Ministério do Trabalho e Solidariedade	513 252 220	519 252 220	515 585 957
Ministério da Justiça	94 968 473	94 968 473	92 200 599
Ministério do Planeamento	49 224 662	49 224 662	40 964 763
M. Agricultura, Desenvolvim. Rural e Pescas	119 244 914	119 244 914	108 238 710
Ministério da Educação	1 178 460 898	1 178 460 898	1 240 716 287
Ministério da Saúde	962 914 243	962 929 243	955 283 032
M. Ambiente e Ordenamento do Território	55 754 295	55 754 295	35 624 028
Ministério da Cultura	43 085 218	43 085 218	41 623 168
Ministério da Ciência e Tecnologia	26 103 958	26 103 958	24 888 889
M. Reforma do Estado e Administração Pública	8 341 941	8 341 941	7 664 329
classificação económica			
<b>Despesas correntes</b>	<b>5 604 013 236</b>	<b>5 611 103 550</b>	<b>5 576 260 327</b>
Pessoal	1 857 690 652	1 857 699 352	2 000 622 953
Bens e serviços correntes	235 500 669	235 460 669	243 177 167
Encargos corr. da dívida	714 301 022	714 301 022	706 825 683
Transferências correntes	2 452 086 928	2 459 208 542	2 451 718 299
Subsídios	128 242 900	128 242 900	123 668 302
Outras despesas correntes	216 191 065	216 191 065	50 247 923
<b>Despesas de capital</b>	<b>2 880 499 792</b>	<b>2 881 732 624</b>	<b>2 669 355 799</b>
Bens de capital	158 756 134	158 719 934	106 519 674
Transferências de capital	1 081 162 830	1 082 431 862	980 680 255
Activos financeiros	28 930 000	28 930 000	17 465 753
Passivos financeiros	1 585 502 587	1 585 502 587	1 560 114 170

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
Outras despesas de capital	26 148 241	26 148 241	4 575 947
<b>Contas de ordem</b>	<b>217 520 535</b>	<b>217 520 535</b>	<b>127 870 474</b>
classificação funcional			
Administração pública	319 973 805	321 433 805	328 207 321
Defesa nacional	313 749 797	313 749 797	343 019 232
Segurança e ordem públicas	326 068 042	326 068 042	322 123 447
Educação	1 181 550 576	1 181 580 576	1 243 464 204
Saúde	1 079 323 739	1 079 308 739	1 066 282 834
Segurança e acção sociais	956 439 893	962 439 893	956 466 336
Habituação e serviços colectivos	200 461 869	200 461 869	172 619 137
Serviços culturais, recreativos e religiosos	97 561 006	97 561 006	90 115 554
Funções económicas	529 321 205	529 321 205	429 021 414
Operações da dívida pública	2 799 812 922	2 799 812 922	2 730 638 272
Transferências entre administrações públicas	705 070 709	705 918 855	691 528 849
Diversas não especificadas	192 700 000	192 700 000	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano económico 2000 valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	execução do orçamento
receitas totais	8 702 033 563	8 710 356 709	8 373 486 600
empréstimos	2 132 041 331	2 140 349 477	2 062 844 359
receitas efectivas	6 569 992 232	6 570 007 232	6 310 642 241
despesas totais	8 702 033 563	8 710 356 709	8 373 486 600
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiamento	- 2 132 041 331	- 2 140 349 477	- 2 062 844 359
amortizações dívida pública	1 585 502 587	1 585 502 587	1 560 114 170
despesas efectivas	7 116 530 976	7 124 854 122	6 813 372 430
saldo efectivo	- 546 538 744	- 554 846 890	- 502 730 189

## Observações

Durante este ano económico, foi criado o Ministério da Juventude e Desporto, tendo os respectivos serviços sido separados em parte da Presidência do Conselho de Ministros (cujas

Ano económico de 2000

despesas estavam englobadas nos encargos gerais da Nação), em parte do Ministério da Administração Interna. Esta alteração orgânica só teve, porém, conseqüências orçamentais em 2001.

## ANO ECONÓMICO DE 2001

### Preparação do orçamento

Proposta de orçamento apresentada em 17 de Outubro de 2000 pelo 14º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: Joaquim Pina Moura).

Lei do orçamento aprovada pela Assembleia da República – lei 30-C/2000 de 29 de Dezembro.

Leis de revisão orçamental aprovadas pela Assembleia da República – lei 85/2001 de 4 de Agosto e lei 4/2002 de 8 de Janeiro.

### Execução do orçamento

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001, 14º Governo Constitucional, do Partido Socialista (Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro das Finanças: de 1 de Janeiro a 3 de Julho de 2001, Joaquim Pina Moura; de 3 de Julho a 31 de Dezembro de 2001, Guilherme Oliveira Martins).

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificadado	execução do orçamento
<b>RECEITAS</b>	<b>9 110 966 498</b>	<b>9 118 520 991</b>	<b>8 968 770 991</b>	<b>9 094 981 413</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>6 052 511 454</b>	<b>6 052 511 454</b>	<b>5 602 795 922</b>	<b>5 555 631 263</b>
Impostos directos	2 415 800 000	2 415 800 000	2 275 500 000	2 272 988 381
Impostos indirectos	3 222 295 532	3 222 295 532	3 014 500 000	2 975 726 402
Taxas, multas e outras penal.	89 133 251	89 133 251	66 113 251	73 756 158
Rendimentos da propriedade	137 254 859	137 254 859	100 054 859	80 981 947
Transferências	79 850 193	79 850 193	58 850 193	57 548 566
Venda bens e serviços corr.	68 761 736	68 761 736	57 061 736	55 392 443
Outras receitas correntes	39 415 883	39 415 883	30 715 883	39 237 366
<b>Receitas de capital</b>	<b>2 735 685 566</b>	<b>2 743 240 059</b>	<b>3 063 205 591</b>	<b>3 302 098 952</b>
Venda bens de investimento	40 760 302	40 760 302	10 760 302	4 512 485
Transferências	70 575 747	70 575 747	45 375 747	33 901 879
Activos financeiros	452 275 508	452 275 508	400 761 928	95 692 914
Passivos financeiros	2 134 263 233	2 141 817 726	2 587 496 838	3 128 349 288

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Outras receitas de capital	37 810 776	37 810 776	18 810 776	39 642 387
<b>Recursos pr. comunitários</b>	<b>39 187 200</b>	<b>39 187 200</b>	<b>39 187 200</b>	<b>36 283 544</b>
<b>Rep. não abatidas aos pag.</b>	<b>49 091 997</b>	<b>49 091 997</b>	<b>29 091 997</b>	<b>53 635 453</b>
<b>Contas de ordem</b>	<b>234 490 281</b>	<b>234 490 281</b>	<b>234 490 281</b>	<b>147 332 201</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>9 110 966 498</b>	<b>9 118 520 991</b>	<b>8 968 770 991</b>	<b>9 094 981 413</b>
classificação orgânica				
Encargos gerais da Nação	113 230 759	113 230 759	109 127 127	110 235 784
M. Negócios Estrangeiros	79 392 123	79 392 123	70 569 612	77 235 475
M. Equipamento Social	233 281 371	233 281 371	231 738 995	222 000 122
M. Defesa Nacional	360 689 514	360 689 514	344 738 995	368 491 571
M. Administração Interna	260 102 990	260 102 990	256 185 037	273 646 040
Ministério das Finanças	4 106 028 107	4 113 028 107	4 048 237 779	4 181 050 188
Ministério da Economia	123 159 468	123 159 468	120 680 347	116 364 324
M. Trabalho e Solidariedade	550 155 801	550 155 801	529 976 196	527 852 842
Ministério da Justiça	108 942 840	108 942 840	106 766 347	104 803 061
Ministério do Planeamento	45 724 190	45 724 190	44 319 088	36 587 892
MADRP	136 023 931	136 023 931	134 553 986	122 940 159
Ministério da Educação	1 339 519 136	1 339 519 136	1 321 295 299	1 346 912 812
Ministério da Saúde	1 054 979 622	1 055 514 062	1 055 254 876	1 035 191 558
MAOT	483 595 308	483 615 361	483 294 169	468 612 543
Ministério da Cultura	47 944 575	47 944 575	46 671 855	43 221 065
M. Ciência e Tecnologia	29 806 647	29 806 647	28 769 630	28 237 491
MREAP	9 779 372	9 779 372	9 180 389	7 697 948
M. Juventude e Desporto	28 610 744	28 610 744	28 008 048	23 900 537
classificação económica				
<b>Despesas correntes</b>	<b>5 993 486 960</b>	<b>6 000 357 627</b>	<b>5 852 992 059</b>	<b>5 904 304 889</b>
Pessoal	2 074 241 950	2 074 241 950	2 065 618 952	2 156 714 088
Bens e serviços correntes	242 575 029	242 575 029	211 288 432	224 672 758
Encargos correntes da dívida	755 000 000	755 000 000	755 000 000	754 931 379
Transferências correntes	2 655 076 920	2 654 947 587	2 577 947 105	2 597 344 874
Subsídios	139 524 150	139 524 150	124 224 150	123 505 316
Outras despesas correntes	127 068 911	134 068 911	118 913 420	47 136 474
<b>Despesas de capital</b>	<b>2 882 989 257</b>	<b>2 883 673 083</b>	<b>2 881 288 651</b>	<b>3 043 343 897</b>
Bens de capital	146 610 998	146 610 998	144 226 566	125 123 885

Ano económico de 2001

valores em contos	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
Transferências de capital	999 460 527	1 000 144 353	1 000 144 353	665 070 121
Activos financeiros	27 679 100	27 679 100	27 679 100	16 254 621
Passivos financeiros	1 664 189 709	1 664 189 709	1 664 189 709	2 232 227 909
Outras despesas de capital	45 048 923	45 048 923	45 048 923	4 667 361
Contas de ordem	234 490 281	234 490 281	234 490 281	147 332 627
classificação funcional				
Administração pública	340 221 362	340 216 362	324 546 742	323 541 031
Defesa nacional	338 324 281	338 324 281	321 831 577	352 377 562
Segurança e ordem públicas	351 936 411	351 936 411	346 478 593	370 777 671
Educação	1 342 611 369	1 342 611 369	1 324 387 184	1 349 189 036
Saúde	1 176 446 395	1 176 980 835	1 172 190 683	1 167 646 663
Segurança e acção sociais	1 028 186 493	1 028 186 493	991 679 917	967 245 133
Habituação e serv. colectivos	213 067 382	213 067 382	196 545 169	174 729 926
Serv. culturais, recr. e relig.	99 562 801	99 567 801	97 245 245	89 672 387
Funções económicas	534 480 294	534 480 294	525 994 309	493 788 563
Operações da dívida pública	2 819 199 213	2 819 199 213	2 819 199 213	3 070 278 799
Transfer. entre admin. públicas	751 840 497	751 860 550	737 030 550	735 734 642
Diversas não especificadas	115 090 000	122 090 000	111 641 809	0
<b>SALDO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

síntese do ano econ. 2001	proposta do governo	orçamento aprovado	orçamento rectificativo	execução do orçamento
valores em contos				
receitas totais	9 110 966 498	9 118 520 991	8 968 770 991	9 094 981 413
empréstimos	2 134 263 233	2 141 817 726	2 587 496 838	3 128 349 288
receitas efectivas	6 976 703 265	6 976 703 265	6 381 274 153	5 966 632 125
despesas totais	9 110 966 498	9 118 520 991	8 968 770 991	9 094 981 413
capacidade (+) ou necessidade (-) de financiam.	- 2 134 263 233	- 2 141 817 726	- 2 587 496 838	- 3 128 349 288
amortizações dívida pública	1 664 189 709	1 664 189 709	1 664 189 709	2 232 227 909
despesas efectivas	7 446 776 789	7 454 331 282	7 304 581 282	6 862 753 504
saldo efectivo	- 470 073 524	- 477 628 017	- 923 307 129	- 896 121 379

## **Observações**

No orçamento rectificativo, receitas segundo a lei 4/2002 de 8 de Janeiro e despesas segundo a lei 85/2001 de 4 de Agosto.

MADRP = Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

MAOT = Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território

MREAP = Ministério da Reforma do Estado e Administração Pública